

PORTUGAL PELA LENTE DE MÁRIO CASTRIM: CRÓNICAS DE TELEVISÃO NO DIÁRIO DE LISBOA ENTRE 1969 E 1974

José Manuel Sousa Teixeira de Lencastre

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Julho de 2020



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica das Professoras Doutoras Júlia Leitão de Barros e Raquel Henriques.

DEDICATÓRIA

*À minha mulher, meus filhos,
minha irmã, minha nora e neta*

Agradecimentos

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para as minhas orientadoras, as Professoras Doutoras Júlia Leitão de Barros e Raquel Henriques. Agradeço-lhes por todo o apoio prestado, disponibilidade e confiança dada, além dos conselhos vários da cuidada revisão, pela paciência que tiveram e que conduziram à realização deste trabalho.

Um muito apertado e amigo abraço para a minha mulher, Aurora, bem como para os meus filhos, Bruno e Gonçalo, pelos conselhos vários e, acima de tudo, pelo apoio dado. À minha irmã e à minha nora, um agradecimento especial pela confiança demonstrada de que este projecto seria bem-sucedido.

Um agradecimento muito especial pela disponibilidade sincera de dois familiares de Mário Castrim, que são a Alice Vieira, que foi casada com Mário Castrim, até ao seu falecimento, e o Eng. João Manuel Senos da Fonseca, primo em 2.º grau de Mário Castrim, que permitiu indicar os primeiros anos em Ílhavo e o seu percurso até à saída para Outão. Foram incansáveis nas informações e apoios prestados. Ajuda sempre demonstrada pela Doutora Luísa Lopes e pelo Correia da Fonseca, grande amigo de Mário Castrim, crítico de televisão deste período.

Não poderei deixar de agradecer a muito necessária ajuda e apoio incondicional de Cesário Borge, Diana Andringa, Eugénio Alves, Fernando Correia, José Carlos de Vasconcelos, José Jorge Letria, José Joaquim Letria, Mário Mesquita, Mário Zambujal e Sérgio Ribeiro, jornalistas do *Diário de Lisboa*, no período deste trabalho, que me ajudaram a perceber o funcionamento do jornal, assim como o trabalho do colega e amigo Mário Castrim, e muito contribuíram para demonstrar a personalidade e a sua capacidade profissional.

Ao Dr. Alfredo Caldeira, da Fundação Mário Soares, por toda a disponibilidade e simpatia para o acesso às edições do *Diário de Lisboa*; ao Dr. João Palmeiro, da API - Associação Portuguesa de Imprensa, pelas informações prestadas, neste período dos jornais vespertinos de Lisboa; ao Dr. Silvestre Lacerda, Director da Torre de Tombo, que permitiu o acesso aos documentos da PIDE/DGS, referentes a Mário Castrim; às simpáticas e prestáveis colaboradoras do Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa. Um merecido agradecimento à Dr.^a Ana Júlia Coelho, da Biblioteca Mário Sottomayor Cardia, pela ajuda sempre prestimosa. Também à Dra. Isabel Teixeira, Directora da

Biblioteca de Ílhavo, pela vontade sempre demonstrada; à Dra. Maria João Milheiro, colaboradora da *Seara Nova*; e ainda aos colaboradores da Biblioteca de Oeiras, pelo profissionalismo, tendo, ao longo do percurso de investigação, sido incansáveis nas informações e apoios prestados.

Ao amigo Diogo Rosado, que me acompanhou no período da licenciatura e parte do mestrado, e ainda me ajudou e incentivou na conclusão deste trabalho.

Também um agradecimento ao Dr. Manuel Rodrigues, Director do *Avante!*, do Partido Comunista Português, que sempre disponibilizou dados sobre Mário Castrim.

Por fim, não fica por esquecer o apoio e o interesse que senti transmitidos pela minha família e amigos.

Um bem hajam a todos.

Resumo

Esta dissertação tem como principal objectivo reflectir sobre a actividade jornalística do primeiro crítico da televisão portuguesa, Mário Castrim. Partindo de um enquadramento preciso: os últimos anos do Estado Novo, os anos de governação de Marcelo Caetano, anos de expectativa e reorganização de forças oposicionistas, anos, também, de ponderação sobre a capacidade de reforma do regime, mas, sobretudo, anos de reafirmação de linhas de continuidade, no que toca, por exemplo, ao prosseguimento da guerra colonial e à manutenção do controlo do debate político.

Evidenciei aqui a crescente expansão e influência do novo meio de comunicação, a Televisão, salientando como o crescimento das audiências coincidiu com uma maior atenção política, por parte de Marcelo Caetano, com o novo meio. No mesmo sentido, considerei da maior importância aprofundar as condicionantes da actividade jornalística de Mário Castrim, em particular, das suas crónicas televisivas, dando relevo à caracterização do *Diário de Lisboa*, como dinamizador de um jornalismo mais diversificado, em termos de conteúdo, que apostava na modernização técnica e abria a sua redacção a profissionais mais jovens e qualificados.

Da análise de estudo de caso que desenvolvi, foi possível destacar a relação desigual, quotidiana, do crítico com a censura, revelando a sua enorme tenacidade perante os sucessivos cortes, que lhe destruíam, frequentemente, os textos. Salientei como nessa luta lhe valeram as suas qualidades literárias, em particular o seu estilo irónico, cáustico, corrosivo, que o distinguiu no panorama do jornalismo português. A sua “pena” afiada, que recorria a frases curtas e acutilantes, às vezes a despropósito, desafiava diariamente o censor, como se procurasse fintá-lo, a ver se “passava”. Pelas crónicas televisivas que analisei, verifiquei que Castrim teve a capacidade de valorizar a televisão como meio de comunicação influente, capaz de moldar a leitura da realidade.

Mas Mário Castrim não se ficou pela crítica à programação, à qualidade técnica e humana da RTP, pelo contrário, aproveitou para tratar de outros temas mais abrangentes que remetem para questões sociais e políticas vividas em Portugal, durante o marcelismo. Podemos mesmo afirmar que, pela “lente” do autor, a pretexto dos mais variados assuntos televisivos, vemos desfilar os portugueses, com os seus problemas por resolver, as suas questões por discutir, as suas esperanças no futuro, a par da crítica aos governantes do presente.

A análise das práticas deste jornalista do *Diário de Lisboa*, católico e militante do partido comunista português, permitiu tornar mais clara a forma como a luta política oposicionista se desenrolou em vários tabuleiros, um deles o jornalismo diário. Por último, do trabalho desenvolvido resulta a necessidade de valorizar o lugar do jornalismo crítico no período do marcelismo.

Palavras-chave: Mário Castrim, Diário de Lisboa, crítica televisiva, marcelismo, censura.

Abstract

This dissertation has as main objective to reflect on the journalistic activity of the first critic of Portuguese television, Mário Castrim. Starting from a precise framework: the last years of the Estado Novo, the years of Marcelo Caetano's governance, years of expectation and reorganization of opposition forces, years also of weighing up the regime's reform capacity, but, above all, years of reaffirmation of lines of continuity, regarding, for example, the continuation of the colonial war and the maintenance of control of the political debate.

I highlighted here the growing expansion and influence of the new media, Television, highlighting how the growth of audiences coincided with greater political attention, on the part of Marcelo Caetano, with the new media. In the same sense, I considered it of the greatest importance to deepen the conditions of Mário Castrim's journalistic activity, in particular, of his television chronicles, emphasizing the characterization of *Diário de Lisboa*, as a driver of a more diversified journalism, in terms of content, which I bet technical modernization and opened its wording to younger and more qualified professionals.

From the analysis of the case study that I developed, it was possible to highlight the unequal, daily relationship between the critic and the censorship, revealing his enormous tenacity in the face of successive cuts, which frequently destroyed his texts.

I emphasized how in this fight he was worth his literary qualities, in particular his ironic, caustic, corrosive style, which distinguished him in the panorama of Portuguese journalism.

His sharp “pen”, which used short, sharp phrases, sometimes irrelevant, challenged the censor daily, as if trying to fake it, to see if it “passed”. From the television chronicles that I analyzed, I found that Castrim had the ability to value television as an influential means of communication, capable of shaping the reading of reality. But Mário Castrim did not stop at criticizing the programming, the technical and human quality of RTP, on the contrary, he took the opportunity to address other broader themes that refer to social and political issues experienced in Portugal, during marcelismo.

We can even affirm that, through the author's “lens”, under the pretext of the most varied television subjects, we see the Portuguese parading, with their problems to be

resolved, their questions to be discussed, their hopes for the future, along with the criticism of government officials of the present.

The analysis of the practices of this journalist from the *Diário de Lisboa*, a Catholic and activist of the Portuguese communist party, made it possible to clarify the way in which the opposition political struggle unfolded on various boards, one of them being daily journalism. Finally, from the work developed, there is a need to value the place of critical journalism in the period of marcelismo.

Keywords: Mário Castrim, Diário de Lisboa, television criticism, marcelismo, censorship.

Índice

Introdução.....	13
1 - Marcelo Caetano: a Liberalização Falhada (1968-1974)	17
1.1 - A emergência da Televisão, a política cultural e informativa. A reacção dos portugueses pela novidade televisiva e a sua influência e importância.....	27
1.2 - Censura como controlo político na imprensa diária e na televisão.....	31
1.2.1 - Censura como arma política e repressiva.....	31
1.2.2 - A censura na Televisão.....	36
2 - A Imprensa Portuguesa: entre a Continuidade e a Inovação.....	39
2.1 – Diário de Lisboa.....	46
2.2 – Mário Castrim, a vida e a obra como jornalista e escritor.....	70
3 - Análise “Crónicas da TV – Dia a Dia”.....	97
3.1 – A RTP pelas lentes de Castrim.....	101
3.2 – Crítica ao regime político.....	133
3.3 – Crítica social.....	141
Conclusão.....	157
Fontes e Bibliografia	
Fontes.....	161
Dicionários.....	164
Entrevistas.....	165
Publicações Periódicas.....	165
Bibliografia.....	167
Webgrafia.....	177
Anexos.....	181

Mário Castrim, intelectual e democrata, marcou várias gerações de jovens que com ele aprenderam a ler, a viver mais empenhadamente com a sua escrita e a sua obra.¹

Introdução

A presente dissertação pretende contribuir para a compreensão do lugar ocupado no jornalismo português pelo primeiro crítico de televisão em Portugal, o cronista Mário Castrim.

Com este objectivo, optei por analisar o livro que Castrim organizou, já depois do 25 de Abril, intitulado *Televisão e Censura*², que reúne um conjunto de críticas televisivas, publicadas no jornal *Diário de Lisboa*, no período de 1968 a 1974. Coincidem estas crónicas com o período final do Estado Novo, sob governo de Marcelo Caetano, marcado pela crescente contestação política e social, o prosseguimento da guerra colonial, e a continuidade de modelo informativo autoritário, assente num aparelho de censura e propaganda. Com este estudo, pretendo, antes de mais, reflectir sobre o âmbito da crítica televisiva em Mário Castrim, contribuindo, por um lado, para resgatar do esquecimento esta figura ímpar do jornalismo português e, por outro, para aproveitar a oportunidade de repensar o valor de um jornalismo crítico.

Mário Castrim não foi até hoje objecto de estudo na academia. Ninguém se interessou por compreender a sua vida e obra, explanada no seu percurso como opositor à ditadura, marcada pela sua formação marxista e fervor católico. Não obstante, não prescindi de procurar enquadrar as crónicas aqui analisadas, objecto principal desta dissertação, com outros elementos que permitissem uma maior compreensão do valor da pena deste cronista. Fui por isso obrigado a reunir informação solta, inserta em jornais, revistas, documentos de arquivos na Torre do Tombo - Arquivo da PIDE/DGS, Arquivo da Fundação Mário Soares, Arquivo Rádio Televisão Portuguesa (RTP) – Centro Documentação Escrita, Arquivo do Partido Comunista Português (PCP), Catálogos – Comemorações, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca de Ílhavo, Hemeroteca Municipal de Lisboa, bem como a coligir depoimentos recolhidos junto de jornalistas,

¹BETTENCOURT, Ana Sofia, *Mário Castrim, jornalista, 1920-2002*, Comissão Municipal Toponímica, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2005, p. 1.

²CASTRIM, Mário, *Televisão e Censura*, Campo das Letras, Porto, 1996.

intelectuais e familiares que com ele conviveram – Alice Vieira, Cesário Borge, Correia da Fonseca, Diana Andringa, Eugénio Alves, Fernando Correia, Joaquim Letria, José Carlos de Vasconcelos, José Jorge Letria, Mário Mesquita, Mário Zambujal e Sérgio Ribeiro.

No entanto, toda a temática que envolve o corpo de análise deste trabalho, as crónicas televisivas do livro atrás referido, têm um denominador comum: a relação difícil do jornalismo com a censura. Sem ela, arriscamos dizer, a relevância de Castrim não se tornaria tão evidente.

Nesse sentido, tornou-se essencial o esforço de enquadramento da actividade de Castrim no campo do jornalismo. Pude então contar com ampla literatura sobre a censura à imprensa. Começo por realçar duas obras incontornáveis que abordam a censura no Estado Novo, a primeira analisa-a do ponto de vista legislativo, e refiro-me ao livro *A Censura e Leis de Imprensa*, de Arons de Carvalho³, e a segunda recai num detalhado estudo da estrutura, organização e procedimentos, dos serviços de censura, realizado por Joaquim Cardoso Gomes⁴. A este respeito foi ainda fundamental uma reflexão da historiadora Ana Cabrera⁵, sobre mudanças e impasses político-legislativos do jornalismo português durante o marcelismo.

Para a compreensão das transformações operadas no campo jornalístico, a partir da década de sessenta, destaco três obras, às quais este trabalho muito deve, o livro de Carla Baptista, *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses*⁶, e a investigação realizada por Susana Cavaco⁷, que descreve a teia de complexidades, no período marcelista, entre o poder político, o poder económico e a imprensa. Por outro lado, convém referir que, para um enquadramento mais circunstanciado das condições técnicas, sociográficas e culturais das redacções, socorri-me da obra de Fernando Correia e Carla Baptista⁸. Para a compreensão do *Diário de Lisboa*, jornal que acolhe as crónicas

³CARVALHO, Alberto Arons, *A Censura e as Leis da Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

- *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, 2.ª edição, Coimbra, Minerva, 1999.

⁴GOMES, Joaquim, Cardoso, *Os Militares e a Censura, A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

⁵CABRERA, Ana (org.), *Jornais e Jornalistas, Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2011.

- *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

- (org.) *Censura Nunca Mais – A Censura ao Teatro e ao Cinema no Estado Novo*, Lisboa, Alêtheia Editores.

⁶BAPTISTA, Carla, *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses do Século XIX ao Marcelismo*, Escritório Editora, Lisboa, 2012.

⁷CAVACO, Susana, *O Mercado Media em Portugal no Período Marcelista – Os Media no Cruzamento de Interesses Políticos e Negócios Privados*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

⁸CORREIA, Fernando, BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007.

de Mário Castrim, este estudo revelou-se determinante, por dar conta de questões da diversidade de projectos editoriais, revelando como, por entre um enorme marasmo, se podia assistir a alguma renovação jornalística.

Já no que respeita à Televisão, a obra de referência continuou a ser Francisco Rui Cádima⁹, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, onde se sistematiza a evolução deste dispositivo informativo, desde os finais dos anos cinquenta até 1974. Também devo referir a obra de Nilza Mouzinho da Silveira¹⁰, em particular a sua análise sobre programação, o *prime time*, e a oferta televisiva portuguesa até aos nossos dias. Por fim, realço o livro de Vasco Hogan Teves¹¹, um antigo funcionário da estação televisiva do Estado, que faz um registo, muito pormenorizado, de como foi sendo pensado, organizado e executado o projecto da Rádio Televisão Portuguesa, desde as origens até 1979.

Este trabalho estrutura-se em três partes. Uma primeira de enquadramento do nosso objecto de análise, subdividida em três pontos: contextualização dos últimos anos do Estado Novo, caracterizando a governação de Marcelo Caetano, destacando as questões de ordem política, a expectativa e frustração em torno da liberalização do regime (1); a caracterização da crescente expansão e influência do novo meio de comunicação, a Televisão, de entretenimento e instrumentalização do regime (1.1). Sendo, porém, realçada a permanência da censura como instrumento político, uma condicionante dos vários meios de comunicação, sem a qual não se entenderá o lugar das crónicas que me proponho analisar (1.2). Na segunda parte deste trabalho, procurarei inserir Castrim no meio jornalístico do seu tempo, reflectindo sobre as mudanças e continuidades no campo jornalístico, na década de sessenta (2). Aprofundarei, porém, a caracterização do vespertino *Diário de Lisboa*, procurando individualizar este jornal lisboeta, acompanhando os seus desafios e obstáculos, no período do marcelismo (2.1). Finalizarei esta segunda parte com uma abordagem biográfica do jornalista Mário Castrim, apresentando várias dimensões da sua vida, em particular a sua intensa actividade literária e militância política, o que permitirá compreender este cronista como um homem intransigente, que não pactua com o regime de então. No terceira e última parte desta dissertação, a parte mais importante do trabalho, analiso as crónicas que Castrim publicou no livro que serve de base a este trabalho, realçando várias dimensões da sua crítica, desde

⁹CÁDIMA, Francisco Rui, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

¹⁰SENA, Nilza Mouzinho, *A Televisão por Dentro e por Fora*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2011.

¹¹TEVES, Vasco Hogan, *História da Televisão em Portugal – 1955-1979*, Lisboa, TV Guia Editora, 1998.

aquela que incide sobre a RTP, propriamente dita (programas, profissionais, etc.), mas também aquela que recai sobre aspectos políticos e sociais.

1 - Marcelo Caetano: a Liberalização Falhada (1968-1974)

O ano de 1968 marca em definitivo a política portuguesa, em especial o que sucede na madrugada de 7 de Setembro, quando António de Oliveira Salazar é internado com 78 anos de idade. O incontestável chefe do governo e senhor absoluto, que dominou a política portuguesa, desde a chegada à presidência do conselho de ministros, em 1932, está incapaz de governar e este facto será o detonador que vai levar Marcelo Caetano ao poder.

Então, quem foi esta proeminente figura política, durante o regime salazarista, que aos 62 de idade chegou ao topo do poder do Estado Novo? Ainda jovem estudante, torna-se um contestatário da República, como activista católico, e aproxima-se rapidamente da extrema-direita agrupada no *Integralismo Lusitano*¹². Entusiasta convicto desta orientação nacionalista, colabora na revista *Ordem Nova*¹³, que teve apenas doze publicações, de Março de 1926 a Março de 1927. Esta revista nunca apresentou director, mas na contracapa é indicado que teve como «redactores fundadores, Marcello Caetano e Albano Pereira Dias de Magalhães»¹⁴.

Esta formação política não se poderá indicar, como indica Gonçalves Ferreira, «numa *ideologia* da União Nacional. Recebeu nas suas fileiras homens cujas convicções de um nacionalismo fascistizante e republicanos liberais e católicos conservadores»¹⁵. Aos 23 anos, aproxima-se de Salazar já como ministro das Finanças, que o convida para auditor do seu ministério. A partir daqui, vai ter um percurso político de grande aproximação a Salazar, onde encerra a grande ambição por altos cargos, mesmo numa relação feita de encontros e desencontros, com algumas críticas, mas mantendo sempre

¹²RAMOS, Rui, “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 541. A expressão “*Integralismo Lusitano*” foi retirada de uma revista, *Alma Portuguesa*, publicada em Gand por um grupo de moços que as aventuras de Paiva Couceiro tinham forçado ao exílio na Bélgica, entre os quais Luís Almeida Braga e Rolão Preto, que tiraram assim o nome ao movimento. Em 1918, o principal escritor integralista, António Sardinha, observou que, mais do que um movimento político, o integralismo constituía um movimento de “renovação intelectual” português, dirigido por Alberto Monsaraz, tendo sido o principal difusor do ideário do integralismo lusitano. Na capa, afirmava os valores que defendia: «O que nós queremos - monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar - programa integralista», disponível em https://www.estudosportugueses.com/integralismo_lusitano.html, consultado a 13/11/18.

¹³*Ordem Nova*, revista fundada em Coimbra, iniciou a publicação a 01 de Março de 1926, capa intitulava-se como «anti moderna, antidemocrática e anti bolchevista; contra-revolucionária; reaccionária; católica; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa», Hemeroteca Municipal de Lisboa.

¹⁴*Idem*.

¹⁵FERREIRA, Gonçalves, *15 Anos de História Recente de Portugal (1970-1984)*, Lisboa, edição de autor, 1985, p. 108.

lealdade.¹⁶ Em paralelo com a política, fez um percurso académico, sendo considerado um doutrinador respeitador do Estado Corporativo. Salazar garante-lhe protecção, considerando-o uma mente brilhante e um grande entusiasta nos trabalhos em que se envolve. Também denota ser entusiasta da modernização do país quando, como ministro da Presidência, se torna coordenador de vários empreendimentos, como os vários Planos de Fomento. Ao ser demitido em 1958 de ministro da Presidência, vai aproveitar a ocasião para alargar a sua rede de amizades, não esquecendo os ilustres do regime, influências e contactos que vêm desde o tempo em que esteve à frente da Câmara Corporativa. Muitos destes contactos estão ligados às actividades económicas, sobretudo jovens quadros que no pós-guerra possuem um espírito mais aberto e modernizador. Como indica Fernando Rosas,

«Uma corrente reformista no interior do Estado Novo que, paulatinamente, a partir do rescaldo da II Guerra Mundial, se fora constituindo em torno de Marcelo Caetano com simpatias, em sectores das elites políticas situacionistas, nas elites económicas, nos meios diplomáticos ou nos militares»¹⁷.

Nestes dez anos em que se afasta da política activa, aproveita para realizar uma das suas grandes paixões, que é viajar e contactar pessoas. Nesta azáfama constante de procurar apoios, em especial nos mais jovens, e após a crise académica de 1962, com a sua demissão, Caetano criou uma tertúlia¹⁸ e vai mantendo reuniões com um grupo de jovens todos os sábados, na Choupana¹⁹. Vai procurando apoios no mundo empresarial,

¹⁶1937 – Direcção do Instituto de Alta Cultura

1940 – Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa e autor do Código Administrativo

1945 – Ministro da Colónias

1947 – Presidente da Comissão Executiva da União Nacional para preparar as eleições de 1949

1949 – Presidente da Câmara Corporativa

1952 – Vogal da Comissão Central da União Nacional

1955 – Ministro da Presidência. Mais tarde pertencerá ao Conselho de Estado de forma vitalícia.

¹⁷ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo* (1968-1974), Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 11.

¹⁸RAIMUNDO, Orlando, *A Última Dama do Estado Novo, e outras Histórias do Marcelismo*, Lisboa, Dom Quixote, 2014, p. 47. O restaurante inspirou o baptismo da tertúlia, que ficou conhecido pelo nome. Foi ganhando jovens dessa época, e, mais tarde, muitos deles vão estar junto de Caetano ou no governo ou Assembleia Nacional. São, a título de exemplo, Elmano Alves, Andrade e Silva (futuro general), Dias Rosas (ministro da Economia), Camilo de Mendonça, Daniel Barbosa (futuro ministro) e Gonçalo Mesquitela (deputado da União Nacional em Moçambique). Também, Rebelo de Sousa, Silva Cunha, César Moreira Baptista, Melo Castro, Clemente Rogeiro e muitos outros. Serão alguns dos indefectíveis de Caetano que estarão com ele até à queda do regime.

¹⁹Restaurante situado em S. João do Estoril, na marginal Lisboa-Cascais, virado para o rio Tejo. Restaurante muito frequentado pela elite portuguesa da época. Local escolhido por Caetano, onde passaram a almoçar e ficavam a discutir política até à hora de jantar.

onde teve grande proximidade aos homens de negócios e às empresas²⁰, tendo isso sido considerado pelos seus opositores dentro do regime como uma das suas debilidades. Nesta fase, e mais tarde, continua a aproximação aos grandes grupos económicos, mantendo relações de proximidade²¹ com várias famílias dos grandes grupos monopolistas, como os Melo, Quina, Espírito Santo, Queiroz Pereira, Manuel Baulosa (petróleos) e outros. Na manhã de 26 de Setembro de 1968, depois de confirmar a sua vontade perante o presidente da República de ser o novo presidente do Conselho de Ministros, vai encontrar um país entorpecido, descrente, numa Europa em conflitos após o Maio dos estudantes franceses, com países a quererem sair das garras do colonialismo através das lutas independentistas.

Marcelo Caetano afirma, no seu esperado discurso de tomada de posse, a 27 de Setembro, que chegou a hora das grandes decisões, onde explica os motivos de ter aceitado o desafio, sendo os mais importantes a integridade nacional, a manutenção das províncias ultramarinas, a luta armada e os perigos existentes na luta interna, contra os inimigos, garantindo ordem pública forte e determinada, salientando vivamente as reformas económicas²² a serem realizadas. Após o seu discurso de posse, a intenção política é fazer esquecer Salazar, e surgir como um novo dirigente preocupado com os problemas do país. Afirma, ambivalente, querer fazer a “renovação na continuidade”, apontando para reformas, sem lhes definir os contornos. Chega portador de um crédito de confiança para realizar alterações políticas e melhorias de vida. Assiste-se, neste período conhecido por *primavera marcelista*, a um Caetano aparentemente mais liberal e moderno politicamente que o seu antecessor. Vai utilizar como estratégia a via da palavra. Tinha pressa em chegar aos portugueses, sob a forma de contacto directo, apresentando-se como “muito aclamado” e apoiado pelas populações, com *banhos de multidão*, nas visitas oficiais em Portugal ou em Angola e Moçambique. Outro meio moderno e atractivo de chegar aos portugueses será a transmissão de conversa informal, directa, numa voz intimista e coloquial, através da emissão regular transmitida na Emissora Nacional e em especial na Rádio Televisão Portuguesa, tendo estas ficado conhecidas como as

²⁰FERNANDES, Filipe S., *Os empresários de Marcelo Caetano – Os grandes anos do investimento público e privado, entre 1968-1974, e as guerras empresariais*, Lisboa, Casa das Letras, 2018, p. 69.

²¹*Idem*, p. 72. «Caetano mantinha há muito relações pessoais e profissionais com a família Melo, dona do Grupo CUF.»

²²O *Diário de Lisboa*, a 27 de Setembro de 1968, ano 48, número 16, vem dar grande relevo deste acto, publicando na primeira página, a toda a largura, com grande destaque, estas afirmações, numa demonstração de grande confiança na alteração com esta governação, desejando que Portugal tome novo rumo na política.

Conversas em Família. Nestas 24 alocuções ao longo do seu governo, umas vezes informava e defendia as medidas por ele tomadas, outras clamava paciência ou dava avisos contra os perigos que na sua visão poderiam surgir. Falava de tudo, desde economia à componente social, como das ameaças, se houvesse alteração à política ultramarina.

As reformas políticas, as eleições e a novidade da Ala Liberal são três importantes actos na fase marcelista do Estado Novo, podendo dividir-se em dois períodos. O primeiro vai da sua posse até à revisão constitucional de 1971, caracterizada por alguma descompressão das estruturas repressivas do Regime, designadamente no que se refere ao controlo da imprensa, à libertação de alguns presos ou exilados políticos, às eleições legislativas de 1969, em que os vários sectores da oposição, embora divididos, foram às urnas. De sublinhar a integração nas listas da União Nacional de um grupo de novos deputados, a contragosto da maioria da Assembleia Nacional, nas eleições de 26/10/69. A escolha de Melo e Castro para presidente da Comissão Executiva da *União Nacional* (UN) vai ser justificada, como afirma Fernando Rosas, como tarefa política em redor dessa «ideia nuclear de liberalização»²³. Vai convidar elementos reformistas, tecnocratas que garantam a necessária liberalização económica, sem nunca estarem filiados na UN.

O perfil destes novos deputados, recrutados, conforme indica Tiago Fernandes, «na elite social do país, (com elevado estatuto profissional e nível de escolarização) e cujo percurso social, profissional e político deve revelar um misto de ligação às instituições do regime (recrutamento geográfico mais diversificado, trabalho em comissões e cargos administrativos do Estado, filiação em organizações políticas do regime) e de independência face a essas mesmas instituições (actividade profissional independente, como as profissões liberais)»²⁴. Na totalidade, são 19, onde o perfil etário é, em média, de 41,6 anos e diversas profissões, desde funcionários públicos superiores (2), advogados (5), notário (1), proprietário agrícola (1), empresários (5), administradores de empresas (2) e professores universitários (2). As exigências “modernizantes” são o único propósito que os une. Perante a abertura da censura, António Reis publica um artigo na *Seara Nova*, em 1973, onde afirma: «Está a surgir em Portugal, uma “camada incipientemente politizada” que escolhe uma das muitas vias do centro nas quais “nem sempre assentam em suportes ideológicos”, antes em atitudes de certo modo pragmáticas da ligação

²³ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1944, p. 547.

²⁴FERNANDES, Tiago, *Nem Ditadura, Nem Revolução, A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005, p. 38.

“Metrópole-Ultramar” e da aproximação à Europa (...) donde se conclui que a “terceira força” resulta afinal da confluência de políticos desiludidos com tecnocratas esperançados!»²⁵

Este grupo, convidado para integrar as listas de deputados para Assembleia Nacional, advogava um projecto de reforma gradualista e reformista do regime corporativo. Os regimes ditatoriais normalmente não aceitam oposições organizadas e procuram eliminar qualquer discórdia política. Para Marcelo, vai trazer-lhe uma capa de respeitabilidade, que permitia, perante os portugueses e perante a comunidade internacional, assegurar que o seu projecto se encaminhava para uma via democratizadora. Surgia assim a necessidade de distanciar-se da ala mais conservadora do regime. Estas duas facções vão digladiar-se, onde uma tem o objectivo de manter a “pureza” do corporativismo, e a outra uma via dialogante, reformadora e liberalizadora. No confronto directo na Assembleia Nacional, estes “reformadores” que pretendem novos caminhos políticos perdem, não conseguindo aprovar as suas propostas. No entanto, criam grande impacto na opinião pública portuguesa. Para António Reis, a «repercussão das intervenções da ala liberal na Assembleia Nacional, deveu-se em grande parte aos órgãos de imprensa de esquerda e à facção da opinião pública a esta ligada, dada a confluência de certas posições»²⁶.

As intervenções dos deputados da Ala Liberal tiveram de início o propósito de testar a receptividade às propostas preconizadas para algumas questões políticas de actualidade. Serão: a dinamização da economia através da revogação do obsoleto condicionamento industrial; a participação de Portugal no processo de integração europeia; a reforma da Universidade. Entre as mais importantes, destaca-se o projecto de *Lei de Imprensa* de Francisco Sá Carneiro e Francisco Balsemão, no qual se previa a eliminação da censura. Foram apresentados dois projectos, um do governo e outro dos reformadores. A rejeição do projecto da Ala Liberal foi total, assegurando uma vitória para o governo e para os incondicionais do regime.

Como afirmou Lucena, «Marcelo Caetano que gozava de “uma imagem moderada” e se manteve à frente do governo entre 1968 e 1974, introduziria alguma liberalização ao regime, traduzida no levantamento das restrições à eleição de representantes dentro das organizações sindicais, na transformação da Censura em

²⁵REIS, António, “Onde está a terceira força”, *Seara Nova*, n.º 1532, Lisboa, 1973, p. 3.

²⁶*Idem*, p. 3.

“exame prévio” e na transformação da *PIDE* em *Direcção Geral de Segurança*, alterações que os críticos do regime classificavam de “cosméticas”»²⁷.

O entusiasmo que as promessas iniciais geraram vai-se perdendo e, pressionado por contestações de várias origens – tanto no interior do regime como externas –, vai ficando isolado, levando a que as suas políticas desagüem numa onda de descontentamento transversal à população como ao próprio regime. Desta forma, vai ter de atacar em várias frentes o descontentamento que surge, tanto na oposição, como também com os conservadores do regime que vêem com apreensão as promessas de liberalização propostas por Marcelo. A oposição de direita ao *marcelismo*, acantonada à volta do presidente Américo Tomás, reúne os velhos saudosos do salazarismo puro e duro, os “ultramontanos”²⁸ e os párocos das aldeias, receosos das liberdades prometidas.

Com o descrédito que se vai acentuando, vai-se criando um alarmismo criado entre os portugueses, o que vai provocar uma reacção musculada do regime.

Até ao período final da ditadura, assiste-se a uma censura, com uma veia mais autoritária sobre a imprensa, após o tempo em que o *marcelismo* chegou a criar uma imagem de moderação, além da polícia política ser mais interventiva.

No entanto, o problema fulcral que entrará no debate político será como resolver a guerra colonial, ou seja, a sua continuidade ou encontrar a paz que, de alguma forma, colocará o fim da colonização. Assim, aqueles que perfilham a saída das colónias exigem divisões para a solução definitiva. Uns pretendem a entrega de todos os territórios aos movimentos nacionalistas, de forma a nascerem novas pátrias, e pretendem criar uma federação de Estados, como defende, por exemplo, Spínola, «ao propor soluções políticas e não militares para o termo da guerra, dentro de uma estrutura federalista»²⁹ que substituiria o Império. Este problema acompanhará o período do *marcelismo*.

A partir daqui, até à Revolução de Abril de 1974, vai verificar-se que todas as tentativas de liberalização não só não tiveram êxito, como levaram a uma nova radicalização do regime, que guinou acentuadamente à direita, quadro em que se inscreve a reeleição de Américo Tomás, em 1972, levando à ruptura com os do “grupo da ala liberal”. As eleições de 1973, porventura as menos importantes de todo o período,

²⁷LUCENA, Manuel, *O Marcelismo - A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. II, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, p. 44.

²⁸Conservadorismo extremo, *Ultramontanismo*, in *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa*, Porto Editora, disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ultramontanismo>, consultado a 22/01/2019.

²⁹SPÍNOLA, António, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 48.

reflectem este período de virar de página e demonstram a pouca vontade do presidente do Conselho para encontrar qualquer solução política.

No centro do poder, Marcelo é tentado a ter um equilíbrio perante as forças que se movem. Quer ser o artífice da modernidade, continuando, no entanto, a gerir a partir de uma nova forma autoritária, que lhe advém de ser um corporativista convicto, mas com a necessidade de lhe dar uma nova roupagem. No curto espaço temporal do seu governo, Marcelo tem vários problemas para resolver, que se interligam, e que a não serem resolvidos vão contaminar todo o seu percurso, como se verificará no futuro.

Poder-se-á sintetizar em três: a liberdade dos portugueses seria primordial para os seus sucessores abrirem caminho para uma democracia plena; a situação colonial, que a ser resolvida lhe daria fôlego para outros voos; a modernidade com a integração europeia. Nada disso aconteceu.

De todos os problemas, para o governo, a questão principal era a colonial. A onda de independências dos novos Estados do então chamado Terceiro Mundo, que vêm pôr termo aos principais impérios coloniais, vai ser o principal problema da governação marcelista. No entanto, o próprio Marcelo defendeu, anos antes, um «sistema federalista»³⁰ para a resolução da situação colonial, que surge nos anos sessenta, primeiro na Índia e depois em África, em 1961, onde se inicia uma guerra contra os movimentos independentistas. A guerra colonial teve, no entanto, uma enorme repercussão em todo o tecido social português. Durante o espaço de tempo que mediou os inícios dos acontecimentos e a queda do regime em 1974, foi cerne de todo o debate político nacional. Quando inicia o seu consulado, Marcelo questiona, a 27 de Novembro de 1968, qual seria a solução para o problema. «Afirma então que a defesa do Ultramar não poderia ser outra senão a sua defesa intransigente e que essa seria a posição de Portugal»³¹. Em vez do

³⁰No colóquio *Tempos de Transição*, o autor sublinha que, para África, tinha uma “ideia regionalista e tendencialmente federalista ou mesmo confederalista”, para cuja concretização necessitaria “de dez a quinze anos”, disponível em https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/dossie_marcelo_caetano_a_transicao_falhada/marcelo-caetano-foi-um-homem-excepcional=f497770, consultado a 25/10/2018.

SILVA, António Duarte, concluindo as suas Lições, «Marcelo Caetano, embora sublinhando não procurar apresentar uma solução concreta, formulava então, e pela primeira vez, a hipótese de uma solução federalista para o caso português: “Para as colónias da África Tropical a era do império ainda não passou. A hipótese federativa, como termo político da evolução colonial, não parece de excluir. É certo que os portugueses não mostraram nunca uma grande tendência para os regimes federativos; mas isso não significa que com o tempo não venham a compreender a sua prática”. Na sequência desta primeira aproximação, Marcelo Caetano vai tornar-se (por alguns anos, entre o fim da década de cinquenta e o princípio da década de sessenta) adepto do federalismo», disponível em <http://malomil.blogspot.com/2016/02/a-porta-do-federalismo-colonial.html>, consultado a 25/10/18.

³¹CAETANO, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974, p. 28.

abandono do Ultramar, vai defender «uma autonomia progressiva e participada, com a participação e igualdade de todos os portugueses, independentemente da raça ou cor e que eventualmente poderia talvez levar à independência das províncias»³². No entanto, a política que nos dois primeiros anos de 1968-1970 vai adoptar, ou seja, a continuação da luta em três frentes, que mantém a guerra a par da liberalização, vai ter custos políticos insanáveis num curto espaço de tempo. Ao realizar a revisão constitucional de 1971, percebe-se, como afirma Manuel Lucena, «que o ponto mais quente, que é a questão colonial, constata que se introduziram expressões novas, tais como regiões autónomas ou Estados honoris causa»³³. A partir de agora, Angola e Moçambique vão passar a ser designados por Estados. O tema colonial na reforma foi ambíguo, como foram sempre os seus propósitos de renovação. Utilizou sempre na mensagem escrita e falada uma forma dialéctica. Ao mexer na estrutura colonial, não poderia deixar de actuar também na metrópole como um todo. Ora, isso não aconteceu, ao prolongar a guerra acima de tudo fragilizada, muito pelo cansaço dos militares envolvidos nas três frentes em África. Aqui, como em todas as situações políticas/económicas, aos ultras e aos grandes empresários beneficiários do comércio e negócios com África, desagrada-lhes qualquer autonomia e defenderam a todo o custo o integracionismo imperial. Numa das suas *Conversas em Família*, em 1972, Marcelo interroga os portugueses:

«Guerra colonial? As províncias Ultramarinas estão em paz e ninguém nelas contesta a sua integração na Nação Portuguesa. Percorre-se a Guiné, anda-se pela vastidão angolana, desloca-se quem quer que seja de lés-a-lés de Moçambique e não encontra populações revoltadas [...]»³⁴.

No plano externo, o regime estava num crescente isolamento fruto desta política. A guerra tornou-se insustentável na componente económica, pois grande parte do orçamento é absorvido pelas despesas militares, sendo que a partir de 1973 começa-se a sentir o esboroar de toda a política/estrutura militar.

Há um grande ambiente de crispação na sociedade portuguesa, onde se discute abertamente nos ambientes estudantis e na oposição as razões da continuidade de uma guerra sem solução à vista. Começa-se a sentir uma acentuada agitação nas Forças Armadas, motivada pela constante rotação de oficiais, em especial subalternos, pela falta

³²*Idem*, p. 34.

³³LUCENA, Manuel, *A evolução do sistema corporativo português - II Marcelismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, p. 13.

³⁴*Conversa em Família*, realizada a 1972-07-03, transmitida pela RTP, Rádio Televisão Portuguesa, e pela Emissora Nacional.

de quadros de substituição nos teatros de operações, com aceleração motivado pela infeliz lei em que os oficiais do quadro permanente são ultrapassados pelos milicianos. Cria uma união corporativa contra a lei que em poucos meses se altera, onde parte da oficialidade pretende e consegue a queda do regime.

O mês de Abril de 1974 foi o final de todo o corolário de agitação política, social e militar que existia praticamente desde as eleições de 1972.

O governo endurece após a radicalização das oposições, como observa Hélder Miguel Marques, «ao mesmo tempo que aumentava a agitação estudantil contra a continuação da Guerra Colonial, que se tornava cada vez mais uma questão profundamente fracturante da sociedade portuguesa»³⁵; surgem grupos de extremistas maoístas, marxistas-leninistas bastante activos e acções armadas contra objectivos militares; católicos-progressistas manifestam-se em locais de culto contra o envio de militares para os teatros de guerra; vai havendo um pouco por todo o lado manifestações populares, greves e a consequente prisão de muitos populares.

No campo político, os apoios ao governo começam a desintegrar-se: dois dos mais representativos deputados da chamada Ala Liberal demitem-se, confrontados com a recusa das alterações propostas à Revisão Constitucional; na Alemanha constitui-se o *Partido Socialista*, criado a partir da *Acção Socialista Portuguesa*; realiza-se em Aveiro, no mês de Abril, o III Congresso da Oposição Democrática, ultrapassadas que foram as rupturas ocorridas em 1969 entre a CDE e a CEUD, veio revigorar o movimento de Oposição Democrática. Na importante *Declaração Final*, concluía-se:

«por fim que os três objectivos imediatos possíveis de atingir através da acção unida das forças democráticas eram o fim da guerra colonial, a luta contra o poder do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas, entendidos como meios de atingir o objectivo final da conquista do socialismo»³⁶.

No campo militar, o governo português vai sofrer um forte abalo pelo confronto que é colocado pela primeira vez com as Forças Armadas. Abrem-se fendas irreparáveis no grande suporte da ditadura. Na província ultramarina da Guiné surge um novo obstáculo. Os aviões da Força Aérea Portuguesa começam a ser abatidos por mísseis

³⁵MARQUES, Miguel Marques, “O movimento sindical durante o Estado Novo: estado actual da investigação”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, Universidade do Porto, III série, vol. 8, 2007, p. 311, disponível em <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim>, consultado a 28/10/10.

³⁶REIS, António, “III Congresso da Oposição Democrática. Dupla missão histórica”, *Seara Nova*, n.º 1723, 2013, pp. 4, 5.

soviéticos SAM-7. Este novo equipamento do PAIGC, em 1973, vai criar um grande impacto nas forças portuguesas, fazendo com que os aviões deixem de sobrevoar a Guiné. Começam neste ano a serem realizadas as reuniões secretas de oficiais, motivadas por um despacho do ministro da Defesa,³⁷ as reivindicações corporativas que serão o embrião do Movimento das Forças Armadas (MFA). Finalmente, o general António Spínola, então Comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné, vai publicar o livro *Portugal e o Futuro*³⁸, onde demonstra que, ao fim de 13 anos de combate em terras africanas, esta situação já não é possível continuar.

É um sinal dado ao governo e aos militares de que a guerra teria de chegar ao fim.

Os “duros” do regime depositam esperanças no general Kaúlza de Arriaga, para um eventual golpe militar, mas a manifesta incapacidade para arregimentar a oficialidade a seu favor torna este golpe impossível. Nestas horas vertiginosas, o regime treme, Marcelo pede a demissão, Américo Tomás recusa. Não receando os eventuais ataques vindos da direita, Marcelo, na vontade de vergar os chefes máximos das Forças Armadas e continuar a guerra, chama todo o generalato, que ficou conhecido como a “brigada do reumático”. Destacam-se as ausências de Costa Gomes e de Spínola, que seguidamente são demitidos. Demite os dois generais, mas tanto Marcelo como os restantes chefes militares não têm qualquer força na estrutura do exército e quem manda são os oficiais intermédios, que pretendem continuar a luta para acabar a guerra. O fim aproxima-se.

Quando, a 16 de Março, uma coluna com cerca de 200 militares, comandada pelo major Armando Ramos, do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha, se dirige para Lisboa, com o objectivo de derrubar o governo, é informada, já perto da capital, de que os militares de Lamego, Mafra e Vendas Novas não aderiram ao movimento, e assim esta iniciativa torna-se um fracasso.

Este sinal veio demonstrar o descontentamento dos militares e a convicção perante a população de que havia a necessidade de uma mudança na política colonial.

Do presidente da República, ao presidente do Conselho de Ministros e ao governo não se registou qualquer acção. As forças afectas ao regime, como a polícia política, a

³⁷Decreto-Lei 353/73, da autoria do general Sá Viana Rebelo, ministro do Exército do governo de Marcelo Caetano, que, dada a escassez de capitães do quadro, vai «Permitir a passagem dos oficiais do quadro especial de oficiais (Q.E.O.) aos quadros permanentes das armas de infantaria, artilharia e cavalaria, mediante a frequência de um curso intensivo na Academia Militar», disponível em <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/421424/details/maximized?filterEnd=1973-12-31&filterStart=1973-01-01&q=1973&perPage=50&fq=1973>, consultado a 03/03/20.

³⁸ O *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola, vai ser publicado a 22 de Fevereiro de 1974, pela Editora Arcádia.

GNR e militares coniventes com a governação, estão imobilizadas ou não têm a capacidade para tomar qualquer decisão. A conspiração principal seguiu impune e o país está suspenso.

Na madrugada do 25 de Abril de 1974 estava a revolução na rua, sem encontrar qualquer resistência. Os militares fiéis ao Movimento das Forças Armadas, ao ocuparem nesse dia, em Lisboa, sítios estratégicos, com adesão da população, vão provocar a queda do regime, com as consequências da finalização da guerra e o início das conversações com os movimentos independentistas das colónias. Chega ao fim o Império Colonial.

O tempo da ditadura chega ao fim. Ao fim de 48 anos, a ditadura cai. Abre-se a janela da liberdade que permitirá a democracia.

De todas as considerações possíveis que se possam tomar sobre o ideal político de Marcelo é que não acreditava na democracia.

1.1 – A emergência da Televisão, a política cultural e informativa. A reacção dos portugueses pela novidade televisiva e a sua influência e importância

Após os trabalhos preliminares, em 1954, de um grupo denominado “Grupo de Estudos de Televisão”, é criada, em 1955, pelo Decreto-Lei n.º 40341, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, que institui em Portugal uma emissora de televisão. A particularidade desta nova sociedade, RTP – Rádio Televisão Portuguesa, SARL, com o capital de 60 milhões³⁹, é a sua composição societária. Surge assim uma sociedade onde o monopólio social, maioritariamente privado, permite, não obstante, surgir um órgão de comunicação “governamentalizado” pelo Estado. A sede inicial foi nas instalações da Emissora Nacional, onde, aliás, seria assinada, a 15 de Dezembro de 1955, a escritura da constituição da nova emissora televisiva. A opção da escolha de privados (bancos) deve-se aos custos dos investimentos serem excessivamente elevados. Não era comum este tipo de sociedades nos regimes autoritários. No entanto, a RTP ficava totalmente subordinada ao governo e assim garantia a linha oficial do regime.

O ano de 1955 fica marcado como o período de máximo esforço de implantação da televisão no país. Nesse ano, Marcelo Caetano, já ministro da Presidência e interino das Comunicações, vai ter um papel decisivo no desenvolvimento e implementação da RTP.

³⁹TEVES, Vasco Hogan, *História da Televisão em Portugal, 1955-1979*, «o capital social dividido em terços que couberam ao Estado, às emissoras particulares de radiodifusão e ao público, pelas quais se tornaram desde logo responsáveis várias instituições bancárias», p. 29.

Uma das responsabilidades governamentais de Marcelo recaía nos assuntos da informação. Desde sempre um grande adepto da informação, vai conceber o esquema da sociedade, entre o Estado e os bancos. Quando, a 16 de Janeiro de 1956, no acto de outorga de serviço público de televisão, realizado no Palácio de S. Bento, Marcelo Caetano traça o rumo da empresa, como indica Rui Cádima: «A televisão é um instrumento de acção, benéfico ou maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer desse instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português»⁴⁰.

Para prosseguir a sua política de instrumentalização, presente em todos os órgãos de comunicação social, o regime não vai permitir qualquer dissonância político-ideológica, condicionando o novo projecto, seja pela escolha de profissionais, ou pelo controlo de toda a programação. Na escolha de quem vai dirigir a Televisão, Marcelo, mais uma vez, vai levar para esta nova sociedade homens de confiança: como presidente, escolhe o eng. Camilo de Mendonça⁴¹; já o dr. Domingos Mascarenhas será o responsável pelos serviços de produção⁴². Serão os homens fortes na fase de arranque da RTP.

Face ao fraco nível económico, a quase totalidade dos portugueses não tinha possibilidade de adquirir aparelhos de televisão. Os valores praticados eram caros e variavam, à moeda de hoje, entre os “4.000€ e os 10.000€”⁴³, o que tornava difícil a aquisição. O crédito ao consumo era bastante restritivo. Os lojistas permitiam a sua comercialização a prestações, sempre que havia garantia bancária ou outra, em letras, que em média eram de 24 prestações mensais. A título de exemplo, nos números publicados pela edição do *Anuário* da RTP⁴⁴, os televisores registados entre 1957 e 1958 foram 17.569. Estes valores vão aumentando anualmente de forma lenta até aos finais dos anos sessenta. No início dos anos setenta, o crescimento é significativo⁴⁵.

⁴⁰CÁDIMA, Francisco Rui, *Salazar, Caetano, e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 29.

⁴¹Camilo de Mendonça, próximo de Marcelo Caetano, pertenceu desde a primeira hora à “Tertúlia da Choupana”. Engenheiro de profissão, homem do regime, esteve como deputado nas VI, VII e X Legislaturas, procurador à Câmara Corporativa na IV e XI, além de outros cargos ligados aos Grémios.

⁴²Domingos de Mascarenhas foi convidado para o cargo de chefe dos *Serviços de Produção* (melhor seria: serviços de Produção e Programas, dado que, na altura, a responsabilidade era única) pelo presidente do Conselho de Administração, Camilo de Mendonça, em Agosto de 1956. Formado em Direito, que nunca exerceu, foi escritor, produtor e, principalmente, crítico de cinema. Era, também, um homem do regime, um estudioso da chamada *Revolução Nacional* e um *integralista*, consultado em <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe50/AsPrimeirasImagens/Pag5/default.htm>, retirado a 14/02/19.

⁴³Valores indicados num documentário emitido em 06/12/2007 pela RTP, da autoria de António Barreto e Joana Pontes, consultado em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/nos-e-a-televisao/>, e retirado a 08/02/2019.

⁴⁴Valores indicados no *Anuário da Rádio Televisão Portuguesa*, Lisboa, edição RTP, 1968, p. 245.

⁴⁵Os indicadores dados pelo *Anuário* da RTP, edição de 1972, Lisboa, p. 318.

Dez anos após a televisão ser inaugurada em Portugal, o número de receptores é de 305.623⁴⁶, representando um valor baixo para o número de famílias. No entanto, a cobertura no país já é satisfatória, como indica o *Diário de Lisboa*⁴⁷, num artigo intitulado “Faz hoje dez anos que ‘nasceu’ a TV em Portugal”. Para uma avaliação mais pormenorizada e demonstrativa das desigualdades entre os principais distritos (Lisboa e Porto) e algumas zonas do interior, veja-se como, no ano de 1968, o número de televisores instalados em Lisboa é de 128.047 e no Porto de 58.234, enquanto que em alguns distritos do interior a sua presença é insignificante: em Bragança existiriam 1.585 receptores; em Évora, 4.845; na Guarda, 3.522; em Portalegre, 3.451; Viana do Castelo, 2.909; e em Vila Real, 2.909⁴⁸. As razões podem ser múltiplas, desde a falta de corrente eléctrica na casa das famílias portuguesas até à fraca qualidade da penetração de sinal, mas, acima de tudo, motivadas pelos fracos rendimentos da população, o que pode assim explicar os valores demonstrados.

Lembremos que, em resposta à falta de distribuição de corrente eléctrica, o governo, a partir dos anos cinquenta, dá uma resposta para permitir aumentar significativamente a produção hídrica, embora a distribuição fosse insuficiente, por todo o país⁴⁹. No entanto, as obras são lentas, permitindo que grande parte do território, em especial no campo, não tivesse acesso à mesma. A novidade do anúncio da instalação da televisão em Portugal vai alterar em parte o modo de vida da população, em especial na vertente do entretenimento.

Um estudo realizado a nível nacional, em 1969, pela RTP⁵⁰, identifica quais são os programas mais vistos durante uma semana de Janeiro, para idades superiores a 14 anos.

Foram registados os seguintes valores: 1970 de 37.219; 1971 de 88.185; 1972 de 66.861 de televisores. O total desde 1958 a 1972 perfaz a quantidade de televisores registados de 543.882, para Portugal continental e ilhas.

⁴⁶*Ibidem*, referência no mesmo “quadro de aparelhos registados”.

⁴⁷*Diário de Lisboa*, ano 46, n.º 15.882, 07/03/67 1967, “Faz hoje dez anos que ‘nasceu’ a TV em Portugal”. Nesse artigo, o articulista traça a situação da televisão em Portugal, onde escreve que «97% da população metropolitana assiste, regularmente, em 95% do território, estão registados 210.000 aparelhos, verificando-se um aumento de 30.000 novos aparelhos, 15.000 dos quais em Lisboa (...) está concluído em definitivo a ligação à Espanha o que permite ligar à Eurovisão (...) e poderá chegar a todo o território nacional. (...) As estatísticas indicam que têm maior número de televisores os comerciantes e vendedores, seguidos de empregados de escritório, operários especializados e elementos das profissões liberais. (...) A região do País que com maior frequência vê TV é a Estremadura», p. 13 e 27.

⁴⁸Fornecido pelo *Anuário* da RTP, Lisboa, edição RTP, 1968, p. 246.

⁴⁹A produção e distribuição de energia eléctrica toma um impulso após a II Grande Guerra. No entanto, o seu desenvolvimento só surge nos anos cinquenta do século XX. Consultado em https://www.rtp.pt/noticias/pais/eletricidade-chegou-em-forca-a-portugal-ha-70-anos_a798066 e retirado a 06/02/2019.

⁵⁰Fornecido pelo *Anuário* da RTP, Lisboa, edição RTP, 1969, p. 258.

Na sequência dos mais vistos, surge em primeiro lugar a série o *Fugitivo* (EUA), com 17,98%; depois a série *O Santo* (EUA), com 14,57%; de seguida teatro (Port.) – *As primeiras cerejas do ano*, com 13,19%; *As nossas queridas mulheres*, com 7,26%; e folclore (Port.), com 6,76%. Nos três últimos, sem mencionar programas religiosos como a *Missa* e o *Dia do Senhor*, temos o *Momento Desportivo*, com 1,28%; *Domingo Desportivo*, com 1,23%; e *Fados*, com 1,03%. Embora o estudo não trace o perfil sociológico dos inquiridos, não identificando meios sociais ou ocupações profissionais, dá, porém, conta da tendência do gosto dos portugueses, onde o teatro em português surge no terceiro lugar das preferências e em último o fado.

O estudo adianta, ainda, que há grande aceitação pela população de anúncios publicitários, isto é, 46,38%, considera ter necessidade de conhecer novos produtos de consumo.

Outro dado de interesse é que 59,33% dos inquiridos assiste aos programas da RTP em casa, e os restantes em casas de amigos, nos cafés ou em clubes. Quem assiste à televisão nos cafés e clubes ou noutros locais são maioritariamente homens (87,21%). As mulheres são a audiência mais caseira.

Em 1972, a RTP atinge cerca de três milhões de espectadores no horário nobre⁵¹, mas já domina completamente o mercado do espectáculo, que ultrapassa este número, em várias ocasiões, isto é, a RTP era já um órgão de comunicação de massas.

Politicamente, Marcelo Caetano, enquanto presidente do Conselho, tirou todas as potencialidades que a televisão fornecia. Como bom comunicador, sem formalismos nem solenidades, soube escolher o programa de televisão adequado com as famosas *Conversas em Família*, onde procurava persuadir o público das políticas adoptadas. Como nota Mário Soares, «essa “primavera política” não chegou a florir»⁵².

A Televisão, usada para o controlo político nos dois períodos – salazarismo e marcelismo –, foi, como indica Rui Cádima, «mais marcadamente instrumentalizada, e objecto de propaganda ao regime, ao tempo de Marcelo Caetano do que com Salazar»⁵³.

⁵¹Fornecido pelo *Anuário* da RTP, Lisboa, edição RTP, 1972, p. 9.

No entanto, a RTP, quando transmite grandes espectáculos (por exemplo, o *Festival da Canção*), chega aos seis milhões de espectadores.

⁵²SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado: Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 657.

⁵³CÁDIMA, Francisco Rui, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 334.

Ao contrário, Caetano, como homem do seu tempo, vai usar a Televisão como um instrumento de propaganda, não só direccionado para a sua pessoa, mas como acção política. A RTP vai acompanhá-lo a todos os locais de Portugal continental e nas viagens a África, no intuito de estar presente no pensamento dos portugueses e, por conseguinte, de influenciar a aceitação das acções de carácter político, em especial na manutenção do que resta do Império.

1.2 – A censura como controlo político na imprensa diária e na televisão

1.2.1 – A censura como arma política e repressiva

Considera-se a censura à imprensa como a proibição, de forma parcial ou total, de informação, ou opinião, dirigida à sociedade. O seu propósito é o de evitar a crítica contra a ideologia de um regime político, bem como a constituição de atitudes que coloquem em causa o exercício do seu poder. Assim sendo, é considerada a maior inimiga da “liberdade de expressão”, estando sempre mais ligada a países de regimes autoritários, como era no tempo da ditadura. No entanto, a censura no Estado Novo recaiu, ainda, sobre todos os conteúdos dos órgãos de comunicação social, desde os anúncios, às fotos, desenhos, até aos títulos e legendas.

Entre 1933 e 1974, Portugal esteve sujeito a um regime político antidemocrático e antiliberal, que seguiu uma política «autoritária, antidemocrática, corporativa-nacionalista, de ideologia única e repressiva»⁵⁴. Até à década de sessenta, pôde contar com o apoio incondicional da alta hierarquia da Igreja católica na difusão da sua ideologia política.

A censura penalizou fortemente todos os meios culturais que, de uma forma ou de outra, pudessem contrariar os ideais do regime, fossem os livros, a imprensa, a rádio, os espectáculos, as artes plásticas, a música, o cinema e, mais tarde, a televisão. Todos eles foram sujeitos ao estrito controlo político por via de organismos do Estado que exerceram a censura e forte repressão, por vezes, com auxílio da polícia política.

A Constituição de 1933, apesar de assegurar a liberdade de expressão, previu que esta fosse sujeita a regulamentação posterior. Nesse ano, na dependência do ministro do

⁵⁴TORGAL, Luís Reis, *Estado Novo, Estados Novos*, 2.º ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 366-367. Para Torgal, tratava-se de um “fascismo à portuguesa”.

Interior, institucionaliza-se a Direcção dos Serviços de Censura, vocacionada para a censura prévia aos jornais, e *a posteriori*, aos livros e revistas estrangeiras.

Na Segunda Guerra Mundial, no contexto da previsível vitória dos Aliados, em 1944, a censura é integrada no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), o novo nome dado ao Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933. Como o secretário nacional é de escolha do presidente do Conselho e como este despacha directamente, a actividade da censura fica na dependência total e absoluta de Salazar. No imediato pós-guerra, com a vitória dos Aliados, o regime vai adaptar-se aos novos tempos, de feição democratizante, aligeirando, embora de forma controlada, a censura à imprensa. Com o início da Guerra Fria, regressa de novo o rigor censório que perdurará até à década de sessenta.

Em 1945, em Lisboa e no Porto, foram criados os Tribunais Plenários (TP). O legislador, ao criar estes TP, teve a intenção de defender o Estado, a fim de julgar acusações e delações contra a segurança do regime e, ainda, processos de liberdade de imprensa, não apenas circunscritos à matéria editada em jornais e revistas mas também em livros e outras publicações. No entanto, estes TP nunca funcionaram para reprimir os abusos de imprensa, pois a montante estavam “protegidos” pela acção da censura prévia, onde as infracções nunca chegavam à barra dos tribunais.

Quando chegou ao poder (1968-1974), Caetano já conhecia a realidade nos jornais e da censura, como governante e como colaborador. Começou cedo a trabalhar para os jornais. O percurso iniciou-se em 1926, na *Ordem Nova*, fez parte da redacção da *Ideia Nacional*, em 1927, e a partir de 1931 escreveu para o jornal *Jornal de Comércio e Colónias*. Em 1958, depois de sair do governo, redigiu, para o *Diário Popular*, 18 artigos em cerca de um mês sobre o II Plano de Fomento.

Desta forma, quando iniciou a governação, estava ciente da problemática da censura, que penalizava fortemente os jornais e revistas, não só pelos cortes, como pelo atraso no transporte ferroviário para a província. Em 1969, Raul Rego, no II Congresso Republicano de Aveiro, «calculou em cerca de novecentos mil escudos o prejuízo anual causado pela censura a um jornal menos conformista»⁵⁵.

No campo da imprensa, que é o que aqui nos interessa realçar, surge com naturalidade a aproximação de Marcelo, com quadros directivos dos vários *media*.

⁵⁵REGO, Raúl, *A Censura Prévia Administrativa em Teses e documentos: textos integrais*, vol. 1.º ed. Lisboa, Seara Nova, II Congresso Republicano de Aveiro, 1969, p. 174.

Mesmo antes de ser responsável pelo governo, já no período de 1942 e 1946, dera-se conta de como era importante o controlo dos meios de comunicação. Nesse período, como afirma Susana Cavaco, «Caetano funcionou de “ponte” entre os “rapazes” dos jornais e o Presidente do Conselho»⁵⁶.

Apesar das expectativas colocadas em torno do que poderia significar, em termos de restauração das liberdades, o novo governo presidido por Marcelo Caetano, o certo é que o funcionamento dos serviços de censura não sofre alterações, nem mesmo com a entrada em vigor de nova Lei da Imprensa, em 1972.

Podemos mesmo falar de uma linha de continuidade, que permite ligar o salazarismo ao marcelismo, aquela que respeita à censura que recaiu sobre a guerra colonial. Lembremos que o regime, desde o início da guerra colonial se tornou implacável em relação aos mais variados assuntos respeitantes aos territórios colonizados. Para além dos assuntos militares, diplomáticos, a censura preocupou-se com os escritores⁵⁷, os poetas africanos de expressão portuguesa, os ideólogos ou investigadores. A crítica tinha de ser “bem-intencionada”, “construtiva” e “integrada”, de forma a não ser riscada pelo famoso “lápis azul”. Acresce, como anota Arons de Carvalho, que a censura recaía até em determinadas palavras que não podiam ser escritas, como, por exemplo: «“proletariado”, “luta de classes”, “repressão”, “revolução”, “contradições”, etc. ou sendo preferíveis as expressões: “camadas menos favorecidas da população”, “antagonismos entre grupos sociais diversos”, etc.»⁵⁸ No entanto, na imprensa não comprometida com o regime, alguns jornalistas, de forma “habilidosa”, desafiavam a censura, procurando publicar determinadas críticas. A título de exemplo, num artigo de opinião, publicado no *Diário de Lisboa*, em 1972⁵⁹, sem estar assinado, mas escrito por José Saramago, intitulado “Devassas e Violações”, surge uma crítica a um texto emanado pela Câmara Corporativa, onde o parecer será «sobre todas as conversas podem ser ouvidas e gravadas;

⁵⁶CAVACO, Susana, *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista – Os Media no cruzamento de interesses políticos e negócios privados*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 131.

⁵⁷O “caso” do livro, *Luanda - Estórias*, da autoria de Luandino Vieira (pseudónimo de José Vieira Mateus da Graça), nascido no continente e, mais tarde, naturalizado angolano. A primeira edição, impressa nas oficinas do “ABC” em Luanda ocorreu em 1963. Em 1965, foi distinguido com o Grande Prémio da Novelística, da SPE (Sociedade Portuguesa de Autores). Em consequência da repressão que se seguiu pela censura e pela PIDE, a SPE foi encerrada e os membros do júri perseguidos e presos. O livro seria proibido e recolhido. Quando recebeu o prémio, o autor já estava preso e condenado a 14 anos de prisão. Acabou por ser enviado para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde passou oito anos. Os escritores Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira e Manuel da Fonseca, membros do júri, foram detidos pela PIDE, por premiarem um escritor em choque com a ditadura salazarista.

⁵⁸CARVALHO, Arons, *Censura à Imprensa na Época Marcelista*, 2.^a ed., Coimbra, Minerva, 1999, p. 47.

⁵⁹*Diário de Lisboa*, DL/Opinião, n.º 17.982, ano 52, 15/01/1973, p. 3.

um telefone, mesmo sobre o descanso, permite captar tudo quanto se diga no local», nos seguintes termos:

«Seja como for, importa chamar atenção do público para o que lhe diz respeito, informá-lo uma e muitas vezes de que a sua intimidade está em risco de desaparecer por completo, com o consentimento quase cúmplice das próprias vítimas. (...) Nenhum texto legal é forte bastante se não assentar na determinação dos cidadãos. A letra da lei será morta ou viva consoante estiverem mortos ou vivos o carácter e a consciência política, daqueles a quem ela deve de servir. (...) Muito mal, porém, correrão as coisas se na futura lei se mantiver o espírito que sobre esta mesma matéria está presente no Código Civil. Lá se diz que “todos devem guardar reserva quanto à intimidade da vida privada definida de outrem”, mas que “extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas”. Aberto o caminho, nunca se sabe aonde se vai parar. Ou sabe-se bem de mais...»⁶⁰.

Não obstante, o período do marcelismo seria pautado por algumas diferenças significativas, desde logo pelo debate mais alargado sobre o lugar que a censura tinha no regime.

Logo a 27 de Setembro de 1968, na primeira comunicação ao país, Marcelo Caetano promete mudanças, referindo: «As liberdades não podem ser a via do aniquilamento da liberdade. Não quero ver os portugueses divididos entre si como inimigos e gostaria que se fosse generalizando um espírito de convivência em que a recíproca tolerância das ideias desfizesse ódios e malquerenças»⁶¹. Neste contexto, em Maio de 1969, 171 jornalistas solicitam à direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas a convocação de uma assembleia-geral extraordinária para debater a posição da classe, face à decisão do governo de apresentar uma nova Lei de Imprensa, no intuito de defender e pugnar pela liberdade de expressão, de pensamento e acabar com a censura.

Assim, surgiu uma comissão que redigiu um projecto de Lei de Imprensa, aprovada pela classe em assembleia-geral, em Janeiro de 1970. Essa era constituída por José Carlos Vasconcelos, presidente e jornalista do *Diário de Lisboa*, além dos colaboradores, João

⁶⁰ SARAMAGO, José, *Devassas e Violações*, as opiniões que o DL teve, Lisboa, Seara Nova, 1974, p. 76 a 78.

⁶¹ CAETANO, Marcelo, discurso na Assembleia Nacional, dois meses após ter tomado posse como presidente do Conselho, em 27/11/68, na RTP Arquivos, consultado em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/discurso-de-marcelo-caetano/>, retirado a 27/09/19.

Arnaldo Maia do *O Comércio do Porto*, Adelino Cardoso e José Manuel Rodrigues da Silva do *Diário Popular* e Manuela Marques Alves do *Novidades*.

Esta iniciativa, como anota Cabrera, «resultava, assim, numa jogada de antecipação, tanto à Assembleia Nacional, como ao próprio Governo que só mais tarde apresentou uma proposta de lei de Imprensa»⁶².

Como afirma José Carlos de Vasconcelos, que «elaborou o projecto da Lei da Imprensa, como representante do Sindicato do Jornalistas, realizaram-se duas reuniões, com o grupo dos deputados da Ala Liberal, encabeçados por Pinto Balsemão. Nestas, cada grupo apresentou o seu projecto, e nunca houve a intenção do Sindicato em entregar ao grupo da Ala Liberal o seu projecto, mas sim uma convergência de opiniões em certos temas»⁶³. A rejeição do projecto da Ala Liberal foi total, assegurando uma vitória para o governo e para os incondicionais do regime, por não terem sido garantidas as liberdades que defendiam.

Assinado por 15 deputados da Ala Liberal⁶⁴, é apresentado na Assembleia Nacional, a 16 de Dezembro de 1970, um projecto de revisão de «cujo conteúdo não deram conhecimento a Caetano»⁶⁵. A proposta tratava de importantes alterações: liberdade de imprensa, eleição do presidente da República por sufrágio directo, autonomia do Ultramar, bem como a extinção de tribunais com competência para o julgamento de crimes políticos. Foi precisamente este texto que originou a ruptura entre os liberais e o chefe do governo. Este acontecimento causou tensão nas relações, ao ponto de Caetano considerar que constituiria um momento de mudança no seu governo, tal como explica no *Depoimento*: «Como nunca encontrei apoio seguro nos liberais, fui forçado a procurar esse apoio na maioria conservadora da Assembleia, facto da maior importância de que os liberais foram os únicos responsáveis»⁶⁶.

No entanto, Marcelo mantém a censura como instrumento imprescindível de governação, como reflecte Cabrera: «subtende-se no seu pensamento que a censura é uma necessidade tendente a criar obstáculos ou até eliminar os diversos factores e interesses

⁶²CABRERA, Ana Maria, “Os jornalistas no Marcelismo – dinâmicas sociais e reivindicativas”, *Media & Jornalismo*, (9) 2006, pp. 17-18, analisado em <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-01-Ana-Cabrera.pdf>, retirado a 09/02/2020.

⁶³VASCONCELOS, José Carlos. Entrevista concedida a José Manuel Sousa de Lencastre, a 15/10/19.

⁶⁴Sá Carneiro, Mota Amaral, Pinto Balsemão, Miller Guerra, Correia da Cunha, Pinto Machado, Henriques Carreira, Magalhães Saraiva da Mota, Martins da Cruz, Eduardo Nogueira, Macedo Correia, Joaquim Montanha Pinto, Valadão dos Santos, João Ferreira Forte e Conceição Pereira.

⁶⁵MARCELO, Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, ed. Record, 1974, p. 77.

⁶⁶*Idem*, p. 65.

que procuram intervir no processo informativo, de forma que, para o público, só passem ideias e opiniões filtradas e consonantes com os interesses do Estado que são afinal, os interesses do Governo»⁶⁷. Seguindo assim, segundo a mesma historiadora, uma estratégia que «contribui para que a Imprensa se mantenha dependente do poder político»⁶⁸.

A Assembleia Nacional acabou por aprovar uma nova Lei de Imprensa de 1971 (Lei 5/71 de 5 de Novembro) e o Estatuto da Imprensa (Decreto-Lei 150/72 de 5 de Maio). A censura manteve-se, mas passou a denominar-se *exame prévio*. Na prática, o controlo aos conteúdos dos jornais continuou a impedir, como até aqui, o questionamento, a crítica a reflexão em torno do exercício do poder político, das questões sociais, culturais e ideológicas que enquadravam a vida dos portugueses. A censura à imprensa só acabaria com as acções da Revolução dos Cravos, no dia 25 de Abril de 1974.

1.2.2 – A censura na Televisão

Já a 16 de Janeiro de 1956, Marcelo, como ministro da Presidência, no Palácio de São Bento, profere as seguintes palavras, no acto de outorga de serviço público de televisão, onde traça o rumo da empresa:

«A televisão é um instrumento de acção, benéfico ou maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O Governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer desse instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português»⁶⁹.

Pode-se considerar que desde a fundação a RTP esteve enquadrada por um forte controlo do poder político, cabendo-lhe zelar pela sobrevivência do regime e pela defesa dos valores do Estado Novo. Este quadro no essencial, imutável até ao fim do Estado Novo.

Esta realidade é visível nas palavras do deputado Manuel José Homem de Mello, durante um debate na Assembleia Nacional, em finais de 1972:

«Acresce que se trata de um meio de comunicação por tal forma poderoso e sedutor que o Estado tem o dever de zelar pela respectiva utilização, evitando que possa ser colocado ao alcance de hábeis manipuladores de opinião pública –

⁶⁷CABRERA, Ana, *Marcelo Caetano. O Poder da Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 59.

⁶⁸*Idem*, p. 93.

⁶⁹CÁDIMA, Francisco Rui, *Salazar, Caetano, e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Ed. Presença, 1996, p. 29.

insuficientemente preparada para se defender da forma mais lúcida e conveniente»⁷⁰.

Aos censores na televisão caberá zelar pelo “bom comportamento” da empresa, dos seus funcionários, devendo, também, “decidir” sobre a conveniência de todos e quaisquer textos ou programas, sob o aspecto moral, político e social, bem como combinar com o responsável da produção quais as condições (garantias dadas pelos entrevistados e entrevistadores ou decorrentes da natureza dos temas) em que poderão levar-se a efeito programas em directo, mais ou menos improvisados, tais como entrevistas, mesas redondas, etc. Tudo era controlado de forma a não surgir qualquer embaraço.

No entanto, surge um “problema” inesperado que vai alterar os programas em directo. Estava-se a 21 de Julho de 1964, e o programa era um *TV Clube*, com o cantor Francisco José, que cantou três ou quatro cantigas (os inevitáveis “Olhos Castanhos”, entre elas) e resolveu fazer uma pausa para conversar com o espectador. Começou por referir que os artistas portugueses lutavam tenazmente no Brasil para imporem as músicas do seu país. Até aqui, tudo bem. O pior veio a seguir, quando lamentou que esses mesmos artistas, cujo esforço em prol do país não era reconhecido, fossem discriminados também pela RTP, que não lhes oferecia retribuição digna, quando eles voltavam. Em contrapartida – foi dizendo –, a RTP não se eximia a pagar altos *cachês* a artistas estrangeiros, o que, no entender dele, Francisco José, representava uma grande injustiça.

E citou dois exemplos: Charles Trenet, que recebera o exorbitante valor de 60 contos⁷¹ por uma actuação; e Carmen Sevilha, que ainda recebera mais 40. Foi o silêncio dos responsáveis do programa. «E foi preciso que Francisco José avançasse para a câmara mais próxima e perguntasse, frontalmente, se podia continuar o programa. E que já não tinha mais para dizer, mas ainda lhe faltavam duas canções. O corte de emissão, que se seguiu, correspondeu à resposta»⁷². A partir deste acontecimento, a direcção de programas alterou todo o processo de produção em directo. Foi um escândalo nacional. O SNI abriu logo um inquérito ao artista, seguiu-se um processo em tribunal, mas Francisco José foi absolvido por pedir desculpas ao juiz.

⁷⁰SOUSA, Helena e SANTOS, Luís António, “RTP e Serviço Público, um percurso de inultrapassável dependência e contradição”, in Pinto Manuel *et al.* *A Televisão e a Cidadania: contributos para o debate sobre o serviço público*, Braga, Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, 2003, consultado em <https://core.ac.uk/download/pdf/55602643.pdf>, retirado a 10/02/2019.

⁷¹Os valores daquele tempo não reflectem os de hoje. O conversor da Pordata indica que o valor de hoje equivalente será de 5.348,29€. Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal>.

⁷²RTP, 50 Anos de História, *No reino do Directo*, consultado em <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe60/RTPAos10Anos/Pag30/default.htm>, retirado a 11/02/2019.

A partir dos anos setenta, o papel da televisão em Portugal vai-se afirmando cada vez mais no domínio da comunicação de massas, havendo uma nova orientação política na informação, usando o Telejornal como arma de propaganda do regime. Em 1972⁷³, a RTP atinge cerca de três milhões de espectadores nas horas de maior audiência, tornando-se num dos mais importantes órgãos de informação do país.

As notícias sobre a guerra colonial, a partir de 1961, até ao fim do Estado Novo, foram inicialmente dadas como “culpa” das potências comunistas, como indica Rui Cádima, aquando do funeral das vítimas ao assalto à cadeia de Luanda⁷⁴, onde a reportagem da RTP sublinha «dos heróicos defensores da ordem que tombaram para fazer frente a agitadores políticos de filiação comunista»⁷⁵.

Segundo Cádima, perante a guerra, a censura e a propaganda actuaram com zelo: «a resposta massiva que a partir daí irá ocorrer, seria também acompanhada por uma política de informação e propaganda extremamente agressiva na televisão, facto que aliás, já se vinha a fazer notar desde o início das hostilidades em Luanda»⁷⁶.

Em termos informativos, a censura impede os portugueses de seguirem a actualidade, no que respeita à guerra colonial, nas suas várias frentes em África. Só se divulgam notícias de acções heróicas dos soldados de “zonas pacificadas”, mensagens de Natal, balbuciadas frente às câmaras por soldados inexperientes no uso da palavra pública.

Ainda assim, apesar desta campanha propagandística, nada conseguiu impedir que na fase final do Estado Novo a opinião pública questionasse o regime e, em especial, a guerra colonial.

⁷³Fornecido pelo *Anuário* da RTP - Rádio Televisão Portuguesa, Lisboa, edição RTP, 1972, p. 9.

No entanto, a RTP, quando transmite grandes espectáculos (por exemplo, o *Festival da Canção*), chega aos seis milhões de espectadores.

⁷⁴Na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961, grupos de angolanos, armados, sobretudo com catanas, procuraram assaltar a Casa de Reclusão Militar, a Cadeia da Administração de São Paulo, a Companhia Móvel da PSP, a Companhia Indígena e os Correios de Luanda. Resultado: sete elementos das forças de segurança e cerca de 15 atacantes mortos, um número indeterminado de feridos e também um sinal claro de que a harmonia colonial era um mito.

⁷⁵CÁDIMA, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 74.

⁷⁶*Idem*, p. 79.

2 – A Imprensa Portuguesa: entre a Continuidade e a Inovação

O estabelecimento da censura contribuiu para que o sector da imprensa escrita se mantivesse fortemente vinculado às elites, não atraindo investimento nem inovação tecnológica. Acresce que a censura ajudava no esforço, levado a cabo pelo regime, de despolitizar os portugueses, não incentivando o interesse pelos negócios públicos.

A debilidade da imprensa portuguesa deve desde logo atribuir-se à impossibilidade de expansão das suas tiragens, devido ao elevado índice de analfabetismo: na década de 1960, este atingia 26,6% de homens e 39% de mulheres. Na década seguinte, baixou para 19,7% nos homens e nas mulheres 31% (total 25,7)⁷⁷. O panorama dos jornais não era animador. No início da década de sessenta, as redacções estavam envelhecidas e dispunham de pouco investimento financeiro e técnico. Nesta década, alguns jornais apostam na inovação, contratando uma nova geração de jornalistas, adoptando novos formatos, procurando atrair mais publicidade, de forma a contrariar as fracas tiragens.

No início da década de sessenta, outros problemas de preocupante resolução: a falta de jornalistas com formação especializada em diversas áreas; a qualidade dos jornalistas sujeitos à autocensura; o investimento em tecnologias de impressão; a dificuldade em desenvolver jornalismo de investigação, etc.

A censura não podia deixar de estar presente na forma como se avaliavam os profissionais da imprensa. Num debate em 1968, Francisco Pereira de Moura, em referência ao *Estatuto da Imprensa*, explica a razão da falta de especialistas nos jornais, referindo: «Ora, eu sei que não escrevem para a Imprensa, não trazem a sua contribuição para ajudar a formar a opinião pública, pura e simplesmente porque conhecem tristes experiências de mutilação de artigos e trabalhos sérios e bem-intencionados»⁷⁸. Sobre os reflexos da censura na qualidade jornalística, Mário Neves, sintetiza:

«O primeiro prejuízo resulta para a pessoa que escreve, obrigando-a a uma espécie de autocensura, que aniquila todo o espírito de iniciativa, tirando a espontaneidade ao que escreve. (...) Em primeiro lugar, a responsabilidade em pode incorrer ao abordar temas que estejam, porventura, incluídos no âmbito das restrições estabelecidas, em segundo lugar, a preocupação de que o que pretende transmitir, mesmo que verse matéria sujeita à Censura, possa ser publicado. (...) Cria-se, assim, um estado de

⁷⁷Pordata, *Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo*, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>, consultado a 05/01/2020.

⁷⁸MOURA, Francisco Pereira de Moura, *Estatuto da Imprensa*, Lisboa, Prelo Editora, 1969, p. 44.

espírito que conduz à adulteração do profissionalismo, fazendo com que vá, progressivamente, diminuindo o brio profissional. Um dos mais graves reflexos desta nefasta circunstância na vida jornalística é, pois, a meu ver, a baixa de nível do nosso jornalismo»⁷⁹.

Sobre este tema, do âmbito da censura não poder já ser circunscrito à actuação dos organismos do Estado, José Barreto sublinha: «Nas redacções dos jornais, por seu turno, antes de actuar o lápis do censor oficial, intervinha a censura interna, exercida pelos responsáveis redactoriais, e a chamada autocensura, praticada pelos jornalistas. Esta censura espontânea, expressando o elevado grau de interiorização do sistema censório por parte das redacções, era muitas vezes uma medida de antecipação ao lápis azul ditada por razões de economia e eficácia, uma vez que os cortes acarretavam sempre despesas suplementares e, por vezes, atrasos na saída dos jornais, com as consequentes quebras de venda»⁸⁰. Alguns jornalistas, porém, afirmam, como é o caso de Mário Zambujal, «não sentir pressão das chefias, consideram que na sua rotina procuram antes tornear a censura, tentando usar termos ou palavras que não levassem a censura a devolver os artigos»⁸¹. Mas é difícil aceitar que não existia autocensura, como bem referiu Graça Franco, numa síntese, onde definia o dia-a-dia num jornal: «Com a institucionalização da censura, nomeadamente após a Grande Guerra, o processo de sujeição dos jornais simplificou-se consideravelmente, apoiando-se no funcionamento paralelo de uma instituição real que se denominava “autocensura”. O jornalista só escrevia o que achava susceptível de “passar”; as chefias, preocupadas com a feitura do jornal, só deixavam passar o que não tivesse hipótese de ficar retido (e atrasar o jornal) nos serviços de censura; a direcção só permitia o que não levantasse problemas à saída do jornal e, por último, a prova seguia o caminho que a censura deliberasse»⁸².

No entanto, de forma quase imperceptível, com a chegada dos anos sessenta, vai chegar às redacções uma nova geração de profissionais, verificando-se extraordinários progressos ao nível da profissionalização jornalística. Na entrevista a Fernando Correia, afirma: «o panorama do meio jornalístico vai alterar-se a partir dos anos sessenta, não só

⁷⁹NEVES, Mário, *Estatuto da Imprensa*, Lisboa, Prelo Editora, 1969, p. 28.

⁸⁰BARRETO, José, “A Censura em Portugal (1926-1974)”, in *Dicionário da História de Portugal*. Org. de António Barreto e Maria Filomena Mónica, vol. VII, suplemento, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 278.

⁸¹ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

⁸²FRANCO, Graça, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 137.

com o aparecimento de jovens vindos das universidades, mas também da modernização tecnológica da feitura dos jornais. Vai-se criando uma melhor profissionalização na classe jornalística»⁸³. Ana Cabrera refere o marcelismo como um período decisivo para a entrada de novos jornalistas: «os totais de jornalistas entre 1960 e 1974, eram no início da década de 353, para um universo de 717 em 1974, o que corresponde a um aumento de 103,1%. Entre 1968 a 1974, passa-se de 473 para 717»⁸⁴. Talvez o aspecto mais determinante seja o facto dos novos profissionais terem maior formação: «Com a licenciatura em 1960, existem 12% e, com frequência do ensino superior, esse valor baixa para 8%. No entanto, já em 1973, o valor baixa nos licenciados para 9%, sendo que os que frequentam as universidades sobe para 19%»⁸⁵.

Note-se que nas décadas anteriores o ingresso nos jornais era feito através de conhecimentos pessoais ou familiares, isto é, de uma abordagem ao director ou ao chefe de redacção. Não teriam grande instrução, mas apenas uma característica: «tinham jeito para a escrita»⁸⁶. Eram mal pagos e trabalhavam em vários títulos, de manhã num jornal e à noite noutro. Um duplo que há vezes chegava a triplo.

A falta de vínculos tinha como contrapartida a falta de verdadeiros profissionais do jornalismo, capazes de zelar pela sua autonomia. Como referem Correia e Baptista, «A deontologia profissional era uma expressão que estava muito pouco vulgarizada. (...) Era comum a situação de jornalistas que aceitavam a colaboração e avenças em publicações oficiais, que ficavam comprometidos com o regime e outras práticas, quando recebiam elevadas remunerações (para a época) presentes em Assembleias Gerais, para que escrevessem em texto nos jornais»⁸⁷. Era uma forma de acumularem valores mensais e dependências pouco consentâneas com a profissão que diziam exercer.

A profissão era essencialmente masculina, as mulheres, já nos anos sessenta, rareavam nas redacções. Joaquim Letria afirma a este respeito: «gostávamos de estar na redacção do jornal à vontade e dizermos aquilo que queríamos»⁸⁸.

Diana Andringa refere que: «mesmo no final dos anos 60 eram muito poucas as mulheres nas redacções»⁸⁹. Maria Antónia Palla descreve o que passava, em 1968, no

⁸³CORREIA, Fernando, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 04/09/19.

⁸⁴CABRERA, Ana, *Marcelo Caetano: O Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 146.

⁸⁵*Idem*, p. 77.

⁸⁶CORREIA, Fernando, entrevista a 17 de Julho de 2019. Concedida a José Manuel Sousa de Lencastre.

⁸⁷CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 58.

⁸⁸LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/09/19.

⁸⁹ANDRINGA, Diana, entrevista a 11 de Setembro de 2019. Concedida a José Manuel Lencastre.

Diário Popular: «Nessa altura, uma mulher não podia entrar na redacção. Escrevia com total liberdade sobre peças de teatro, sobre livros, entrevistava escritores, actores, artistas plásticos, etc. De um modo geral, os directores das publicações onde estive aceitavam as minhas sugestões»⁹⁰. Motivados pelas lutas académicas, afirmou Eugénio Alves, «estes jovens jornalistas, voluntaristas, tendencialmente com ideologia contrária ao regime, vão criar uma nova era»⁹¹. Cabrera refere: «Vão procurar inovar, trazendo novos temas nacionais e internacionais, entrevistas, reportagens, e sobretudo dedicando-se com empenho à elaboração de suplementos»⁹². Na mesma entrevista, Eugénio Alves diz «quando estive no *Diário de Lisboa*, fazia muitas reportagens e levava comigo quase sempre o fotógrafo. Muitas vezes dava sugestões ao Vítor Direito (chefe de redacção) e ele aceitava»⁹³.

Muitos jornais de governação familiar passam a ser dirigidos por profissionais, vulgarizando-se a abertura de concursos para estagiários. «Mas sobretudo os grandes grupos económicos, perante a hipótese, em pleno marcelismo, de alguma abertura na lei de imprensa adquirem as empresas que controlam os jornais e revistas, visando adquirir prestígio, fazer uso dos meios de comunicação social, como meio de pressão política, ou mesmo para melhorarem a publicidade dos seus produtos»⁹⁴.

Na verdade, coincide este período, também, com uma transformação muito significativa na transferência de propriedade das principais empresas jornalísticas. Em grande medida, tal deve-se ao período de grande desenvolvimento da economia portuguesa, como afirma o economista Silva Lopes ao reconhecer «que os treze anos compreendidos entre 1960 e 1973, como o período glorioso do crescimento económico português sem paralelo na história nacional»⁹⁵. No entanto, as empresas que controlavam os jornais passavam por dificuldades financeiras. A historiografia⁹⁶ demonstra que os principais grupos financeiros e económicos portugueses apostaram na aquisição dos

⁹⁰PALLA, Maria Antónia, entrevista intitulada *Mulheres de Abril: Testemunho de Maria Antónia Palla*, dada ao site Esquerda.net, a 30/05/2017, disponível em <https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-testemunho-de-maria-antonia-palla/48964>, consultado a 13/12/2019.

⁹¹ALVES, Eugénio, comenta que «não sendo ainda licenciado, entrou nas lutas académicas e alguns colegas tentaram o jornalismo». Entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

⁹²CABRERA, Ana, *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 240.

⁹³ALVES, Eugénio, *Idem*.

⁹⁴Estas ideias, foram apresentadas por Susana Cavaco, no livro *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista – Os Media no Cruzamento de Interesses Políticos e Negócios Privados*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

⁹⁵LOPES, José da Silva, *A economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 2002, p. 15.

⁹⁶As investigações de Ana Cabrera, Carla Baptista, Fernando Correia Mário Matos e Sousa ou Susana Cavaco.

jornais diários de Lisboa e Porto por três grandes razões: poder, publicidade e pressão política. Dos treze jornais diários que se publicavam nas duas maiores cidades portuguesas, Lisboa e Porto, seis passaram a ser propriedade destes grupos⁹⁷.

A *Capital*, vespertino, surge com nova série em 1968, onde o principal investidor, a Sociedade Gráfica Capital (SGC), do Banco Borges & Irmão, 1970, passa para a SEGE, encabeçada por Queiroz Pereira, com o apoio de Marcelo Caetano. O *Comércio do Porto*, matutino, fundado em 1908, e em 1973 nas mãos da família Silva Cardoso, vendeu 70% ao Grupo Quina, accionistas do Banco Borges & Irmão e Fonecas & Burnay. O *Diário do Norte*, vespertino, criado em 1949, sendo director e fundador António Ferreira Cruz, em 1971, na sequência, das dificuldades financeiras, é adquirido pela mesma empresa que comprara A *Capital*. O *Diário Popular*, vespertino, de tendência⁹⁸, criado em 1942, tendo como lema “O Jornal de Maior Expansão no Mundo Português”, cuja empresa é composta por vários sócios, foi vendido em 1946, a maioria a um grupo que pertencia à família Pinto Balsemão. Era um jornal lucrativo, com muita publicidade e grandes tiragens. Em 1971, foi vendido ao Grupo Borges, do Banco Borges & Irmão, liderado por Miguel Quina. O *Jornal do Comércio*, matutino, a empresa detentora do jornal foi adquirida, em 1970, por uma empresa ligada ao Banco Borges & Irmão, onde Miguel Quina vai presidir ao Conselho de Administração. O *Século*, matutino, desde a década 30, nas mãos de João Pereira Rosa, foi substituído pelo filho Guilherme Pereira da Rosa, em 1962, e é vendido posteriormente, em 1972, ao banqueiro Jorge de Brito, do grupo Banco Intercontinental Português (BIC).

Perante estas mudanças no campo jornalístico, vão surgir novos empresários abertos à modernização, como Ruella Ramos (*Diário de Lisboa*) ou Pinto Balsemão (*Diário Popular*), no início da década de sessenta, e onde se deve destacar, já em pleno marcelismo, o aparecimento do *Expresso*, em 1971.

Já no que toca à alteração tecnológica mais premente, ou seja, a necessidade de adoptar o *offset*, esta decorreu lentamente e exigiu um investimento de capital

⁹⁷LEMOS, Mário Matos, *Jornais Diários portugueses do Século XX: Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, pp. 160, 170, 285, 318, 393.

⁹⁸O *Diário Popular* publicou o primeiro número a 22 de Setembro de 1942. Como demonstração do seu apoio ao regime, em artigo de fundo na primeira página com o título “*Razões de Presença*”, onde esclarece os motivos e objectivos: «(...) é preciso despertar a consciência nacional no que ela seja - o nacional é o social por excelência - (...) todos sentem e vibram com a grandeza do Império e com o seu passado prestigioso e heróico, que a notável obra realizada pelo Estado valorizou extraordinariamente».

enormíssimo que «deixou os jornais de gatas»⁹⁹. Representou um custo financeiro com graves consequências futuras. O primeiro a ter o *offset* foi o *Diário de Lisboa*, em 1972, o que lhe permitiu um melhor aspecto gráfico e resolução fotográfica, com vista a captar mais leitores e mais publicidade. Porém, os objectivos não foram alcançados, não havendo retorno imediato. Da parte dos jornalistas mais antigos estas mudanças não foram bem aceites.

Um tema recorrente na historiografia portuguesa diz respeito à veracidade dos valores das tiragens dos jornais diários, no período final do Estado Novo. Como Palmeiro confirma, «no período do Estado Novo, não havia a obrigação oficial dos jornais publicarem as tiragens diárias, o que, naturalmente, conduz a diversas visões ou opiniões que carecem, todas elas, de rigor historiográfico. Normalmente, na época, as informações dadas pelos directores ou os donos dos jornais, serviam para os valorizar, tendo um objectivo meramente comercial»¹⁰⁰.

No inquérito, por nós organizado, aos antigos jornalistas do *Diário de Lisboa*, quando se referem aos valores indicados das tiragens, fazem-no sempre com precaução e, antes de indicarem as quantidades, afirmam sempre em “média aproximadamente” ou “prevista ou na casa de...”¹⁰¹.

Dispomos, porém, de um estudo realizado em 1970¹⁰² pela Norma – Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas, Lda., para a revista *Informação, Cultura e Turismo*, da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), que analisa, com base em entrevistas a 7000 indivíduos em Portugal continental, no período compreendido entre 30 de Março e 3 de Maio de 1970, os hábitos de leitura dos jornais e revistas. É importante sublinhar que estes são avaliados segundo diferentes categorias, como o sexo, idade, classe de rendimento, profissão, sendo ainda indicados os 9 (nove) jornais preferidos e os assuntos de maior interesse.

⁹⁹CABRERA, Ana, Marcelo Caetano e a Imprensa, entrevista dada à revista, n.º 26, *Jornalismo e Jornalistas*, a 26/06/2006, pp. 38-47.

¹⁰⁰PALMEIRO, João, presidente da API, Associação Portuguesa de Imprensa. Entrevista concedida a José Manuel Lencastre, a 14/02/20.

¹⁰¹Valores indicados nas entrevistas concedidas a José Manuel Lencastre.

¹⁰²CASTRO, Oliveira e, “Mosaico dos Mass Media (III)”, *Revista, Informação, Cultura e Turismo da Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT)*, n.º 3, Agosto-Outubro, 1970, p. 172.

Quadro I – Audiência geral e hábitos de leitura¹⁰³1970

<i>Diário de Notícias</i>	21,6 %
<i>O Século</i>	15,8 %
<i>Diário Popular</i>	15,3 %
<i>Primeiro de Janeiro</i>	13,2 %
<i>Jornal de Notícias</i>	9,5 %
<i>Diário de Lisboa</i>	7,6 %
<i>Comércio do Porto</i>	7,3 %
<i>A Capital</i>	5,0 %
<i>Diário de Coimbra</i>	2,1 %

Destacam-se os matutinos, em Lisboa, o *Diário de Notícias* e o *Século*, e no Porto, o *Jornal de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro*. O *Diário Popular* é o principal vespertino, provavelmente devido ao investimento e modernização levados a cabo nos anos sessenta, como atrás referimos. Nos jornais, as notícias de maior interesse recaem “sobre acidentes e desastres” (12%) e assuntos do “dia-a-dia” (10,5%). É de referir que a “vida social” (1,6%), “assuntos técnicos e científicos” (1,4%) e “actualidades”, fecham as preferências.

Na imprensa não diária sobressaem os jornais desportivos, onde o preferido é *A Bola* (15%), seguido do *Mundo Desportivo* (4%).

Nas revistas lidera a *Crónica Feminina* (18,2%), seguida pela *Flama* (15,9%). Quanto às leituras por género, os homens lêem mais jornais que as mulheres, e os jovens, até aos 34 anos, são os que mais lêem a imprensa diária.

¹⁰³ *Idem*. Ambos os quadros são retirados desta revista. Este estudo refere-se ao período entre 30 de Março e 3 de Maio de 1970, englobando a imprensa diária, imprensa não diária, revistas, rádio, televisão e cinema, pp. 103-113.

JORNAIS (Entre 30/03/70 e 03/05/70)	SEXO		IDADES					
	M	F	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	> 64
1 – Diário de Notícias	11,6%	9,9%	5,6%	4,4%	3,6%	3,1%	2,5%	2,1%
2 – O Século	9,1%	6,7%	4,6%	3,0%	2,6%	2,4%	1,8%	1,1%
3 – Diário Popular	8,8%	6,5%	3,8%	4,0%	2,9%	2,1%	1,4%	0,9%
4 – Primeiro de Janeiro	7,7%	5,5%	3,3%	2,9%	2,4%	1,8%	1,3%	1,2%
5 – Jornal de Notícias	5,4%	4,0%	2,6%	2,2%	1,5%	1,5%	1,0%	0,5%
6 – Diário de Lisboa	4,9%	2,6%	2,4%	2,0%	1,0%	1,1%	0,5%	0,3%
7 – Comércio do Porto	4,3%	2,9%	1,8%	1,3%	1,7%	1,0%	0,9%	0,3%
8 – A Capital	2,5%	2,4%	1,1%	1,4%	0,7%	0,7%	0,4%	0,3%
9 – Diário de Coimbra	1,4%	0,6%	0,6%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	-

2.1 – Diário de Lisboa

A criação do *Diário de Lisboa* deve-se ao banqueiro António Vieira Pinto, que decide fundar um jornal republicano, com o apoio financeiro de Cândido Sotto Mayor e dos irmãos Tomás e Rafael Bordalo Pinheiro. O primeiro número foi publicado numa quinta-feira, a 7 de Abril de 1921, distinguindo-se por ser o primeiro vespertino português publicado em formato tablóide. Teria uma longa vida, encerrando a 30 de Novembro de 1990.

O primeiro director foi Joaquim Manso, que se manteve no cargo interruptamente, até ao seu falecimento, a 11 de Setembro de 1956. Seguiu-se Norberto Lopes, entre 12 de Setembro de 1956 e 10 de Novembro de 1967, e depois, António Ruella Ramos, entre 11 de Novembro de 1967 e 15 de Dezembro de 1989¹⁰⁴.

Nasce um «novo jornalismo», com o aparecimento do *Diário de Lisboa*, afirma Jacinto Baptista¹⁰⁵. Criar um jornal diferente, desde a fundação, foi a preocupação, tanto

¹⁰⁴Os dois últimos directores seriam: Mário Mesquita, entre 18 de Dezembro de 1989 e 28 de Setembro de 1990, e António Pedro Ruella Ramos, de 1 de Outubro de 1990 a 30 de Novembro de 1990.

¹⁰⁵CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão, Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 22.

dos proprietários, como das direcções, para ser lido maioritariamente pela intelectualidade portuguesa. Para alcançar este objectivo procurou seguir uma linha editorial que, não obstante os constrangimentos que lhe foram sendo colocados, garantisse o tratamento jornalístico de temas importantes para a sociedade portuguesa, preocupações políticas sem cedências, bons jornalistas e colaboradores. Foi a forma encontrada para garantir um leitor certo e fiel. Como afirmou Joaquim Manso, «O *Diário de Lisboa* abre as suas colunas aos que queiram e possam bater-se pelo seu credo literário, artístico ou filosófico»¹⁰⁶. Mais tarde, Norberto Lopes, ao recordar os princípios e os valores do *DL*, afirma: «Joaquim Manso não funda apenas um jornal, cria uma escola de jornalistas. Dá-lhes mais liberdade, mas exige-lhe a maior liberdade»¹⁰⁷.

No seu primeiro número, em 1921, apresenta-se aos seus leitores: «O *Diário de Lisboa* será um jornal moderado. (...) A muitos parecerá revolucionário (...) Este jornal que hoje inicia a sua publicação, sob os auspícios dum acontecimento nacional – homenagem aos soldados desconhecidos, escolheu esta data para mais vivamente fixar a intenção de dar ao nome português toda a paixão da sua alma crente nos destinos e na raça. (...) procurará sempre defender e indicar quais as ideias e as razões morais que mais pronta e intimamente hão de concorrer, para que se reconstruam as sociedades que indisciplinadamente jogam o seu porvir em tão desvairadas aventuras». Conclui, para elogiar «os dois obscuros heróis que hoje atravessaram a cidade que neles reconheceu a sua dor e a sua alegria, morreram num sublime acto de fé»¹⁰⁸. A importância da cultura é parte integrante das intenções do jornal, que nesse dia anuncia a publicação da novela da autoria de Aquilino Ribeiro intitulada *O Esconjuro*. E o leitor pode ainda ler a crónica “Rua do Oiro”, onde mistura poemas de António Ferro e desenhos de Almada Negreiros.

Para manter o interesse dos leitores, os responsáveis do jornal vão criar, em 1933, o *Diário de Lisboa: Edição Mensal*. Esta ideia serve para os lisboetas saberem o que se tinha passado no mês anterior. Esta iniciativa editorial durou apenas quatro números, publicadas entre 15 de Maio e 10 de Agosto de 1933, relativos aos meses de Abril a Julho desse ano.

¹⁰⁶Presença de João Gaspar Simões: *Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento*, Colecção Bibliografias, org. Biblioteca Nacional, Lisboa, 2003, p. 104.

¹⁰⁷LOPES, Norberto, “discurso do 45.º aniversário do jornal”, *Diário de Lisboa*, ano 46, n.º 15556, a 08/04/1966, pp.1 e 10.

¹⁰⁸*Diário de Lisboa*, vespertino, n.º 1 de quinta-feira, 7 de Abril de 1921. O jornal tinha 8 páginas e 4 colunas, com o formato 41x28; a partir de 18 de Dezembro de 1989, passa para 38x29. O director e accionista era Joaquim Manso.

O jornal, ao longo do tempo, motivado pela procura, vai aumentando os leitores, cada vez mais interessados nos conteúdos, e assiste-se a uma trajectória de aumento de páginas. Começou na fundação com 8 páginas a 4 colunas, passando, a partir dos anos quarenta, a ter 16. Chegados aos anos sessenta, surgiu a vontade de ampliar o jornal para 24 páginas, a que se juntava todos os dias 8 ou 16 páginas de suplementos sobre desporto, mulher e a criança, críticas, temas científicos, sociais e políticos, entrevistas, etc.¹⁰⁹

De entre os colaboradores destaca-se Almada Negreiros (1893-1970), uma figura incontornável do período modernista, ou Stuart Carvalhais (1887-1961), caricaturista, humorista, ilustrador, pintor e autor de banda desenhada, acolhidos no seio do jornal.

Mais tarde o “Suplemento Literário” de João Gaspar Simões, sempre com elevação e inteligência, e escolha criteriosa de livros, procurando, como ensaísta, esclarecer, relacionar, orientar e encorajar. Mesmo com subtilidade, JGS procura publicitar escritores comunistas ou afectos, como aconteceu a 17 de Dezembro de 1942, onde refere os dois livros premiados num concurso literário, *A Pesca do Bacalhau*, por João Pedro de Andrade, e *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes.

Ao longo do tempo, nomes como José Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, Carlos Porto, Alexandre O'Neill, Eduardo Prado Coelho, João César Monteiro, Isabel Barreno ou Teresa Horta deram cor, nos vários temas escolhidos, desde literatura, ao teatro ou ao cinema. Na secção “Vida Literária e Artística”, além dos indicados, sobressaem os escritores e críticos literários José Régio, Mário Dionísio ou Mário Sacramento. A crítica ia-se sobrepondo à nebulosa censura.

A historiografia¹¹⁰ tem salientado o carácter inovador do conteúdo deste jornal, sobretudo dos seus suplementos, devido à qualidade intelectual dos seus colaboradores, às temáticas tratadas e ao sucesso junto dos leitores. A aposta editorial nos suplementos foi uma constante e tomada a sério.

Em 1957, o jornal lança o *Diário de Lisboa Juvenil*. De início apenas com uma página, passa a suplemento, no ano seguinte, já com quatro páginas. São responsáveis Augusto da Costa Dias, Mário Castrim e Manuel Salgueiros, com ilustrações de Tóssan (António Fernando dos Santos) e Figueiredo Sobral. Com a saída de Augusto da Costa

¹⁰⁹Referências retiradas do *Jornais Diários Portugueses do Século XX - Um Dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, pp. 256-260.

¹¹⁰A historiografia tem dado importância a este tema, salientando-se aqui os historiadores como Ana Cabrera, Carla Baptista, Fernando Correia e Susana Cavaco, que têm produzido inúmeros trabalhos.

Dias em 1961, Mário Castrim passa a dirigi-lo, até 1970, sendo substituído por Alice Vieira.

Houve a preocupação, neste suplemento, de criar nos jovens a apetência pela leitura e de os atrair para a escrita, o que veio a acontecer. Desde o início foi um êxito junto do público jovem, conseguindo fidelizar mais de dois mil amigos (como se chamavam, tendo cada um uma ficha de inscrição com o respectivo número). Segundo Sérgio Ribeiro, o “Juvenil”: «Teve enorme importância pelos jovens que mobilizou (e “formou”) e o Castrim foi a sua “alma”, e antecedeu a mudança que representou a responsabilidade pelo “Canal da Crítica”»¹¹¹.

Neste suplemento¹¹² procura-se a colaboração de jovens com idades entre os 13 e os 18 anos, além de concursos, palavras-cruzadas, adivinhas e crónicas várias. Surgem histórias e protagonistas divertidos, como Eusébio Maldonado, o mundialmente famoso detective Pararraios, que dava a cara, com o seu inseparável funil, para antecipar as suas estapafúrdias aventuras e do seu ajudante Basílio Sopito; as crónicas da escritora Maria Helena da Costa Dias, “Animais, esses desconhecidos” e outras de grande sucesso. Importante é também sublinhar a acção do Tossan, que imprimiu o seu cunho ao “Juvenil”, desenhando cabeçalhos de rubricas e ilustrações que recheavam as séries de continuação, além de ilustrar alguns dos poemas de Castrim. Neste suplemento há um poema de Castrim, com ilustração de Tossan, intitulado “Caracol”, em que o primeiro verso, muito juvenil, começava assim: «Caracol; caracolinho; tu que vais; pelo caminho; com os pezinhos; ao Sol; tem cuidado; caracol; cuidadinho»¹¹³. Ao longo dos anos, conseguiu fidelizar os “amigos”, sendo um pequeno polo de dinamização cultural. Como frisa Alice Vieira, este suplemento teve grande importância: «Quase todos os que são hoje grandes escritores passaram por lá, como a Hélia Correia, a Luísa Ducla Soares, o Francisco Craveiro de Carvalho, e tantos, tantos outros. Eu também comecei lá, tinha 15 anos»¹¹⁴. Uma homenagem sentida de Diana Andringa:

«Lembro-me, sim, que devo ao Castrim a emoção de ver, pela primeira vez, aquilo que escrevia “fora de mim”, como se fosse um outro e pudesse olhar-me de longe, como se pudesse ler-me como lia os outros que então escreviam nessa parte do jornal que semanalmente devorava, o Juvenil. Esses outros que me pareciam inatingíveis e, de

¹¹¹RIBEIRO, Sérgio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 18/09/19.

¹¹²*Diário de Lisboa*, de 26/07/58.

¹¹³*Diário de Lisboa Juvenil*, de 22 de Março de 1958.

¹¹⁴VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

repente, por um milagre de paginação, se tornavam meus próximos, meus pares – ou, mais correctamente, de quem, como que por milagre, surgia o meu par»¹¹⁵.

Houve sempre a preocupação do *Diário de Lisboa* com os seus leitores e de uma forma diversificada. Todos os dias havia um suplemento. Na segunda era “Desporto”; na terça, “Moda Feminina”; na quarta, “Automobilismo”; na quinta, “Literário”; e na sexta, a “Mesa Redonda”.

Nos anos sessenta, surge irreverente, com estilo mordaz, de escrita fácil e de qualidade, o suplemento satírico “A Mosca”, coordenado por Luís Sttau Monteiro, um alvo predilecto da censura. Pela crítica e “brincando”, os seus textos serviam muitas vezes para incomodar o regime. E destaquem-se os textos de José Cardoso Pires ou de Luís Sttau Monteiro com a sua inefável “Guidinha”, que se tornaram um regalo para os leitores.

Em 1965, Castrim é convidado pela direcção do *Diário de Lisboa* para fazer crónicas diárias sobre o novo meio de comunicação social, a televisão. Castrim aceita o desafio de ser o primeiro crítico televisivo português. Vai usar a mestria de ironia e humor como forma de colocar em causa programas televisivos e os múltiplos abusos da propaganda do regime. Foi um êxito. Como afirma José Carlos de Vasconcelos, «ajudou muito na venda do jornal»¹¹⁶. A opinião de Cesário Borge, que foi jornalista do *DL* entre 1972 e 1974, confirma-o: «Nesta altura, a crónica de Castrim era essencial ao jornal, ou seja, não concebíamos a edição sem as crónicas do Castrim, sempre de grande qualidade e, nalguns dias, verdadeiramente excepcionais»¹¹⁷.

Em 1967, o *DL* cria um suplemento económico, coordenado por Sérgio Ribeiro, onde se reflecte sobre a evolução económica, negócios e investimentos, movimentos da bolsa, etc. Já em pleno marcelismo, em 1969, sai o primeiro número do suplemento, intitulado “Mesa Redonda”, com 11 páginas. Procurava-se uma abordagem crítica à actualidade política portuguesa e internacional. Como refere um dos intervenientes, Sérgio Ribeiro, «não houve um patrono para este suplemento. Foi a necessidade que tanto a direcção, como os jornalistas sentiram para analisarem as eleições que se iriam realizar a 26 de Outubro desse ano, num clima de aparente abertura, na chamada “Primavera Marcelista” e vai mais longe ao referir que “teve muita importância política em período

¹¹⁵ANDRINGA, Diana, gentilmente escrito para esta tese.

¹¹⁶VASCONCELOS, José Carlos, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 08/10/19.

¹¹⁷BORGA, Cesário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 05/06/19.

de grande efervescência”, o coordenador foi José Rodrigues Fafe»¹¹⁸. O primeiro número deste suplemento sai a 20 de Julho de 1969¹¹⁹. Começa então a colaboração de João Abel Manta (1988-1992), cartoonista, que chega a ser levado a tribunal, pela obra, “Festival”, publicada em 1970, no *Diário de Lisboa*, “sob o argumento de desrespeito à bandeira nacional”. No primeiro debate realizado neste suplemento, intitulado “Vale a Pena Discutir”, intervieram Elsa Anahory, Helena Pato, Joaquim Benite, José Fernandes Fafe, Manuel de Azevedo, Sérgio Ribeiro e Urbano Tavares Rodrigues, onde o tópico é o próprio debate. Nunca os jornais tinham tido esta ousadia.

Por último, refira-se que, em 1972, o *Diário de Lisboa* começa a publicar um novo suplemento, intitulado a “Mulher”¹²⁰.

A publicação destes suplementos foi importante, porque permitiu o surgimento no espaço público de uma maior diversidade de temas e protagonistas, de várias actividades profissionais, de várias ideologias e credos.

A tendência política do *Diário de Lisboa* foi desde o início republicana, tendo, no período do Estado Novo, prosseguido com uma postura crítica face ao regime, sobretudo visível nas duas crises do regime, na pós-Segunda Guerra Mundial (apoia a campanha do MUD), e durante a campanha de Humberto Delgado, em 1958. Porém, nos anos sessenta, o *Diário de Lisboa* tornou-se num jornal crescentemente aberto às várias oposições ao regime e no marcelismo o jornal acolhia já múltiplos descontentamentos.

Em 1972, o *Diário de Lisboa* começou a publicar anonimamente uma rubrica intitulada “As opiniões do DL”, da autoria de José Saramago, que vai durar dois anos. Como disse o autor, no intróito do livro que posteriormente publicou com estas crónicas, «foi um trabalho de intervenção política, que ocupou lugar digno no processo de esclarecimento em que andamos empenhados»¹²¹. Saramago procurou, na maioria das vezes, partir de comunicados ou intervenções governamentais para os rebater. Por exemplo, em 1973, sob o título “Sobreviver, ou Viver?”, a respeito da afirmação do ministro da Educação de que o “arame farpado da ignorância será eliminado”. Escreve

¹¹⁸RIBEIRO, Sérgio, colaborador assíduo do suplemento “Mesa Redonda”, do *Diário de Lisboa*.

¹¹⁹*Diário de Lisboa*, publicado numa sexta-feira, 20 de Junho de 1969, no ano 49, n.º 16702. Na primeira folha, vêm realçadas as razões desta publicação, onde afirma: «O *Diário de Lisboa* começa hoje a publicar um novo suplemento “Mesa Redonda”, com o qual julga ir ao encontro do interesse dos seus leitores e de uma necessidade cada vez mais premente de exposição e debate dos mais importantes problemas do nosso tempo».

¹²⁰*Idem*, o suplemento a “Mulher”, do ano 51, n.º 17679, de domingo, 12 de Março de 1972. A título de exemplo, nesse dia, nas páginas 14 e 15, os temas eram a dieta de Sofia Loren, a moda actual e o que os ingleses levam de roupas ao concurso de Munique.

¹²¹SARAMAGO, José, *As opiniões que o DL teve*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

Saramago: «A nossa dificuldade de viver, tanto mais que esse mesmo “arame farpado” nos foi proposto, durante longuíssimos anos, como um ideal de vida, a expressão de uma sabedoria suprema que se refugiara neste canto da Terra e preciosamente nos escolhera e contemplara... Voltando ao ponto: propomos que sempre que se pronuncie a palavra “sobrevivência”, aplicada ao futuro do povo português, se explique que coisas nos acontecerão se não sobrevivermos, pois certamente não é da extinção física que se trata...»¹²².

A conotação oposicionista do *DL* foi uma grande atracção para a nova geração de jornalistas. Como afirmou Mário Zambujal¹²³, «o ambiente de trabalho liberal, chamava jornalistas próximos de esquerda ou mesmo de esquerda, onde havia a natural cumplicidade». Na direcção, Norberto Lopes era tido como um moderado de esquerda e Mário Neves, como mais próximo do PCP. Mas a redacção era aberta a diversas sensibilidades políticas, dando, como exemplo, Félix Correia, um velho jornalista que alinhara com o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, tendo sido director da revista *Esfera*, revista ilustrada germanófila. Na juventude, foi o primeiro jornalista a entrevistar Hitler, antes de este ter chegado ao poder. No entanto, como frisou Joaquim Letria, «foi um jornalista exemplar, cujas crónicas da Guerra Civil de Espanha deveriam ser estudadas nos cursos de Jornalismo. Foi um ser muito bonito que era querido por todos naquela redacção onde, de resto, sempre existiu um ambiente de grande camaradagem. Nunca houve ninguém que ele profissionalmente não tivesse ajudado e o seu relacionamento era de grande cordialidade e a qualidade profissional irrepreensível»¹²⁴.

O *Diário de Lisboa* também se distinguiu por acolher mulheres na sua redacção. Antónia de Sousa refere a propósito: «em 1966, fui para o *Diário de Lisboa*. Colocaram-me numa sala sozinha, pois não podia misturar-me com o ambiente masculino, pouco próprio para uma senhora. Nem sequer me explicaram como funcionava o jornal»¹²⁵. No entanto, Alice Vieira reconhece que havia jornalistas que gostavam de estar separadas da redacção. «Havia a Manuela de Azevedo, que escrevia sobre teatro e artes plásticas, e que fazia muita questão de estar separada para não ouvir asneirolas... e a Maria Judite de Carvalho, era uma pessoa extraordinária, mas muito reservada»¹²⁶.

¹²²*Idem*, p. 135.

¹²³ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

¹²⁴LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 06/11/2019.

¹²⁵TAVARES, Manuela, *Femininos – Percursos e Desafios (1947-2007)*, Lisboa, Textos Editores, 2011, p.197.

¹²⁶VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

A meio dos anos sessenta, no *DL*, vai surgir uma nova geração que se vai adaptar, num curto espaço temporal, às novas maneiras de escrever na redacção. Como refere Eugénio Alves, «lembro-me de começar a escrever à mão, depois à máquina por causa do *offset*, depois as teclas dos computadores»¹²⁷.

No entanto, vai assistir-se, como afirma Susana Cavaco, «a uma “grande renovação no jornal” com ajuda de jovens jornalistas como Joaquim Letria, José Carlos de Vasconcelos, Fernando Assis Pacheco, Mário Castrim, entre outros»¹²⁸. Em Abril de 1969, surge o suplemento a “Mosca”, que teve grande êxito, dirigido por José Cardoso Pires. Na entrevista a Susana Cavaco, José Cardoso Pires afirma: «queríamos um jornal diferente, mais novo, ousado, mas dentro da linha de seriedade que era a marca e fizera o prestígio do *DL*»¹²⁹.

Os testemunhos que recolhi de jornalistas que trabalharam no jornal, desde a década de sessenta, até ao fim do Estado Novo, conferem textura à aridez dos documentos e permitem compreender que a vida nas redacções não era a preto e branco. Estes homens e mulheres procuraram, por um lado, garantir a qualidade da publicação, contrariando a autocensura e, por outro, não deixar de respeitar o compromisso com a viabilidade financeira do jornal, evitando os inevitáveis atrasos resultantes das decisões dos censores. Este era o dia-a-dia dos jornalistas. Como afirma Cesário Borga, «No *DL*, a direcção não limitava os conteúdos, os jornalistas eram livres de escrever e publicar as notícias e comentários e não havia entendimentos da redacção com a censura. A “abertura” marcelista da censura nunca beneficiou o jornal»¹³⁰. Aliás confirmado por Alice Vieira: «No *DL*, os textos só eram cortados pela comissão de censura. Nenhum chefe de redacção cortava fosse o que fosse. No *DL*, não havia concordância com o regime, sabíamos que não podíamos falar de certas coisas e de certas pessoas, mas fazíamos malabarismos de metáforas para que os leitores entendessem. Por isso, éramos os mais retalhados pela censura. No “Juvenil”, sempre retalhado, tínhamos sempre um suplemento pronto para entrar se o outro fosse cortado»¹³¹.

Dos muitos jornalistas e colaboradores que passaram por esta casa, desde o primeiro número, com destaque significativo na sociedade portuguesa, intelectuais e artistas, não

¹²⁷ALVES, Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

¹²⁸CAVACO, Susana, *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista – Os Media no Cruzamento de Interesses Políticos e Negócios Privados*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 393.

¹²⁹*Idem*, p. 398.

¹³⁰BORGA, Cesário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 05/06/19.

¹³¹VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

querendo ser exaustivo, poderemos salientar: Aquilino Ribeiro (desde o primeiro número do jornal), António Botto, João de Barros, Almada Negreiros, Jaime Cortesão, António Sérgio, José Régio e Ramada Curto, na primeira fase, e mais tarde, personalidades como Mário Sacramento, Alexandre O'Neil, Carlos Botelho e João Abel Manta. Pela redacção passaram jornalistas que igualmente ficaram na história do jornalismo português, onde realçamos: Artur Portela, Artur Portela Filho, António Ferro, Álvaro Salema, Alice Vieira, Antónia de Sousa, António Lopes Ribeiro, Carneiro Jacinto, Cesário Borga, Carlos Veiga Pereira, Carlos Ferrão, Diana Andringa, Eugénio Alves, Eduardo Prado Coelho, Fernando Assis Pacheco, Fernanda Mestrinho, Fernando Correia, Fernando Soromenho, Félix Correia, Isabel da Nóbrega, João César Monteiro, José Cardoso Pires, José Jorge Letria, José Saramago, José Leite Pereira, José Freire Antunes, Judite de Carvalho, José Carlos de Vasconcelos, Joaquim Benite, Luís Sttau Monteiro, Lauro António, Mário Castrim, Manuel de Azevedo, Mário Vieira de Carvalho, Marina Tavares Dias, Mário Zambujal, Manuela de Azevedo, Manuel Silva Costa, Mário Neves, Maurício de Oliveira, Norberto Lopes, Neves de Sousa, Pedro Alvim, Ribeiro Cardoso, Orlando Dias Agudo, Raúl Rego, Sérgio Ribeiro, Torquato da Luz, Urbano Tavares Rodrigues, Vítor Direito, Vilaverde Cabral e outros.

Como referimos atrás, num inquérito realizado, em 1970, sobre hábitos de leitura em Portugal, o *Diário de Lisboa*, no final da década de sessenta, era o segundo jornal vespertino mais lido em Portugal, e, à semelhança da restante imprensa, os seus leitores eram homens e jovens¹³². Um estudo efectuado em 1967, sob a direcção do Codes¹³³, concluiu que, entre a população estudantil universitária, os jornais mais lidos eram o *Diário de Notícias* (41,2%), o *Diário Popular* (36%) e o *Diário de Lisboa* (34,4%). Neste período, o número de estudantes do ensino superior era pouco elevado, como se pode verificar nos anexos indicados.

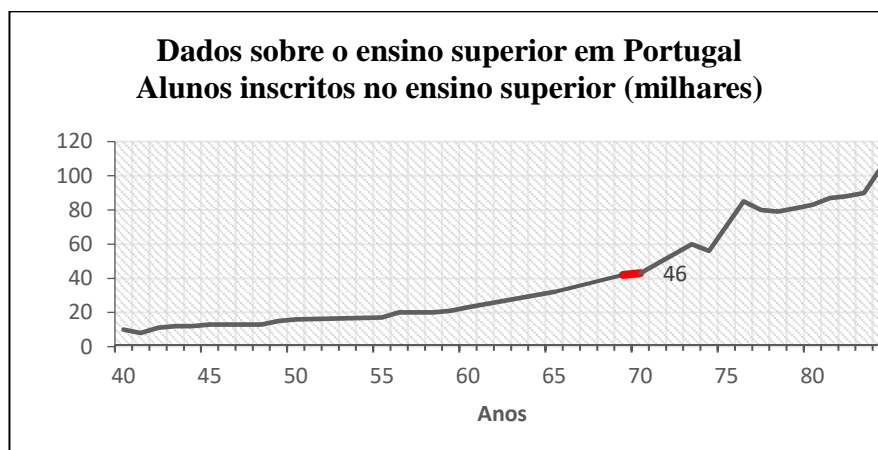
Podemos analisar que a taxa de escolarização do ensino superior, em 1970, era de 3,2% da população portuguesa, e o gráfico mostra os alunos inscritos neste período no ensino superior.

¹³²OLIVEIRA, Castro e, “Mosaico dos ‘Mass Media’ (III)”, *Revista Informação, Cultura Popular e Turismo, Revista da Secretaria de Estado da Informação e Turismo*, Anuário n.º 4, ano 1970, pp. 105-123.

¹³³CODES – Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Económico, com o apoio da Fundação Gulbenkian.

Taxas de escolarização no ensino superior (a) 1940 a 1981 (%)				
1940	1950	1960	1970	1981
0,9	1,3	1,6	3,2	4,7

Nota: (a) n.º de estudantes com 18-24 anos que frequentam o ensino superior (excepto 1981: estudantes com 15-24 anos) / População total com 18-24 anos. Fonte: INE, Recenseamentos da População.



INE, Estatísticas da Educação: Anuário Estatístico 1984/85)¹³⁴

A curva de alunos inscritos demonstra ser evolutiva, mas lenta, nos anos setenta, demonstrando os poucos portugueses que frequentavam o ensino superior. Os dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que em 1960 eram 23.877 (H 11.839, M 7.0379) e em 1970 eram 46.019 (H 26.139, M 20.080)¹³⁵.

Este é um dos sectores sociais que demonstraria, durante o marcelismo, possuir um elevado grau de politização, visível nas movimentações estudantis que se iniciam em 1969 e se prolongam até 1974.

Os leitores do *DL*, como confirma o último director, António Pedro Ruella Ramos, «l não eram necessariamente de esquerda ou de direita. Eram pessoas da média burguesia, cultos, engenheiros, advogados, médicos, professores, se calhar até eram relativamente conservadores, mas gostavam da independência do jornal»¹³⁶. Além de pretenderem

¹³⁴Instituto Nacional de Estatística (INE), Estatísticas da Educação, Continente e Ilhas Adjacentes, 1970, Capítulo V, pp. 115-127, disponível em, https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpaginumber=10&PUBLICACOEScolecao=107698&PUBLICACOEStipo=ea&selTab=tab0&xlang=pt.

¹³⁵*Idem*.

¹³⁶FERNANDO, Correia, BAPTISTA, Carla, *Jornalistas: do Ofício à Profissão. Mudanças no jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 163.

aumentar o número de leitores, havia a necessidade de angariar mais receitas em publicidade.

Nesta época, não havia a obrigatoriedade por lei dos jornais indicarem as tiragens diárias. No entanto, os inquiridos dão uma amostragem das vendas do *DL* e a comparação com outros jornais, como, por exemplo, no caso do Joaquim Letria, quando afirma que «as vendas do *DL* estavam estabilizadas em 40 mil exemplares e o *Diário Popular* vendia o dobro»¹³⁷. Já José Carlos Vasconcelos observa: «A ideia que eu tenho do *Diário de Lisboa*, por essa altura, é que é capaz de andar em cerca de 30 mil, e o *Popular* não sei se seria normalmente 40 mil, 50 mil. Depois haveria esses picos, mas não faço ideia. O *Popular* era o que vendia mais, e depois era o *Diário de Lisboa*. A *Capital* menos, muito menos, e a *República* muito menos ainda. No Porto ainda não era o *Jornal de Notícias*, houve uma altura em que era o *Primeiro de Janeiro*»¹³⁸.

No entanto, num estudo efectuado, a diferença de percentagem entre o *DL* e seu adversário directo, o *Diário Popular*, era muito acentuada. Este último contabilizava quase o dobro de leitores (15,3%) face ao *Diário de Lisboa* (7,6%)¹³⁹.

Saliente-se que, após o falecimento do fundador do jornal, Joaquim Manso, a 11 de Setembro de 1956, torna-se Norberto Lopes¹⁴⁰ o director do *Diário de Lisboa*, com assento, por inerência, na administração da Renascença Gráfica. Como director-adjunto Mário Neves, que entra em funções a 29 de Novembro de 1958.

Vão manter-se juntos, e com a cumplicidade que os une, na forma como deve ser dirigido o jornal, até à demissão em 1967 de Norberto Lopes e Mário Neves, em conflito com a administração. São estas as personalidades que dirigem o jornal no período da segunda crise. Como afirma José Carlos de Vasconcelos, «Apesar da presença diária de Norberto Lopes, a maior parte das decisões, ideias e iniciativas vinham do director-adjunto Mário Neves (...), tinha muitas ideias»¹⁴¹. Na entrevista concedida, Mário Zambujal, afirma que «Norberto Lopes, assumia sempre a feitura da “Nota do Dia”, o que era pouco vulgar nos jornais da época»¹⁴².

¹³⁷ LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 06/11/19.

¹³⁸ VASCONCELOS, José Carlos, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 08/11/19.

¹³⁹ Quadro I – Audiência geral e hábitos de leitura de 1970. Verificar no fim as pp. 42, 43.

¹⁴⁰ LEMOS, Mário Matos; VARGUES, Isabel Nobre, *Jornais diários portugueses do Século XX – Um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, pp. 256-258.

¹⁴¹ CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão, Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 174.

¹⁴² ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

A direcção e os jornalistas trabalhavam na mesma sala. Os directores estavam de frente para todos os jornalistas. Havia o natural convívio, com respeito. Como interpreta Fernando Correia, era bom o ambiente, «onde, aliás, o *Diário de Lisboa* tinha uma redacção bastante homogénea sob o ponto de vista da solidariedade de grupo»¹⁴³.

Vão surgir três crises, como indica Fernando Correia, sendo «a primeira em 1961, devido a problemas laborais; a segunda ocorreu em 1967, resultante da resistência da direcção e de alguns jornalistas em aceitarem as mudanças tecnológicas; a terceira deveu-se à crise económica e ao encerramento, a 1 de Outubro de 1990»¹⁴⁴.

As dificuldades nas vendas e na angariação de publicidade nunca deixaram de ser discutidas no jornal, e vão no futuro provocar grandes alterações no aspecto tecnológico.

No dia 7 de Abril de 1965, na capa do *Diário de Lisboa*, comemorando o 44.º aniversário da sua existência, há um artigo de fundo intitulado “Continuidade”, onde, mesmo perante as dificuldades naturais do posicionamento político, além das normais dificuldades económicas das empresas proprietárias dos jornais, se salienta o distanciamento do *DL* perante a concorrência: «A linha invariável da sua conduta, a coerência das suas atitudes e a independência que tem mantido sempre, através de todas as dificuldades, conferem-lhe uma autoridade que ninguém ousará negar-lhe. (...) Divergem, como é natural, as opiniões a nosso respeito e é diferente, segundo a maneira de pensar de cada um, o conceito em que somos tidos. (...) O *Diário de Lisboa* tem a consciência plena que serve a escol da inteligência nacional e que satisfaz os anseios da opinião republicana do País, que constitui ainda a maior força política em que os governantes têm de se apoiar»¹⁴⁵.

No dia seguinte, Norberto Lopes, no jantar comemorativo do jornal, refere no discurso: «O nosso prestígio na nossa opinião pública é cada vez mais animador e o nosso profissionalismo não pede meças a ninguém»¹⁴⁶.

No entanto, António Ruella Ramos, administrador delegado, sendo um gestor profissional, estudava a forma de aumentar as vendas e garantir mais publicidade, de forma a concorrer directamente com o *Diário Popular*¹⁴⁷, mas mantendo a independência

¹⁴³CORREIA, Fernando, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 20/11/19.

¹⁴⁴*Idem*.

¹⁴⁵*Diário de Lisboa*, capa, ano 45, n.º 15197, 07/04/1965.

¹⁴⁶LOPES, Norberto, capa, *Diário de Lisboa*, ano 45, n.º 15198, 08/04/1965.

¹⁴⁷Em plena 2.ª Guerra Mundial (22 de Setembro de 1942) surge nas bancas o vespertino *Diário Popular*, que, ao longo da publicação, mostrou ser um jornal com grande estabilidade, tanto na organização como na apresentação. Encerrou a 28 de Setembro de 1991.

do poder político e do económico. Considerava importante tornar mais atractivo o jornal e, para isso, considerava ser imprescindível investir na rotativa *offset*, o que permitiria não só transformá-lo graficamente, como dotá-lo de maior qualidade e rapidez na impressão, substituindo o sistema tradicional de “tipografia de chumbo”. O investimento necessário para esta operação excedia em muito as possibilidades económicas da Renascença Gráfica.

Assim, António Ruella Ramos vai nomear Lopes do Souto, como responsável de publicidade do *DL*, com a responsabilidade acrescida de estudar e preparar o jornal para este investimento, fazendo com que fosse o primeiro jornal com esta nova tecnologia. Como declara Joaquim Letria, «o sr. Lopes do Souto, durante anos director da redacção do Porto e administrador do *Primeiro de Janeiro*, foi o autor da modernização gráfica do *DL*, com notável visão do futuro da imprensa»¹⁴⁸.

Em 1965, Norberto Lopes, no discurso efectuado, na presença de todos os que trabalham no jornal, informa-os sobre a aquisição dos equipamentos *offset*: «prepara-se para novas iniciativas em matéria de equipamento, a fim de atender às necessidades do presente e de prever as contingências do futuro, como é dever de quem governa e de quem administra»¹⁴⁹. Mas não deixa de advertir: «Num dos primeiros aniversários que celebrámos, quando em torno do *Diário de Lisboa*, rondavam já apetites suspeitos e cobiças mal disfarçadas»¹⁵⁰.

Entretanto, Pereira da Rosa (administrador) vende, em Novembro de 1967, por 18 mil contos¹⁵¹, a sua posição de 1/3 do capital da Renascença Gráfica, sendo adquirida pelo Banco Nacional Ultramarino, por pertencer ao Estado. Como confirma Joaquim Letria, «O BNU entra no jornal por ordem do residente do Concelho, Oliveira Salazar, através da compra de 33%, que eram pertença do sr. Guilherme Pereira da Rosa, dono do *Século*, e sócio da família Ruella Ramos. Houve uma hábil manobra política»¹⁵². Segundo Maria Antónia Palla, «essa operação terá sido encomendada ao BNU por Salazar, não para lançar uma investida sobre o *DL*, mas para evitar mexidas em *O Século*»¹⁵³. Já para Mário Neves, «o alvo era o *DL*, que se tratou do “primeiro” ensaio de Salazar para

¹⁴⁸LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 06/11/19.

¹⁴⁹*Diário de Lisboa*, ano 46, n.º 15556, 08-04-1965, p. 10.

¹⁵⁰*Idem*, p. 10.

¹⁵¹O conversor da Pordata indica que o valor de hoje equivalente será de 1.604,49€. Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal>.

¹⁵²LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 06/11/19.

¹⁵³CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 179.

dominar um jornal incómodo»¹⁵⁴. Mais tarde, já no vespertino, *A Capital* declara: «Aproveitando a oportunidade que se lhe ofereceu, inesperadamente, de tomar posição no capital da respectiva empresa, o ditador deu pessoalmente instruções a determinado estabelecimento bancário para adquirir a parte que aparecera à venda. (...) o perigo latente de uma submissão ao poder económico que podia conduzir, aliás de acordo com evidentes intenções da operação, ao domínio do poder político»¹⁵⁵. É de sublinhar Mário Neves, que, além se ser primo de Marcelo Caetano, afirmou numa entrevista, à Rádio Televisão Portuguesa, «que mesmo sendo republicano e intransigente, fui sempre tolerante e compreensivo e me dei sempre bem com toda a gente, e é verdade que conservo uma recordação positiva, em certos aspectos, com algumas dessas figuras»¹⁵⁶. Desta forma, poderemos considerar que Mário Neves, ao sustentar o que disse, saberia das intenções de Oliveira Salazar em relação à aquisição de parte do *Diário de Lisboa*. No entanto, José Jorge Letria tem uma visão diferente deste período: «O *Diário de Lisboa*, sendo jornal de esquerda, não interessava ao regime, por um lado, mas, por outro, convinha-lhe ter, a nível mediático, umas vozes discordantes ou moderadamente discordantes, para também haver uma descompressão psicológica e ideológica, que era fundamental para uma certa estabilização do regime, que já se encontrava numa fase final, de degradação e decadência, que viria a abrir as portas para o 25 de Abril»¹⁵⁷.

Em 1967, vai dar-se uma alteração na estrutura da propriedade do jornal, e, ao mesmo tempo, vão agudizar-se as relações entre António Pedro Ruela Ramos, com Norberto Lopes (director) e Mário Neves¹⁵⁸ (director adjunto), segundo José Carlos de Vasconcelos, em entrevista dada a Susana Cavaco, dizendo que a «Direcção receava as implicações que o investimento exigido na modernização tecnológica pudesse ter na independência do jornal»¹⁵⁹. Como afirma Raul Alves Fernandes, na entrevista concedida

¹⁵⁴*Ibidem*.

¹⁵⁵Jornal *A Capital*, 21/02/79, p. 4.

¹⁵⁶Mário Neves: “O Repórter”, Parte I, Entrevista biográfica, concedida à RTP, a 1987-01-01, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mario-neves-o-reporter-parte-i/>, consultado a 18/10/19.

¹⁵⁷LETRIA, José Jorge, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/12/19.

¹⁵⁸Mário Neves (1912-1999) entrou para o *Diário de Lisboa* em 1931 (depois de se ter iniciado no jornalismo em 1929), foi jornalista, redactor e repórter, passando a ser director adjunto em 1958. O verdadeiro responsável pela feitura do *DL*. Primo de Marcelo Caetano, licenciou-se em Direito, já como jornalista. Como repórter de guerra, denunciou a responsabilidade das forças nacionalistas do massacre de Badajoz, durante a Guerra Civil de Espanha, e fez duas grandes reportagens sobre este assunto. É o autor da célebre pergunta ao general Humberto Delgado durante as eleições presidenciais de 1958: «Sr. General, o que vai fazer de Salazar, se ganhar as eleições?», perguntou Mário Neves na conferência de imprensa no café Chave D'Ouro, em Lisboa. Delgado respondeu: «Obviamente demito-o». Como diplomata, foi o primeiro embaixador de Portugal em Moscovo depois do 25 de Abril de 1974.

¹⁵⁹*Idem*, p. 392.

a Susana Cavaco, «Mário Neves acusa de querer “mexer no jornal”»¹⁶⁰. Havia um mal-estar, não só entre a administração e os directores do jornal, que se vai acentuar também com os jornalistas da redacção. Daniel Ricardo afirma que Mário Neves «o acusou de ingerência no campo da competência exclusiva da direcção, o que, na época, era encarado como uma grave violação da tradicional “divisão de poderes” em vigor na imprensa»¹⁶¹. Esse mal-estar existente na redacção era um facto, como afirma Alice Vieira: «Sei que as relações eram muito más. Houve até uma reunião em minha casa de vários camaradas da redacção para se pensar no que se poderia fazer. Claro que não se fez nada...»¹⁶².

Um dos conflitos entre a direcção do jornal com o administrador António Ruella Ramos e o executivo, António Souto, tem que ver com a publicidade na primeira folha (o rosto do jornal), onde «considerava que era o lugar para os textos mais nobres e sérios, nunca poderia ser desfigurada com fotografias de homens disfarçados com barbas postiças»¹⁶³. Esta posição deveu-se a uma publicidade a um concurso de lâminas de barbear “Persona”, colocada na primeira folha do *Diário de Lisboa*¹⁶⁴.

Nesse mesmo mês dá-se o desfecho esperado, e Mário Neves apresenta a demissão, saindo do jornal. Em solidariedade, Norberto Lopes (também administrador) demitiu-se. Acompanharam-no na saída os jornalistas, já veteranos, Maurício de Oliveira, Carlos Ferrão, Álvaro Salema, Fernando Soromenho, Manuel Nunes, Carlos Machado e Raul Alves Fernandes. Estes jornalistas, acrescidos de Norberto Lopes e Mário Neves, vão fundar *A Capital*, em 1968.

Na carta de demissão enviada a 7 de Novembro à administração da Gráfica Renascença, Norberto Lopes e Mário Neves escrevem «que se haviam registado entre a empresa e a direcção, divergências fundamentais, acerca da factura do jornal e da intervenção que a entidade administrativa pretende ter na própria direcção, o que de algum modo pode afectar a orientação seguida pelo *Diário de Lisboa* desde a sua fundação. O sr. dr. António Pedro, não só insistia em intervir directamente na Redacção, dando ordens

¹⁶⁰CAVACO, Susana, *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista – Os Media no Cruzamento de Interesses Políticos e Negócios Privados*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 392.

¹⁶¹RICARDO, Daniel, *A Capital “Contestação pelo sensacionalismo” - A saga do jornal, no antigo regime: queda e ascensão, sem trair os seus valores, de um matutino fundado em 1968 e desaparecido há quatro anos*, disponível em http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37_53_Capital.pdf, consultado a 20/09/19, p. 57.

¹⁶²ALVES Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

¹⁶³CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 177.

¹⁶⁴*Diário de Lisboa*, capa do jornal com publicidade do concurso de lâminas “Persona”, ano 47, n.º 16.807, 30/09/1967.

ao chefe¹⁶⁵ sem consultar a direcção (por exemplo: mandando colocar na primeira página, como aliás já acontecera com matéria paga, que nunca o *Diário de Lisboa* aceitou nessa página, aquilo que lhe apetecesse), como queria que o seu nome passasse a figurar na cabeça do jornal na qualidade de director-adjunto. (...) Os perigos adivinham-se, onde o *Diário de Lisboa* goza de melhor aceitação em todos os sectores e de incontestável prestígio na opinião pública, aceitação e prestígio que se podem comprometer irremediavelmente se tomar por caminhos diferentes daqueles que se tinha trilhado até aqui, pondo de lado uma certa sobriedade gráfica e a seriedade da sua factura, numa palavra, descaracterizando-se (...)»¹⁶⁶.

A saída destes jornalistas é analisada por José Carlos de Vasconcelos de outra forma: «Bom, mas nessa altura foi a melhor altura de sempre do *Diário de Lisboa*, porque saíram aquelas pessoas mais velhas e ficaram os mais novos. Tivemos uma altura em que, de facto, nós vendíamos bem, além de dinamizarmos o *Diário de Lisboa*, tendo perfeita consciência do perigo que representava o Lopes do Souto. Mas, na altura, ele ainda não tinha força para tomar conta de tudo»¹⁶⁷.

Na entrevista concedida, Alice Vieira confirma: «Sei que foi uma saída turbulenta. Eram dois grandes jornalistas, mas a relação com a administração era difícil. A administração propôs umas mudanças com que eles não estavam de acordo – e saíram»¹⁶⁸.

A entrada de Lopes do Souto vai modificar e alterar os hábitos no jornal. Será ele a tomar as decisões, surgindo a partir daí conflitos insanáveis, que terão reflexos negativos na estrutura da redacção e nos serviços de apoio aos jornalistas. Estavam criadas todas as condições pela administração para que Lopes do Souto, na prática, fosse quem mandava no *Diário de Lisboa*.

Toma posse como director António Ruella Ramos, com apenas 29 anos de idade. A opinião do Eugénio Alves sobre o novo director do *DL* é a seguinte: «O Ruella Ramos dava-se bem com as pessoas, mas não tinha interferência directa. Era muito novo e muito imaturo, e depois o dinheiro já era do banco, já não era propriamente da família, mas ele

¹⁶⁵ O “chefe” era o director da publicidade, Lopes do Souto, afirmado na entrevista dada por Eugénio Alves.

¹⁶⁶ RICARDO, Daniel, *A Capital “Contestação pelo sensacionalismo” - A saga do jornal, no antigo regime: queda e ascensão, sem trair os seus valores, de um matutino fundado em 1968 e desaparecido há quatro anos*, disponível em http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37_53_Capital.pdf, consultado a 20/09/19, p. 57.

¹⁶⁷ VASCONCELOS, José Carlos, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 08/10/19.

¹⁶⁸ VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

manteve-se»¹⁶⁹. No entanto, Joaquim Letria tem a opinião de que «era impecável. Meteu-se depois a administrar. Nunca interferiu em nada. Foi um tipo fantástico»¹⁷⁰.

Mário Zambujal considera que Lopes do Souto «era uma pessoa estimável, mas como o *Diário de Lisboa* era feito, não era bem o que ele queria»¹⁷¹. Como indica Sérgio Ribeiro, «Foi ele que me, de certo modo, contratou para o *Diário de Lisboa* e que servia de placa giratória. Era um homem muito estranho»¹⁷². E vai realçar a importância de Lopes do Souto como o verdadeiro responsável pelo jornal: «E sem qualquer tipo de orientação que ele tivesse, até porque não podia porque não tinha capacidade para o fazer, tinha uma grande habilidade de juntar na redacção pessoas de qualidade nas suas áreas. Teve a capacidade de ir buscar uns elementos que na altura lhe pareceu que podiam ter formado uma equipa com alguma consistência. E alguns muitos jovens. A minha inserção no *Diário de Lisboa*, na redacção, era uma equipa muito heterogénea, mas muito harmonizada num projecto jornalístico»¹⁷³.

Eugénio Alves sintetiza como vai ser o *Diário de Lisboa* a partir deste momento: «Portanto, essa mudança geracional dá-se com a alteração accionista com influência de um homem que era um colaborador, mas que não era propriamente jornalista, mas que tinha a mania que sabia»¹⁷⁴. E confirma as razões pelas quais a aquisição do *offset* vai contribuir para a mudança significativa nas relações internas no jornal: «Quem mandava, de facto, era o Lopes do Souto, que foi o homem que conseguiu o empréstimo para a grande tipografia, para a grande máquina, para a grande impressora, aquilo tinha três andares e metê-la ali, instalá-la ali naquele bairro, naquela rua, foi um processo de grande dificuldade. De repente, teve uma força e uma autoridade que ultrapassava o próprio Ruella Ramos, porque era ele que lidava com o accionista»¹⁷⁵.

Em 1969, o equipamento *offset*¹⁷⁶ vai ser instalado no edifício do jornal, na Luz Soriano, n.º 44 a 48, no Bairro Alto. Como afirmou Eugénio Alves, «Lopes do Souto não

¹⁶⁹ ALVES, Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

¹⁷⁰ LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/09/19.

¹⁷¹ ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

¹⁷² RIBEIRO, Sérgio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 18/09/19.

¹⁷³ *Idem*.

¹⁷⁴ ALVES, Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

¹⁷⁵ *Idem*.

¹⁷⁶ *Impressora Offset - Um Objecto e Seus Discursos por Semana*. A rotativa MAN Werk Augsburg foi a primeira impressora *offset* de jornais que existiu em Portugal. Corria o ano 1969 quando foi comprada pela Renascença Gráfica, empresa proprietária do *Diário de Lisboa*. O importante vespertino na oposição ao regime de Salazar/Caetano foi então o primeiro jornal português a imprimir-se em *offset* (fora de lugar), disponível em <http://www.cm-porto.pt/cultura/agenda/impressora-offset-um-objeto-e-seus-discursos-por-semana>, consultado a 25/07/19.

deixava entrar ninguém nessas instalações, nem o próprio Ruella Ramos. Chamava àquele local “A máquina”. A alcunha dada a Lopes do Souto foi “Offsouto”»¹⁷⁷. A primeira edição do jornal impresso com o novo equipamento sairia a 6 de Outubro de 1971, «Será o primeiro jornal a utilizar estes novos meios de impressão»¹⁷⁸.

Conscientemente, a administração do jornal, como constata Fernando Correia, «levou a que o Lopes de Souto introduzisse uma lógica industrial, capitalista, de competitividade, que encontrou grande oposição, resistência, por parte dos jornalistas»¹⁷⁹.

Confirma José Jorge Letria: «o objectivo era a melhoria tecnológica e também a conquista de novos sectores do mercado. A verdade é que, do meu ponto de vista, eu não tenho números estatisticamente sustentados e comprovados que posso utilizar, mas creio que isso se reflectiu numa redução das vendas e numa estranheza do público em geral, que era um público de esquerda, republicano que ia do Partido Comunista até àquele que viria a ser a área ideológica do Partido Socialista, além dos que eram da oposição ao regime. O objectivo era essencialmente de *marketing* e do mercado. Depois na prática não resultou. Considero que o *offset* foi uma boa aposta do ponto de vista tecnológico, mas considero que não representou um ganho e uma conquista do mercado e até psicológica para o jornal, e que a relação com os leitores não foi uma relação muito proveitosa. A profunda mudança tecnológica criou também instabilidade no jornal, e também uma mudança de gosto e uma mudança de conceito, que, no fundo, também era uma mudança ideológica na própria vida, na linguagem e na própria estética do jornal»¹⁸⁰.

Também corrobora que, com o surgimento do *offset*, vão surgir, com as novas tecnologias que vão introduzir, grandes alterações no funcionamento do jornal, mas também, como constata Fernando Correia, «do ponto de vista social e de classe, houve alterações com uma importância muito grande. Foi o início do desaparecimento da classe dos tipógrafos, e o aparecimento de outros profissionais de bata branca. O fato-macaco coincidiu nessa altura com um progressivo aparecimento da malta de bata branca»¹⁸¹. Vai ser o fim de uma era. Diana Andringa esclarece: «na altura, não reagiu bem ao *offset* – que não só nos privou da cumplicidade e camaradagem dos tipógrafos, como não cumpriu a

¹⁷⁷ALVES, Eugénio, Entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

¹⁷⁸CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 176.

¹⁷⁹CORREIA, Fernando, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 04/09/19.

¹⁸⁰LETRIA, José Jorge, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/12/19.

¹⁸¹CORREIA, Fernando, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 04/09/19.

promessa de a hora de fecho poder ser mais ou menos tardia»¹⁸². Afirmar José Jorge Letria que «para a montagem do *offset* veio uma equipa técnica do Brasil, coordenada pelos dois irmãos Lopes do Souto (sendo o outro funcionário administrativo), que coordenaram todo o processo de implantação deste equipamento. No entanto, a família Ruella Ramos manteve-se como proprietária».

Como afirma José Carlos de Vasconcelos, «nós queríamos um jornal mais moderno, e o Souto tinha a tendência para fazer um jornal mais popularucho, motivado pela vontade de competir com o *Diário de Popular*. Na primeira fase, o jornal foi feito por nós, porque o António Pedro não dirigia, e organizámos umas reuniões tipo conselho de redacção»¹⁸³. Foi neste «período que o jornal sofreu uma “sangria”, palavras de José Carlos de Vasconcelos. Saíram Victor Direito e Raul Rego, José Carlos de Vasconcelos, Mário Zambujal, Fernando Assis Pacheco, João Gomes, Afonso Praça e outros»¹⁸⁴.

Para se perceber a personalidade do Lopes do Souto, José Carlos de Vasconcelos, após sair do *DL*, no desejo de manter uma colaboração semanal com o jornal afirma: «Fui falar com o Souto, que, não sendo director, era quem mandava. Na altura, o director era o António Pedro e nem havia director adjunto»¹⁸⁵. Recordar-se desse encontro com algo de caricato. «Há cenas da minha vida que não me esqueço. O *Diário de Lisboa* era na rua Luz Soriano. Para ir ter com o Souto, já dentro do prédio, tinha de subir umas escadinhas, em que as paredes eram cobertas por uns velhos azulejos, muito bonitos, talvez do Bordalo. Tinha um gabinete ao cimo das escadas, que ligava com a gráfica. Quando entrei, disse-lhe: “Ó Souto, já agora, gostava de ver a máquina”. E a resposta veio de pronto: “Epá, você, desculpe lá, mas eu ainda nem ao doutor (António Ruella Ramos) deixei ver a máquina...” Isto é demais! Não deixar ver o equipamento ao dono!»¹⁸⁶.

A crise interna vai-se acentuando, entre o António Ruella Ramos e a redacção, pela forma como Lopes do Souto se vai imiscuindo, criando um crescente descontentamento.

Entenda-se que Lopes do Souto era um indivíduo imaginativo, com capacidade de decisão e autoritário. As afirmações fornecidas pelos jornalistas que conviveram com ele no *Diário de Lisboa* confirmam-no. Como esclarece José Carlos de Vasconcelos, que, além de ter sido o mentor da instalação e responsável do *offset*, também teve outras ideias

¹⁸²ANDRINGA, Diana, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 28/10/19.

¹⁸³VASCONCELOS, José Carlos, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 08/10/19.

¹⁸⁴*Idem*.

¹⁸⁵*Idem*.

¹⁸⁶*Idem*.

que lhe permitiram outras iniciativas, «O Souto já estava a mandar muito. O Souto era da publicidade, tinha vindo do Porto, onde era angariador de publicidade. Depois foi o chefe comercial, conquistou muito o Ruella Ramos. Com essa aproximação, apresentou ao António Pedro Ruella Ramos a possibilidade de fazer uma revista em inglês, mais ou menos de turismo. Vai ter resultados económicos muito apreciáveis. Por outro lado, fez um jornal de automobilismo, com o nome *Motor*. Já nessa altura, o António Pedro era totalmente dominado pelo Souto. Para lhe dar uma ideia, saí do *Diário de Lisboa* por estas razões e também porque a censura estava outra vez em força contra o *DL*. Saí em final de 1970»¹⁸⁷.

Nas entrevistas, demonstram o mau ambiente existente na redacção. Como constata José Carlos Vasconcelos, «saíram muitos jornalistas exactamente pelo comportamento de Lopes do Souto. Foi uma personagem sinistra e que deu cabo do *Diário de Lisboa*»¹⁸⁸. Cesário Borga considera que ele não era a pessoa indicada, por não ter a mesma ideologia dos jornalistas: «havia muitos conflitos com Lopes do Souto, homem que durante os anos do marcelismo mandou no jornal, e posso testemunhar que, em 1973, numa reunião de redacção, explicou que não era a favor nem contra o governo. Esta posição esteve na origem da saída de José Saramago, até aí editorialista do jornal»¹⁸⁹.

Eugénio Alves vai mais longe e culpa a «influência de Lopes do Souto, que cada vez mandava mais, impondo, como pretendia, que fosse o jornal do tipo “tablóide”, como o *Sun*¹⁹⁰, do Reino Unido. Numa conversa havida, sabendo que sabia bem falar inglês, o Souto pediu para traduzir uma notícia desse jornal. Depois confirmou o “desejo” de que o *DL* fosse como o *Sun*, pois vendia-se bem»¹⁹¹. José Carlos Vasconcelos confirma as razões da saída: «Pela nova orientação que o *Diário de Lisboa* estava a ter. Acabámos por sair praticamente... dessa gente nova quase todos, tendo ficado alguns mais antigos, como o Mário Castrim, o Manuel de Azevedo, etc.»¹⁹²

A partir deste período, António Ruella Ramos vai vincar a vertente comercial, com o objectivo de angariar mais publicidade e assim aumentar as vendas.

¹⁸⁷*Idem*.

¹⁸⁸*Idem*.

¹⁸⁹BORGA, Cesário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 05/06/19.

¹⁹⁰*The Sun* é um jornal de tablóide publicado no Reino Unido e na República da Irlanda. Fundado em 1964, como sucessor do *Daily Herald*, tornou-se um tablóide em 1969.

¹⁹¹ALVES, Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

¹⁹²VASCONCELOS, José Carlos, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 08/10/19.

Veja-se a capa do *DL* de 6 de Novembro de 1971¹⁹³, onde, numa fotografia de grande dimensão, se vêem as concorrentes em fato de banho das “50 beldades que vão discutir em Londres, o concurso de miss Mundo”, ou continuar a ler em letras garrafais, e a negrito, o título “A bomba vai rebentar” e, na parte inferior da página, o título, “Os futebolistas argentinos entram em greve”. Era este tipo de jornal que Norberto Lopes, Mário Neves e grande parte dos jornalistas não pretendiam. Como sintetiza José Carlos de Vasconcelos, as razões da saída dos jornalistas e as directrizes deveram-se «por causa do Souto e da orientação do *Diário de Lisboa*, que o Souto a certa altura queria fazer um *Diário de Lisboa* a competir com o *Diário Popular*, e começou a meter uma secção que era as estrelas da noite com fotografias do Parque Mayer...»¹⁹⁴.

Em 1979, no 11.º aniversário do jornal *A Capital*, Norberto Lopes escreve sobre a saída do *Diário de Lisboa*, sem nunca se referir a António Lopes do Souto: «teve na origem na cobertura excessiva que a administração deu a um angariador de anúncios com pretensões a jornalista, que queria ser tratado em pé de igualdade com os redactores. Por mais estranho que pareça, o ressentimento desse indivíduo proveio de não ter sido convidado a participar de uma fotografia que reuniu a redacção, pouco tempo depois de eu ter assumido o cargo de director. (...) Entregou-se à tarefa malévola de tecer uma intriga insidiosa, entre os directores e António Pedro. Esse desentendimento, agravado pelo referido angariador de anúncios de papel de medianeiro (...) levou à saída do (*DL*) do director, do director adjunto e de sete redactores, aos quais se juntou, pouco tempo depois, o chefe dos serviços administrativos»¹⁹⁵. Afastou-se também Álvaro Salema, que dirigia a página literária do jornal. Com esta má relação dentro do jornal, vão criar-se as condições para a grande debandada de jornalistas, incluindo funcionários, que vão trabalhar para os jornais da concorrência.

Numa resposta, no intuito de informar os leitores, para dar como concluída esta grave crise que afectou a imagem do jornal, não só pela saída de consagrados jornalistas muitos apreciados mas também pela mudança gráfica, vão publicar no jornal um editorial «assinado pela Renascença Gráfica, intitulado “Olhar para a Frente”, onde se afirma que, com a nomeação do novo director, António Pedro Ruella Ramos (que terá o “apoio colaborante e activo do eng.º Pedro Mendonça”), se chegou ao fim de uma crise que nos

¹⁹³*Diário de Lisboa*, ano 51.º, n.º 17.566, 06/11/71, capa.

¹⁹⁴VASCONCELOS, José Carlos, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 08/10/19.

¹⁹⁵LOPES, Norberto, *Marcelo Caetano e a “A Capital”*, publicado no jornal “A Capital”, de 21/02/79.

últimos meses perturbou a vida interna no jornal. E promete-se que o rumo marcado desde o início não sofrerá qualquer desvio»¹⁹⁶.

Já no período de 1971-1972, mais dois jornalistas abandonaram o *Diário de Lisboa*, por divergirem do rumo que o jornal tomou e também das dificuldades sentidas com o *offset*.

Mais tarde, em 1979, o próprio António Ruella Ramos confirmou que o Lopes do Souto «era uma figura excêntrica, tinha uma grande visão, mas na prática complicava muito as coisas»¹⁹⁷.

A contratação do jornalista Armindo Blanco¹⁹⁸ para chefe de redacção, em substituição de Victor Direito, efectuada por António Ruella Ramos, vai levantar uma onda de protestos nos jornalistas e colaboradores. Contratado para essas funções em Junho de 1972, veio directamente do Brasil, onde se tinha exilado, por ser um opositor declarado do Estado Novo. O seu percurso como responsável e chefe de redacção foi muito complicado, como indicam os jornalistas entrevistados. Após a revolução de Abril de 1974, regressou ao Brasil, tendo trabalhado no *Pasquim* e no *Dia*, e ali viria a falecer.

Ao descrever a figura de Armindo Blanco, Joaquim Letria considera que «tratava-se de um jornalista de grande gabarito no Brasil, onde foi uma figura de topo no jornal *Estado de S. Paulo*, ainda um dos maiores jornais do mundo. Terá sido importante na transferência de métodos de trabalho»¹⁹⁹.

No entanto, a relação com a redacção do *DL* foi muito controversa. Confirma-se pelas entrevistas que a maioria dos jornalistas tinha uma posição muito negativa.

José Jorge Letria, de forma contundente, confirma que «a relação sobretudo com o Lopes do Souto e Armindo Blanco foi uma relação dura, tensa e conflituosa, que esteve na origem da ruptura de cerca de 20 pessoas, que abandonaram a redacção do *Diário de Lisboa*. Eu acabei por ser uma delas. Acabei por sair para o *República*. Mas, sobretudo, uma relação muito difícil e má, e profundamente negativa, foi com o Armindo Blanco, um homem que tinha sido crítico de teatro, em Lisboa, tinha estado no *Século* e depois

¹⁹⁶LEMOS, Mário Matos; VARGUES, Isabel Nobre, *Jornais diários portugueses do Século XX – Um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006, p. 258.

¹⁹⁷CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, p. 180.

¹⁹⁷A *Capital*, 21/02/79, p. 4.

¹⁹⁸O jornalista Armindo Blanco, antes de ir para o Brasil, foi, nos anos 40/50, crítico de cinema, mais tarde foi chefe de redacção de um pequeno jornal, *O Cartaz*, trabalhou no *Século*, como crítico de cinema. Vai para o Brasil, em 1968, e é convidado para ser chefe de redacção do *Diário de Lisboa*.

¹⁹⁹LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/09/19.

foi para o Brasil. Era um indivíduo truculento, mau, complexo, com um relacionamento humano e pessoal muito negativo»²⁰⁰. E conclui: «Havia conflitos profissionais, pessoais e até ideológicos, porque o Armindo Blanco era um homem que tinha um passado oposicionista, não muito activo e não muito evidente, mas era um homem que tinha uma tendência acentuada e dramática para a conflitualidade e para a tensão. Mas, digamos, o elemento executivo da redacção era o Armindo Blanco, que deixou em todos nós, e em mim de uma forma óbvia e particular, uma péssima recordação, uma péssima lembrança»²⁰¹. Alexandre Pais, que entrou para o *DL* em 1972, refere: «nessa altura, vivia-se no *DL* o pesado consulado de Armindo Blanco, um chefe de redacção com carta branca de Lopes do Souto, o patrão empedernido, para domar um grupo de jornalistas indomáveis»²⁰². Neste período voltam os antagonismos pessoais, como resume Urbano Tavares Rodrigues: Nunca me dei bem com o Souto, mas dei-me muito pior com o Armindo, que veio do Brasil»²⁰³.

Muitos dos jornalistas entrevistados são da mesma opinião²⁰⁴. «Sim, sim. Mas, como lhe digo, a ideia que tenho e isto estou a falar-lhe de uma realidade de quase 50 anos, não foram pessoas que transitaram para *A Capital*, foram pessoas que se foram afastando do próprio conceito do *Diário de Lisboa*. Sabe que, depois com os Soutos, com o Armindo Blanco e com o *offset*, as pessoas foram deixando de ter ali o seu lugar, foram-se zangando, rompendo, e foram transitando para outro lado»²⁰⁵.

Era importante saber a opinião dos entrevistados sobre António Ruella Ramos, como responsável pelas contratações de Lopes do Souto e Armindo Blanco. Joaquim Letria considera: «o dr. Ruella Ramos e o filho, António Pedro Ruella Ramos, foram os melhores administradores de jornais que tive». Também Alice Vieira é da mesma opinião: «o Castrim apoiou sempre a administração dos Ruella Ramos e era opinião geral de que o António Ruella Ramos foi um bom director». Já José Jorge Letria considerou que houve alguma responsabilidade na actuação de António Ruella Ramos: «Acho que ele foi um homem sensato, ponderado, nunca foi um director agressivo e contundente, mas foi um director que ajudou o jornal a navegar em águas profundas e complexas de mudança. E

²⁰⁰LETRIA, José Jorge, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/12/19.

²⁰¹*Idem*.

²⁰²PAIS, Alexandre, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 25/11/19.

²⁰³CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007, pp. 182-183.

²⁰⁴Alice Vieira, Diana Andringa, Eugénio Alves, Fernando Correia, José Carlos de Vasconcelos, José Jorge Letria, Sérgio Ribeiro.

²⁰⁵LETRIA, José Jorge, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/12/19.

essa mudança teve muito a ver com a questão do *offset* e com a reacção que o *offset* veio provocar em largas camadas do público leitor, perguntando quando tempo nós aguentaríamos o jornal naquela indefinição. Teve também muito a ver com a responsabilidade na contratação dos irmãos Souto, tendo o que veio do Brasil uma relação de proximidade com os militares da “ditadura brasileira”, assim como de Armindo Blanco»²⁰⁶. Cesário Borga confirma: «Nunca houve grandes problemas. Também é certo que Ruella Ramos interferia muito pouco na direcção do jornal. É, aliás, significativo que, depois do 25 de Abril de 1974, a direcção de Ruella Ramos ter sido das poucas, se não a única, que não foi saneada pela redacção»²⁰⁷.

Com a queda do regime, abandonam o jornal António Lopes do Souto e Armindo Blanco. Este último volta para o Brasil.

Sobre o período problemático que o *DL* atravessou nos últimos anos, Marcelo Caetano, no exílio, publica no livro *Depoimento*, numa apreciação sobre os jornais portugueses, que o *Diário de Lisboa* «tem tendência maoísta»²⁰⁸.

Tendo sido convidado para director, para dar uma nova orientação ao jornal, Mário Mesquita descreve o curto percurso no jornal. Esteve no *Diário de Lisboa* nos anos de 1989-1990. Ainda estava na Bélgica para terminar a licenciatura em Comunicação Social quando foi convidado pelo dr. António Pedro Ruella Ramos para ir dirigir o jornal. Aceitou e regressou a Portugal em 1989, mas com a intenção de criar um novo projecto para o jornal. «Só aceitei a direcção, mediante a possibilidade de refrescar, de reestruturar a direcção do jornal com novos quadros. E assim foi, por um lado, entraram novos redactores de gerações diferentes, tais como Acácio Barradas, Rodrigues da Silva, Avelino Cardoso, José Leite Pereira, António José de Teixeira, Paula Sá e Dina Soares e, por outro, de fazer uma remodelação de conteúdo. Tinha alguma inspiração, pelo menos do ponto de vista do formato do jornal, da concepção do jornal, um bocadinho francesa, e por exemplo do jornal *Liberation* francês»²⁰⁹. No ano seguinte, em Abril, foi informado pela administração de que não estavam a atingir aos objectivos e esclarece que realmente «não estávamos a atingir, em matéria de publicidade, o que se previa, num aumento de 15%. Ora, não só não aumentou como terá ainda decrescido. O jornal estava em crise há longos anos, e quando assumi vendiam-se 7 mil exemplares, o que era evidentemente

²⁰⁶*Idem.*

²⁰⁷BORGA, Cesário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 05/06/19.

²⁰⁸CAETANO, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974, p. 73.

²⁰⁹MESQUITA, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 25/10/19.

muito pouco, e quando eu o deixei, chegou aos 10 mil exemplares. Eu saí um mês antes do jornal terminar»²¹⁰. Pediu a demissão e saiu.

Finalmente, António Ruella Ramos fica à frente do *Diário de Lisboa*, durante um mês. No dia 30 de Novembro de 1990 sai o último jornal.

Numa triste sexta-feira, ao fim de 69 anos de glória, será oficialmente anunciado o encerramento do *Diário de Lisboa*. Em editorial, com o título “Morrer na flor da idade”, assinado por António Ruella Ramos, lia-se:

«A administração do jornal “*Diário de Lisboa*” anuncia o fim da publicação do jornal, por dificuldades de ordem financeira, e o despedimento colectivo.

É hoje o último dia de vida do *Diário de Lisboa*, morte anunciada que até há pouco tempo ainda acreditávamos poder evitar. Retalhado pela Censura, durante cinquenta dos seus anos quase setenta anos de existência, às vezes atrasado, mas sempre presente, todos os dias o *Diário de Lisboa* foi para as bancas, e daí para as mãos dos leitores, muitos dos quais nos acompanharam fielmente destes tempos longínquos²¹¹».

2.2 – Mário Castrim, a vida e a obra como jornalista e escritor

O povo não passou procuração para falar em seu nome. Mas na destruição das minhas noites e dos meus dias, existe um compromisso que desejo transparente. E pelo qual me destruindo, me construo.

A investigação historiográfica é sempre parte do interesse da exploração de vivências e dinâmicas passadas, diz-nos Eric J. Hobsbawm²¹².

Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca (1920-2002) foi um professor, jornalista, escritor, crítico literário e televisivo. O seu pseudónimo ganhou força de uma identidade. Todos o tratavam por Mário Castrim.

O ano do nascimento de Manuel Nunes da Fonseca, 1920, foi tão tumultuoso como toda a sua vida. Nesse ano houve sete governos constitucionais, coincidindo com a grande inflação, como consequências da pós-Grande Guerra, incluindo greves, fomes e alta de preços, o que afectou os mais pobres.

Nesse ano, no dia 31 de Julho, nascia, em Ílhavo, Manuel Nunes da Fonseca. Filho de José Nunes da Fonseca e de Hermínia da Conceição Agra, ambos naturais de Ílhavo.

²¹⁰*Idem*.

²¹¹Último jornal, do *Diário de Lisboa*, ano 70, n.º 23.378, sexta-feira, 30 de Novembro de 1990, ao preço de 70,00 escudos.

²¹²HOBSBAWM, Eric J., *Sobre a História*, Lisboa, Relógio D'Água, 2010, p. 12.

Os familiares da parte do pai eram abastados lavradores e da parte da mãe pequenos proprietários. Castrim teve três irmãos, tendo um falecido em criança. Os outros foram Arlinda Agra Fonseca e João Agra Nunes da Fonseca. Teve um tio padre, que à época era o mais rico da vila. Moravam no Cimo da Vila, na rua Direita, hoje rua Arcebispo Bilhano.

Ílhavo era uma comunidade piscatória de forte prestígio, e, por tradição, os lavradores mais poderosos eram normalmente os responsáveis políticos. Entre estas duas comunidades havia poucas relações.

No caso do pai de Mário Castrim, desconhece-se a escolha pela arte da pesca. Pertencendo a uma das três famílias mais abastadas, sem interesses piscatórios, vai-se envolver nesta profissão, chegando a comandante de pesca do arrasto. Foi capitão do Arrábida, barco que andava na pesca em Cabo Branco, na costa africana. Nunca se interessou pela política. Como facto curioso, «não houve mais nenhum da família Fonseca que tivesse enveredado por esta profissão»²¹³.

Castrim frequentou a escola primária pertencente ao tio Fonseca. Na entrevista com o primo em 2.º grau, João Senos da Fonseca, refere o total desconhecimento sobre o que sucedeu para Castrim ter deixado Ílhavo para sempre. O que se sabe é que Castrim cortou relações com os parentes mais próximos e nunca mais se aproximou das gentes de Ílhavo, salvo com Mário Sacramento. Todos os irmãos já faleceram, e os descendentes vivos desconhecem as razões deste silêncio. Como afirmou o primo, «era o timbre dos Fonseca, gente habituada a dizer o indispensável»²¹⁴. O mesmo primo reconhece que foi sabendo do percurso profissional de Castrim pelo *Diário de Lisboa*. Os familiares, de Ílhavo, parecem nunca ter feito parte das preocupações de Castrim, como lamenta o primo João: «o meu contacto com o meu primo foi muito escasso. Eu era presidente da direcção do Iliabum Club e tínhamos um programa *VIP-VIP*²¹⁵, para distração aos associados. Sobre este tema, Castrim escreveu nas crónicas do *Diário de Lisboa*. Escrevi-lhe: “Meu caro Mário Castrim, venho convidar para visitar o clube”. Ele respondeu e combinámos um encontro, almoçamos na Costa Nova. Nunca me manifestou o pedido de passar por Ílhavo ou de ver a antiga casa dos pais. Sempre achei estranho, pois nunca solicitou, por exemplo, falar com o meu pai, primo directo, nem da nossa família»²¹⁶. Este desinteresse

²¹³FONSECA, João Manuel Senos, primo em 2.º grau de Mário Castrim, entrevista dada a 15/05/20.

²¹⁴*Idem*.

²¹⁵Este programa de entretenimento foi baseado num existente na Televisão portuguesa, de nome *ZIP-ZIP*.

²¹⁶FONSECA, João Manuel Senos, primo em 2.º grau de Mário Castrim, entrevista dada a 15/05/20.

de Castrim «é ainda hoje uma mágoa para mim»²¹⁷. «A única ligação que lhe conheço foi de Mário Sacramento, talvez por terem a mesma ideologia. Soube, por duas ou três vezes em que almoçamos, que o Mário depois ia visitá-lo. Nunca me falou da família de Lisboa (se tinha filhos, meus parentes, portanto uns Fonseca, claro!)»²¹⁸.

O silêncio era tal que nem a sua segunda mulher diz conhecer o seu passado. Castrim, de uma forma romântica, afirmou: «a minha vida só começou contigo»²¹⁹. A Alice Vieira só confessou um sonho: «recordo-me de, muito pequeno, querer ser marinheiro. No início, acho que nem sabia bem o que isso era. Mas o que eu tinha na minha imaginação era o mar. O mar da Costa Nova, onde o meu pai andava»²²⁰.

Por volta dos nove anos surge-lhe uma doença de difícil tratamento para a época: Aos nove anos, foi-lhe diagnosticada, por um também “médico dos pobres”, o Dr. José Malaquias, tuberculose óssea, doença rara na altura, que foi tratar no Sanatório Marítimo do Outão²²¹, em Setúbal. Ali permaneceu durante dez anos. Mantém-se a dúvida sobre o apoio familiar, durante o longo período no Outão. A casa onde nasceu, como confirma o primo, «a habitação dos pais em Ílhavo, a partir de 1945, já era ocupada por novos inquilinos»²²².

Desse período apenas sabemos que fez escolhas que o iriam acompanhar para o resto da vida: a paixão pela leitura, o envolvimento político e a forte ligação à religião cristã. Em Outão, Castrim vai solicitar a diversas identidades que lhe enviem livros, o que lhe vai permitir uma sólida cultura geral, bem expressa em muitas das suas crónicas jornalísticas, aqui analisadas. Alice Vieira reproduz um episódio contado pelo marido: «no sanatório, refugiava-se nos livros. Mas por lá havia poucos. Alguém do Sport Lisboa e Benfica foi visitar os miúdos internados no sanatório e foi perguntando a cada um o que queriam que o Benfica lhes desse. E quando chegou a vez do Mário, pediu *A Cidade e as Serras*. Dias depois, o Benfica enviava-lhe dois caixotes, um com as obras do Eça, e outro com as do Camilo. Ficou benfiquista para toda a vida»²²³. Esta oferta contribuiu para

²¹⁷*Idem*.

²¹⁸*Idem*.

²¹⁹VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

²²⁰*Idem*.

²²¹O Sanatório Marítimo do Outão foi inaugurado em 1901. No período de 1917 a 1922, morreram de tuberculose entre 7 mil a 10 mil por ano, disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/04/instituto-de-assistencia-nacional-aos.html>, consultado a 18/05/20.

²²²FONSECA, João Manuel Senos, primo em 2.º grau de Mário Castrim, entrevista dada a 15/05/20.

²²³VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

tornar Castrim um fervoroso adepto do clube. Como recorda Mário Zambujal: «No dia em que ele fez 80 anos, eu digo: “o que é que hei-de dar ao Castrim? Não lhe vou dar mais uma bengala, que até é provocatório, não lhe vou dar livros, porque já não cabem naquela casa.” Fui ao estádio da Luz e comprei uma camisola do Benfica e mandei escrever nas costas: “Castrim 80”, que era a idade que ele fazia. Dei-lhe justamente no almoço, no dia dos anos dele. Ficou derretido»²²⁴. Eugénio Alves conta como era passado um domingo no futebol: «Ia buscar a casa o Mário. Nós tratávamo-lo por Mário. No jogo, sofria pelo Benfica, só faltava chamar nomes ao árbitro»²²⁵.

Neste período, as famílias endinheiradas tinham a preocupação de garantir aos filhos um curso superior, os cursos profissionalizados eram para as famílias com menores posses. No entanto, Castrim, como afirma Alice Vieira, «vai tirar o curso comercial no sanatório, onde os professores iam lá dar aulas»²²⁶. Desconhece-se se foi opção possível ou a que desejava. Alice Vieira informa, ainda: «após a saída do sanatório, vai iniciar a função de professor de Caligrafia e Estenografia, na Escola Industrial e Comercial das Caldas da Rainha»²²⁷. Posteriormente, vai para Lisboa, onde leccionou, pelo menos nas escolas Ferreira Borges e Patrício Prazeres. No entanto, nos documentos da PIDE, é indicado que Castrim «é professor do Ensino Técnico no Porto»²²⁸. Porém, o percurso profissional até à entrada no *Diário de Lisboa* é desconhecido.

Casa, com 34 anos, a 31 de Julho de 1954, com Maria Natália Pinto Brás, vindo a divorciar-se a 6 de Março de 1978. Neste período, viveu na rua 1.º de Maio, 142 – 3.º esquerdo, em Lisboa²²⁹. Mais tarde, apaixonou-se por uma jovem que começou a escrever para o *Diário de Lisboa Juvenil*, com a idade de 14 anos, Alice Vieira. Esta relembra: com 18 anos, «quando entrei no *Diário de Lisboa*, ao subir a escadaria do jornal e olhei lá estava ele à minha espera sorrindo. Senti que aquela era a vida que eu queria ter e aquele o homem que eu queria para meu marido»²³⁰. Esta paixão nasceu muito antes do casamento, a 29 de Junho de 1978.

²²⁴ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

²²⁵ALVES, Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 1/10/19.

²²⁶VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

²²⁷*Idem*.

²²⁸Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, SC, Boletim 108342, NT 8037, consultado a 07/10/19.

²²⁹*Idem*.

²³⁰Entrevista dada por Alice Vieira a Paula Freitas Ferreira, ao *Diário de Notícias*, a 8 de Agosto de 2018, disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/03-ago-2018/alice-vieira-existem-mulheres-sem-instinto-maternal-a-minha-mae-nao-tinha-nenhum-9669638.html>, consultado a 21/05/20.

Entretanto, Alice Vieira vai para Paris, regressa a Portugal em 1968, indo viver com Castrim para a Ericeira: «Apaixonara-me pelo jornalista e crítico de televisão, um homem 23 anos mais velho e casado»²³¹. Estiveram casados 40 anos e tiveram dois filhos, a escritora Catarina Fonseca, e André Fonseca, professor universitário.

Quando viviam na Ericeira, «Alice ia todos os dias para o jornal, e o Mário, nos dias que não saía, ficava a cuidar da casa e dos miúdos. Mandava para o jornal os textos que escrevia no autocarro»²³². Mais tarde, foram morar para Lisboa, nas Avenidas Novas. Castrim tinha o ritual de ir tomar o café numa pastelaria na mesma rua, em frente da sua casa. Quase todos os dias aparecia o escritor Dinis Machado, e ficavam numa agradável cavaqueira. Voltava para casa para escrever. Passava assim o dia. O casal viajará por todo o país, mas a responsabilidade de publicar diariamente as crónicas da televisão impedia-os de ir para onde não houvesse televisão. Como afirma Alice, «tirei uma fotografia no campo, com o televisor na sua frente ligado ao motor do carro. Quando não estávamos em casa, o texto da crítica era ditado ao telefone»²³³.

Um das paixões de Castrim era o boxe, além do xadrez e do futebol. «Fomos de propósito a Espanha ver uma partida de boxe, por não passar na televisão. Mas foi todo o caminho preocupado com as crónicas que tinha de fazer»²³⁴.

Castrim foi um homem multifacetado. Desde cedo, além de professor, começou a escrever para jornais, revistas, peças de teatro, textos radiofónicos, prosa, poemas, livros para crianças e adolescentes — a chamada literatura infanto-juvenil.

Vai colaborar nos programas de Igrejas Caeiro, que eram transmitidos na Emissora Nacional, no programa cultural intitulado *Artes e Cultura, Sociedade*, de grande audiência, muitos textos eram de sua autoria. Também teve participação esporádica no Rádio Clube Português.

Em 1957, Mário Neves, director-adjunto do *Diário de Lisboa*, ouvinte do programa de Igrejas Caeiro e apreciador dos textos, vai convidá-lo para coordenar, com Augusto da Costa Dias e com Tóssan na parte da ilustração, um suplemento para os jovens se iniciarem na arte de escrever. Vai chamar-se *Diário de Lisboa Juvenil*, sob o tema “Os problemas dos jovens vistos pelos jovens”.

²³¹Entrevista dada por Alice Vieira a Paula Freitas Ferreira, ao *Diário de Notícias*, a 8 de Agosto de 2018, disponível em <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/03-ago-2018/alice-vieira-existem-mulheres-sem-instinto-maternal-a-minha-mae-nao-tinha-nenhum-9669638.html>, consultado a 21/05/20.

²³²VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

²³³ *Idem*.

²³⁴ *Ibidem*.

O “Juvenil” começou em Abril de 1957. O sucesso foi enorme. Coordenador incansável, vai dar oportunidade a muitos dos que viriam a ser destacados intelectuais, escritores, jornalistas. De entre estes, destacam-se poetas, como Joaquim Pessoa, Vítor Oliveira Jorge, Joaquim Manuel Magalhães; escritores ou jornalistas de qualidade, como Alice Vieira, Diana Andringa, Eduardo Prado Coelho; cineastas, como João César Monteiro e Luís Filipe Rocha; homens do teatro, como Jorge Silva Melo, Luís Miguel Cintra ou Maria do Céu Guerra; cientistas, como Mariano Gago; o psiquiatra Roma Torres, e mesmo políticos, como Adelino Amaro da Costa, Pacheco Pereira e Durão Barroso²³⁵.

Como escreve Nuno Rebocho: «foram muitos os que alvoreceram nesse “Juvenil”. Foram tempos muito animosos, de muita polémica entre nós, tendo por tema questões de cinema. Tínhamos um adversário. A censura, “o lápis azul de S. Pedro da Alcântara”, gostávamos de a fintar»²³⁶. A exigência sempre foi muito grande – a «censura muitas vezes cortava o suplemento de alto a baixo. Muitas vezes, tinham outro preparado para poder entrar na rotativa, para garantir que chegava a todo o país»²³⁷. Castrim confidenciou a Alice Vieira que «foi o trabalho da sua vida»²³⁸.

O “Juvenil” organizava, nas instalações do *Diário de Lisboa*, encontros com grandes nomes da cultura, como Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Ferreira de Castro, Fidelino de Figueiredo e outros. Eram convidados pelo jornal para responderem às perguntas dos jovens. Como afirma Andringa, «o Mário era muito atento às pessoas que escreviam. Sim, é verdade que obviamente o Castrim tinha uma série de jovens que o adoravam. Todos nós que escrevíamos no *Diário de Lisboa Juvenil* gostávamos daqueles encontros com aqueles intelectuais. Eu lia o *Diário de Lisboa* por causa do “Juvenil” em grande parte, e das críticas do Castrim. Achava muita graça porque eu também via televisão»²³⁹. E sublinha: «ele escrevia muito bem. As cartas do Tião, no “Juvenil”, as “Crónicas de Televisão”, mostravam como era uma pessoa que dominava bem a

²³⁵ Outros nomes foram importantes para a cultura portuguesa: poetas como, José Agostinho Baptista, João Miguel Fernandes Jorge, Vítor Oliveira Jorge, António Franco Alexandre ou Hélder Moura Pereira; escritores ou jornalistas como José Agostinho Baptista, Maria Elisa, Nuno Júdice, Luísa Ducla Soares, Regina Louro, Hélia Correia, Jaime Rocha, Fernando Guerreiro, Luís Filipe Castro Mendes, Luís Matoso, Mário Contumélias, Torquato da Luz, Hugo Beja, Ana Lisboa, Antónia Gadanha, Nuno Rebocho.

²³⁶ REBOCHO, Nuno, *Mário Castrim visto por Nuno Rebocho*, disponível em <https://www.triplov.com/letras/Nuno-Rebocho/2012/diario-lisboa-juvenil.htm>, consultado a 28/12/19.

²³⁷ VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

²³⁸ *Idem*.

²³⁹ ANDRINGA, Diana, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 28/10/19.

linguagem e escrevia bem»²⁴⁰. E finaliza apontando Castrim como um homem «com jeito para lidar com jovens e fez uma série deles tornarem-se escritores e jornalistas»²⁴¹.

Sobre o primeiro texto enviado para o *Diário de Lisboa*, Alice Vieira confirma: «Sim, foi do Mário a resposta. Uma resposta a dizer-me que aquilo era uma porcaria. “Nem escreves mal e tal, mas faz outra coisa...”, dizia-me ele. Então, fui mandando histórias e mais histórias. Até que houve um dia em que, finalmente, ele me chamou ao jornal para me dizer que tinham publicado um texto meu, no suplemento “Juvenil” do *Diário de Lisboa*. Fiquei felicíssima. Pouco tempo depois, o Mário convidou-me para dirigir com ele o “Juvenil”»²⁴².

Em 1965, Mário Neves desafiou-o para «uma crónica semanal sobre o fenómeno que destronava a telefonia. Foi arrojado. Queria escrever todos os dias. O superior hierárquico concordou, avisando que não aguentaria três meses. Estava enganado»²⁴³. Joaquim Letria salienta: «O Mário Neves tinha uma visão, e era um homem fantástico, e o *Diário de Lisboa* era, e foi, o que ele quis e o que ele conseguiu fazer daquilo, na melhor fase. E disse, “porque é que você não fica a fazer isto?”»²⁴⁴. A 14 de Maio 1965, Castrim sai da direcção do “Juvenil” para se dedicar em exclusivo às crónicas sobre televisão, tornando-se o primeiro crítico televisivo português.

Foram 20 anos numa «luta a corpo a corpo, do que foi a alma gasta em cada frase, a busca da palavra capaz de, a invenção do gesto, da finta, da negaça»²⁴⁵. Fernando Correia destaca o valor do “Canal da Crítica”. «A importância do Mário Castrim, nesse aspecto foi ter conseguido através de um meio que começou em Portugal em 1956, quando começou a televisão, e a partir dessa altura tornou-se um instrumento fundamental na disseminação da ideologia do sistema, do sistema fascista em que vivíamos. E através da capacidade que ele teve, de uma forma arguta, crítica, etc., interpretar aquilo que era a mensagem televisiva, interpretar isso criticamente, e depois fazer a crítica de televisão que permitia às pessoas ter armas para interpretarem aquilo que viam na televisão de uma forma não acrítica, mas de uma forma crítica. Evidentemente que ele trabalhava num

²⁴⁰*Idem.*

²⁴¹*Idem.*

²⁴²Entrevista dada por Alice Vieira, conduzida por Marta Gomes, num programa educativo, *Leituras*, no Teatro Aberto, disponível em http://www.teatroaberto.com/wp-content/uploads/2018/03/leituras_TodaACidadeArdia.pdf, consultada a 21/05/20.

²⁴³RALHA, Leonardo, *Militante do telecommando*, crónica no semanário *Independente*, 18/10/2002.

²⁴⁴LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/09/19.

²⁴⁵CASTRIM, Mário, *Televisão e Censura*, Porto, Campo das Letras, 1996, p. 7.

jornal que era maioritariamente lido por classes mais intelectualizadas, que era o *Diário de Lisboa*»²⁴⁶.

O amigo de muitos anos, Mário Zambujal, recorda como era a escrita de Castrim. «A prosa dele era de uma limpidez, de uma limpidez caramba. Não sei o que diria a crítica, ou alguma crítica, se o Mário Castrim estivesse a escrever livros, romances. Porque nunca lhe poderiam pôr em causa a qualidade da prosa, que era água a correr num riacho, caramba aquilo era de uma limpidez»²⁴⁷. A qualidade literária das suas crónicas é sistematicamente referenciada, Castrim movimenta-se com «extrema mestria na arte de seduzir inteligentemente o leitor, adequando o discurso ao nível etário dos destinatários; no texto poético, explora todas as potencialidades mágicas das palavras. Constata-se uma maneira muito peculiar de transmitir valores fundamentais para a formação humana do leitor: a liberdade, a justiça, a solidariedade, a amizade são elementos recorrentes na sua escrita, enquadrados numa clara afirmação do direito à felicidade, que todos temos»²⁴⁸.

Recorda-se Alice Vieira do dia-a-dia — enquanto crítico de televisão — era «acender logo a televisão, preparar os gravadores. Assistia a tudo desde o princípio até ao fim. Foram horas e horas sempre em frente ao televisor, pautado pelos horários de televisão. Deitava-se tardíssimo, sempre por volta das três da manhã. Logo que terminavam as emissões, tinha de ir logo escrever a crónica — que ficava pendurada num saco de pão à nossa porta, porque o estafeta do *DL* a ia lá buscar. Não havia fins de semana, nem férias ou feriados»²⁴⁹.

A sua capacidade literária corresponde a grande curiosidade intelectual, Castrim lia «livros de todas as especialidades, tendo constituído uma enorme biblioteca de milhares de livros. Tenho imensos cadernos dele cheios de apontamentos. Lia tudo o que encontrava sobre televisão. Outro dos seus interesses era a leitura. Foi ao longo dos anos adquirindo obras sobre todos os temas. Os escritores preferidos eram o Eça de Queiroz e Camilo Castelo Branco»²⁵⁰.

Não se estranhe que Castrim, ao longo da sua vida, acabe por desenvolver inúmeras actividades na área da cultura. Colaborou com o professor Calvet de Magalhães,

²⁴⁶CORREIA, Fernando, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 20/11/19.

²⁴⁷ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

²⁴⁸ RMV, no sítio da *Casa da Leitura* da Fundação Gulbenkian, disponível em http://magnetesrvk.no-ip.org/casadaleitura/portalbeta/bo/documentos/biblio_mariocastrim_a%20rtf.pdf, consultado a 02/05/20.

²⁴⁹VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

²⁵⁰*Idem*.

no “Movimento pela Arte”, organizando um concurso na modalidade literária chamado “O Natal Visto pelas Crianças”²⁵¹, que se iniciou em 1957 e vai até 1968. Como afirma Alice Vieira, «mobilizava as escolas de todo o país – eram caixotes e caixotes enviados para a redacção do *Diário de Lisboa*»²⁵². O júri era composto por José Gomes Ferreira, Matilde Rosa Araújo, o pintor António Domingues, Maria Lúcia Namorado, Cecília Menano e Lília da Fonseca.

No *Diário de Lisboa*, fora do “Juvenil”, e das *Crónicas Televisão*, após a saída de Norberto Lopes e Mário Neves, por sugestão de José Carlos de Vasconcelos, inicia uma coluna intitulada “Aos costumes disse nada”. Segundo este: «Fui eu que sugeri que fosse ele, porque tinha a certeza que faria muito bem, e o título da coluna até também foi meu. E que se chamou: “Aos Costumes disse Nada”, uma expressão que se usa em Direito quando se pergunta quem é ouvido como testemunha»²⁵³. No mesmo jornal, Castrim fez ainda algumas reportagens. Vasconcelos lembra, a propósito: «Tivemos um projecto de fazer dois tipos de reportagens. Eu já não me lembro qual era a outra, sei que uma delas foi ideia dele, que era fazermos uma coisa, com os nomes a partir das listas telefónicas. Nessa altura, havia muitas partidas que se faziam. Por exemplo, se alguém tinha o apelido de coelho, telefonavam às tantas da manhã e perguntavam: “então, o coelho já está na caçarola?”. A ideia era usar este modelo, mas incluindo situações políticas. Era engraçado. Fizemos uma ou duas, e a censura cortou tudo, e desistimos»²⁵⁴.

A 16 de Maio de 1984²⁵⁵, Castrim termina a sua crónica televisiva diária no *Diário de Lisboa*, despedindo-se, com emoção, num texto intitulado “Carta aos Amigos”. O director do jornal, António Ruella Ramos, e o director, Fernando Piteira Santos, publicam uma coluna na capa do jornal, com as seguintes palavras: «Contados dia-a-dia, noite-a-noite com raras excepções de uns dias de férias ou de uns dias de doença, completaram-se, ontem, 19 anos a partir da edição do “*Diário de Lisboa*” em que, sob a rubrica “TV Dia-a-Dia”, Mário Castrim deu início a uma tarefa de jornalismo militante: crítica de

²⁵¹O *Diário de Lisboa* tomou a iniciativa a partir de 1957 de organizar o concurso para crianças, intitulado “O Natal visto pelas Crianças”. Estava dividido entre a modalidade “plástica” e a modalidade “literária”. A Fundação Gulbenkian e a viúva do industrial Delfim Ferreira atribuíam bolsas de estudo, além de outros prémios, como brinquedos, bombons, etc. Eram sorteadas duas bicicletas. As idades eram desde os 3 aos 14 anos. A última edição realizou-se até 1969. A título demonstrativo, em 1968, foram premiadas mais de 300 crianças na modalidade “plástica”, e a mais nova tinha três anos. Disponível no *Diário de Lisboa*, do ano 48, n.º 16.529, de 24/12/68, pp. 37 a 42.

²⁵²VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

²⁵³VASCONCELOS, José Carlos, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 08/10/19.

²⁵⁴*Idem*.

²⁵⁵*Diário de Lisboa*, última crónica de Mário Castrim, intitulada *Canal da Crítica*, ano 64, n.º 21.457, 15/05/1984, p. 21.

televisão que temos tido. (...) Não esperou Mário Castrim que a Censura tivesse sido abolida para criticar os programas de uma Televisão que estava ao serviço do anterior regime. Em pleno tempo de tirania frontalmente expressou as suas opiniões. (...) Faz parte de um património moral de resistência, de uma independência crítica, de liberdade de exercício da profissão no quadro de uma actividade redactorial coerente de que justamente nos orgulhamos. Por ele. Com ele. Obrigado Mário Castrim»²⁵⁶.

No entanto, a pedido da direcção do jornal, continuou a colaborar com uma coluna diária, intitulada “Artigo de Fundo”²⁵⁷, saindo, em definitivo, a 31 de Dezembro de 1985, a seu pedido, por considerar que já tinha direito à reforma. No entanto, a convite do semanário *Tal e Qual*, inicia, a 4 de Janeiro de 1991, uma crónica semanal, com o mesmo título, “Canal da Crítica”. Na crónica em que se apresenta aos leitores, escreve: «A televisão é um bicho demasiado perigoso para andar por aí à solta»²⁵⁸. Aí permanecerá até Julho de 2002, poucos meses antes de falecer. Como afirmou José Rocha Vieira, ex-director do *Tal e Qual* e do *24 horas*: «Foi o melhor profissional com quem trabalhei. Nunca falhou um compromisso. Nunca atrasou uma única “prosa”»²⁵⁹.

No *Tal & Qual*, além da crítica televisiva, teve uma secção a que chamou “Lisboa, Verbo Amar”. Como escreveu Jorge Leitão Ramos: «Mário Castrim foi o mestre que ensinou milhares de pessoas a olhar para o pequeno ecrã de outra maneira. Ele não só era o mais antigo crítico, como foi o seu mentor. Foi ele que inaugurou este estilo no jornalismo português, porque antes não havia ninguém a fazer crítica de programas televisivos»²⁶⁰. Ainda no período do Estado Novo, numa entrevista em 1973 à revista *Cinéfilo*, quando lhe perguntaram qual era a função de um crítico de televisão, descreve «uma função de combate ao império hipnotizador da imagem»²⁶¹.

Em paralelo, Castrim, até ao final da sua vida, desenvolveu intensa actividade literária na área infanto-juvenil, onde publicou, entre outros: *Nasceu para Lutar* (1964); *Histórias com Juízo* (1969); *O Cavalo do Lenço Amarelo É Perigoso* (1971); *As Mil e Uma Noites* (adaptação, seis fascículos, 1970); *História do Fundo do Mar* (1975); *Estas São as Letras* (1979); *Colóquio* (1979); *A Caminho de Fátima* (1992); *Váril, o Herói*

²⁵⁶*Diário de Lisboa*, Coluna da Direcção, ano 64, n.º 21.457, 15/05/1984, capa.

²⁵⁷*Diário de Lisboa*, “Artigo de Fundo”, ano 64, n.º 21 458, 17/05/1984, p. 8.

²⁵⁸CASTRIM, Mário, “Canal da Crítica”, semanário *Tal & Qual*, 4 de Janeiro de 1991. Contracapa.

²⁵⁹VIEIRA, José Rocha, semanário *Tal & Qual*, 16/10/2002, p. 7.

²⁶⁰News Museum, Lisboa-Sintra, publicado em <https://www.newsmuseum.pt/pt/imortais/mario-castrim>, retirado a 02/02/2020.

²⁶¹Revista *Cinéfilo*, entrevista dada por Mário Castrim, a 27/12/73.

(1993); *Caso da Rua Jau* (1994); *O Lugar do Televisor* (3 volumes, com crónicas que publicou na revista *Audácia*) (1996); *A Girafa-Gira-Gira* (9 volumes) (2001); *Moeda ao Sol* (2006).

Garcia Barreto considera: «Os seus livros para crianças constroem-se entre o humor e a imaginação à solta, em jogos de palavras e de sentidos semânticos que não deixam o leitor insensível»²⁶². Eugénio Alves reconhece que: «era um homem daquela inteligência, daquela sensibilidade, extremamente inteligente. Aquelas coisas que escreveu para crianças, nunca é demais reconhecer a bondade que colocava em cada história. Nessa altura, dava aulas numa escola ali para o lado Oriental de Lisboa e pedi-me para ir lá falar da minha reportagem, da minha experiência. Foi engraçado porque eu contei isto aos miúdos, as histórias do contacto com realidade que ele não tinha. Agradeceu-me muito porque a aula foi muito agradável. Conte a história dos gorilas. Histórias concretas que se passaram comigo. Ficou encantado, agradeceu-me muito, porque era assim, tinha essa relação com os alunos de grande proximidade. Era um homem de grande sensibilidade. No entanto, quando tínhamos reuniões na célula de jornalistas, tínhamos as nossas discordâncias, mas eram fraternais»²⁶³.

Os livros de Castrim sobre crianças eram muito apreciados pelos jovens. O reconhecimento viria com a gravação de um disco por Raul Solnado com textos do livro *Histórias com Juízo*.

Além de escrita juvenil, Castrim também se vai evidenciar noutras áreas da literatura, na poesia editará: *Viagens* (1977); *Nome de Flor* (1979); *Do Livro dos Salmos* (2007); *Viagens em Casa* (2011). Como nota, o livro *O Livro dos Salmos* foi editado após a sua morte. Foi apresentado pelo poeta, hoje Cardeal Tolentino de Mendonça, na Casa dos Missionários Combonianos de Lisboa, revertendo o produto da venda, para esta Congregação. Escreverá também várias peças de teatro: *Com os Fantasmas Não se Brinca* (1987); *Contar e Cardar* (2004). Várias companhias de teatro levaram à cena obras de Castrim, em especial aquelas que se dirigiam às crianças, como foi o caso da peça *Como Contar e Cardar*. Esta obra é composta por um conjunto de cinco peças de teatro, escritas expressamente para o CETA, Círculo Experimental de Teatro de Aveiro, encenadas por Jorge Pinto e apresentadas ao público aveirense em Junho de 1990. Mais tarde, no Teatro

²⁶²BARRETO, Garcia, *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*, Porto, Campo das Letras, 2002, pp. 115, 116.

²⁶³ALVES, Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

da Comuna, em Lisboa, foi encenado por João Mota a obra intitulada *Era Uma Vez... Quatro*.

Refira-se, por último, a publicação, por Castrim, de ensaios e crónicas, como: *Televisão e Censura* (1996); *Histórias da Televisão Portuguesa* (1997); *Dossier PIDE, Os Horrores e crimes de uma “Polícia”*²⁶⁴ (1974); *História da Intersindical* (1978); *URSS, Reportagem a Seis Vozes* (em colaboração) (1980).

Como católico praticante, Castrim colaborou com os *Missionários Combonianos*, escrevendo nas revistas *Além-Mar* e *Audácia*. Colaborou ainda na revista *Ecclesia*, desde Março de 1993 até ao seu falecimento, perfazendo um total de 102 crónicas²⁶⁵. Nestas revistas, Castrim abordou, muitas vezes, o papel da televisão no quotidiano dos jovens e das crianças. Também escreveu para o jornal *Voz Portucalense* *Jornal da Diocese do Porto*.

Incansável, Castrim apresenta um conjunto vasto de colaborações pontuais em várias publicações, como na revista *Vértice* e *O Professor*, no *Jornal do Fundão*, no *Notícias da Amadora*, no *Militante Comunista*, no *Avante*. Coordenou, ainda, de 1968 a 1972, o “Moinho de Vento”, suplemento infantil de *A Capital*, e na revista infantil *O Pimpão*²⁶⁶. Também abordou os problemas das mulheres na revista *Crónica Feminina* e prefaciou algumas obras, como *As Citações de Américo Tomás* (coordenação de Abílio Belo Marques, 1978) e *Torre Cinzenta: Poemas da Prisão* (de José Magro, 1980).

Castrim está representado em diversas antologias, nomeadamente em *Um Homem na Cidade*, de 1968, que reuniu crónicas de dez jornalistas do *Diário de Lisboa*. Foi distinguido a título póstumo, em 2002, com o *Prémio Gazeta* do Clube de Jornalismo, entregue por Fernando Piteira Santos, democrata, professor universitário e subdirector do *Diário de Lisboa*. Também nesse ano, recebeu a Medalha de Honra da Sociedade Portuguesa de Autores.

²⁶⁴A partir do livro *Dossier P.I.D.E. - Os Horrores e Crimes de uma Polícia* de Mário Castrim, o grupo de teatro da Academia Sénior de Carnide criou uma dramatização onde o público acompanhava relatos reais. O espectáculo foi apresentado no âmbito das comemorações do 41.º aniversário da Revolução de Abril, em Carnide.

²⁶⁵Agência Ecclesia, Agência de Notícias da Igreja Católica em Portugal, «*Do Livro dos Salmos*» oferece a espiritualidade de Mário Castrim, disponível em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/do-livro-dos-salmos-oferece-a-espiritualidade-de-mario-castrim/>, retirado a 2/02/20.

²⁶⁶O *Pimpão*, efémera revista juvenil criada a 11/04/1955 e que terminou a 10/04/56. Saía à terça-feira, e os primeiros números custavam Esc. 1\$50, disponível em <http://arpose.blogspot.com/2010/10/leituras-antigas-xx-o-pimpao.html> e consultado a 24/11/19.

A sua intensa actividade literária, ainda por estudar, bem como a sua carreira jornalística não podem deixar de ser inseridas na sua precoce tomada de posição política. A relação de amizade com um operário da CUF - Companhia União Fabril, em 1940, vai determinar, em definitivo, uma opção: ser militante do Partido Comunista Português, nos tempos difíceis da clandestinidade. Na década de 40 fez parte da Comissão do Partido para o Trabalho Juvenil na região de Lisboa e foi militante do MUD – Movimento de Unidade Democrática²⁶⁷. Segundo Joaquim Letria, «Castrim já pertencia ao Partido Comunista Português, na clandestinidade nunca teve reuniões. A sua preocupação foi muito mais a escrita e o desenvolvimento social»²⁶⁸. Conta um episódio que se passou entre ele e Castrim: «Eu era do PCP e quando entrei no *Diário de Lisboa*, o partido passou-me do “sector” estudantil para o “sector” do jornalismo, onde não havia praticamente ninguém. Somos dois os que vão tentar criar um núcleo, uma “célula”, para o jornalismo. O outro foi o Fernando Correia, que trabalhava no *Diário Popular*. Surgiu a hipótese, entre nós, de Castrim ser recrutado. Afirmava-se no meio jornalístico que era comunista, mas não tínhamos nenhuma indicação em concreto, eram só suposições. E por ser colega no jornal, tentei a sua adesão. Convidei-o, e ele disse “vou pensar”. Nunca me deu nenhuma resposta. Nunca. Foi um homem muito assertivo»²⁶⁹.

Os documentos apreendidos pela PIDE/DGS dão-nos conta da forma como a polícia política acompanhou o percurso de Mário Castrim. Porém, os documentos não mencionam se alguma vez foi chamado à sede da polícia, na rua António Maria Cardoso, em Lisboa.

O primeiro “Boletim de Informação” da polícia política sobre Castrim data de 11 de Julho de 1949 e refere-se a ele, ainda, como Manuel Nunes da Fonseca (só mais tarde vão juntar o pseudónimo Mário Castrim). Regista a sua idade, 29 anos, e morada, na rua da Creche (provavelmente, a primeira morada em Lisboa), e o subinspector declarava: «é um indivíduo de boa formação moral. Politicamente nada se apurou em seu desabono»²⁷⁰. Este documento demonstra como a polícia o considerava já merecedor de alguma atenção. A 27 de Abril de 1951, o “Boletim de Informação” fornece uma nova indicação, onde declara: «Nada existe em desabono e não se trata da pessoa que com o mesmo nome

²⁶⁷Dados fornecidos pelo PCP - Partido Comunista Português, numa entrevista com Manuel Fernandes, director do *Avante*, a 26/09/2019.

²⁶⁸LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/09/19.

²⁶⁹*Idem*.

²⁷⁰Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, SC, Boletim 108342, NT 8037, consultado a 07/10/19.

assinou a lista do MUD – Movimento Unitário Democrático»²⁷¹, mas aqui surge uma referência que parece dar conta de alguma dificuldade em seguir a sua actividade política. Apesar disso, a polícia política mantém o seu interesse e vai actualizando informação sobre Castrim. A 14 de Outubro de 1952²⁷² e a 30 de Dezembro de 1953 repetem-se as mesmas informações abonatórias, embora, nesta última, se acrescente que «Castrim dá aulas no Porto e vai passar férias a Ílhavo. Apenas vem a Ílhavo passar o fim-de-semana e as férias. É normalmente idóneo e, politicamente, não me consta que exteriorize ideias contrárias à situação política do País»²⁷³. Só volta a surgir no boletim a 25 de Junho de 1956 quando afirmam que Castrim mantém a morada na rua da Creche: «Reside na morada indicada, há cerca de 15 anos. Exerce a sua actividade como professor de caligrafia e dactilografia na Escola Comercial Ferreira Borges. Tem bom porte moral e, politicamente, nada se apurou em seu desabono»²⁷⁴. Nesta altura, já Castrim tem 35 anos.

As desconfianças vão-se acentuando e o bilhete de identidade de Castrim, tirado no Porto, surge em poder da PIDE em 1965²⁷⁵.

Num outro documento vêm descritas duas situações que o identificam: «Em 24/03/66, foi interceptado uma carta proveniente de Lisboa e contendo um exemplar de brochura intitulada “Programa do PCP – Aprovado o VI Congresso”»²⁷⁶. Também se refere: uma «carta contendo a “publicação clandestina da publicação do jornal Avante”»²⁷⁷. Apensos estavam os respectivos envelopes.

Nos anos setenta, a malha vai apertar-se em redor de Castrim. A 9 de Abril de 1970, num documento da polícia política do Porto, é declarado, com o título “Mário Castrim”, que «O epígrafe usou da palavra junto à sepultura do Dr. Mário Sacramento aquando duma romagem ao cemitério de Aveiro, em 28 de Março de 1970, tendo afirmado nomeadamente, “As águas para ser limpas têm de ser agitadas e o mesmo sucede com a sociedade humana. Esta só se apresenta válida na medida que se renova, pela luta. E a luta tem de começar já nos escritórios, na Igreja, em todos os sectores laboriosos, para sermos dignos do ideal de Mário Sacramento”»²⁷⁸.

²⁷¹*Idem.*

²⁷²*Idem.*

²⁷³*Idem.*

²⁷⁴*Idem.*

²⁷⁵*Idem.*

²⁷⁶*Idem.*

²⁷⁷*Idem.*

²⁷⁸Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, PI 50633, NT 4221, Delegação de Coimbra, consultado a 07/10/19.

N relatório n.º 895/SI/71, de 12 de Fevereiro de 1971, emitido pela Direcção Geral de Segurança (a nova versão da PIDE), da delegação do Porto, consta que o assunto «será averiguar a identidade completa e comportamento moral e cívico de Mário Castrim, jornalista e crítico que usou da palavra junto à sepultura de Dr. Mário Sacramento»²⁷⁹. Em resposta, o agente comenta: «Este indivíduo reside em Lisboa desde criança e além de ser ali professor de ensino técnico, escreve a crítica de televisão no *Diário de Lisboa* e colabora em diversos jornais e revistas, entre eles *A voz Portucalense*. Quanto ao seu comportamento, pelo que me foi dado apurar, politicamente é indivíduo completamente esquerdista e como tal desafecto ao regime vigente. Moralmente nada se sabe a seu respeito»²⁸⁰.

Finalmente, a polícia política conseguiu o que pretendia, ou seja, saber a sua aproximação ao Partido Comunista Português.

Em 1972, num relatório da 4.ª Divisão de Informação (Reg.º 32759/72-AC), é referido que, após os autos do processo-crime movido a um preso político do PCP, o arguido denuncia «que Manuel Nunes da Fonseca, com o pseudónimo de Mário Castrim, é um elemento activo na clandestinidade do PCP – Partido Comunista Português, como “membro” do “partido comunista português” integrado num pequeno organismo de escritores, onde fazia uso de pseudónimo»²⁸¹. As referências a Castrim são: «Manuel da Fonseca o “Jaime”; jornalista, orientador da página juvenil do *Diário de Lisboa*; membro do Partido Comunista Português integrado num pequeno organismo de escritores (são três), sob o controlo de um responsável (controleiro); tendo a tarefa de críticas literárias de sentido progressista e tradução de jornais e revistas; paga a cotização de 20.00 escudos»²⁸². Vai acrescentar «que foram interceptados da publicação clandestina exemplares do *Avante!*, n.º 427 (10/04/71), 438 (19/04/72), 444 (17/10/72) e 446 (15/11/72)»²⁸³. No mesmo vem indicado que, a 20 de Outubro de 1970, «foi-lhe endereçada e interceptada uma carta procedente de Lisboa, contendo dois exemplares, respectivamente com os nº 414 e 415 da publicação clandestina, intitulada “Avante!” e

²⁷⁹Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, Delegação de Coimbra, PI50633, NT 4221, consultado a 10/10/19.

²⁸⁰*Idem.*

²⁸¹Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, Proc. 3894/E-GT50633, Sede de Lisboa, consultado a 11/10/19.

²⁸²*Idem.*

²⁸³*Idem.*

um outro panfleto intitulado “Comemoremos o 1º de Maio”»²⁸⁴. Escrito a lápis, indica: «casado com Maria Natália Pinto Brás»²⁸⁵.

A partir deste ano, Castrim passa a ser vigiado de forma sistemática pela PIDE, recolhendo a polícia política, através de agentes ou informadores, dados sobre as suas deslocações pelo país, seja em conferências, reuniões ou mesmo trabalho jornalístico ao mesmo tempo que o telefone ficou sempre sob escuta.

Sobre as escutas, Alice Vieira conta um episódio: «Houve um caso muito caricato... Nós tínhamos o nosso telefone vigiado, claro, mas nem nos lembrávamos disso. Um dia estava a acabar de fazer uns bolos que uma tia gostava muito, que se chamavam – e chamam-se... – russos. Liguei para ela e disse “é só para dizer que daqui a uns dez minutos o Mário já aí vai com os russos”. Quando ele chegou a casa, o Mário tinha à porta um polícia que o levou para a esquadra, para que lhes dissesse onde é que estavam os russos... E foi complicado sair de lá...”²⁸⁶.

A 29 de Março de 1971, no doc. 607/460 E. Inf.71, no Porto, houve uma conferência em local não identificado, onde indica: «com um auditório de cerca de 120 pessoas de várias categorias sociais. Apenas foi abordado o tema “Uma Televisão para o nosso Mundo”, pelo conferente Mário Castrim. Da sua intervenção vamos assinalar que foi referido que enquanto televisão enquanto governou Salazar o programa era deficiente, e com Marcelo Caetano evoluiu um pouco mais até ao ZIP-ZIP, pois daí para cá tem piorado e que só uma remodelação democrática poderia fazer uma nova programação de interesse de todos»²⁸⁷.

Na cidade do Porto, a 9 de Junho de 1971, o nome de Castrim é «signatário da “Comissão Nacional da Defesa de Liberdade de Expressão”, intitulado “Ao País”, no qual explica os “vícios” da proposta governamental da Lei da Imprensa a discutir na Assembleia Nacional e os graves prejuízos que trará a toda a Nação o não terminar definitivamente, com a censura»²⁸⁸.

Organizado pelo director do *Jornal do Fundão*, António Paulouro, no dia 20 de Janeiro de 1972, foi a um colóquio no casino Fundanense, intitulado “Colóquio no casino Fundanense”. Discursaram António Paulouro, Isabel da Nóbrega, José Saramago e

²⁸⁴*Idem.*

²⁸⁵*Idem.*

²⁸⁶VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

²⁸⁷Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, Delegação de Coimbra, PI 50633, NT 4221, consultado a 10/10/19.

²⁸⁸Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, Delegação de Coimbra, PI 38892, NT 4487, consultado a 10/10/19.

Manuel da Fonseca (Mário Castrim). Sobre as palavras de Castrim, afirma-se «Manuel Nunes da Fonseca o indivíduo mais tendencioso, pleno de ironia, falou da impossibilidade tida até ao momento de vir ao Fundão, estava satisfeitíssimo e gostaria de falar sobre os problemas que dizem respeito a todos numa linguagem simples. “Há 50 anos que não se pode conversar neste país, proibem-nos de falar sem saberem o que vamos falar”. Esta última frase provocou a hilaridade geral. Foi interpelado sobre o facto do livro *Seara ao Vento* estar fora do mercado. Falou então dessa “senhora papelente” a censura que impedia a missão do jornalista ou escritor que é elucidar o público da verdade. Qual a razão, não deixavam publicar desmentindo “eles”, depois de escrito pelo jornalista. (...) Numa intervenção de José Saramago, sobre a situação de Álvaro Guerra em que o editor se recusava a publicá-lo devido a uma lei que torna responsável por qualquer publicação, desde o editor ao tipógrafo. Sobre este problema Manuel Nunes da Fonseca com a necessidade de uma organização que defendesse o escritor contra estas e outras anomalias deste país. Essa organização já tinha existido, mas um dia a PIDE foi lá com uma camioneta e levou tudo. Entretanto jogou com a palavra PIDE, acabando por dizer que hoje era a Direcção-Geral de Segurança mas que direcções gerais há muitas e apesar do nome continua tudo na mesma»²⁸⁹.

Num relatório de 7 de Dezembro de 1972, descrevem que Castrim esteve presente no colóquio, onde Castrim intervém, nomeadamente no Ateneu de Coimbra (10/03/72), patrocinado pelo Rotary Club. «Houve um colóquio repleto com elevadíssimo número de pessoas, no Ateneu desta cidade, subordinado ao tema “A Televisão e Livro”, sendo conferencistas o jornalista Mário Castrim e C. Fonseca. O Mário Castrim, depois de ter dito tanto mal sobre a RTP, foi abordado por um rotário que em seu entender qual o que valia alguma coisa. Ironicamente respondeu, qual a “rubrica da RTP, que valia algo, é apenas a da previsão do tempo para as próximas 24h”»²⁹⁰.

Um documento de 11 de Setembro de 1973, assinado por um inspector-adjunto, submete à apreciação do director-geral da Segurança que «vai ser criado um movimento ou foi criado recentemente, um “movimento”, intitulado “Democracia Popular – Centro Republicano das Beiras”. Vai ser instalado na Figueira da Foz. Consta ainda que do mesmo “movimento” fazem parte os seguintes indivíduos: Herberto Hélder, Luísa Neto Jorge, Casimiro de Brito, Gastão Cruz, Rui Manuel da Cunha Clímaco e Manuel Nunes

²⁸⁹Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo da PIDE/DGS, cota PIDE, Delegação de Coimbra, PI 38892, NT 4887, consultado a 10/10/19.

²⁹⁰*Idem*.

da Fonseca “Mário Castrim”. Na delegação apenas há antecedentes dos dois últimos. Que nos sejam fornecidos antecedentes que possam existir em relação aos restantes»²⁹¹.

Estes tipos de documentos terminam em 1973. Não há nenhum “auto” em 1974.

Outro núcleo de documentos da polícia política, relativos a Castrim, são cópias de algumas “Crónicas de Televisão”, de notícias em jornais, e, ainda, as “Cartas ao Director” (leitores do *Diário de Lisboa* que criticam os seus escritos), todas elas comprovando o seu posicionamento como opositor ao regime.

Por fim, o processo de Castrim na PIDE/DGS contém um conjunto de cópias de jornais de 1973 sobre o julgamento de Mário Castrim por abuso de liberdade de imprensa (difamação e injúria), em que a queixosa era a escritora Odete de Saint-Maurice, do qual sairia absolvido.

Em paralelo com esta vigilância, por parte da polícia política, outras instituições do regime procuram condicionar a actividade de Mário Castrim. Os serviços de censura, dependentes da Secretaria de Estado de Informação e Turismo, emitem a ordem de serviço (circular interna n.º 323), a 23 de Outubro de 1970, que, entre outros cortes recomendados aos censores locais, indicava os «Colóquios com Castrim, Blasco Fernandes, Sérgio Ribeiro, ou outros, na Galeria Quadrante»²⁹².

No campo da sua actividade política, como opositor do Estado Novo, convém salientar a sua presença na Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, de 4 a 8 de Abril de 1973, e a apresentação nesse evento de uma comunicação intitulada: “Por uma televisão ao serviço do Povo Português”. Em linhas gerais, defendia maior pluralismo e isenção política neste meio de comunicação social: um «acesso à rádio e à televisão de todos os grupos políticos e de todas as entidades culturais. Defendeu-se que a televisão deixasse de estar dependente de interesses governamentais ou particulares, a eleição de uma comissão que vigie a imparcialidade das informações e a planificação dos programas»²⁹³.

Em 1993, é o próprio Castrim que recorda no jornal *Avante!* a sua militância na clandestinidade: «era Inverno e chovia através da janela, à contraluz do lampião na esquina da rua dos Lusíadas. Venho todo encharcado – disse ele. Tirou da algibeira um papel cuidadosamente embrulhado. Fica com ele – disse. Era o próximo número do

²⁹¹*Idem*.

²⁹²Este documento é transcrito da documentação dos Arquivos do SNI que, após o 25 de Abril, passou para a Biblioteca Nacional. Censuras: Diversos. 2.º semestre de 1970.

²⁹³3.º Congresso da Oposição Democrática, Aveiro, 4 a 8 de Abril de 1973, *Educação, Cultura, Juventude*, Lisboa, Seara Nova, 1973, p. 92.

Avante! Repara como está fresquinho – disse rindo. Acabadinho de sair do forno. Saiu. Aquele *Avante!* Estava fresquinho mesmo. Guardei-o dentro de um livro. Por nada deste mundo queria perder aquele jornal. A chuva tinha parado»²⁹⁴.

Como bem lembra Mário Zambujal, a grande arma de Castrim contra o regime foi a sua pena: «Ora, não se lê as crónicas do Mário Castrim sem ter a noção exacta... ele nunca precisa de dizer “sou contra este regime ou sou contra esta coisa”, percebe-se perfeitamente, em todos os passos das crónicas do Mário, que está ali um tipo antifascista, anti não sei quê, sem ele precisar de dizer: “isto nunca mais acaba e não sei quê”. É uma escrita suave, mas ao mesmo tempo às vezes ... impiedosa»²⁹⁵.

Desta postura combativa de Castrim decorre a necessidade de procurar ocultar a sua identidade, durante o Estado Novo, isto é, nunca assinar com o nome próprio os seus textos em jornais ou revistas.

No entanto, quando lhe perguntaram que ninguém se lembra de lhe chamar Manuel Nunes da Fonseca, responde com aquela ironia de que gosta: «Nem eu próprio. Para a minha mulher, para os meus filhos sou o Mário. Só sou Manuel para Repartição de Finanças, para a minha família mais antiga e para a Matilde Rosa Araújo»²⁹⁶.

Quando começou a escrever no *Diário de Lisboa*, o pseudónimo que optou no “Juvenil” foi “Tião”. Mais tarde, já como cronista televisivo, no dia 14 de Maio de 1965, no *Diário de Lisboa*,²⁹⁷ publicou a primeira crónica intitulada “TV dia a dia”, assinada por “MC”²⁹⁸. Começou a ter problemas com a censura e pediu «ao amigo Mário Sacramento, que estava na prisão de Caxias, que lhe arranjasse um pseudónimo e surgiu, por fim, “Mário Castrim”»²⁹⁹.

Entretanto, foi utilizando, noutras publicações, outros pseudónimos. Na *Crónica Feminina*, a pedido do amigo Mário de Aguiar, dono da Agência Portuguesa de Revistas, vai usar o pseudónimo de Manuela Agra. No *Jornal do Fundão*, começa por utilizar o pseudónimo Mário Castrim, porém, devido aos sistemáticos cortes da censura e ao pedido desta para o jornal pôr termo a esta colaboração, o director procurou contornar esta

²⁹⁴Jornal *Avante!*, coluna intitulada “Chá bem quente”, de Mário Castrim, de 18/02/93.

²⁹⁵ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

²⁹⁶SILVA, Maria Augusta, entrevista Mário Castrim, disponível em <http://blogues.publico.pt/letrapequena/2012/06/20/alice-vieira-a-falar-de-mario-castrim/>, consultado a 03/02/2020.

²⁹⁷*Diário de Lisboa*, a primeira crónica de Mário Castrim, ano 45, n.º 15.233, 14/05/1965, p. 7.

²⁹⁸Inicialmente usou esta assinatura nas crónicas. Quando lhe foi perguntado as razões, se era para se esconder mais, respondeu ironicamente: «Não. Era para evitar, em mim próprio, o culto da personalidade», disponível em <http://www.casaldasletras.com/Textos/MARIO%20CASTRIM.pdf>, consultado a 18/05/20.

²⁹⁹VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

exigência: «que parasse por uns dias e retomasse com outro nome, assim surgiu um novo pseudónimo: Marcos Ferreira. Logo no primeiro, o lápis azul da censura rabiscou em cima da crónica “este é pior que o outro”»³⁰⁰.

Após o 25 de Abril de 1974, vai manter uma actividade regular no PCP - Partido Comunista Português, integrando o “sector” intelectual do partido. Escreveu semanalmente, até ao final da vida, para o jornal *Avante!*, uma rubrica, “Os Pontos Naturais”. Publicou, até, um livro de poemas, intitulado *Poemas do Avante!* No entanto, não era um político activo, o trabalho não lhe permitia, mas ia às reuniões para as quais era solicitado. Mas por ser um intelectual de relevo, por duas vezes foi candidato do PCP em lugares não elegíveis, nos cadernos eleitorais. Em 1976, nas listas pelo círculo de Lisboa, nas primeiras eleições da constituinte à Assembleia da República. No ano seguinte, em Janeiro, para a vereação da Câmara de Lisboa.

Por último, convém salientar uma outra vertente do autor: a sua formação católica. Chegou a ser dirigente da JOC - Juventude Operária Católica durante os anos da juventude³⁰¹, deu catequese, tendo participado nos anos cinquenta nas “campanhas do pão”³⁰², em Lisboa. Cristo era a grande referência da sua fé. Em 1992, numa entrevista, explica o que é, para ele, ser católico: «Se é ser católico dar, como Cristo, prioridade aos pobres, aos oprimidos, aos injustiçados; se é estar como Cristo a combater a riqueza indevida, a hipocrisia e o poder do dinheiro; se é amar a Terra para melhor merecer o céu, então, católico fui, sou e serei»³⁰³. E frisa: «Que é ser católico? Ir todos os domingos à missa? Confessar-se? Gostar de João Paulo? Não, isso não serei. Se é ser católico dar, como Cristo, prioridade aos pobres, aos oprimidos, aos injustiçados; se é estar como Cristo a combater a riqueza indevida, a hipocrisia e o poder do dinheiro; se é amar a Terra para melhor merecer o céu, então, católico fui, sou e serei»³⁰⁴. A Bíblia é, para Castrim, «o livro de eleição, que o acompanha todos os dias, na sua mesinha de cabeceira». Alice Vieira refere, a propósito: «Ainda guardo o exemplar dele, todo riscado, sublinhado, e com anotações. De resto, a Bíblia foi o primeiro livro que me ofereceu, com a seguinte dedicatória “abre ao acaso, e acharás o que procuras”»³⁰⁵.

³⁰⁰NEVES, Fernando Paulouro, Castrim, a força da palavra, *Jornal do Fundão*, 18/10/2002, p. 8.

³⁰¹Comissão Municipal de Toponímia, *Mário Castrim, Jornalista, 1920-2002*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2005, p. 8.

³⁰²*Idem*.

³⁰³Entrevista dada por Mário Castrim a Maria Augusta Silva, em Agosto de 1992, disponível em <http://www.casaldasletras.com/Textos/MARIO%20CASTRIM.pdf>, consultado a 18/05/20.

³⁰⁴*Idem*.

³⁰⁵VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

Castrim realizou sínteses dos Evangelhos, nunca publicados, e «escreveu grande parte da Bíblia em verso para as crianças (tenho muita pena que isso se tenha perdido), sublinhou Alice Vieira»³⁰⁶.

Por outro lado, Castrim, apesar de ser sensível à crença católica, sempre demonstrou uma posição crítica face à Igreja enquanto instituição. Dirá o seguinte sobre o santuário de Fátima: «Fátima, para além de todo o folclore e negócio à sua volta e, até, para além do seu aproveitamento burocrático, é sobretudo crer em Fátima»³⁰⁷. E nada o impedirá de fazer conciliar o seu catolicismo à sua filiação comunista, pelo contrário, Castrim considerará: «o comunista é aquele que deixou de acreditar na eternidade para acreditar no futuro. O comunista é um cristão para uso quotidiano»³⁰⁸. Recorda Alice Vieira que Castrim costumava dizer: «“o que às vezes estou zangado é com a hierarquia...”»³⁰⁹. E recorda: «Nos três meses em que estive internado no hospital, antes de morrer, teve sempre, todos os dias, um dos missionários Combonianos ao seu lado. Mais ninguém fez isso»³¹⁰.

A relação de Castrim com os Missionários Combonianos iniciou-se cedo. Mário Zambujal lembra: «O Castrim era um fervoroso comunista e era também um fervoroso católico. Coisa que muitas pessoas não sabem. E eu fui a Roma e corri a Itália toda, a convite dessa organização, dessa associação religiosa. E o Castrim era quem dirigia praticamente, quem patrocinava a revista *Audácia* e tinha lá grandes amigos. Portanto, isto parece uma contradição para muita gente que não vê que não há contradição nenhuma»³¹¹. Fernando Correia também aponta: «Nesse sentido, digamos que era um católico no sentido mais puro, na minha perspectiva. Eu acho que é perfeitamente conciliável ser católico e ser comunista. E o Mário Castrim é um bocado isso. Podemos acreditar em Deus, vivemos entre os homens, e os homens não são deuses»³¹². Alice Vieira salienta uma das chaves para compreender este comunista católico: a importância dada à palavra solidariedade. E, a propósito, explicita a forma como a praticava:

³⁰⁶*Idem.*

³⁰⁷SILVA, Maria Augusta, entrevista Mário Castrim, disponível em <http://blogues.publico.pt/letrapequena/2012/06/20/alice-vieira-a-falar-de-mario-castrim/>, consultado a 03/02/2020.

³⁰⁸*Idem.*

³⁰⁹VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

³¹⁰*Idem.*

³¹¹ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

³¹²CORREIA, Fernando, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 04/09/19.

«Lembro-me de recebermos cá em casa muitos jovens comunistas, que queriam dar “o salto” e não tinham onde ficar. Havia sempre um quarto reservado para eles»³¹³.

O padre Arlindo Pinto, agora no Vaticano, testemunha a amizade que manteve com Castrim, desde 1993, ao vir de Moçambique, onde esteve como missionário, «tendo assumido funções de Director das duas revistas Combonianas, *Além-Mar* e *Audácia*. Cheguei ao encontro pessoal com o Mário. Foi assim que nasceu e se alimentou uma amizade que perdura até hoje. Sim, até hoje, porque nem a morte consegue destruir uma verdadeira amizade. Com isto, quero dizer que, mesmo depois do Mário ter partido para a Vida, a sua actual morada, este Amigo está comigo. Mário passou a fazer parte da minha vida. E eu a fazer parte da vida dele. Gradualmente, o Mário entrou também na minha família, muito numerosa, os Missionários Combonianos. Passamos a tratar-nos, simplesmente, por amigo. Passámos a ter ambos o mesmo nome: Amigo. Um outro argumento recorrente, nos diálogos mais a sós, era o de Deus. Aquele Ser transcendente, que nos parecia, tantas vezes, ausente, distante da nossa história humana. O Mário falava-me muito das suas “lutas com Deus” mais do que das suas “lutas com os homens”. Incrível. Ambos os dois nos encontrávamos a navegar no mesmo barco agitado, mas sem nos deixarmos afundar. A partir do dia 15 de Outubro de 2002, a minha amizade com o Mário passou a ter outra dimensão, mas igualmente forte, porque os amigos genuínos não morrem nem as verdadeiras amizades acabam. A amizade não conhece fronteiras e é bem maior do que o espaço e o tempo, pelo que continuei a sentir a amizade do Mário sempre muito vizinha. Os laços da amizade nunca se desamarraram»³¹⁴. Todo o trabalho de Castrim com esta missão religiosa foi voluntário e sempre cooperante.

Esta vertente católica de Castrim intercepta, em alguns momentos, a sua actividade jornalística, não só por via das colaborações em publicações, mas também em episódios de reportagem. Foi o que aconteceu quando Salazar “caiu da cadeira” e foi hospitalizado, abrindo-se um período de grande indefinição política. Joaquim Letria descreve: «Quando Salazar esteve no Hospital da Cruz Vermelha, fazíamos tudo para tentar saber notícias, sobretudo saber se o homem tinha falecido, saber os pormenores. E nós próprios no jornal convencemos o Castrim, “epá, vai lá e tal, e tenta”. Passou a ir lá todos os dias. Fazia uma coisa extraordinária que mais ninguém era capaz de fazer. Quase que namorava com a dona Maria. Ia para a capela, não sei o que diziam, mas fingia estar

³¹³VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

³¹⁴PINTO, Arlindo, Padre Missionário. Entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 23/04/20.

a rezar pela saúde do Salazar. Os dois falavam muito, e, no final, dava um abraço à senhora. Era uma coisa fantástica. Mais ninguém seria capaz, naquelas circunstâncias, com o senhor lá internado, com a PIDE presente, com todo aquele aparato. Aparecia por lá à tarde e lá ia ele para a capela e se encontrava com a dona Maria. Mas nunca nos disse a nós, da redacção, qual o tema das conversas. Os jornalistas passavam o dia no hospital, faziam turnos e nada sabiam sobre a evolução da saúde de Salazar. No meu caso, até dormia no carro no jardim. Penso que ninguém sabe disto, porque do *Diário de Lisboa* só lá estava eu, e via isto diariamente – “então, Mário, o que é que a senhora disse?” Sempre com aquele sorrisinho, como que escapava das coisas e não dizia nada»³¹⁵. No entanto, Alice Vieira acrescenta, «o Mário estava sempre a ligar-me, “é hoje”, “está por pouco”, etc. E a D. Maria é que afastava os outros jornalistas e dizia à polícia “deixem passar o rapazinho”»³¹⁶.

Ao longo da vida, foi um dos traços mais marcantes da sua personalidade, onde amizade para Castrim ultrapassava as divisões de credos políticos ou religiões. Não obstante, a sua imagem pública era outra. Por exemplo, quando morreu, o *Correio da Manhã* assinalou: «A sua forma de estar na política também era conhecida. Muitos diziam que Castrim era “doentamente pró-PCP” e chegou a admitir ter deixado de cumprimentar amigos por abandonarem o partido»³¹⁷. Mas o mesmo artigo não deixava de referir: «O desinteresse pelas simpatias pessoais permitiu-lhe criticar todos e Castrim nunca misturou amizade com trabalho, tendo inclusivamente criticado negativamente obras de amigos em nome da honestidade»³¹⁸. O certo é que, no contexto do pós-25 de Abril, e durante o período revolucionário, com a forte divisão da esquerda, Castrim recebeu o epíteto de “O Sectário-Geral!”

No entanto, cultivou amizades em vários quadrantes políticos, desde declarados opositores ao Estado Novo: «Mário Zambujal, Carlos Pinhão, Fernando Assis Pacheco, Ary dos Santos, José Carlos Vasconcelos, Joaquim Letria, Augusto Cabrita, Francisco Fanhais, toda a família Paulouro (*Jornal do Fundão*)»³¹⁹, até homens do regime, como o historiador e ministro de Salazar José Hermano Saraiva, ou o fadista João Braga³²⁰.

³¹⁵LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/09/19.

³¹⁶VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

³¹⁷*Correio da Manhã*, “Morreu o Mais Antigo Crítico de Televisão”, disponível em <https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/morreu-o-mais-antigo-critico-de-televisao>, consultado a 3/02/20.

³¹⁸*Idem*.

³¹⁹VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/20.

³²⁰*Idem*.

Tudo parece apontar, porém, que Castrim, em diversas ocasiões, não dissociou a sua militância no PCP da actividade jornalística. José Jorge Letria descreve um episódio com Castrim: «Sabia como ele era, fomos camaradas de partido durante vários anos. Tenho um episódio como era o Castrim. Quando, em 1972, anunciei que ia deixar o *Diário de Lisboa* para ir para o *República*, ele convidou-me para jantar em casa dele. Disse-me: “Tu não podes abandonar o jornal, o jornal é importante politicamente, é importante até ideologicamente, tu és um jovem redactor, é uma pena ires trabalhar para esses gajos porque aquilo é um jornal todo ligado ao “Mário Soares e aos amigos”. Estava a assumir uma posição ideológica de identificação e de proximidade com o Partido Comunista. Disse-me, “não se admite que tu abandones o *Diário de Lisboa* e que vás para o *República* trabalhares com eles. Fazes falta, és um quadro que é importante, estás do nosso lado. É bom que tu continues connosco”. Eu não levei em conta esta recomendação e mudei-me para o *República*»³²¹.

Diana Andringa descreve também os atritos políticos com Castrim: «A ideia que eu tenho é que as pessoas falavam do Mário Castrim com carinho, mas eu creio que vivia um bocadinho isolado. Penso que toda a gente se dava bem com ele. No entanto, reconheço que fui bastante criticada. Eu só entro para televisão em 1978 e só depois é que o Castrim se atira a mim. Nessa altura, estou na televisão e faço programas, e Castrim faz-me aqueles ataques. Essas críticas eram absolutamente de ódio. Uns anos depois, em 1989, vou com o Mário Mesquita para o *Diário de Lisboa*, onde já não havia crónica do Castrim. Vamos convidá-lo a fazer uma crónica semanal, e eu digo ao Mesquita que me deixe ser eu a convidar. Ele aceitou e escreveu crónicas interessantíssimas. Mas o Castrim, de facto... nós sabemos que havia pessoas que fizessem o que fizessem ele caía em cima»³²². E finaliza: «Agora se era porque me tinha conhecido, e tinha tido uma esperança em mim, não sei. Naquela altura era nitidamente os ataques do MRPP. São os ódios»³²³. No entanto, confirma: «penso que o Castrim para o *Diário de Lisboa* foi uma galinha de ovos de ouro. E havia muita gente que comprava o *Diário de Lisboa* pelo “Canal da Crítica”, não haja dúvida»³²⁴.

Já Fernando Correia considera: «Era um sectário, no sentido em que era intransigente nas suas convicções, e sendo independentemente de ser boa ou má pessoa,

³²¹LETRIA, José Jorge, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/12/19.

³²²ANDRINGA, Diana, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 28/10/19.

³²³*Idem*.

³²⁴*Idem*.

não é isso que está em causa, até porque isso é uma classificação que não existe, a gente pode ser má para uns e para outros é uma excelente pessoa. No relacionamento, principalmente com aqueles que ele achava que não mereciam compreensão nem aceitação, etc., poderia parecer, e era muitas vezes, uma pessoa rígida, daí o tal ímpeto do sectário-geral»³²⁵. O colega Eugénio Alves reconhece que: «O Castrim, no *Diário de Lisboa*, era respeitado, sério e o que fazia era bem feito. (...). No entanto, era um homem de esquerda, era o sectário, o partido tinha sempre razão. Quer dizer, não teria sempre, mas ele pronto, ele defendia»³²⁶.

Joaquim Letria acrescenta que algumas críticas a Castrim também surgiram de alguma inveja do êxito e condições de trabalho adquiridos por este: «o Castrim vendia muitos *Diários de Lisboa*. Muita gente comprava o *Diário de Lisboa* só por causa do Castrim. E era notável nisso. Era um artista, um homem fantástico». No entanto, é peremptório ao afirmar que «muitos colegas não gostavam de Castrim, por estar em casa a escrever. Não imagina aquela gente toda. Já vinha também esse lado (das pessoas não gostarem do Castrim) também do “Juvenil”. (...) também um pouco por culpa dele. Digamos que ele, de alguma forma, com os seus juvenzinhos e juvenzinhas, era ali uma grande mistura, se calhar sem querer ou sem perceber, mostrava uma certa superioridade sobre os colegas. Não era o meu caso, porque eu gostava muito dele, e achava-lhe muita piada. E dei-me sempre muito bem com ele. Mas era um homem complicado e difícil nas relações, falava pouco, não era capaz de ter uma relação aberta. Mas devo dizer que quando eu comecei a fazer coisas na televisão, o Castrim dava-me porradas. Algumas que eu não entendia, só porque não gostava de mim, ou por maldade, não sei. Mas deu-me porradas incríveis. Mas Castrim teve um papel importantíssimo, na crítica à sociedade que ele fazia a partir das coisas da televisão. E isso era notável. Ninguém lhe tira o mérito, o valor e o talento. Depois como pessoa, era muito complicado, muito complicado»³²⁷. Em contrapartida, Alice Vieira sublinha, não como mulher de Castrim, mas como jornalista em vários jornais: «nunca dei por que os colegas tivessem inveja dele...»³²⁸.

O certo é que a *pena* fortemente crítica de Castrim, que não poupava ninguém, desde artistas a apresentadores ou mesmo representantes da cultura, contribuiu para ir construindo a imagem de um autor verrinoso. Já em 1973, Castrim defendia-se dos que o

³²⁵CORREIA, Fernando, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 28/10/19.

³²⁶ALVES, Eugénio, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 16/10/19.

³²⁷LETRIA, Joaquim, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/07/19.

³²⁸VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 27/03/19.

criticavam, acusando-o de fazer ajustes de contas ideológicas, afirmando com serenidade: «eu cá, se lá fosse, também arranjaria, se calhar, desculpas como essas»³²⁹.

Naquilo que nos interessa, as crónicas televisivas de Castrim no *Diário de Lisboa* constituíram um momento relevante na sua carreira jornalística. No período de 1972 até 1974, Cesário Borga refere o ambiente na redacção do *Diário de Lisboa* e considera: «As idas do Mário Castrim à redacção eram raras, mas quando aconteciam ele falava com toda a gente, aconselhava os mais novos como eu e com frequência, participava em conversas de grupo sempre bem-dispostas, onde se contavam histórias e comentava a actualidade. As relações entre ele, a redacção, a chefia e a direcção eram boas. Nesta altura, a crónica do Castrim era essencial ao jornal, ou seja, não concebíamos a edição sem as crónicas do Castrim, sempre de grande qualidade e, nalguns dias, verdadeiramente excepcionais»³³⁰.

Mário Zambujal explica o sucesso destas crónicas televisivas: «Muito humor. E esse humor é que faz a relação com o leitor, o humor e essa verticalidade de ele dizer as coisas, de ele dizer aquilo que era difícil encontrar na imprensa portuguesa na altura. Porque as coisas fora da sua circunstância não dão uma análise boa, porque a gente dizer “o Castrim isto, o Castrim aquilo”, o Castrim não é de agora, é de um período em que havia não só uma censura, como uma atmosfera carregada. E então este Castrim que não tinha a ilusão de derrubar o regime com as suas crónicas, mas de ir elucidando as pessoas sobre outra maneira de ver aquilo, diferente do que era a propaganda oficial do regime. O regime tinha os seus “Castrins”, que diziam umas coisas. E este Castrim era o antídoto, era o gajo que ia chuchando com aquilo»³³¹. Francisco Seixas da Costa, diplomata e leitor assíduo do *Diário de Lisboa*, diz no seu blog: «Todos os dias, o *DL* trazia-nos o “Canal da Crítica”, onde Castrim, num português de lei, nos deliciava com “innuendos” e artimanhas estilísticas, com vista a dar a volta à Censura, comentando programas, apreciando conteúdos, às vezes com notas bem à margem daquilo que comentava. Era um regalo conseguir ler por entre as linhas de Mário Castrim, mesmo que soubéssemos que, aqui ou ali, o “lápiz azul” dos coronéis da rua da Misericórdia tinha feito os seus estragos. Mas até algumas ausências pressentidas de texto chegavam a ter significado»³³².

Após o seu falecimento, Correia da Fonseca, numa crónica do *Notícias da Amadora*, escreve: «Era escritor, contista e poeta, cujo talento só era conhecido por um

³²⁹Jornal *Cinéfilo*, entrevista dada por Mário Castrim, a 27/11/73.

³³⁰BORGA, Cesário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 30/05/2019.

³³¹ZAMBUJAL, Mário, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 12/06/19.

³³²COSTA, Francisco Seixas da Costa, blog intitulado *Dois ou três coisas*, de 07/01/2017, consultado em https://duas-ou-tres.blogspot.com/2017/01/mario-castrim_7.html, retirado a 04/02/2020.

punhado de amigos que a custo ultrapassavam uma modéstia quase inexpugnável e um desesperante desmazelo com a própria obra»³³³.

Como recorda Alice Vieira, tinha 82 anos e encontrava-se nos Cuidados Intensivos de uma unidade hospitalar da capital devido a uma pneumonia. «Foram três meses muito difíceis, desde que foi internado no Hospital dos Capuchos, em Julho de 2002, até ao dia da sua morte, a 15 de Outubro. Já não falava, mas pedia papel e esferográfica. E escrevia muitas vezes: “nunca digam mal do Serviço Nacional de Saúde”. Oito dias antes de morrer, escreveu um poema, que me deu, e que trago sempre comigo»³³⁴.

No dia seguinte realiza-se o funeral, onde o acompanham familiares e amigos, marcando presença no cemitério de Benfica, para o último adeus. Podemos destacar, entre muitos, Carlos Carvalhas (secretário-geral do PCP) e o general Vasco Gonçalves. No entanto, Alice Vieira afirma: «a televisão estava em peso. E o Luís Andrade, na altura director de Programas, declarou para um jornalista que o estava a entrevistar: “O Mário era um dos nossos. Ele só queria uma televisão de grande qualidade”»³³⁵. É elucidativo.

Poema próximo da morte

E que agora vos deixo.

“Lágrimas, não. Lágrimas, não. A sério.
Enfim, não digo que. É natural.
Mas pronto. Adeus, prazer em conhecer-vos.
Filhos, sejamos práticos, sadios.

Nada de flores. Rigorosamente.
Nem as velas, está bem? Se as acenderem,
sou homem para me levantar e vir
soprá-las, e cantar os ‘parabéns’.

Não falem baixo: é tarde para segredos.
Conversem, mas de modo que eu também
oiça, e melhor a grande noite passe.

Peço pouco na hora desprendida:
fique eu em vós apenas como se
tudo não fosse mais que um sonho bom.”

8/ 10/ 2002

³³³FONSECA, Correia, *Boa Noite, Mário*, crónica no semanário *Notícias da Amadora*, n.º 1507, de 17/10/2002, p. 20.

³³⁴VIEIRA, Alice, entrevista dada a José Manuel Lencastre, a 31/05/20.

³³⁵*Idem*.

3 – Análise “Crónicas da TV – Dia a Dia”³³⁶

Aqui, iremos reflectir sobre a obra de Mário Castrim *Televisão e Censura*³³⁷, que inclui uma selecção realizada pelo próprio das crónicas que redigiu, sobre os programas da RTP - Rádio Televisão Portuguesa, publicadas no *Diário de Lisboa*, no período de 1969 a 1974.

A importância deste livro reside nas crónicas serem difundidas na íntegra, onde o autor apresenta os conteúdos que tinham sido cortados pela censura. Deste modo, é possível analisar a reflexão do autor sobre os programas que a televisão foi emitindo neste período. Para demonstrar o que foi censurado, o autor refere, no prefácio do livro, como foram nefastos os cortes efectuados, por vezes retirando o sentido às frases ou mesmo eliminando o que desejava transmitir.

São 63 as crónicas seleccionadas, num universo de 3.600, desde que iniciou actividade como comentador de televisão, entre 14 de Março de 1965 e 14 de Abril de 1984. Enquanto primeiro crítico de televisão, levou esta tarefa como missão, passando à frente do televisor mais de setenta mil horas. Apenas uma vez na vida falhou uma crítica de televisão: no dia de nascimento do primeiro filho. Mais tarde, relatou, com algum regozijo:

«Mas nem quando nasceu a minha filha nem quando casei deixou de fazer a crítica. Preferiu consagrar-se a combater o fluxo de mistificação social que a televisão despeja no domicílio, do que outras actividades mundanas»³³⁸.

A baliza temporal do livro que vou analisar corresponde a um período histórico muito específico, entre os últimos anos do governo de Marcelo Caetano e o início da democracia em Portugal. Durante este período, os textos do autor foram sujeitos a uma pesada censura. No prefácio desta obra, o autor esclarece-nos:

«Os cortes eram tais que alguns amigos chegaram, pelo que liam, a julgarem-me lelé da cuca. Particularmente naquele período em que, para os avisar do que se passava, me vi forçado a criticar a mira técnica... Praticamente, em dez

³³⁶Ao longo de todo o trabalho, os textos compostos em *itálico negro* correspondem aos cortes da censura.

³³⁷CASTRIM, Mário, *Televisão e Censura*, Porto, Campo das Letras, 1996.

³³⁸Publicação retirada do jornal *Correio da Manhã*, num artigo publicado no dia em que faleceu Mário Castrim, consultada a 12/01/2019, em <https://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/morreu-o-mais-antigo-critico-de-televisao>, retirado a 25/06/2019.

anos, sem um único dia de descanso, não houve um só em que a Censura não me arrancasse o pé, a mão, os olhos... Foram ao limite de me cortarem o “porém”. Vejam só se é coisa que se faça a um homem»³³⁹.

Castrim dá-nos conta da forma como a sua “luta” com a censura teve implicações na sua escrita, lembrando como na escolha de cada palavra foi sendo obrigado a antever o gesto repressivo do censor:

«Ninguém se dará conta, lendo as críticas, do que foi a luta corpo a corpo, do que foi a alma gasta em cada frase, a busca da palavra capaz de, a invenção do gesto, da finta, da negaça»³⁴⁰.

Aqui, iremos analisar este crítico de televisão, que, através de uma escrita acessível e mordaz, vai expondo nas suas crónicas quer o *modus vivendi* dos portugueses, quer potencialidades e limites do novo meio que é a televisão.

Castrim considerava a televisão um *fenómeno* social da maior importância na sociedade portuguesa, tornando a figura do crítico televisivo uma necessidade, devendo este impedir que o conteúdo televisivo fosse confundido com a realidade, com a própria realidade:

«Existe, por um lado, uma realidade actual portuguesa, realidade vivida por milhões. Existe um extraordinário fenómeno chamado “televisão” integrado no conjunto da nossa sociedade. Estar a par das reacções, dos processos, da maneira de ser televisão, o mesmo é dizer: Procurar integrar-se e integrar os leitores na realidade portuguesa – eis uma das missões que o crítico, com Portugal até ao pescoço, não pode recusar»³⁴¹.

O autor valorizava a sua missão:

«Tem a saudável finalidade de levar as populações a fazer pressão sobre os responsáveis. Só os responsáveis pusilânimes têm medo da verdade, porque só eles temem a dita pressão»³⁴².

³³⁹Castrim, Mário, *Televisão e Censura*, prefácio, p. 8.

³⁴⁰*Idem*, p. 7.

³⁴¹Crónica, “Canal 13 é mau – a culpa é dos críticos?”, de 04/11/71, p. 45.

³⁴²Crónica, “Campainha de alarme: Um esgoto percorre o Tejo”, 16/02/73.

É importante sublinhar que o âmbito destas crónicas recai tanto em peças informativas, como de entretenimento cultural, como no desporto, séries, filmes, musicais, etc. No entanto, Castrim parece não dar importância ao *telejornal* nem aos depoimentos e comentários dos políticos que usavam a televisão como meio de *propaganda*, como é o caso de Marcelo Caetano³⁴³, presidente do Conselho de Ministros, ou de Moreira Baptista³⁴⁴, subsecretário de Estado da Presidência do Conselho. Nesta obra, Castrim apenas parece deter-se nas notícias veiculadas fora dos telejornais. No que respeita à *guerra colonial*, também não surgem referências explícitas, o que nos suscita algumas dúvidas. Estaria Castrim a evitar publicitar o conflito de que discordava? Ou esta temática era interdita aos jornalistas mais críticos? Talvez possamos considerar que esta é uma posição pessoal, porque Castrim, a propósito de outras temáticas sensíveis, não hesita em ser muito contundente, mesmo quando sabe que a censura será bem pesada. É o caso, como veremos, da sua leitura da Guerra Fria, onde é tão desfavorável às posições pró-americanas.

As crónicas reunidas nesta obra que iremos analisar têm dois traços que interessa reter. Em primeiro lugar, longe de se deterem na crítica à programação, à qualidade técnica e humana da RTP, as crónicas aqui presentes abarcam uma apreciação bem mais abrangente, que nos dá conta da situação política e social vivida em Portugal, durante o marcelismo. Podemos mesmo afirmar que, pela “lente” do autor, a pretexto dos mais variados assuntos televisivos, vemos desfilar os portugueses, com os seus problemas por resolver, as suas questões por discutir, as suas esperanças no futuro, a par da crítica aos governantes do presente. Em segundo lugar, a “pena” de Castrim é corrosiva, a crítica afiada surge de rompante, em frases curtas e acutilantes, às vezes a despropósito, num desafio ao censor e ao seu “profissionalismo”, como se o fintasse, a ver se “passava”.

Estas duas vertentes levaram-nos a subdividir a análise em três subcapítulos: a crítica política, a crítica social e a crítica televisiva, propriamente dita.

No entanto, pensamos ser da maior importância começar por chamar a atenção para o elemento estilístico mais marcante destas crónicas: o recurso à sátira, como

³⁴³As célebres 16 intervenções de Marcelo Caetano nas *Conversas em Família*, na RTP, entre 1969 e 1974.

³⁴⁴Como está transcrito no site da RTP, 50 Anos de História, no depoimento ao programa *Retratos de uma Televisão Pública-RTP*, trabalho da jornalista Manuela Martins para a série “Enviado Especial”, RTP-1, 6/10/1996, onde indica que, em 1969, «Moreira Baptista, secretário de Estado da Informação, abre várias vezes o Telejornal com textos opinativos». Consultado a 12/02/19, em <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe60/Do2ProgramaALuaEAo/Pag9/default.ht>, e retirado em 18/04/2019.

veremos, uma forma de resistência e subversão da moldura autoritária do regime do Estado Novo.

Não é fácil publicar temas de humor e de sátira política em regimes ditatoriais. O humor, mesmo de forma mais subtil, desencadeia uma forte repressão pelo receio de contaminação da opinião pública. Ao longo da história, humor e política estiveram sempre ligados. A necessidade que as sociedades têm de criticar os poderes instituídos tem dotado o humor de um papel cultural de contrapoder. Pode-se considerar que o humor desafia qualquer tipo de autoridade, seja esta política, policial, paternal, religiosa, ou até autoridade comunitária. Várias questões podem ser colocadas na clarificação do que se pretende com o conceito de humor. A linha discursiva do humor como forma de subverter o poder político pode assumir diversas formas, desde a simples anedota, à crítica social mais elaborada. Normalmente, pretende beliscar as normas instituídas, questionar determinados assuntos e, conseqüentemente, tentar resolvê-los.

Mesmo em democracia, o humorismo político pode fazer cair políticos ou reduzi-
lhos o prestígio.

A liberdade e a democracia permitem que o tom humorístico, irónico-satírico e de escárnio corresponda a um tom de superioridade e depreciação, numa tensão argumentativa em que o cronista torna o agente provocado numa caricatura: «uma contra-face, uma contra-luz, mas talvez não seja o suficiente para se assumir o Humor como um contra-poder»³⁴⁵.

Sabemos também que momentos histórico-políticos de mudança, de transição, são sempre férteis na sátira, na crítica mordaz, aguçam a ironia e o humor. A «Ironia revela essa superioridade, toca no absurdo, exhibe um elevado grau de abstracção e constrói uma certa tensão na lógica argumentativa e na dialéctica sem resolução. O Humor pode ser visto como uma auto-ironia, próxima da simpatia, exprimindo duas tendências profundas e complementares do espírito humano, acompanhado de um discurso paradoxal, com a suspensão prolongada de um julgamento ou juízo de valor, dotado de linguagem imagética e afectiva»³⁴⁶.

O humor, como forma de subversão do poder instituído, pode questionar, dar ênfase, denunciar, predispor ao pensamento, muito mais do que criticar. O humor político

³⁴⁵MARTINS, Ana Isabel Correia, *A seriedade do Humor ao longo dos séculos: uma retórica do poder político ou de um contra-poder?*, consultado em <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/17/13.humor.pdf.pdf>, retirado a 13/08/2019, p. 329.

³⁴⁶*Idem*, p. 341.

traz à superfície as inconsistências de um sistema que devia ser imaculado. Porém, pode também ser analisado como forma de semear ideias novas, mostrando-as como alternativa e como um novo rumo para o futuro.

Já a sátira é essencialmente uma configuração de ataque a alguém, ou a alguma instituição, e é consumado através da denúncia do ridículo, da paródia e de uma crítica caricatural e, conseqüentemente, exagerada. Tem tradicionalmente uma função pública. Por esta razão, a sátira não tem no seu âmago qualquer interesse de conciliação com o satirizado. Como indicam Ogborn & Buckroyd: «O objectivo da sátira é expor a hipocrisia humana, o vício e a insensatez, e como esses aspectos do comportamento humano não são específicos de nenhum período histórico, as sátiras podem ser compreendidas pelos leitores a qualquer momento»³⁴⁷.

Na obra de Castrim, o recurso constante à ironia, à sátira e ao humor permite ao autor denunciar, subverter e colocar em causa o uso político da televisão, com o constante recurso a conteúdos propagandísticos, mas também as instituições políticas e os meios sociais e culturais que sustentam a ditadura.

3.1 - A RTP pelas lentes de Mário Castrim

Na crítica diária de Mário Castrim está presente um primeiro traço que gostávamos de salientar: a sua permanente inquietação perante o poder da televisão.

Numa crónica de 1972, num extenso extracto todo cortado pela censura, Castrim com extrema clareza, sem ironia, denunciando a sua formação marxista, enquadra a televisão no seio da luta de classes, enquanto aparelho ideológico (embora sem esta referência linguística) da classe dominante:

«Sabe-se que, em todo o mundo, a televisão é um veículo comandado pelo Estado e que as ideias que exprime são as ideias da classe dominante, ou seja, a classe capaz de impor os seus estatutos, as suas regras de jogo. Sabe-se, porém, que o domínio de uma classe não se processa ao abrigo de contradições. O jogo pode exigir uma certa maleabilidade que irá, mesmo, até concessões capazes, em certos casos, de levar a uma “assimilação”, a uma neutralização das vozes contrárias»³⁴⁸.

Mas logo esclarece:

³⁴⁷OGBORN, Jane; PETER Buckroyd, *Satire*, Cambridge, Cambridge University, 2001, p. 17.

³⁴⁸Crónica, “A má Televisão não compensa”, 01/02/72, p. 61.

«A televisão portuguesa tem-se mostrado irredutível: não vai nesse jogo. À televisão portuguesa não vão determinados cançonetistas, como não vão determinados escritores e intelectuais. Que se deve fazer? Defender a não-ida à televisão de cançonetistas, intelectuais, escritores, cidadãos? Nunca. A televisão portuguesa, é de Portugal e o que está em Portugal é dos portugueses. O que se deve exigir é que os cidadãos, os escritores, os intelectuais, os cançonetistas, etc; vão à televisão, mas vivos, mas inteiros, mas completos na sua experiência, na sua dignidade, no respeito da sua pessoa integral. A ideia pode não ser simpática à televisão portuguesa. Mas a sua aceitação é inevitável se se pretender realizar, na prática, o conceito da viragem para a Europa. Não nos podemos virar para a Europa pondo demasiado à vista o cinto da castidade. Que não se pode disfarçar nem com a presença simbólica e compreensiva de um Jorge de Sena, de um Virgílio Ferreira, de uma Natália Correia, de Armindo Rodrigues, etc.»³⁴⁹

Para o cronista, a televisão é parte integrante do aparato de violência presente na sociedade: «Pode-se ainda garantir que o mal pior não está na violência que existe na televisão. O mal pior está na violência da vida... A violência da TV já é consequência e espelho dessa, e patati, e patatá. Mais do que evidente: quando se fala em violência, a tendência é para reduzir tudo ao pontapé e à galheta»³⁵⁰.

Nesse sentido, o autor surge indignado com as implicações da programação televisiva, reconhecendo que a RTP em vez de elevar a sociedade portuguesa, com novos valores e atitudes, a torna mais bruta e estupidificante: **«Simplesmente, a missão que inicialmente se propunha a televisão portuguesa não era a do embrutecimento maciço. Os seus objectivos eram bem outros»³⁵¹**... Apontando, frequentemente, o excesso de entretenimento como um dos males da televisão portuguesa. Veja-se o seu comentário ao programa *Feminino Singular*:

«As histórias familiares, onde a violência do murro e pontapé foi substituído por essa outra violência não menos violenta que se chama imbecilidade. Imbecilidade, desculpem. Há pessoas tão púdicas tão delicadas que não apreciam mesmo as palavras directas e sem rodeios. Dirão que o seu único objectivo é entreter, é divertir... (...) Em tão reduzida conta tem a televisão portuguesa as donas-

³⁴⁹*Idem*, p. 61.

³⁵⁰Crónica, “Violências há muitas!”, 01/11/71, p. 39.

³⁵¹Crónica, “As piedosas intenções”, 01/11/71, p. 40.

de-casa e as crianças – público mais provável das emissões à hora do almoço»³⁵².

Numa outra crónica não perde a oportunidade para aproveitar as palavras de José Manuel Mendes, proferidas no programa *Pop25*, realçando: «Ei-lo a referir a mentira dos programas para as donas de casa com receitas culinárias e folhetins decapitados: contribuem apenas para alienação da mulher»³⁵³.

O carácter alienante da televisão surge frequentemente em desabafos, todos eles cortados pela censura. A propósito de uma rubrica *Há só uma terra*, declara:

«Modifica-se o rosto da televisão portuguesa quando a televisão se volta para a realidade. Transfigura-se. A vocação da TV não é para fábrica de sonhos. Como qualquer estupefaciente, a teledroga deve ser combatida. Há que combater a poluição onde quer que ela aconteça: Na televisão, se acontecer na televisão. E quantas vezes acontece, ai de nós!»³⁵⁴

O autor vai mais longe, não hesita em discutir o que representa a lógica comercial, sustentada no “gosto” do público, tantas vezes confundida com uma atitude respeitosa da maioria:

«Já algumas vozes responsáveis confundiram isto, com uma certa razão, quando admitiram a necessidade de se dar, pela televisão, aquilo que o público gosta. Quer dizer: há pessoas que guardam toda e veemência democrática para respeitar a vontade das pessoas vítimas da deseducação, das deformações, da falta de condições de opção. Transige-se com a maioria naquilo que a maioria ofende. Não me parece que seja isso grande sinal de democracia. A questão não está aí. A questão não está em se saber se as maiorias gostam. A questão está em saber se devemos cultivar nelas o abismo com a inteligência, com a cultura com arte. A questão consiste em saber se podemos alinear a nossa responsabilidade em nome das razões alheias à nossa consciência»³⁵⁵.

Mas Castrim não tem dúvidas quanto aos propósitos desta vertente essencialmente de entretenimento da televisão: trata-se de uma forma que despolitiza e, simultaneamente, é permeável à instrumentalização política. Aponta o autor que a grande aposta da RTP é

³⁵²Crónica, “A imbecilidade feita gente ou vice-versa”, 19/02/77, p. 76.

³⁵³Crónica, “A vontade das maiorias, sim, sim. Mas quais?”, 18/10/71, p. 34.

³⁵⁴Crónica, “Campinha de alarme: Um esgoto percorre o Tejo”, 16/02/73, p. 161.

³⁵⁵Crónica, “A vontade das maiorias, sim, sim. Mas quais?”, p. 35.

nada discutir com profundidade e evitar, a todo o custo, a política: «Discutir o problema levaria, inevitavelmente, à incursão nos domínios da política – **e todos nós sabemos que a televisão é avessa à politização seja do que for**»³⁵⁶.

Mas o crítico televisivo não é ingénuo, e um dos seus objectivos parece ser analisar os programas de entretenimento e desconstruir a ideia de que estes não encerram mensagens políticas. Veja-se a propósito a sua abordagem da instrumentalização política presente em programas aparentemente inócuos.

Já no ano de 1973, a partir de um concurso televisivo, de *cultura geral*, entre alunos liceais, com claque de apoio, descreve: «Oito de cada lado. Já sentados, já alinhados. Entre eles, um fosso: o palco. Frente a frente. Dureza, luta de vida ou de morte. Nem saudações, nem cumprimentos. (...) Tarefas bem distribuídas. Cada qual com o seu»³⁵⁷. Ao referir-se ao porta-voz do júri, numa alusão política ao *chefe*, desabafa: **«Uma severidade levemente cómica, de tão injustificada. A voz ríspida, a palavra curta. Enfim; o mandão da fita, sem uma explicação, pão-pão, queijo-queijo, e bico calado, das decisões do Júri não há apelo!»**³⁵⁸.

Castrim destaca, então, de forma irónica as perguntas realizadas aos jovens:

«Qual a encíclica de carácter social que pelo seu conteúdo mereceu o nome de magna carta do operariado? (Ena, pai!). Assim, principiou o serviço cultural. Depois vieram muitas, muitas perguntas que, pelo seu carácter especificamente livresco, cavaram um fosso entre a televisão e a audiência televisiva não liceal. (...) De vez em quando, uma pergunta que faz sorrir: A Castro, de António Ferreira, é uma comédia, uma tragédia ou uma novela pastoril? E o comentário, pleno de frustração, de Artur Agostinho: É uma tragédia! E era!»³⁵⁹.

E continua meticolosamente a descrição das perguntas do concurso: «Para o “Portugal de Hoje”, três perguntas relacionadas com a Caixa Nacional de Pensões, com a futura (quando?) escolaridade obrigatória, com o futuro IV Plano de Fomento. (...) O Machado sabia tudo. (...) **O Machado é, mais do que um concorrente, é um símbolo sem querer, de todo um processo de fazer, não viver**»³⁶⁰.

³⁵⁶Crónica, “O futuro dos Jogos Olímpicos lidos na palma da televisão!...”, 20/09/72, p. 105.

³⁵⁷Crónica, “Postos estão frente a frente os dois valorosos campos...”, 26/03/73, p. 173.

³⁵⁸*Ibidem*.

³⁵⁹Crónica, “Processo de fazer e de viver”, 26/03/73, p. 174.

³⁶⁰*Ibidem*.

Veja-se ainda como através do conteúdo de uma série americana se esforça por dar “a ver” ao leitor a mensagem política subjacente: «A acção dividia-se, meio por meio entre a espionagem soviética e inglesa **embora, como bem se calcula, a parte de leão em burrice e incapacidade coubesse (como já esperava) aos russos**»³⁶¹.

É, provavelmente, devido a esta capacidade de instrumentalização que Castrim coloca sérias dúvidas sobre a criação de um *Canal 2*, lançado a 25 de Dezembro de 1968:

«A existência de dois canais pode justificar-se por razões de publicidade, de ordem técnica (por exemplo: Possibilitar a televisão a cores) e de bem servir maior leque de audiência.»³⁶² No entanto, apresenta as suas reservas:

«A existência de um segundo canal torna-se perigosa quando estabelece a concorrência, entre uma obra cultural e uma obra de pura diversão, ou entre dois programas de qualidade. No primeiro caso, e dada a habituação a que o público está sujeito, será de temer que o “Santo” vença o Bernstein; no segundo caso, é inevitável que um programa deixe de ser visto por uma grande parte do público. Tanto é assim que a televisão portuguesa, para eliminar os perigos da concorrência dos programas entre si, transmite certas rubricas à mesma hora nos dois canais»³⁶³.

Um segundo traço da televisão portuguesa presente nas críticas aqui apresentadas é a monotonia da sua programação, aqui desenvolvida em múltiplas vertentes: uma televisão uniforme, sem surpresas, com padrões de programação, formatos, conteúdos e profissionais, que não se remodelam. A RTP surge como um meio de comunicação insípido e aborrecido, tomado por uma direcção incapaz de sair de uma dolorosa apatia e estagnação. Veja-se esta sua descrição, cortada integralmente pela censura:

«O marasmo atingiu tamanhas proporções, a chateza conhece um teor de tal forma perigoso que de duas, uma: ou a televisão deixa de ter direito à vida e se demite ou... ou...

Aqui chegado reconheço que me falta a segunda parte da alternativa à televisão portuguesa. Reconhecendo a ausência de um objectivo por que valha a pena viver, desaparece ou... ou quê? Que aconteceria hoje se a televisão portuguesa desaparecesse? Se ela desaparecesse, seria necessário criar a televisão portuguesa. E aí teríamos nós a televisão portuguesa tal qual a temos... Bom.

³⁶¹Crónica, “De quinta-feira com remorsos”, 11/02/72, p. 65.

³⁶²Crónica, “Dois canais – para quê?”, 04/11/71, p. 43.

³⁶³*Idem*, pp. 43, 44.

Mas não acontecerá que a televisão esteja sendo pior do que aquilo que poderia ser no quadro dos circunstancialismos existentes? Não estará ela a ir longe demais e mais do que seria de esperar? Não estará sendo ela mais papista do que o papa? Sendo as coisas como são, não podia a televisão ser um bocadinho melhor? Enfim, perguntas. Enquanto as respostas não chegam, pois então que chegasse uma boa série pessoal, se a televisão não serve para nada, servisse ao menos para entreter um fabiano, nem todos têm massa para gozar férias no estado de Montana, o “Estado Grande do Céu”»³⁶⁴.

O conteúdo desinteressante e inalterável da televisão é alvo de múltiplas notas críticas, veja-se o que escreve, sob o sugestivo título “Variedades que nada variaram”:

«O crítico, chegado a este tempo, embarca na perplexidade: ou há-de calar-se (e calar-se é comprometer-se), ou há-de repetir-se (e repetir-se é massacre), ou há-de usar balas dum-dum - parece que sem grande efeito também, pois a RTP vai-se tornando malhadiça, enfermiça, chatiça. A Televisão portuguesa está atacada da terrível doença da rotina. A doença já não vai com paliativos: há que recorrer à ciência mais actualizada, há que procurar novos médicos, há que reestruturar. A mediocridade dos programas da Televisão portuguesa está a transformar-se numa instituição que a todos nos compromete. A sensaboria ao nível da mania. Da epidemia»³⁶⁵.

E leia-se ainda:

«Passei pelas brasas, enquanto Hermínia Tojal recitava nos “Motivos de Poesia”, debitava os versos com uma expressão que orçava o ridículo, o jovial sem razão, sem razão tétrica, e até, como naquele poema (coitadinho!) de Fausto José, a lançar mão de um sentimento de velar cadáveres, nem lhe faltou o movimento da saliva a passar nos gorgomitos. Brrrrr!»³⁶⁶

Castrim denuncia este conteúdo repetitivo de muitas formas, por exemplo, descortinando estereótipos, como o do trabalhador rural, que segue, segundo o olhar satírico do autor, sempre o mesmo padrão:

³⁶⁴Crónica, “Acabou o ‘Jogo do Galo’ mas continuamos engalinhadados”, 19/09/72, p. 102.

³⁶⁵Crónica, “Variedades que nada variaram”, 07/03/69, p. 14.

³⁶⁶Crónica, “A epilepsia na Televisão”, 03/04/74, p. 191.

«O homem que se debruça para a terra para cavar a vinha (**e ele a dar-lhe**) é telúrico³⁶⁷; mas quando endireita a espinha para interrogar uma estrela, é religioso. Numa síntese, melhor: num “slogan” (perdoe, ó mestre, esta facadinha no purismo) lapidar: “Irreligioso é só o homem desnaturado”. **É para isto, para este género de conversa chocha que na televisão nos convidam.** (...) Então é assim que se pretende propagar o gosto pela literatura? Assim? **Isto é um programa ou uma anedota?**»³⁶⁸

Para o crítico, um dos problemas dos responsáveis pela RTP é a sua incapacidade de inovar, por exemplo, abrindo a estação a novos profissionais:

«Apenas uma nota: tem-se insistido muito ultimamente na utilização, como autor, de Pedro Moutinho, e como repórter, de Fernando Pessa. Aquilo que inicialmente poderia ser tomado como recurso para tapar buracos ocasionais, acabou, ao que parece, por criar raízes e ficar. Moutinho e Pessa: dois jarrões representantes da velha guarda. Quer isto dizer que a Televisão portuguesa desistiu de renovar?! A Televisão portuguesa regressa em força, às pratas da vovó? A Televisão torna ao passado, ele que é uma força do futuro?»³⁶⁹

Tratando-se de um meio audiovisual, o crítico refere com frequência o mau uso da imagem, apontando a ênfase dada ao texto escrito, palavroso, enfadonho, presente em vários programas. A propósito de uma crítica a uma rubrica sobre uma estação de tratamento de esgotos em Lisboa, comenta:

«Senhor deputado: a rubrica à sua responsabilidade na televisão portuguesa podia ser de grande importância. Podia – e não é. A emissão de ontem, pelo menos. Palavrosa em extremo, expositiva em extremo, a resumir: foi uma emissão muito chata: na balança invisível da poluição, a TV é um dos pesos principais: **Peso que aumenta a chatice**»³⁷⁰.

Numa outra crónica, ironiza:

³⁶⁷Crónica, o termo *telúrico* provém do latim *tellus* e significa terra. Em relação ao seu uso, pode referir-se tanto aos movimentos internos da terra como a um estilo literário, o telurismo. Algumas obras literárias são consideradas telúricas e por este motivo se fala do telurismo narrativo. O factor telúrico pode ser entendido como o efeito de um terreno e territorial a partir da descrição da atmosfera narrativa. Disponível em <https://conceitos.com/telurico/>, consultado a 28/07/19.

³⁶⁸Crónica, “Entre o religioso e o telúrico entre a inutilidade e a anedota vão as literaturas na TV”, 14/03/73, p. 172.

³⁶⁹Crónica, “Os tempos da vovó”, 12/02/72, p. 70.

³⁷⁰Crónica, “Há só uma Terra mas há várias maneiras de não aborrecer os telespectadores”, p. 81.

«De um mal enferma, porém, o trabalho de Rodrigues Lopes e esse vem a ser uma pecha de quase todos os comentadores da televisão: a tendência para as descrições exaustivas no próprio momento em que decorre. Compreendam, meus caros, compreendam de uma vez por todas que enquanto se capa não se assobia. Entendam que não se podem contar histórias da carochinha enquanto se aguentam nas mãos nuas carvões ardentes. Compreendam que não se pode simultaneamente fazer amor e comer amendoins»³⁷¹.

Ao excesso de palavras Castrim acrescenta a falta de qualidades de comunicação de locutores e jornalistas: «Proliferam os gagos. Não só do género de trabalhar as palavras mas doutro bem mais grave: os que retiram quase todo o sentido às expressões, tantos são os tiques, os silêncios, as pausas e a repetição das palavras e o perder o tino à conversa, o voltar atrás, o deixar em suspenso, o “bem até à vista” quando a conversa ia no meio, ou nem isso. Gaguez uma doença social»³⁷².

A inércia televisiva não se detém nestes profissionais. O crítico aponta ainda o “dedo” aos produtores e realizadores da RTP. Numa crónica com o sugestivo título “Vou-me embora pescar trutas”, a propósito da rubrica *Um dia com...*, salienta o amadorismo dos técnicos: «Ah, mas aquele monólogo só cortado, de minuto a minuto, pelo ribombar das motorizadas na sua raiva apressada e incómoda! Foi um prazer. (...) **Uma rica lavagem ao cérebro, digo-vos eu. Mais que televisão: um detergente. Mais que vídeo: vídeomo**»³⁷³.

A comparação entre os programas produzidos em Portugal e os produtos importados é recorrente nas crónicas de Castrim. O autor, por exemplo, depois de elogiar duas boas séries britânicas, *A Família Forsyte* e *Seis Mulheres de Henrique VIII*, apresenta aquilo que para ele distingue programas de boa qualidade: a adopção de uma linguagem televisiva própria, neste caso bem distinta do cinema e do teatro:

«Importante pela demonstração prática da existência de uma linguagem televisiva específica, mesmo quando uma confusão pareça estabelecer-se entre os elementos cinematográficos e teatrais. O que existe, na realidade, é a destruição dos processos teatrais e cinematográficos. Por um lado, os actores não necessitam de super-representar, não precisam de forçar o caminho até ao espectador; (...)

³⁷¹Crónica, “Martirizado Ximenes...”, 15/11/71, p. 46.

³⁷²Crónica, “Rescaldo festival da gaguez”, 9/03/74, p. 201.

³⁷³Crónica, “Vou-me embora pescar trutas”, 19/02/72, p. 104.

por outro, há uma economia de movimento de câmara de tal modo que esta se aproxima da máquina fotográfica»³⁷⁴.

A reportagem televisiva sofre também ela do amadorismo técnico, excesso de palavras e abordagem pouco profunda dos temas que se propõe tratar:

A propósito do programa *Conheça o Portugal Desconhecido*, realizado por Hélder Mendes, comenta:

«Sabe-se. Portugal é um País desconhecido dos portugueses. **Por razões várias. Razões que ao longo dos tempos se têm avolumado. Como que em Portugal mais não existe do que o desejo de não estar em Portugal. E este desejo não deriva de uma natureza tendência evasionista dos portugueses. Deriva de causas económicas, sociais e políticas: causas históricas.** Não o conhecemos nem ao menos superficialmente. Sabemos de ouvido que possui 89 mil quilómetros quadrados, mais coisa menos coisa. De ouvido. Não sabemos de ver com estes dois, de estar, de viver. Eis aqui como a televisão poderia dar uma ajuda: acender o apetite de ir por aí fora à procura de terra, de mar, de gente, com perdão de Hélder Mendes. Quanto mais não fosse, uma ajuda ao nível da comichão turística: passar depressa, ver de realce, espreitar de fuga. O que tivemos nesta emissão, não contribui de forma notável para isso. As imagens descosidas e fugazes, o comentário frouxo, rico de adjectivos, mas vazio de sugestões. (...) Viagem longa, longa... sempre a correr, pois o tempo não dava para mais, e os campos, e as vaquinhas a pastar e as grandiosas panorâmicas perdidas (mas perdidas mesmo) na distância e tudo apressado e corrido; impossível de deixar uma imagem, uma atracção, uma vontade de ir»³⁷⁵.

Neste contexto, não é de surpreender que Castrim tenda a valorizar e a reclamar por mais produtos de qualidade vindos de fora. Numa crónica, refere: **«Afinal de contas, onde estão as peças de teatro de produção nacional, onde as fitas e espectáculos de produção inglesa e espanhola, cuja qualidade nos foi garantida? Será que continuaremos a cultivar, na maior força, a horta idiotice dos persuasores³⁷⁶ e outros que tais»³⁷⁷**. Mas a censura não gostou.

³⁷⁴Crónica, “Não à poluição”, 25/11/71, pp. 52, 53.

³⁷⁵Crónica, “A imbecilidade feita gente ou vice-versa”, 19/02/72, pp. 75, 76.

³⁷⁶Série policial americana com os actores Tony Curtis e Roger Moore nos principais papéis. Juntos, eles procuram justiça num mundo injusto e vivem as mais incríveis aventuras em vários pontos do globo sob a orientação do Juiz Falton, já aposentado. Disponível em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p22138>, consultado a 22/06/19.

³⁷⁷Crónica, “Quinta-feira com remorsos”, 11/02/72, p. 65.

Estas duas vertentes, o excesso de instrumentalização política e a indolência dos vários profissionais envolvidos na produção de conteúdos televisivos, surgem com diferentes graus de intensidade nas críticas que faz aos diversos conteúdos da programação da RTP. Detenhamo-nos neles.

Como já referimos, Castrim abstém-se de abordar os programas informativos, pelo menos de forma directa. No entanto, isto não significa que não considere importante esta vertente televisiva. Já em véspera do 25 de Abril, interroga directamente o director da RTP: **«Não acredito que dentro da televisão se desconheça o valor deste meio de informar e de formar (...). O Dr. Ramiro Valadão gosta de divagar e de fazer gala dos seus dotes literários. Não estou disposto a comentar o passo transcrito por várias razões e mais uma. Sendo essa a impossibilidade de o fazer publicamente em condições de suficiente clareza. Quero apenas perguntar se este poderosíssimo meio de informação pode dar-se ao luxo de se transformar num poderosíssimo meio de desinformação pelo que diz ou pelo que não diz. Particularmente numa rubrica com a audiência provável de muitas crianças e adolescentes. Quero só perguntar isto»**³⁷⁸.

A censura cortou todo o parágrafo.

Já anteriormente se aventurara ao referir a instrumentalização política presente em algumas peças informativas televisivas. Por exemplo, numa crónica comenta a intervenção realizada de Paris por José Augusto³⁷⁹, comentador internacional:

«De quando em quando, bota crónica, mais ou menos a despropósito de qualquer assunto, a propósito, ou vice-versa. Declara, naquele tom enfático, “Quem informa, informa como quer e às vezes sem a menor objectividade. (...) muitas vezes as revelações são orientadas e então, quando elas são orientadas, deixa de haver uma informação para haver propaganda.” E conclui que “devemos estar de pé atrás para saber distinguir entre informação pura e deformação impura.” (...) **E já que estamos com a mão na massa, gostaríamos que Augusto, o instalado em Paris, nos dissesse se devemos considerar informação ou propaganda, informação pura ou deformação impuras suas informações ou expressões...**»³⁸⁰.

³⁷⁸Crónica, “Dia Mundial, a Televisão teve a coragem de ser natural”, 03/04/74, p. 217.

³⁷⁹José Augusto tinha um programa de nome *Varanda da Europa*, onde comentava política internacional a partir de Paris.

³⁸⁰Crónica, “Informar ou talvez não”, 06/10/72, p. 119.

Também os comentários de Dutra Faria³⁸¹ às eleições na Inglaterra são alvo de algumas considerações que remetem para a falta de isenção informativa:

«Estava eu a pensar que “Marcha do Tempo” trataria, por exemplo, das próximas eleições em Inglaterra. Não. Quem veio falar do assunto foi Dutra Faria para, nos dizer em resumo, nos dizer **que a vitória do vermelhismo era uma chatice, fazia logo lembrar o Chile, com tudo o que de Santiago e Valparaíso a palavra comporta, e para assentar** que os trabalhistas não estavam nada interessados em ganhar as eleições, porque às vezes não há nada como estar na oposição. Mas o pormenor em que o telecomentarista fazia mais finca-pé era o de não saber, em todo o caso, quem ganharia as eleições. **Formidável, pá, a Inglaterra, aquilo é que é um país das arábias, nisto de eleições só mesmo no dia das eleições é que se sabe quem é que ganha! Dutra Faria estava positivamente varado com este facto. Realizarem eleições e só nesse dia se conheceram os resultados, parecia ser, para ele, um caso de outro mundo, uma história da carochinha. Pensando bem, o espanto do Dutra Faria não é assim tão estranho como parece à primeira vista**»³⁸².

Curiosamente, Castrim não aborda directamente o programa do novo presidente do conselho, Marcelo Caetano, nas *Conversas em Família*, consensualmente tido como o conteúdo televisivo mais inovador no campo propagandístico deste período. O programa, que se inicia a 8 de Janeiro de 1969, e que irá ser exibido até 28 de Março de 1974, contabilizando 16 emissões, só surge referenciado no final do ano de 1971, num período de crescente contestação interna de vários sectores da sociedade portuguesa. Com ironia, em Novembro de 1971, introduz o tema, numa crónica intitulada “Martirizado Ximenes”, a propósito de um programa sobre música jazz: «as conversas em família são muito repousantes as discussões em família são-no mais»³⁸³. Numa outra crónica, intitulada “Poluição da verborreia”, sem nunca referir o nome, descreve: «De maneira que nos

³⁸¹Nasceu a 22/03/10, faleceu a 01/07/79. Jornalista afecto ao regime. Foi convidado para redactor do *SNI* e colaborou no seminário *Acção*. Salazar escolheu Dutra Faria para dirigir o *Diário da Manhã*, e este fica com o cargo de chefe de redacção. Em 1947, fundou, com dois jornalistas, a agência noticiosa *ANI-Agência Nacional de Informação*. Nesta agência, trabalhou até 1974. Desempenhara nos anos 60 o cargo de director-adjunto de *A Voz*. Fez parte do grupo inicial de trabalhadores do *Diário Popular*, foi fundista do *Diário de Notícias* e também colaborou com artigos, crónicas e entrevistas que *ANI* distribuía por dezenas de jornais da província, do Ultramar e dos núcleos portugueses do estrangeiro. Foi durante anos comentador internacional da televisão. Em 1976, dirigiu no Rio de Janeiro a delegação da agência noticiosa *EFE* naquela cidade. Os seus últimos trabalhos foram os artigos que escreveu para *A Rua*. Disponível em <http://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=810794>, consultado a 01/07/19.

³⁸²Crónica, “Preparem os foguetes. Vem aí mais um ídolo”, 09/02/74, pp. 184, 185.

³⁸³Crónica, “Martirizado Ximenes...”, de 15/11/71, p. 48.

aparecem, agora estes olhos espantados, este rosto inexpressivo, estas mãos que se mexem muito a fingir movimento, estes lábios incansáveis a moer, moer palavras com a gravidade de quem está cumprindo missão, e quanta!»³⁸⁴.

Na crónica usa esta frase sibilina: «Deixo-vos entregue à digestão destas piedosas intenções»³⁸⁵.

Em Agosto de 1972, a propósito da série *Randall e Hopkirk*, num diálogo com uma senhora sobre aventuras de fantasmas, declara, «Eu lhe direi: Ora essa, porque não! Já agora, fica tudo em família. E fica»³⁸⁶.

Mas no campo informativo, em plena Guerra Fria, o tratamento das questões internacionais foi também amplamente comentado por Castrim. A propósito dos mais variados temas, o autor introduziu o tema da cerrada divisão entre os dois blocos. A propósito dos *Jogos Olímpicos de Munique*, de 1972, explica e adverte:

«Antes da última grande guerra, o olimpismo praticava-se entre países com idêntico regime social, os Estados Unidos era o chefe incontestado, os outros lá iam ganhando umas medalhitas – e tudo ficava em família. Depois da Grande Guerra é que tudo se modificou. Primeiro surge a Rússia a pôr em perigo a hegemonia americana; surge depois o arranque espectacular dos países socialistas no domínio desportivo. (...) Essa história dos hinos e das bandeiras e dos nacionalismos já teria acabado, se não fosse a oposição encontrada por parte das novas nações africanas, secundadas pelos países da “cortina”. As tais nações, refere, enojado, o professor, metem a política nas conferências em que aparecem – conferência do trabalho, e lá vai a política; conferência de saúde, e lá vai política; conferência não sei de quê, e lá vai política... (...) **Seria esta a ilusão dele. No entanto, a palavra Cortina denuncia o gato com o rabo de fora. Tal expressão possui uma clara origem política e a sua utilização implica uma tomada de posição na guerra fria. E eis como, num debate em que se pretende condenar a politização do olimpismo, a política subtilmente se insinua**»³⁸⁷.

Sobre a mesa-redonda, seis dias antes do arranque destes Jogos, com o apresentador Artur Agostinho, e três especialistas, Tavares Júnior, Fernando Ferreira e Manuel Sérgio, Castrim concluirá: «Deixem lá. No fundo, bem no fundo, também eu estou preocupado

³⁸⁴Crónica, “Poluição da verborreia”, 03/01/73.

³⁸⁵Crónica, “Violências há muitas!”, 1/11/71, p. 41.

³⁸⁶Crónica, “Fantasmas e C^a”, 26/09/72, p. 118.

³⁸⁷Crónica, “Os hinos, as bandeiras e outras coisas”, 20/09/72, p. 108.

comò diabo quanto ao futuro dos jogos. Se eles acabam – que irreparável perda para o nosso desporto, na sua função de mostrar ao mundo as potencialidades físico-anímicas da nossa raça! (Brava, Castrim! Issèquêfalar, palavra de honra, até me puseste um nó na garganta»³⁸⁸.

No mesmo sentido, escarnece da abordagem tendenciosa da RTP, sugerindo com ironia a possibilidade de leituras ideológicas até para *fait divers*:

«Outro pormenor que não deixou de atrair as atenções dos milhares de portugueses foi aquele do saltador húngaro que, antes de saltar a fasquia situada a dois e vinte, descalçou o sapato do pé direito. **Temos aqui nitidamente uma demonstração da falência do socialismo. Imagine-se: Um atleta húngaro vê-se na necessidade de poupar um sapato, tal a penúria do calçado! Isto é terrível índice de pobreza. O socialismo, como se vê, não é capaz de satisfazer as necessidades mínimas. Como há-de um atleta obter boas marcas se, para evitar gastar as solas dos sapatos, salta com um pé descalço? Lá, é à vez: ontem descalçou o sapato direito, amanhã descalçará o sapato esquerdo. Tempos virão em que os atletas se virão na contingência de saltar todos descalços como vieram ao mundo. E ainda há quem se refira as vantagens do socialismo no fortalecimento da personalidade do indivíduo! Como há-de cuidar da cabeça quem não sabe cuidar dos pés? Quem pode dar cultura, senão pode dar sapatos? A ofensiva anti-socialista desencadeada a propósito do anti soviétismo do Solienitzin³⁸⁹ encontrou ontem um forte argumento naquele pormenor do atleta. Claro, pode haver quem diga que se trata de pura conveniência ou tática do atleta. Propaganda, claro. Nós sabemos como é. No fundo, do que se trata é de poupar as solas. Nos países socialistas não há assim tanto couro que se possa desperdiçar com uns saltaricos»³⁹⁰.**

³⁸⁸Crónica, “O futuro dos Jogos Olímpicos lidos na palma da Televisão!”, 20/09/72. p. 106.

³⁸⁹SOLJENITSIN, Alexandre, escritor russo, figura maior da dissidência ao regime soviético e *Prémio Nobel da Literatura* (1970). Nascido a 11 de Dezembro de 1918, no Cáucaso, Soljenitsin aderiu aos ideais revolucionários bolcheviques daquele tempo, estudou Matemática e tomou parte como artilheiro na II Guerra Mundial, contra o III Reich. Dos campos de batalha, em 1941, aos campos de concentração, em 1945, foi um passo, por ter ousado criticar a competência bélica do ditador Estaline. Alexandre Soljenitsin revelou ao mundo a terrível realidade dos campos de concentração soviéticos em obras como *Arquipélago Gulag* e *Um Dia na Vida de Ivan Denissovitch*, que o escritor viveu na pele. Libertado em 1953, foi exilado para a Ásia Central, onde começou a escrever, viajando depois para Riazan, a duas centenas de quilómetros de Moscovo, para ser professor. Uma nova vaga de entusiasmo varreu o mundo, para fúria do Kremlin, que expulsou Soljenitsin para o Ocidente, tendo-se radicado finalmente em Vermont, nos EUA. Morreu em Moscovo em 2008.

³⁹⁰Crónica, “Da alma, do Sol e dos sapatos”, 10/03/74, p. 210.

Outras referências à conjuntura internacional apontavam para os constrangimentos informativos em plena Guerra Fria. E totalmente cortada seria a sua apreciação à abordagem à política externa de Cuba feita no programa *O Jogo da Vida*, da RTP:

«Já me admirava. Sim, já me admirava que nunca o “O jogo da vida” se tivesse preocupado com a República cubana, apesar da ilha estar pertíssimo da costa e constituir, assim, um perigo iminente para a grande democracia americana: desde a influência ideológica ao perigo que resulta da possibilidade de um cerco económico e até à possibilidade de um desembarque de Fidel, e os seus companheiros de Sierra Maestra, nas praias de Miami – tudo será de temer»³⁹¹.

A propósito de um conteúdo do programa a *Marcha do Mundo*, Castrim não hesita em considerar pouco profunda a apresentação da crise do petróleo e do conflito israelo-árabe, *recontextualizando* a problemática presente no Médio Oriente:

«Dois foram os assuntos apresentados: a guerra da Indochina (comentário descolorido e imagens correspondentes, ou vice-versa) e a guerra do Sinai. (...) O comentário sobre a guerra entre árabes e judeus precedeu de um breve inquérito de rua através do qual se mostrava estar o conflito dentro das preocupações das pessoas simples. Pensei que, pela primeira vez, ir a televisão portuguesa apresentar o conflito na sua localização histórica e geográfica, de modo a situar os telespectadores no problema. Nada disso. Mensurado parecia excessivamente com as repercussões que a falta de petróleo poderia ter nos Estados Unidos e vai criticar esse apoio aos americanos: - e vá de nos impingir um longo comentário sobre a construção dos pipe-lines do Alasca para o resto do país. (...) Quanto ao conflito propriamente, refere, nada mais a não ser que acusação do Estados Unidos e da Rússia, a denúncia eloquente de Mensurado da responsabilidade das grandes potências que civicamente se digladiam por interpostas pessoas enquanto se apresentam como campeões do desanuviamento. E se vamos distribuir culpas, Mensurado não hesita: têm culpa os árabes por não quererem reconhecer a existência de Israel; tem culpa Israel, causadora do drama palestino. O bibi também deve de ter culpa, mas nada foi dito a respeito. Ora...
Ora assim não estamos a fazer mais do que escamotear o verdadeiro problema que é a necessidade de conter o expansionismo agressivo de Israel. Nem é verdade que os árabes lhe não querem reconhecer a existência: o que apenas desejam é que Israel abandone as terras

³⁹¹Crónica, “Onde se conta a mui verídica razão do fracasso na Baía dos Porcos”, 14/04/770, p. 21.

ocupadas e se retire para as fronteiras de 1967. Imediatamente a guerra acaba. As armas que os soviéticos fornecem aos árabes não visam a destruição e invasão de Israel: visam unicamente a conquista pelos árabes da sua própria terra; as armas fornecidas pela América visam, pelo contrário, a manutenção por parte de Israel dos territórios ocupados. Os bombardeamentos das populações civis de Damasco (de que através da televisão, vimos documentos impressionantes) provam bem o uso que o pequenino, suave e amável país sabe fazer bem o uso das suas armas, segundo a lição bem aprendida dos nazis, seus inimigos de outrora»³⁹².

Nesta crónica, para além de uma feroz crítica de Castrim ao mau serviço informativo da televisão, o autor introduz também o que de redundante e pouco esclarecedor tem o formato de inquérito de rua, uma prática que, segundo ele, nada acrescenta, apenas impede pensar:

«A prova que a televisão não pretende lançar-se numa tarefa de valer a pena, capaz de despertar a consciência pública para a importância da televisão em Portugal e para a forma como ela exerce a sua actividade e para as suas relações com as diversas forças do País, a prova disso está na maneira como é feito o inquérito em questão. Trata-se de uma teoria de opiniões recolhidas ao acaso. Não. Ao acaso, não vale. Vale, sim, procurar soluções que tanto possível, eliminem o acaso. Ou então entra-se no jogo e transmite-se ao acaso, isto é, sem a intervenção da montagem, o que ao acaso foi recolhido. Se não é legítimo, a qualquer um, pensar que pode afinal estar sendo manipulado, usado como objecto, mentalizado para um determinado tipo de respostas, de actuação»³⁹³.

Desmonta este tipo de inquéritos onde estas perguntas fornecidas ao acaso, na rua, não representam o interesse dos portugueses. Num inquérito a propósito da RTP, denuncia o carácter inócuo deste formato, que escolhe os seus alvos, de forma a nada se retirar deles:

«Duas “domésticas” dão respostas quase iguais: costumam ver todos os dias e gostam de tudo, principalmente dos filmes. Das séries, queriam elas dizer. (...) As senhoras domésticas gostam de tudo: porquê? Para evitar estas imprecisões, estes buracos, sou da opinião de que a RTP deve de mudar de rota. **Deve de mandar os seus repórteres**

³⁹²Crónica, “Mas Portugal não é Hollywood”, 20/10/73, pp. 176, 177.

³⁹³Crónica, “Perguntar não ofende”, 04/01/73, pp. 132, 133.

falar com os dirigentes operários, com os dirigentes estudantis, com os professores e outros responsáveis de educação, com sacerdotes e dirigentes de colectividades populares, etc., etc., e submeter-lhes um questionário sobre as questões fundamentais para o futuro da televisão e da sociedade portuguesa»³⁹⁴.

Castrim deixa a proposta: se querem informar bem os portugueses, diversifiquem os depoimentos e debates com um leque variado de agentes sociais e políticos presentes na sociedade portuguesa. Porém, como já referimos, no livro que analisamos, não foi a informação, mas a programação cultural, nas suas mais diversas vertentes, aquela que lhe mereceu uma maior atenção. Castrim, pela sua formação marxista, tem uma noção clara do que deve ser a cultura, uma prática que resulta de uma visão histórica e dialéctica entre o passado, o presente e o futuro: «Não se fale de cultura. A cultura pressupõe a lúcida conquista de uma opção, do essencial, de uma discussão dos valores. O homem culto não é o que sabe muito: isso é um burro carregado de livros. O homem culto é aquele que entende a proposta que o seu tempo lhe faz, e lhe responde. Homem culto é aquele que compreende a necessidade de história e a assume»³⁹⁵.

O autor, no entanto, tem consciência dos limites e dificuldades de trazer cultura para a RTP: «Talvez o que mais valeria ter sido dito, para se fazer obra de esclarecimento, que o mesmo será dizer, obra de cultura. Mas nós sabemos como é difícil explicar as coisas na televisão...»³⁹⁶.

Entre os conteúdos televisivos que realça como determinantes para melhorar a programação cultural da RTP encontram-se os programas sobre História. Fazendo o autor votos de «ver a televisão portuguesa debruçar-se para os motivos da nossa História capazes de prender a atenção viva do nosso público “esperando” que tal venha a acontecer um dia»³⁹⁷.

A história interessou-o em particular. Através dela, Castrim procurou introduzir a sua visão do mundo, centrada na exaltação do povo e no seu poder de transformação social. Pela sua formação marxista, sempre que pode, apontou o “povo” como o principal protagonista da história, isto é, o grande motor da mudança.

³⁹⁴Crónica, “Perguntar não ofende”, 04/01/73, p. 134.

³⁹⁵Crónica, “Não me parece que”, 26/03/73, p. 174.

³⁹⁶Crónica, “Preparem os foguetes. Vem aí mais um ídolo”, 09/02/74, p. 186.

³⁹⁷Crónica, “Henrique VIII:... e vão três”, 04/11/71, pp. 42, 43.

Na programação da RTP, *O Tempo e a Alma*, de José Hermano Saraiva³⁹⁸, surge destacado por Castrim:

«Pela orientação que José Hermano Saraiva imprime às suas valiosíssimas intervenções na TV, verifica-se que Portugal nasceu do povo. Esta noção foi ontem definida com extrema clareza, para que não restassem dúvidas a ninguém. Não é demais sublinhar esse facto. Ao longo dos anos as coisas variadas que passaram pela cabeça de miúdos e graúdos! **Para alguns tudo se passou assim: Nosso Senhor apareceu em Ourique e Portugal fez-se. Era simples, prático, funcional e cómodo (...).** De súbito, pela televisão portuguesa, dão-nos a explicação revolucionária: o povo é que fez isto. Importava talvez, para completar a obra, precisar a noção de “povo”, coisa em que muito nos atrapalhamos diabolicamente. A verdade é que esta noção, porém, também se encontra definida (pelo menos nas suas linhas gerais) por José Hermano Saraiva. (...) é aquele que tem as mãos sujas da terra, do barro, da pedra, do sargaço, dos barcos com terra à vista, do troca-troca do pequeno comércio»³⁹⁹.

Castrim, contrariando a sua tendência demolidora, vai destacar as qualidades invulgares de José Hermano Saraiva:

«Parece um fenómeno, isto, ou seja: a grande audiência de súbito conquistada por um tema cultural, conseguida através de uma simplicidade que mete raiva: está ali um homem à nossa frente, imóvel, aparentemente não telegénico, está ali um homem anti espectáculo, não favorecido pelos mil artifícios que a electrónica pode proporcionar, raramente acontecem outras figuras, ou cenas desenhadas, ou fotografias, seja o que for que distraia, que entretinha os olhos. E no entanto, a audiência de “O Tempo e a Alma”, cresce de semana para semana. Tudo porque palavras dão, com sugestão e encanto, uns grãos de verdade. **Grãos de uma seara que já tarda...**»⁴⁰⁰.

A censura não gostou da “seara”.

³⁹⁸José Hermano Saraiva (1919-2012), com formação em *Ciências Histórico-Filosóficas* e também em *Direito*, foi professor e advogado, autor de dezenas de obras publicadas, deputado na *Assembleia Nacional* e *Ministro da Educação* (de Agosto de 1968 a Janeiro de 1970), no último governo de Salazar. Foi também embaixador de Portugal no Brasil, no tempo do *Estado Novo*. Autor e apresentador na RTP desde 1971, do programa *O Tempo e a Alma*. Os telespectadores podiam conhecer mais da história do seu país, curiosidades sobre personalidades de vulto e descobrir partes da sua própria cultura, ainda desconhecidas. Neste programa que continuou em democracia, apresentou de forma muito pessoal e frequentemente polémica, deu a conhecer aos portugueses a sua visão apaixonada dos mais diversos episódios da História do nosso país.

³⁹⁹Crónica, “O tempo e a alma. O trunfo é o povo”, 11/02/72, pp. 63-64.

⁴⁰⁰*Idem*, p. 64.

Todavia, noutras ocasiões, Castrim não deixou de questionar algumas interpretações de José Hermano Saraiva, foi o que sucedeu à forma como este abordou os amores de Dom Pedro e Dona Inês, em particular as razões evocadas para a decisão de D. Afonso IV:

«Interesses nacionais em nome dos quais teria agido o velho Afonso. Questiona Castrim: “O perigo da palestra” de José Hermano Saraiva reside na contribuição que pode dar, no plano histórico, às acções movidas pelo motor das “razões de estado”, quando a verdade é que a grandeza de um modo de vida se deve medir, exactamente pelo reforço das defesas individuais frente aos poderes constituídos. Engana-se quem pensa tudo justificar em nome dos “interesses nacionais” (...) o respeito devido à pessoa humana, à pessoazinha propriamente dita, é que define “o interesse nacional”»⁴⁰¹.

Não obstante, o programa *O Tempo e a Alma* surge como uma excepção, isto é, um dos poucos programas que merecem elogios de Castrim. Em contrapartida, as abordagens históricas de outros programas não gozam de tal benevolência. Sobre o programa *Almanaque*, que Castrim apelida de “inefável”, o cronista denuncia omissões e simplificações. Veja-se, a título de exemplo, a crítica que o autor faz à abordagem nesse programa ao rei D. Afonso II:

«Com o seu carácter autoritário, atropelou direitos, entrou em conflito com o arcebispo de Braga e excedeu-se nas violências contra o prelado. Assim se faz a História na televisão portuguesa. Assim, com duas penadas cruéis, se arrumam dois dos mais importantes reinados e duas das mais interessantes personalidades da História portuguesa. No que respeita a Afonso II, a injustiça, a ignorância, o **sectarismo**, atingem zonas perigosas. Conclui-se que a redacção de textos de tamanha responsabilidade se encontra a cargo de indivíduos não qualificados, simples escribas que talvez servissem (hum...) para colaborar em boletins anedóticos, mas nunca na apresentação de pessoas e factos históricos a milhões de portugueses»⁴⁰².

A propósito de outro programa, Castrim denuncia o enquadramento especulativo e sensacionalista da figura de D. Sebastião, no programa *Esfinge*, de Bêlard da Fonseca:

«D. Sebastião está morto.
Eu não vi
Eu não estava lá

⁴⁰¹Crónica, “A razão e as razões”, 12/02/72, p. 69.

⁴⁰²Crónica, “No dia mundial, a Televisão teve a coragem de ser natural”, 03/04/74, p. 217.

Eu não sou testemunha presencial

Não falei com D. Sebastião, nos instantes derradeiros.

Nem lhe disse:

- Salve-se Vossa Alteza, pois não há remédio nem que fazer. Não lhe cedi o meu cavalo, eu próprio ferido e perdido, não lhe disse eu:

- Salve-se Vossa Alteza, que é o que releva.

Nada disso fui eu. Mas sei que D. Sebastião está morto.

Completamente morto. Não direi o mesmo do “sebastianismo”, que esse gato português de sete fôlegos. Mas lá o D. Sebastião, esse já lá está na terra da verdade. Terra que terá sido ou não, inicialmente, o areal de Quibir. Seria a grande consolação, a certeza?

Teria D. Sebastião morrido ou não em Alcácer Quibir, terra da sua loucura? (...) Não suporto um enigma durante muito tempo – e vejam agora o meu sofrimento: terei de esperar pela próxima emissão de “Esfinge” para se saber se D. Sebastião morreu ou não em Alcácer Quibir, terra da sua loucura. Os dados estão lançados. Há os embuçados de Arzila. Há o corpo denunciando como sendo do “infeliz soberano”. Há um saco com os ossos do rei onde, quando passou por Évora, meteram os ossos doutras personalidades da Casa de Aviz – e nisto de ossos, Évora é uma predestinada: uns lhe comem a carne, outros lhe roem os ossos. (...) E quem saberia se o corpo era mesmo do Rei, se este não deixara a ninguém que o visse nu? O próprio Sebastião de Rezende, seu moço de câmara, nunca o vira em pelote. A pudicícia de D. Sebastião ia a esse ponto! (...) Valerá a pena, digamos, em nome da prioridade? Quer dizer: interessar-nos-ia hoje mais saber se D. Sebastião morreu em Alcácer Quibir ou meditar na situação do País que provocou Alcácer Quibir? Interessam mais as circunstâncias de morte de D. Sebastião ou as circunstâncias da morte lenta em que Portugal se definha e se pretendia ocultar com a doida varrida aventura marroquina. Pretende-se, com isto, uma “Esfinge” atenta à essência e não uma “Esfinge” mais dada aos “fait-divers” da História. (...) Pois é, o D. Sebastião. Morreu em Quibir? A dúvida persiste. Magoa. Infiltra-se no obscuro território do subconsciente. Vacilo»⁴⁰³.

A importância de pensar o passado está ainda patente na forma como as suas crónicas lhe permitem salientar e divulgar um ou outro episódio histórico visionado na televisão, procurando fazer ecoar, ou apenas reforçar a sua pertinência. É o que acontece

⁴⁰³Crónica, “D. Sebastião, D. Sebastião: Uns a dizer que sim outros a dizer que não”, 01/11/71, pp. 122-123.

numa rubrica do programa *TV Mundo*, que recordou os *Jogos Olímpicos* de 1936. Lembremos como, nestes, o americano negro Jesse Owens venceu e ganhou quatro medalhas de ouro em atletismo, contribuindo para destruir a “fé” na raça ariana, subvertendo a lógica do espectáculo planeado pelo regime nazi:

«Beethoven. Beethoven em fundo. Nos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936, que deviam mostrar à evidência a superioridade da raça ariana. Em 1936, isto é, três anos antes da guerra monstruosa, Beethoven em fundo: o “Hino da Alegria”. De repente, aparece o negro Jesse, dá uma chulipa na superioridade ariana. E claro que, para respeitar a tradição pacifista dos Jogos Olímpicos, Hitler suspendera a perseguição dos Judeus. Não digam que não. Não digam que não foi um gesto de grande beleza, de grande transcendência no seu simbolismo, foi ou não foi? Está claro que, no dia seguinte aos Jogos, a caça recomeçava. Ainda se ouviam ecos do Hino da Alegria. Os judeus iam pagar as favas da derrota ariana nas festas do atletismo. Festas durante as quais Hitler nos deu várias faces da sua personalidade; **solene-abraço-estendido-a-ver-se-chove-na-história**; sorridente; cinéfilo; **(ficava-lhe tão bem a mosquinha)**; nervoso, a mexer-se na bancada, a balançar-se como o menino que quer ir lá fora; aplaudir alegremente os seus atletas; a franzir a testa de cada vez que os seus atletas eram vencidos. A câmara preocupou-se excessivamente com Hitler, fascinada não podia tirar os olhos dele. Ao fundo Beethoven. Vocês viram e ouviram ontem, com certeza, no “TV Mundo” que veio em repetição para recordar um feito atlético e nem só. Jesse Owens, o próprio, conta-nos a história simplesmente, sem palavras de recriminação para alguém e para um regime que estaria na base, pouco tempo depois, da guerra mais sangrenta da História»⁴⁰⁴.

Mas Castrim, como vimos, movia-se no meio literário oposicionista, para quem a leitura de livros era uma das formas de revigoração da sociedade portuguesa no período marcelista, assim uma das suas preocupações parece ser a forma como a televisão, em vez de servir, destrói a literatura. O autor aponta como um dos maiores insucessos da televisão portuguesa os programas de divulgação de literatura.

Numa crítica ao programa *O livro à procura do leitor*, refere peremptoriamente:

«“O livro à procura do leitor” é um dos programas mais enjoativos que se pode imaginar. A monotonia dá o maior número de glóbulos para o sangue que se possa imaginar. O livro, assim, bem pode procurar o leitor: nada conseguirá.

⁴⁰⁴Crónica, “Beethoven, poderás tu perdoar?”, 14/02/73, pp. 153-154.

O leitor foge, escapa-se, liberta-se. (...) De maneira que nos aparecessem agora estes olhos espantados, este rosto inexpressivo, estas mãos que se mexem muito para fingir movimento, esses lábios incansáveis a moer, moer palavras com a gravidade de quem está cumprindo missão e quanta, e quanta! Ao responsável da rubrica faltam evidentemente qualidades de improvisação, de naturalidade, de presença televisiva. (...) Do princípio até ao fim da palestra é esta lengalenga de vela mortíça, estas muletas sucessivas, estas palavras que, cheias de angústia, procuram e esperam por outras palavras para manter um equilíbrio instável. (...) Quem ganha com isto? A literatura? A televisão? Por favor! Deixem de brincar aos livros. O melhor, que podem fazer aos livros, por este andar (ou para desandar) é deixá-los em paz»⁴⁰⁵.

Noutra crónica sobre o mesmo programa, o autor alarga este tom crítico aos escritores convidados, também eles repetitivos:

«Já aqui se referiu a total incapacidade de “O livro à procura do leitor” para acender na audiência o interesse pelos livros ou pelos autores. Não sei de quem será a culpa, e o melhor será ainda a distribuir em partes iguais pelos autores e pelo responsável pela da rubrica. Se é que a culpa não está noutro lado, mas isso já é outra história. A segunda emissão dedicada a João Araújo Correia foi ontem e contou com a presença do contista. Ainda não se sabe hoje que mais “admirar”: a verborreia do responsável da rubrica ou a palavra inútil do escritor que se repete, embora, na sua opinião, a culpa não lhe pertença, mas sim aos jornalistas que o vão entrevistar pois lhe perguntam sempre a mesma coisa... Ora toma!»⁴⁰⁶.

Para o autor, o grau de dificuldade da RTP se relacionar com o campo literário é também perceptível na incapacidade dos produtores em adaptar obras de autores portugueses para a linguagem televisiva. Numa crónica desabafa: **«No fim de contas, a pouca sorte do Camilo, no que respeita as adaptações televisivas, foi não ter nascido inglês»**⁴⁰⁷.

A programação teatral da RTP é, neste contexto, também, fortemente criticada por Castrim. E, neste caso, o autor lembra que não basta escolher bons autores. A propósito de uma peça de Oscar Wilde, ironiza:

⁴⁰⁵Crónica, “A poluição da verborreia”, 03/01/73, pp. 130-131.

⁴⁰⁶Crónica, “Entre o religioso e o telúrico, entre a inutilidade e a anedota, assim vão as literaturas na TV”, 14/03/73, p. 170.

⁴⁰⁷Crónica, “Não à poluição”, 25/11/71, p. 52.

«Oscar Wilde! Tenho muita de pena de ti meu velho. E não por tudo o que te aconteceu nessa famigerada sociedade que não te perdoou. Não te perdoou, quer dizer, pagou-te na mesma moeda. Mas a tal sociedade não foi ao ponto de te infligir um Ruy Ferrão. Fizesse-o ela – e certamente te recusarias a escrever fosse o que fosse. Tenho muita pena de ti. Mas um Ruy Ferrão acaba sempre por acontecer na vida de um artista como tu. É fatal. Lembras-te daquele tropel de cavalos com que terminou a peça ontem? Foi um símbolo. Veio dizer-nos como a realização se fizera com os pés. Isto para ti meu esteta, que tinhas o pudor de tocar nos objectos! A mania que têm certos realizadores de que o público não entende as coisas, de que é preciso meter-lhas pelos olhos dentro! Não basta que as palavras estejam lá, não basta que estejam a dizê-las uma artista que se chama Carmen Dolores. Zás, Ferrão ainda lhe pesrega com música de compota. É tal o excesso de amor pelo açúcar manifestado por alguns realizadores, que teria sido uma grande injustiça não preferirem a profissão de pasteleiros. As palavras. As palavras estão lá pelo menos aquelas que Oscar Wilde achou indispensáveis. Pois na emissão de ontem acrescentaram-se algumas, por exemplo: “Quando se é mãe, deve ser-se mãe acima de tudo. Wilde não escreveu isso, mas o tradutor (ou adaptador) achou que era necessário”... para fazer bater mais o coração. Quando é que os telespectadores começarão a desconfiar da inteligência de quem não confia na inteligência deles? (...) Um Oscar Wilde irreconhecível, este. Irreconhecível ao nível das palavras, irreconhecível ao nível da interpretação. (...) **Mas a verdade é que entrou numa fantochada de criar bicho**»⁴⁰⁸.

Castrim não hesita em avaliar a má escolha de algumas peças, no repertório de autores consagrados. É o que se passa com a escolha, para a época natalícia, da peça *Luva Negra*, de Strindberg⁴⁰⁹ (em Portugal só existem traduzidas três obras, sendo a última em 2016):

⁴⁰⁸Crónica, “Ó de leque, Leque sim Ó de leque, leque não”, 16/02/73, pp. 159-160.

⁴⁰⁹STRINDBERG, Ohan August, «Considerado um dos maiores talentos de seu tempo e praticamente o antecipador dos movimentos teatrais posteriores, Strindberg - conhecido como autor da peça *Senhorita Júlia* - nasceu em Estocolmo, em 1842, de uma família burguesa, arruinada financeiramente. Os conflitos gerados por sua ascendência humilde transparecem em suas peças de características mais autobiográficas. Episódios de sua vida revelam uma grande inquietude que acaba por levá-lo aos limites da loucura. A primeira fase de suas obras foi marcada pelo *naturalismo* vigente na época; posteriormente, Strindberg transforma-se num homem em busca de Deus, uma espécie de cristão herético.»

<https://www.escritas.org/pt/estante/august-strindberg>

«August Strindberg deixou escritas mais de 90 obras que atravessam o *Impressionismo*, o *Expressionismo* e tocam o *Surrealismo*. Peças de teatro, romances, ensaios históricos e políticos. Morreu em 1912, embora tenha passado vários anos fora da Suécia, nomeadamente em França e na Suíça e Berlim. Era o génio, o misógino, o louco.» Disponível em <https://observador.pt/especiais/portugal140-anos-espera-august->

«De modo que seria bom se tivesse vindo alguém dizer, antes da peça, a verdade inteira, dizer mais ou menos isto: “A peça que vão ver, mui natalícia, não interessa nem ao menino Jesus; apesar de estar assinada por Strindberg, não liguem”. (...) Quem quiser encontrá-lo vivo procure-o, por exemplo, na “Menina Júlia” ou no “Pai”»⁴¹⁰.

E prossegue a crítica, sobre a realização e a encenação: «Para dar luz da vela, pôs-se a luz a dançar o baile da “Menina Epiléptica” encostada ao “Pai Que Gostava do Tinto”». Termina assim:

«De modo que é assim. O Natal agoniza: O Natal esperneia. Não quis partir sem nos deixar mais uma triste lembrança de si. Acabar com a novela de cordel, mesmo com a marca de “Strindberg”, não pode de maneira nenhuma considerar-se morte gloriosa. Oh, época do perdão, por que diabo havias de morrer tu assim de uma imperdoável morte macaca?»⁴¹¹

A censura não gostou.

Castrim que se abalançara na literatura para crianças e jovens, como já referimos no início do trabalho, demonstra preocupação em não deixar de fora a programação infantil da RTP sendo esta alvo de cerrada crítica. Mais uma vez a falta de originalidade, mas também a pobreza de meios e ausência de interesse em cativar e formar as crianças:

«Novo crime se cometeu ontem na Televisão portuguesa contra a arte e contra a criança. A gravidade é muita para que se deixe passá-lo sem um grito de alarme e sem uma palavra de castigo. Uma palavra, que é a arma do crítico – arma, essa sim, que a comunidade deve preservar e defender como às meninas dos seus olhos. O crime intitulava-se “Gondalim contra Gondalim”. Um dos autores dele chama-se Fernando Paços. O crime foi no “Passatempo Infantil”. Crime contra arte porque tudo inculca na peça de Paços a existência de um pastelão cheio de literatice, de primarismo teatral, de total incapacidade para encontrar as vias do interesse dos pequenos espectadores. Os seus materiais não apresentam nenhuma originalidade. (...) Lá estão os feiticeiros, os magos, o espelho mágico, o arranca-pinheiros, o arrasa-montanhas, as princesas, as rainhas, os reis. Poderá dizer-se que se trata de material tradicional. Sim, mas não reinventado em novas

strindberg/, retirado a 25/07/19.

⁴¹⁰Crónica, “Da ‘luva’ do Strindberg ao ‘barrete’ do Peyroteo”, 05/01/73, p. 137.

⁴¹¹*Idem*, p. 138.

expressões. (...) Foi crime contra a criança porque, com a intenção de moralizar, “Gondalim contra Gondalim”. conduz à desmoralização, à incorrecta interpretação, à falsidade dos problemas, das perspectivas»⁴¹².

Em véspera do 25 de Abril, no Dia Mundial do Livro Infantil, e a propósito do primeiro episódio da série *Museu dos Monstros*, indigna-se perante a violência estéril e tão formatada: «Tão tipicamente, tão americanamente educativo...»⁴¹³. Explicando: «mostrando o gorila que punha a pata e esborrachava um automóvel, afastava os varões de ferro como se fosse vulgar caniço e saltava cá pra fora atrás do gorila-bebé, escapulido por entre grades, e aterrorizava os dois pacatos cidadãos»⁴¹⁴.

Refere-se então, uma vez mais, à pasmaceira que assola a programação da RTP:

«O que vimos ontem, no que respeita a programação infantil, não tinha por objectivo comemorar o tal Dia Mundial. Foi tudo pura rotina. Com isso não se preocupou a televisão portuguesa. Ao dizer isto, não estou a censurá-la. Bem ao contrário: trata-se de um elogio pela sua coerência. Se a televisão tão pouco faz pelas crianças, seria hipocrisia revoltante que viesse ontem com os ranchos melhorados de quando o general visita o quartel. Para mentiras piedosas já nos basta o Natal da consoada dos pobrezinhos»⁴¹⁵.

Ao contrário dos conteúdos infantis, o cinema tinha, na opinião de Castrim, um bom programa de divulgação, o *Cinema 72*, cujas limitações, aliás, são imputadas exclusivamente às condicionantes políticas então vividas: «O Alfredo Tropa recebeu o facho e lança-se na corrida. Disposto a fazer um programa mais dinâmico. Mais sério. Concessões? Não disse, mas serão inevitáveis»⁴¹⁶. E a propósito do que ouviu num destes programas, afirma um “conforto” muito raro em Castrim:

«Gerard Castello-Lopes, afirmou-nos que o critério que presidirá à programação do novo cinema “Londres”, em Lisboa, será um critério de qualidade. Porquê? Porque “existe hoje, em Lisboa, um público capaz de considerar que o cinema é mais qualquer coisa do que uma intervenção de sábado à noite, um acto automático. Já há um sector significativo do público capaz de considerar que ir ao

⁴¹²Crónica, “Gondalim, Gondalim, isto não vai bem assim!”, 10/03/69, pp. 18-19.

⁴¹³Crónica, “No dia Mundial, a Televisão teve mesmo a coragem de ser natural”, 03/04/74, p. 216.

⁴¹⁴*Idem*, p. 216.

⁴¹⁵*Idem*, p. 218.

⁴¹⁶Crónica, “Cinema e TV: Tratado de amizade?”, 14/02/72, p. 72.

cinema é um acto enriquecedor, um acto de cultura. Não deixa de ser reconfortante escutar estas palavras através da televisão. Acredito eu também, com Alfredo Tropa que a televisão poderia ser boa amiga do cinema, se. **E neste caso se é que a televisão portuguesa torce o rabo**”»⁴¹⁷.

Já no que se refere aos programas de música, Castrim apresenta um tom crítico mais diversificado. Por um lado, não deixa de enaltecer alguns contributos valiosos, em dois géneros musicais, na música clássica e no jazz. Quanto ao primeiro, Castrim realça: «A música teve sorte de encontrar na televisão portuguesa dois bons divulgadores, pelo menos: João de Freitas Branco e António Vitorino de Almeida»⁴¹⁸.

Na divulgação televisiva do jazz o autor destaca, pela positiva, o programa *Pop 25*, mas não deixa de considerar que poderia ser mais ambicioso:

«“POP 25” dedicou ao jazz toda a sua emissão de ontem. Certo. Em muitas emissões não está lá para outra coisa. (...) Ontem, porém, justificava-se uma fatia mais avantajada, com aproximação do Festival do Jazz. (...) Há que não esquecer, como acentuou Raul Calado, que o jazz envolve múltiplos problemas que transcendem os seus limites musicais. Há toda uma raiz cultural e social, sem a qual toda a divulgação do jazz se torna, se pode tornar eficaz. (...) Fundamentalmente, sendo o jazz como é, um movimento de liberdade desenvolvido em convivência, as condições de vivência são indispensáveis para o seu desenvolvimento. Os cristãos podiam unir-se clandestinamente para a prática do culto; podiam fazê-lo até porque usam o simples bichanar dos lábios. Deus tem bom ouvido. Com os “jazzistas” tal não é possível. É cá um destes chinfrins, perdão, é cá um destes “swings...” Lamente-se que a mesa-redonda não incluísse alguns dos “jazzistas amigos do free”»⁴¹⁹.

Porém, não eram estes dois géneros musicais mais valorizados na programação da RTP. Nos programas de variedades, aquele que dispunha de maiores meios, melhor horário e maior audiência, era a música comercial portuguesa que se impunha. Sobre ela recairá uma sistemática crítica incisiva e irónica de Castrim.

Entre todos os programas de televisão, referenciados neste livro, o *Canal 13* é aquele que surge com maior frequência, sendo alvo, invariavelmente, de uma crítica demolidora. A escolha musical é arrasada:

⁴¹⁷*Idem*, pp.72-73.

⁴¹⁸Crónica, “A poluição da verborreia”, 03/01/73, p. 130.

⁴¹⁹Crónica, “A verdade e a verdade”, 15/11/71, pp. 47-48.

«Porque não interessa um programa “assim”, com cançonetistas “assim”? Porque estes cançonetistas dão uma completa sugestão de **derrota das direitas (até dos direitos inconvenientes)** ao nível do cançonetismo. Existem artistas, entre nós, que se voltam para a realidade, para o tempo que vivem. Querem sentir-se vivos, que é a única maneira de transmitirem vida às suas canções. Lutam em três frentes - Na qualidade musical - Na força do poema - No aperfeiçoamento da interpretação. **O que tem a reacção, o que tem a parte mais retrógrada da nossa sociedade para opor a isto? Tem a miséria, o vômito, o risível do Garcia, do Gaby, Marco Paulo, da Tónia, do César Morgado, do Luís Braga, do Calvário, etc., etc.** Com isto o que se consegue? O descrédito da reacção pelo descrédito da canção nas suas várias frentes: a interpretação defeituosa e rotineira, a péssima qualidade musical, o “poema” sujo, a fuga da realidade, a habitação do **Reyno da Intrujice**. Eis por que me parece não dever estar a televisão portuguesa interessada num cançonetismo assim. Põe demasiado a nu a incapacidade, ao longo dos anos, de criar uma arte de cantar capaz de interessar às grandes camadas da população. Por isso pergunto a mim próprio o que terá levado a televisão portuguesa a prolongar tanto e tanto a agonia, a vida fingida do “Canal 13”. Não encontro resposta. Em certas ocasiões, o silêncio é preferível (...) Ora há outros valores. Há outro panorama. A pobreza não está aí. A pobreza está noutro lado, a pobreza saloia, curta de vista, que tem de abandonar-se de uma vez por todas para que um Canal 13 não seja mais possível. (...) Tal como o crime, a má televisão não compensa»⁴²⁰.

Numa outra crónica, não perde a oportunidade de se referir a este programa:

«Sei que de repente, quando o da Jamaica ensaiava o primeiro passe, o Canal 13 me transportou para as estepes geladas, para a Rússia moída na guerra nazi. **As crianças mortas, os corpos apodrecidos, os cadáveres dos patriotas baloiçando ao vento como a roupa da História posta a enxugar. Não sei quantos milhões de vítimas. Finalmente os alemães a recuar e a História a respirar. Ajeitava-me para fazer uma saraivada de elogios ao Canal 13 quando percebi tudo: automaticamente, o televisor transferira-se para outro programa. O televisor fizera justiça por suas mãos**»⁴²¹.

⁴²⁰Crónica, “Segunda Explicação”, 11/02/72, pp. 61-62.

⁴²¹Crónica, “Canal 13: Basta! Basta!”, 30/11/71, p. 57.

No último programa do *Canal 13*, Castrim, com grande ironia, assinala o “funeral” e demonstra o seu enorme contentamento, subintitulando a sua crónica com a expressão *Necrocanalogia*⁴²². E nela se pode ler:

«O Puh! cançonetismo, o **reaccionarismo**, o chatismo e mais família cumprem o doloroso dever de comunicar o falecimento do seu muito querido e chorado filho, neto e parente Canal 13. O funeral sairá do Teatro ABC para o cemitério do Lumiar, Alameda das Linhas de Torres, onde repousará em jazigo de família. O repórter não podia deixar de estar presente para testemunhar tão infausto acontecimento, ou melhor: para se certificar de que não havia engano e que o morto estava mesmo morto, legalmente morto, com badaladas e tudo. O morto morrera, finalmente. O seu funeral constitui uma sentida manifestação de pesar, dada a simpatia de que o ex-tinto gozava no meio. Os mortos abriram alas à sua passagem e diziam lágrimas nos olhos: “Como foi possível voltares tão tarde para o nosso convívio?” O pro(grama!) sucumbiu a um mal que não perdoa: a rendição ao que de mais medíocre, de inútil, de chato existe na canção desta terra afogado à beira do Atlântico. A sua morte verificou-se depois de um longo sofrimento (o nosso, claro está) de 38 semanas (...) a televisão portuguesa viveu abraçada a um cadáver. A necrofilia pode ter estes exageros. Paz à nossa alma!»⁴²³

Não só critica a escolha dos convidados, desfiando os seus nomes, como aponta este programa como tendo tido a pior realização, fotografia e som.

«César Morgado, Tristão da Silva, Quim Barreiros, Tónia, Maria José Valério, Vitório Santos, Lurdes e César, João Fernando, Luís Braga, Maria Jôjô, Cidália Moreira, Zé do Mar, Deolinda Rodrigues, Júlio César, César de Oliveira, António Calvário, Cecília Cardoso, George Green e Artur Garcia. Anotemos ainda que a chave do caixão foi empunhada por Mário Dias Ramos e que o protocolo esteve a cargo do realizador Victor Manuel. Assistimos ainda: – Aos piores enquadramentos de sempre; – Ao pior som; – À pior fotografia; – À pior realização; – Às piores exibições; – Às piores canções; Em resumo, foi um enterro de primeira classe, como não sei se teria havido outro em **TV Prazeres**. O canal 13 esteve abaixo do Canal 13. Comparado com aquilo, a morgue é um hino à vida»⁴²⁴.

⁴²²Crónica, “Canal 13: Da morte lenta à morte macaca”, 01/02/72, p. 59.

⁴²³*Idem*, 01/02/72, pp. 59-60.

⁴²⁴Crónica, “Canal abaixo de canal”, 01/02/72, p. 60.

Também o evento musical mais marcante da RTP, nos anos sessenta, o *Festival da Canção*, se enquadra neste género musical. Veja-se o que diz, do último festival antes do 25 de Abril: «As letras atingiram a sua própria destruição como portadoras de um significado. Houve muitas vezes a impressão de que nada mais se atendia se não à necessidade de encher aquilo de qualquer maneira: palavras ou palha. Calhou ser palavras»⁴²⁵.

E exemplifica com a letra da canção “Bailia dos Trovadores”, do Duo Ouro Negro:

«Baila tu, baila moçoila
Já chegou o teu amigo
Esse rosto de papoila
1Depressa será cativo»⁴²⁶.

E não deixa de referir José Cid, com a “Rosa que te dei”: «explora a receitazinha dos seus vinte anos e serve-se dos atributos superficiais de uma realidade para armar aos cardos e para assumir o fingimento actual. Lá estão os cordelinhos dos balões de Junho, lá estão os risos das crianças, lá está o velho da concertina (...)»⁴²⁷. E sobre a canção de Artur Garcia, ironiza: «Refere-se a uma menina e mais a sua boina, menina com olhos nórdicos que davam gosto»⁴²⁸. Classifica a música comercial veiculada na RTP como pertencente ao *nacional-cançonetismo*, que define assim:

«O chamado nacional-cançonetismo caracteriza-se pela inferioridade musical e poética e pelo total abandono da realidade quotidiana. É um agente poderoso de estupidificação em massa, de lavagem ao cérebro colectivo, de degradação do sentido estético»⁴²⁹.

À ausência de questionamento e inquietação social e política, presente do nacional cançonetismo, que define como alheio à realidade, Castrim contrapunha um género musical politicamente mais consciente:

«Por vezes acontece que a comunicação através do acto de cantar começa a fazer-se a certo nível de responsabilidade. O cançonetista pensa; quando pensa, logo existe; logo que existe, canta. Canta em colectivo, leva os outros seus concidadãos à prática da avaliação da realidade e daí à própria prática de existir. Encontrava eco nas amplas massas o que agia como uma exigência frente à televisão do

⁴²⁵Crónica, “Rescaldo do festival da gaguez”, 09/03/74, p. 203.

⁴²⁶*Idem*, p. 203.

⁴²⁷*Idem*, p. 204.

⁴²⁸*Idem*, p. 204.

⁴²⁹*Idem*, p. 203.

seu país: a televisão espalhava as novas canções, as novas canções superavam-se em intenção e qualidade estética que, por sua vez, aumentava o grau de exigência do povo»⁴³⁰.

Neste período vinha ganhando expressão a música de intervenção de numerosos cantores antifascistas, que procuravam chamar a atenção para os problemas políticos, sociais e económicos do país, como José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Mário Branco, Padre Fanhais, Luís Cília, Sérgio Godinho e outros. Queixa-se Castrim da ausência destes artistas na televisão:

«Existem artistas, entre nós, que se voltam para a realidade, para o tempo que vivem. Querem sentir-se vivos, que é a única maneira de transmitirem vida às suas canções. Lutam em três frentes: na música, na força do poema, no aperfeiçoamento da interpretação»⁴³¹.

Idêntica repulsa sente Castrim perante os programas que tendem a divulgar a expressão cultural “mais popular”, o folclore português. Numa crónica subintitulada “Ranchos? Deixemo-nos de histórias”, refere-se ao *Rancho Típico e Regional da Boavista* (Portalegre), já conhecido de *telegingeira*.⁴³²

«A exibição monótona do Rancho Típico trouxe-nos à memória outras exposições de outros ranchos noutros programas que se chamavam “Folclore” e hoje parece que não se chama porque a televisão finalmente se compreendeu a responsabilidade que tal designação envolve. Estes ranchos sabem a falso, sabem todos ao mesmo cozinhado preparado no mesmo caldeirão. **Seja “saia” ou vira ou trespassado ou valsinha ou qualquer outro baile do tempo da avozinha – as combinações, o movimento, a marcação, os jogos derivam em linha recta das “folclóricas” manifestações de chinelinha do pé dos tempos gloriosos do SNI**»⁴³³.

Vincando o carácter artificial de tais exposições: **«Deixe-se de histórias, senhor director: o Rancho de Boavista não honra tanto Portalegre como você pensa para justificar os subsídios das autoridades. O Rancho mecanizado, está bem oleado, mas daí a respirar autenticidade do folclore alentejano, vai um abismo»**⁴³⁴.

⁴³⁰*Idem*, p. 202.

⁴³¹Crónica, “Segunda explicação”, 01/02/72, p. 62.

⁴³²Crónica, “Ranchos? Deixemo-nos de histórias”, 06/10/71, p. 28.

⁴³³*Idem*, p. 28.

⁴³⁴*Idem*, p. 29.

Numa outra crónica, a propósito de um programa de folclore de Pedro Homem de Mello, também escarnece: «Saber dançar as modas da nossa terra é, de algum modo, aprender a exprimir-se na língua portuguesa. Lindo! Vou mandar gravar isto num azulejo e pendurar à porta da rua. Os Ranchos folclóricos, uma tradição que venceu desde que António Ferro dirigia a propaganda nacionalista do Estado Novo»⁴³⁵.

Também os programas sobre artes plásticas merecem uma crítica impiedosa de Castrim: por exemplo, a propósito de uma rubrica denominada *Movimento*, denuncia a presença excessiva de certos artistas, os artistas oficiais do regime:

«Um dedicado a esculturas de Álvaro de Brée⁴³⁶ que passou a vida a satisfazer encomendas de obras públicas, e outro dedicado à obra de Lima de Freitas⁴³⁷ (...). Os resultados, porém, não melhoram, quando Lima de Freitas se resolve a definir a sua posição artística actual, abandonada que foi a barca do neo-realismo. (...). E numa amostra admiremos o espectáculo circense e provinciano do delírio palavroso na corda bamba. (...) Mas por que é que penduram um microfone ao pescoço de certos indivíduos? **Como é que certos indivíduos não compreendem que se trata de uma partida? De uma partida de mau gosto**»⁴³⁸.

⁴³⁵Crónica, *Viagem ao Reino das palavras*, 04/03/74, p. 196.

⁴³⁶BRÉE, Álvaro de (1903-1962). «Foi escultor português que pertenceu à segunda geração de artistas modernistas portugueses. Estudou no Liceu Pedro Nunes. Frequentou a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa durante menos de um ano e fixou-se em Paris entre 1927 e 1937, trabalhando com Bourdelle e Despiau. Expôs no Salon d'Automne e no Salon Tuilleries, 1930 e, em diversas ocasiões, na *Sociedade Nacional de Belas Artes*, nomeadamente em 1937 quando apresentou um busto do seu pai com características inovadoras que chamou a atenção da crítica; dois anos mais tarde realizou a estátua de *Gonçalves Cabrilho*, para S. Diego da Califórnia, inovadora também, com a ideia do padrão a que o navegador se apoia (uma réplica desta obra foi integrada na representação portuguesa da *Feira Mundial de Nova Iorque* de 1939-40). Participou na *Exposição do Mundo Português*, 1940. Está representado em diversas colecções públicas e privadas, entre as quais: *Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão*, *Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa; *Museu do Chiado*, Lisboa; *Museu Nacional de Soares dos Reis*, Porto. Foi agraciado com o grau de *Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada*, a 7 de Junho de 1958 e *Comendador da Ordem do Infante D. Henrique* a título póstumo, a 19 de Outubro de 1981.» Disponível em <https://arquivodigital.cascais.pt/xarqweb/Result.aspx?id=40105&type=Autoridade>, consultado a 19/06/19.

⁴³⁷FREITAS, Lima, «(1927-1998) foi um grande pintor setubalense, desenhador e ensaísta português que ilustrou mais de uma centena de livros, de que se destacou *PORTO DO GRAAL*, publicado pela editora *Êsquilo* em Março 2006, com textos e ilustrações de cariz filosófico e esotérico relacionado com a “*Alma Lusa*” ligada à história oculta de Portugal de que era um profundo conhecedor ou estudioso. As suas obras de arte revelam um profundo conhecimento da tradição mítico-espiritual portuguesa que através dele se revestem de uma grande riqueza. Autor de inúmeras obras, incluindo murais de azulejos de que se destacam os 14 painéis na estação do Rossio, tudo fora inspirado nos *Mitos* e *Lendas de Lisboa*, capital de Portugal (*Porto-Graal*), lugar de *Luz* ou “*Lux-Citânia*”, que falta cumprir-se numa *Nova Era Universal*, a do “*V Império*” no dizer de Fernando Pessoa ou do Padre António Vieira», disponível em https://www.novaera-avorecer.net/lima_de_freitas.htm, consultado a 16/09/19.

⁴³⁸Crónica, “A triste figura de um figurativo”, 14/02/73, pp. 154-155.

Assim, não hesita em fazer equivaler a televisão a lixo: «**Pessoalmente, estou convencido que, numa questão de saneamento, não se pode deixar de pensar na televisão. Sempre que se pensar numa boa estação para tratamento de lixo deve de estar em primeiro lugar, dada a sua integração na sociedade portuguesa**»⁴³⁹.

No entanto, embora raramente, a RTP às vezes acerta:

«Aconteceu em realidade nas ruas de Lisboa (“Lisboa, chinelinha no pé”⁴⁴⁰) e foi incluído na reportagem que a televisão de ontem dedicou ao problema da incapacidade física no nosso país. (...) Inúmeras imagens trouxeram-nos até nós a noção de um lamentável estado de coisas, mas que representam, ainda assim, um princípio de esperança: as crianças eram ajudadas, encaminhadas por mãos sabedoras e dedicadas. (...) Os entrevistados vibraram uma espadeirada nas nossas ilusões. Aquelas imagens não representavam senão o caminho a tomar, em grande escala (...). Era o que se concluía depois de ouvir dizer que em 100 portugueses um é deficiente e que apenas existem duas instituições particulares para reabilitações deles, com uma lotação de 60 ou 70 doentes... os deficientes terão de esperar anos e anos pelo internamento. Entretanto as crianças serão desviadas para a mendicidade. O que leva a D. Guida Freitas Faria apelar no sentido de não se dar esmola às crianças, encaminhando-as, de preferência, para os centros de reabilitação. Correcto? Vejamos a situação: 1 – Não há instituições de reabilitação; 2 – A crianças devem de ser encaminhadas para as instituições que existem... (...) No entanto este inquérito teve a vantagem a seu favor de se debruçar para um problema nacional à espera de solução, como tantos outros, um problema ainda (e por quanto tempo?) sem solução»⁴⁴¹.

No final do artigo carregado de simbolismo considera: «Que o inquérito falhado embora em alguns aspectos fundamentais, demonstrou que a televisão que se encontra no bom caminho **quando afugenta as moscas do sono e da fantasia para optar pela caça aos (problemas) animais selvagens que povoam a nossa realidade**»⁴⁴².

Os laivos de esperança, embora raros, também surgem: «O público é sensível, à qualidade, aprecia uma boa realização, uma excelente interpretação, uma história que ultrapassa os quadros simplistas de um homem e de uma mulher»⁴⁴³.

⁴³⁹Crónica, “Informar, mentalizar, sanear”, 15/02/73, p. 158.

⁴⁴⁰Crónica, “Incapacidades para as incapacidades”, 18/11/71, p. 50-51.

⁴⁴¹*Idem*, p. 51.

⁴⁴²*Ibidem*.

⁴⁴³Crónica, “Henrique III: e vão três...”, 04/11/71, p. 42.

Numa crónica intitulada “Piedosas intenções”⁴⁴⁴, lembra qual foi o propósito da criação da RTP, recordando que **«a missão que inicialmente se propunha a televisão portuguesa não era a de embrutecimento maciço. Os seus objectivos eram bem outros»**⁴⁴⁵.

«Socorrendo-me dos meus arquivos, dou pelas informações seguintes transcritas de um livrinho através do qual, há cerca de 15 anos se incitavam as pessoas à compra do televisor: “A Rádio Televisão Portuguesa foi criada em obediência a um imperativo de progresso e de valorização nacional. Não se trata apenas de proporcionar mais conforto material e maiores vantagens de ordem técnica. Trata-se, sim, de aumentar a cultura dos homens de educar distraíndo, de satisfazer as necessidades espirituais de toda a ordem, para toda a gente, para todas as idades”»⁴⁴⁶.

E, numa outra crónica, de 1970, não hesita em explicar a televisão a que aspira:

«Um momento. Todos aguardamos apaixonadamente o dia em que, na Televisão portuguesa, possam ter lugar todas as tendências artísticas em corpo inteiro e não em corpo presente. Porque, de duas, uma: ou cada português se encontra na Televisão como em sua própria casa, ou, caso contrário, será melhor não aceitar convites de cerimónia. Não é por nada. É só porque muitos escritores portugueses acharão que é demasiado tarde para aprender etiquetas»⁴⁴⁷.

No entanto, Castrim não se ilude, e fazendo jus à sua formação marxista, aponta que questões comerciais e políticas fazem da televisão um meio favorável à classe dominante, e di-lo com todas as letras:

«Mesmo assim sem nos esquecermos que as ideias dominantes são as da classe dominante e o que prepondera são os órgãos de informação mantidos cada vez mais pelo grande poder económico, cuja visão não pode ser deixar de ser a visão do interesse desse mesmo poder. Se isto é assim em países desses tais, imagine-se o que não será naqueles onde a informação esteja rodeada de condicionalismos»⁴⁴⁸.

⁴⁴⁴Crónica, “Piedosas intenções”, 01/11/71, p. 40.

⁴⁴⁵*Idem*, p. 40.

⁴⁴⁶*Idem*, pp. 40-41.

⁴⁴⁷Crónica, “Convergência» quase inocência”, 10/04/70, p. 22.

⁴⁴⁸Crónica, “Rescaldo do festival da gaguez”, 09/03/74, p. 201.

3.2 – Crítica ao regime político

É difícil entender o âmbito do propósito da crítica que Castrim faz diariamente aos programas da televisão portuguesa, sem termos presente que o autor atribuía um poder decisivo à palavra que, lembremos, era o seu instrumento de comunicação. Na sua crónica “Há só uma Terra mas há várias maneiras de não aborrecer os telespectadores” ficou bem explícita esta sua convicção: «Utilize-se a palavra a palavra forte, a palavra certa, a palavra apalavrada, - e então se verá quanto vale. Na televisão, no livro, no comício, no público»⁴⁴⁹.

O valor da escrita repousava na esperança desta poder contribuir para a mudança política e social que aspirava: «Tudo porque as palavras dão, como sugestão e encanto, uns grãos de verdade. **Grãos de uma seara que tarda...**»⁴⁵⁰.

Criticar a programação da televisão era antes de mais um pretexto para, a propósito de qualquer rubrica, poder falar dos mais variados assuntos respeitantes à sociedade portuguesa.

Na análise que realizarei neste capítulo, vou-me deter nos aspectos políticos que integram de forma pontual numerosas crónicas presentes no livro. Por sabermos já das condicionantes políticas presentes em Portugal no que respeita à livre expressão de opinião e comentário no “período marcelista”, ganham relevo as constantes investidas de Castrim neste terreno armadilhado. Em grande medida, estas pequenas anotações, “pulverizadas” sobre temáticas televisivas aparentemente inócuas, constituem um dos elementos caracterizadores do perfil deste crítico televisivo.

A sua abordagem de temas políticos surge tanto na defesa de princípios políticos genéricos como através de apontamentos que remetem para a actualidade política do “marcelismo”. Em qualquer dos casos, o tema é introduzido, frequentemente, a despropósito, em forma de alfinetadas, agravado pelo inusitado, o tom irónico.

No que respeita ao primeiro caso, veja-se como, a propósito de uma série inglesa sobre os amores de Henrique VIII, aproveita para denunciar, de forma contundente, os malefícios do poder pessoal:

«O que está em causa não é só o caso de amor ou não amor.
É também a política, a prepotência, o processo tortuoso
considerado legítimo quando o interesse do poder está em
causa. **A parte da fita dedicada à denúncia do poder**

⁴⁴⁹Crónica, “Há só uma Terra mas há várias maneiras de não aborrecer os telespectadores”, 02/06/72, p. 81.

⁴⁵⁰Crónica, “O Tempo e a Alma: O trunfo é o povo”, 11/02/72, p. 64.

peçoal (que é uma forma de degradação da “razão de Estado”) e dos perigos que ele comporta mostra como ali, afinal de contas, o problema amoroso não é mais de que um pretexto para cavar no terreno da consciência e das razões que se mascaram de grandes fingimentos... que têm razão. Sendo, porém, certo que nada tem razão contra a dignidade, a liberdade, a justiça devida à peçoal»⁴⁵¹.

Mas como se pode verificar, a censura obstruiu a sua explicação. Na mesma crónica, dá ainda conta da forma como o abuso de poder só é possível devido à existência de indivíduos que, por oportunismo, só pensam em satisfazer os seus interesses pessoais.

«Viu-se, por exemplo, como os súbditos, na ânsia de agradarem aos amos, acabam por ultrapassá-lo nos seus desígnios. Certos espíritos, fracos de espírito e perseguindo desígnios de promoção pessoal, engraxam os joelhos dos amos com a preocupação de lhes engraxarem os sapatos, e afogam-nos com a preocupação ratona de lhes apertar o nó da gravata»⁴⁵².

Num país onde o regime do Estado Novo se tinha confundido com a figura tutelar do presidente do Conselho que o governara, por mais de trinta e seis anos, a ênfase dada por Castrim ao excesso do poder pessoal tinha um claro objectivo político. E embora as crónicas que analisamos recaiam já no período de Marcelo Caetano, o autor, sem nomear, não deixa de aproveitar para referenciar noutra crónica o lugar simbólico que Salazar mantém naquela actualidade, a propósito do... **«Mas afinal de contas, num país como o nosso, fantasma a mais ou menos, que importância tem?»**⁴⁵³

Note-se que Salazar nunca é nomeado, as referências são encriptadas. Veja-se, por exemplo, a alusão ao funeral de Oliveira Salazar⁴⁵⁴: «Agoniam-me os efeitos por fora dos relatores, os seus armanços ao entusiasmo das populações. Evidentemente, nada que se pareça com um acompanhamento a pé para os Prazeres»⁴⁵⁵.

⁴⁵¹Crónica, “Qualidade: Futebol em Espanha ‘Henrique VIII’ na Inglaterra”, 28/10/71, pp. 36-37.

⁴⁵²Crónica, “Henrique VII e vão três...”, 04/11/73, p. 42.

⁴⁵³Crónica, “Acabou o ‘Jogo do Galo’ mas continuamos engalhados”, 19/09/72, p. 103.

⁴⁵⁴De forma a entender-se como o povo era utilizado para propaganda, poder-se-á indicar, como exemplo, a instauração do feriado nacional no dia 30 de Julho de 1970, que funcionou como um modo de assegurar a presença de um elevado número de pessoas nas cerimónias fúnebres ou os grandes ajuntamentos de pessoas presentes nas manifestações *espontâneas* organizadas pelo Estado Novo, como aconteceu em diversas alturas de apoio à guerra colonial.

⁴⁵⁵Crónica, “Martirizado Ximenes...”, 15/11/71, p. 46.

Naquilo que aqui nos interessa, nas suas crónicas pontuam críticas ao regime. A propósito de uma exposição de artes plásticas, ironiza sobre o modelo político autoritário português assente na defesa de um governo forte e na ausência de debate:

«Claro, há dificuldade do diálogo: começa o diálogo, começam todos à lambada. Uma pouca vergonha. **Por essas e outras razões é que certos governos fortes justificam a sua existência: Isto só vai de rédea curta, se não ninguém se entende. Não há dúvida: diálogos não é connosco, olha não há outro remédio senão ficarmos muito quentinhos, muito isoladinhos, a amamentar a nossa solidão na sociedade portuguesa**»⁴⁵⁶.

Uma série sobre a história de Evasões dá-lhe pretexto para desenvolver o seu repúdio pela existência de presos políticos, e nem o cuidado em generalizar a problemática evitou o corte da censura:

«*O homem está preso. Não fez mal a ninguém. Não matou, não oprimiu, não traficou com a saúde dos cidadãos, não delapidou os bens da comunidade, não é um traste, enfim. Está dentro pelas suas ideias. A reclusão por motivos políticos, embora praticada desde sempre, também desde sempre foi execrada. Daí que, a grande ou a pequeno nível, se organizam movimentos de amnistia, **movimentos que encontram eco em largas camadas da população e de que participam, muitas vezes, indivíduos com ideias contrárias àquelas dos homens e mulheres de quem pedem a libertação. Isso porque se trata de um movimento instituído de solidariedade com raízes que ultrapassam razões ideológicas para se inserirem no território humano***»⁴⁵⁷.

O interesse em incluir nas suas crónicas um assunto tão melindroso politicamente, como a perseguição aos oposicionistas, leva-o, numa outra crónica, a utilizar com subtilidade uma linguagem codificada. Por exemplo, utiliza a palavra da gíria portuguesa, muito em voga nesta época, estampilha, que tanto pode ser selo, como lambada. Assim, lá refere: «Num país de tanta estampilha⁴⁵⁸ como o nosso, via-se à légua que a questão da “filatelia temática” era bem mais importante e momentosa. Porquê?»⁴⁵⁹

⁴⁵⁶Crónica, “As razões são culturais”, 28/02/74, p. 189.

⁴⁵⁷Crónica, “Evasões: jogar por fora”, 18/01/73, pp. 141-142.

⁴⁵⁸VASCONCELOS, Leite, *Dicionário de Regionalismos e Arcaísmos*, na gíria popular estampilha quer dizer bofetada, disponível em, <http://beta.clul.ul.pt/teitok/dra/index.php?match=starts&query=l&action=xdxf&start=400>, consultado a 30/06/19.

⁴⁵⁹Crónica, “Mais vale selo que parecê-lo”, 06/10/71, p. 29.

A análise política portuguesa surge por vezes de forma bem mais clara, embora seja cortada, evidentemente. Veja-se uma crónica que remete para o programa *Há só uma Terra*, sobre poluição. Aqui, Castrim não hesita em considerar a importância de garantir as liberdades fundamentais, entre elas destaque-se a liberdade de imprensa e de expressão, de forma a que os portugueses possam zelar pelos problemas que afectam o país:

«A vida não se pensa. Os condicionalismos em vigor durante tantos e tantos anos não conseguiram mais de uma ilusão de organização social, um esquema donde a realidade se escapava. Era como se se quisesse prender a águia numa gaiola de pintassilgo. (...) Entre muitos outros casos de desorientação de vida social no nosso país, desorientação que só foi possível devido ao alheamento das grandes camadas populacionais e à falta de condições para comentar e denunciar as situações caóticas, as declarações insensatas, os interesses mandões»⁴⁶⁰.

Não é por acaso que o tema genérico da censura surge em diversas crónicas, através de inúmeras pequenas e subtis “ferroadas”. Veja-se a propósito do depoimento do realizador Fernando Lopes, presidente do Centro Português de Cinema, sobre o financiamento ao cinema estar garantido por dois anos, como remata esta informação televisiva:

«Óptimo. Condições de realizar já há. Esperemos, como disse o João Guedes, que também haja coragem. E condições de pensar filmes. E de condições de realizar filmes. E de etc. Especialmente de condições de etc., para depois não termos de ver fitas reduzidas a metade»⁴⁶¹.

Na crónica “Travar, Travar, a quanto obrigas”, partindo do programa *Sangue na Estrada*, socorre-se dos múltiplos sentidos da palavra travar, como seja impedir a movimentação, bloquear, obstruir, parar, deter ou trancar:

«Eis aqui um problema cuja importância ninguém discutirá. Por várias razões. É certo que muitos desastres acontecem por falta – mas também Filipe Nogueira nos veio lembrar que muitos outros desastres se dão por excessos de travões. (...) Dizia eu que, devido ao excesso de aquecimento, resultava uma espécie de fadiga dos travões. Tanto se trava, tanto se trava, que a certa altura os carros já não obedecem a nenhum estímulo, tornam-se apáticos, indiferentes, vão

⁴⁶⁰Crónica, “O estranho caso da Lagoa de Óbidos”, 22/09/72, p. 112.

⁴⁶¹Crónica, “Cinema e TV: tratado de amizade?”, 14/02/72, p. 73.

por onde calha e de um choque inofensivo à morte no fundo da ravina, tudo pode acontecer.

(...) Facilmente se compreende que um travão a mais é sempre mais um travão. E como a eficiência dos travões vai diminuindo conforme o uso intensivo que deles se faça, aconselho os técnicos a pensar desde já num quarto travão, ou num quinto, segundo o velho conceito de que é preciso travar, travar a todo o custo. (...) Não tarda nada que a cada veículo, pesado ou ligeiro, sejam aplicados uns bons cem travões. Por estradas de tal forma esburacadas, os travões dão, quando muito, uma ilusão de tranquilidade. Quando o mal é de raiz – travão, travão, que podes tu?»⁴⁶²

Noutras crónicas, relembra mesmo aos leitores as dificuldades de quem escreve sobre o espectro da censura:

«Tal como eu. Trabalhadora minha irmã, também eu, de cada vez que me proponho agarrar a caneta, estou pelos cabelos sempre. **Tanto para lhes dizer, meus amigos, e tanto para silenciar. Os meus olhos recolhem redes cheias de misteriosas pescarias – mas, quando venho à luta é com meia dúzia de carapaus de gato que não rendem um chavo**»⁴⁶³.

Sabendo que a censura é inflexível, começa esta crónica com o desalento ao afirmar: «Ao iniciar esta crónica prometo a mim próprio contar até 10 antes de escrever cada palavra. Porquê? Porque o diabo tece-as. O diabo, dizia a minha avó, fez fogo com uma tranca»⁴⁶⁴.

As frequentes alusões a algumas questões genéricas do regime autoritário português são, como já referimos, acompanhadas pela introdução de referências mais circunstanciadas que recaem directamente sobre a nova fase do regime do Estado Novo, liderado por Marcelo Caetano, todas elas, note-se criteriosamente cortadas pelo censor. E a cada um destes cortes se revela a tortuosa relação, continuada, quotidiana, sem um momento de tréguas, entre Castrim e a Direcção dos Serviços de Censura.

É o caso do excerto explícito ao regime monolítico português, presente numa crónica respeitante ao comentador desportivo Rodrigues Lopes e à sua busca de imparcialidade:

«(...) mais difícil de conseguir num país como o nosso, **onde o pluripartidarismo político está abolido. Dentro da Acção Nacional Popular, por exemplo, pode haver**

⁴⁶²Crónica, “Travar, travar, a quanto obrigas...”, 22/09/72, pp. 110-111.

⁴⁶³Crónica, “Preparem os foguetes. Vem aí mais ídolo”, 09/02/74, p. 186.

⁴⁶⁴Crónica, “Canal (?): Vou contar até dez”, 06/10/71, p. 26.

um sentido de dever burocrático, mas não há paixão. E não há paixão porque não há competição. Agora imagine-se toda a carga emotiva desencadeada pela clubite aguda, a arcar com todas as tensões...»⁴⁶⁵.

Veja-se ainda como introduz a mesma temática a propósito de um concurso infantil de grande popularidade, importado da Holanda:

«De origem holandesa, dizem que uma das razões da sua popularidade na Holanda resulta das piadas que se escondem por detrás de muitas histórias, com focagem de problemas dos partidos políticos. Entre nós, bem se compreende, essa função do “Diário das Fábulas” passa completamente desperdiçada, até porque, como de sobejo se sabe, não temos partidos. (...) Claro que não temos partidos políticos (temos uma associação cívica, o que não é propriamente a mesma coisa). Nós cá nos contentaríamos só com gestos»⁴⁶⁶.

A vertente tecnocrática que o novo presidente do Conselho, Marcelo Caetano, procura conferir ao regime, também é desconstruída por Castrim. Nesta nova “modernidade”, a Televisão, convida deputados para novos programas. Num diálogo virtual com um deputado, afirma:

«Senhor deputado: nada pode isolar-se da política. Percam-se de vez, todas as ilusões tecnocráticas. O tecnocratismo não é mais do que a despolitização... da política. A política surge mas se arranha a técnica. V. Exa. já pensou como elementos estranhos à política, os “ghettos” americanos, o “apartheid” sul-africano; a poluição do mar pelos resíduos propósito: têm-se feito análises, entre nós, ao leite e à manteiga que consumimos? Senhor deputado: nada pode isolar da política. Percam-se de vez, todas as ilusões tecnocráticas. O tecnocratismo não é mais do que a despolitização... da política. Senhor deputado, dá-me licença? Faça favor. Reitero a V. Exa. (ah, quanto tenho aprendido com os relatos das sessões de S. Bento de meu camaradas Manuel Azevedo!) a minha simpatia pela sua rubrica, a que acrescento este pedido: faça pontaria bem ao coração. Não se intimide. Não se resigne. Nada de cortesias. Aqui, ninguém o chamará à ordem. Aqui o Regimento abriga-o a consciencializar os telespectadores – sem os aborrecer. Olhe que é possível. Com um bocadinho de coragem, consegue-se»⁴⁶⁷.

⁴⁶⁵Crónica, “Martirizado Ximenes...”, 16/11/71, p. 46.

⁴⁶⁶Crónica, “O gesto é tudo”, 24/10/73, p. 181.

⁴⁶⁷Crónica, “Há só uma Terra mas há várias maneiras de não aborrecer os telespectadores”, 02/06/72, pp. 81-83.

Também a feição de renovação política que Marcelo pretendeu imprimir ao seu *staff* é alvo de curtas farpas que a censura, aliás, não deixou passar. Veja-se, a propósito de um programa de variedades, o seguinte corte: **«Sangue novo é coisa que se abomina por aqueles sítios»**⁴⁶⁸. Noutra crítica, discorrendo sobre um programa respeitante à velhice, lá refere: «um tema muito actual, atravessando, como estamos, a época dos congressos gerontológicos»⁴⁶⁹.

De forma subtil, mas nem por isso a salvo do lápis azul, Castrim introduz a sua visão do marcelismo, não como uma “Primavera”, mas como um Outono, que aguarda a renovação próxima. A propósito de uma prova de bicicleta, o Paris Tour, dirá: **«Não, não apreciei este Grande Prémio. Fez-me recordar coisas tristes. Fez-me sofrer e tenho de poupar os meus sentimentos, a minha melancolia. Ainda agora o Outono vai no princípio»**⁴⁷⁰.

No mesmo sentido, nega a existência de qualquer unanimidade reconquistada. Através de uma pequena nota, cortada pela censura, introduz, a propósito de um inquérito de rua, a seguinte ideia: **«Não é tempo de gastar tempo. O mito da unanimidade perdeu definitivamente. Para quê pretender ressuscitá-lo, com todos os inconvenientes que se conhecem?»**⁴⁷¹

As farpas políticas de Castrim assumem uma invulgar subtileza, pela constante procura de alguma pequena fresta deixada pelo descuido do censor, mas também pela acutilância com que pretende atingir o leitor prevenido. Veja-se a sugestão à estreita cumplicidade política entre *presidente da República* e o *presidente do Conselho de Ministros*: **«Que falta de imaginação! Refiro-me à televisão portuguesa, repare-se, e não à actividade dos dois amigos inseparáveis. Eles, pela parte que lhes toca, deram provas de uma inventiva!»**⁴⁷²

Sobre a questão da guerra colonial, como já referimos, um pesado silêncio. Não obstante, encontramos uma referência indirecta, também ela cortada, por inconveniente, claro está. A propósito de um programa onde *Tolstoi* «tem a sua opinião», Castrim afirma:

«Moscou já está a arder? Não vem aqui fazer nada o ponto de espantação. Moscou já está a arder. **O peixe grosso fugiu à guerra (claro...)** e na cidade ficou apenas aquilo que se vulgarmente se chama “a gentalha”. Tolstoi tem a

⁴⁶⁸Crónica, “Variedades que nada variam”, de 07/03/69, p. 13.

⁴⁶⁹Crónica, “Convergência» ou quase inocência”, 10/04/70, p. 22.

⁴⁷⁰Crónica, “Cavalos... e Recordações”, de 04/10/71, p. 25.

⁴⁷¹Crónica, “Custo de vida: A fácil subida, a difícil descida”, 15/06/72, p. 88.

⁴⁷²Crónica, “Quinta-feira com remorsos”, 11/02/72, p. 65.

sua opinião sobre o fenómeno. As cidades abandonadas ardem. São devoradas pelos ratos, pela solidão, pelas chamas. Em Moscovo, o fenómeno agudizou-se de súbito. De súbito, quatro quintos da cidade estão a arder. **Pense quem quiser o que quiser, mas a gentilha sabe fazer as coisas, se ela até sabe queimar as árvores na estepe para recusar a sombra aos invasores, como não há-de saber que as tropas do invasor lutam com graves dificuldades de alojamento e que é preciso aumentar essas dificuldades?... A guerra. Este episódio transporta-nos para a terrível condição das guerras. Avaliadas em geral nos danos materiais que produzem. Claro: sendo uma guerra uma operação comercial, como muitas outras, a sua contabilidade processa-se segundo os bens consumidos: as cidades incendiadas, os abastecimentos, os dinheiros gastos nisto e naquilo, a subida dos preços, o mercado negro, etc... etc... (Também se fala alguma coisa das vidas que se perdem: morreram tantos homens. Assim**

friamente, como se fosse ainda de coisas que se continuasse a falar.) Ora, há elementos que em geral não entram na contabilidade bélica. A desmoralização, a degradação de uma consciência pública, por exemplo. O desequilíbrio social e familiar que se traduz não raramente pela destruição do indivíduo. Assiste-se, por outro lado, a uma espécie de “deformação profissional”: certas formas de relação social aparecem resolvidas pela violência: eis novos surtos de criminalidade. Os sociólogos, os artistas sabem disso»⁴⁷³.

Esta crónica surge já em 1973, talvez sobre um ambiente crescentemente crítico face ao regime, sobretudo nos meios mais politizados, onde Castrim se move. Talvez por essa razão, já em 1974, Castrim numa crónica, a propósito de questões do ambiente, dote as suas palavras de um sentido mobilizador mais claro:

«Chegamos à formulação essencial: “Nada se pode fazer sem a mobilização dos cidadãos”. Porque esperam? Toquem a reunir, caramba! Nada se pode fazer sem a mobilização dos cidadãos. Vamos lutar contra todas as espécies de poluição, vamos a isso!

- **Contra a poluição da água e do pão.**
- **Contra a poluição do mando e da servidão.**
- **Contra a poluição do ruído e do silêncio.**
- **Contra a poluição das ruas e das casas.**
- **Contra a poluição das condições e contra as condições da poluição.**

⁴⁷³Crónica, “As razões são culturais”, 28/02/74, pp. 187-188.

- **Contra a poluição da reacção e da inacção.**
- **Contra a poluição do passado e da desesperança no futuro.**

Vamos enfim, e corajosamente, enfrentar a poluição que afecta o corpo e o espírito, os brônquios e o carácter, a vida e a maneira de viver. Vamos, corajosamente, unir todos os cidadãos para extirpar a poluição da terra, do mar, da sociedade. Por que se espera?»⁴⁷⁴

3.3 – Crítica social

Pouco antes do 25 de Abril, o sociólogo Sedas Nunes resumia o estado de desenvolvimento social de Portugal:

«Entre 16 países da Europa, somos o penúltimo, na capitação do consumo da energia... Somos o antepenúltimo, na capitação de aço... Somos o penúltimo, nas taxas de escolarização... Somos o último, na proporção do número de alunos do ensino superior para o conjunto da população... Somos o penúltimo, na capitação do consumo de carne... Somos o último na capitação do consumo de leite, o último na capitação de diária de proteínas, o penúltimo na capitação diária de proteínas, o penúltimo na capitação diária de gorduras...»⁴⁷⁵

Pelas lentes de Castrim, a programação da RTP é um pretexto para falar dos portugueses, introduzindo apontamentos corrosivos, ilustrativos e interpretativos sobre a sociedade portuguesa. E não poupa ninguém. Desde logo a própria televisão, que, ao invés de falar dos portugueses, apresenta, diariamente, um país que não existe.

Veja-se a demolidora crítica ao programa *Movimento*, com a realização/apresentação de Henrique Mendes e Fialho Gouveia:

«Agora, Movimento, num dos programas mais inúteis da televisão portuguesa, resolveu ir passear por essa Lisboa fora e admirar as pessoas que podem gozar o benefício e a locução quase primaveril. A opção define a natureza fútil do programa. Sabemos que há pessoas que vão, de automóvel, passear até fora de portas, respirar um pouco de ar puro, correr, saltar, ver árvores, pisar a erva, enfim: fugir da cidade. Todos sabemos disso. Não deixaria, no entanto, de dar uma volta por esses bairros, por essas ruas, por esses becos para ver e falar com as crianças, com os velhos, com os jovens, **que nem sequer sabem que há sol, que há árvores, que há extensões onde correr e viver sem**

⁴⁷⁴Crónica, “Contra a poluição – em frente!”, 19/01/73, p. 146.

⁴⁷⁵ NUNES, A. Sedas, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Editores Moraes, 1968, p. 267.

perigo. Não pensemos, não vá acreditar ninguém, que a Lisboa de Movimento é a Lisboa real. Mentira. Henrique Mendes veio fazer-nos a apologia demagógica da excepção. A verdade é outra: Dura. Violenta. Incómoda»⁴⁷⁶.

A mesma pena mordaz estaria presente na sua abordagem da rubrica “25 milhões de portugueses”. Castrim é arrasador apontando o artificialismo da reportagem televisiva e o seu carácter ficcional:

«Talvez nenhum programa havido ou por haver, dos 25 *milhões* fosse lícito esperar tanto como este dedicado ao distrito de Faro, distrito que é toda uma teia complicada de temas e problemas. Tanto ou tão pouco, tão pouco ou tanto, que bem se pode afirmar ser o Algarve uma das províncias mais desconhecidas de Portugal – apesar de se falar tanto dela. (...) Não se falou nos problemas específicos das conservas de peixe, **sinal de que já não há problemas: ou não há conservas ou não há peixe.** Não se falou nas relações entre o turismo e o meio ambiente. Não se falou dos problemas da assistência, **evidente sinal de que se trata de uma questão ultrapassada.** E que tal nós vamos da agricultura? Pois homem, pois que pergunta, pois como havemos de ir; vamos bem, muito bem obrigado. E as relações humanas como estão? Óptimas, óptimas. Isto é tudo boa gente. **os algarvios vocês sabem como é. Naquela canção de Bach dizia-se que Jesus olha pelos seus irmãos. Pois no Algarve, Jesus olha pelos irmãos, pelos cunhados, pelos primos, enfim pela família toda. Por isso é que no Algarve toda a gente é feliz.** No Algarve tudo é feliz. Só há canções, festas, versos, bailes, indecentemente não falaram nas mouras encantadas e nas amendoeirais em flor, isto não há respeito pelas tradições nem pela beleza nem por coisa nenhuma»⁴⁷⁷.

Sobre o tom frívolo como alguns programas de televisão falam dos problemas que afectam a sociedade portuguesa, Castrim indigna-se e procura denunciar questões prementes que não encontram reflexão na imprensa, como é o caso da emigração. E fá-lo, no programa *A Terra, o Mar e a Gente*, com grande cuidado literário e acutilância, que merece, a meu ver, longa citação:

«A solidão. À beira do Guadiana. Pai, mãe, filho. Solidão. O monte mais próximo, a dois quilómetros! Nem jornal, nem cinema, nem televisão, nem teatro, em resumo: uma solidão sem alibis. Ele, pescador do rio, a vender o pescado

⁴⁷⁶ Crónica, “Da alma, do Sol e dos Sapatos”, 10/03/74, pp. 208-209.

⁴⁷⁷ Crónica, “25 de milhões: Mais uma emissão sem Faro”, 01/04/74, pp. 211-215.

pelas aldeias, na motorizada. O filho, a frequentar a escola, dali a cinco quilómetros, a fazer o caminho de ida e volta, sem ninguém, ajudar o pai, a ir aos pássaros, menino perdido na légua por montes e vales, coração aos pulos, e quando é Inverno, com as cheias, e quando é Verão alentejano, a mãe no lar, a tricotar, a cozinhar, a costurar, a tratar da horta, a guiar o barco quando o marido vai lançar a arte... Perceberam já que estamos a falar da Terra, o Mar e a Gente. **Que estamos a falar de Portugal sofrido que não entra nos discursos, no Santo António de Alfama, no roteiro das misses, nas ementas douradas da mentira romântica.** Rosto onde a resignação alastra com despolitização de todo o tamanho, **prestes a rebentar em todos os sentidos, num vistoso fogo-de-artifício do desespero que se chama França, Alemanha, Canadá.** Pedacos de um destino atirado aos quatro ventos da História e que tarda em descobrir os sinais do seu equilíbrio.

Tanto fracasso à beira de tanta beleza. Mais de que uma beleza em sangue de realidade. Mais de que uma realidade: um símbolo! José Angrola o pescador solitário?

Não é apenas, quem está ali: somos nós todos, com tudo o que ele não tem (a rádio, a televisão, o cinema...) sem tudo o que tem (a beleza da paisagem, o rio, a ausência de horários rígidos...), mas com a mesma carga de solidão aos ombros, quantas vezes. Solidão que o José Angrola não sabe combater. Que não entende. Submetido a um sistema de exploração cujo nome desconhece. A sua faina de rio: sem futuro, sem garantia. Sem espírito de classe. Ele que está só, que não vê ninguém dias a dias, que só sabe do mundo quanto lhe vem pela boca dos pastores?

A mulher agarrada horas e horas a tricotar malhas. **A trabalhar para um patrão algures no Alentejo, que nunca viu, que nunca verá, a cumprir leis impostas por ele, submetida a condições que nunca discutiu. Sindicato? Nem sabe o que isso é... Seguro de trabalho? Nunca ouviu falar... apenas conhece uma lei: a da canga.** Cuidar do marido, do Chico, da casa, da horta quotidianamente destruída pelos coelhos e pelos pássaros, quotidianamente reconstruída. **Os horizontes apertam a garganta. Sufoca-se. Um indivíduo despolitizado é um cadáver sorridente.**

Por enquanto, nas margens do Guadiana, um homem resiste. Um homem fica. Para quê? Não sabe. Sabe que fica. Talvez por preguiça. Talvez por inércia. Talvez por um misterioso instinto de futuro. Um homem pior do que estar só: que se julga só. Meio vencido...»⁴⁷⁸.

A censura destrói, mais uma vez, o seu texto, elimina, suprime e reduz.

⁴⁷⁸Crónica, “O rio e a solidão”, 21/06/72, pp. 91-92.

Perseverante, apesar dos constrangimentos da censura, sempre que pode, aproveita o seu espaço no jornal para denunciar as más condições de vida da maioria dos portugueses. É o que faz, a propósito de uma reportagem desportiva no Barreiro, zona industrial, onde a CUF⁴⁷⁹, no auge da actividade, nos anos setenta, tinha mais de 60 fábricas e 12.000 trabalhadores: «A última imagem a ficar-nos nos olhos era aquela chaminé monstruosa a deitar sobre o Barreiro o inferno da poluição»⁴⁸⁰. E, a partir de um programa televisivo, sobre obras de saneamento em Lisboa, aproveita para chamar a atenção para a miséria em que vivem os milhares de lisboetas que habitam em bairros de lata:

«Problemas de peso. Penso na dificuldade que vão ter os técnicos para fornecer água e canalização de esgotos às barracas da cintura miserável de Lisboa. Se o conseguirem, vai ser uma vitória extraordinária para a técnica e para a burocracia nacionais. Estão a ver, cada barraquita de papelão e madeira de caixote, com torneiras, electricidade e tudo isso é o que se chama uma barraca de luxo!»⁴⁸¹

As referências à pobreza eram colocadas a propósito dos temas mais inusitados, apontamentos que ele procurava que passassem despercebidos pela censura. Como este, a propósito de uma exibição circense, de Pepe Cardinali, em que refere: «Não é por nada. É só para sublinhar o desperdício de leite naquele número do cartucho. **Claro. Por estas e por outras é que os nossos meninos das escolas primárias nunca mais recebem o seu copo de leite gratuito**»⁴⁸².

Escarnece, porém, das práticas de caridade, muito divulgadas na alta sociedade do regime, lembrando que não ajudavam a resolver a questão da pobreza, antes a exercitar um falso virtuosismo:

«Ana Maria Varela Cid gosta muito de falar de crianças. É o seu “hobby”. Algumas senhoras, especialmente as senhoras que organizam e participam nas “chás-canastas” com fins de beneficência, gostarão muito de ouvir a palestrante, natural, **elas gostam muito de crianças pobres, se não fossem as crianças pobres, como que, não é? Ana Maria Varela Cid tem muita pena das crianças que sofrem nos leitos dos hospitais, em lugar de ter pena das crianças que sofrem sem nenhuma espécie de assistência. Recorda que pelo menos 50% das crianças**

⁴⁷⁹CUF, *Restos de Colecção*, disponível em <https://restosdecoleccao.blogspot.com/2012/06/cuf-companhia-uniao-fabril.html>, consultado a 29/07/19.

⁴⁸⁰Crónica, “A epilepsia da Televisão”, 03/03/74, p. 192.

⁴⁸¹Crónica, “Informar, mentalizar, sanear”, 15/02/73, p. 158.

⁴⁸²Crónica, “A ilusão aproveitada”, 14/02/72, p. 72.

que parecem felizes já têm problemas. Ah, o rigor das estatísticas!»⁴⁸³

Mas a censura não gostou da ironia.

A falta de sensibilidade social foi alvo da sua atenção, e nem a Igreja Católica foi poupada. Veja-se, por exemplo o excerto, totalmente cortado, a propósito do programa de Domingo:

«Videira Pires ainda nos falaria, noutro texto, da construção da Igreja em Viseu, promovida pelos paroquianos solícitos. Nota: Judas, uma vez mais a escandalizar-se que se gaste dinheiro em templos, quando há tantos pobres sem buraco para habitar, não escutam estes cristãos fiéis de Viseu. O Senhor sempre quis ter a sua morada material entre os Seus filhos, para ali marcar encontro com eles e segredar as surpresas mais vivas da sua predilecção por cada um. E depois: Agora, neste ciclo da Quaresma, a privação de dinheiro e objectos preciosos aparece como uma penitência muito válida aos olhos de Deus. Claro, claro, Videira Pires sabe da fonte segura, as penitências que agradam a Deus. Foi Deus quem, pessoalmente lhe deve ter segredado: Vai, meu filho, à televisão portuguesa, que tanto amo, e lembra a toda a gente se privem do dinheiro e das jóias. É uma penitência que nos faz um jeitão, tu não achas?»⁴⁸⁴

Outras vezes, Castrim denuncia com sarcasmo, como alguns assuntos sociais são evitados. No programa *Ao longo da Vida*, da responsabilidade do médico Manuel Fradinho, o autor aponta:

«O objectivo é cuidar das condições que permitem uma velhice tranquila, saudável e bastante válida. Poucas matérias se poderiam considerar mais úteis, num país como o nosso onde se bate o recorde europeu do número de velhos por metro quadrado, “recorde” que ano após ano estamos ultrapassando. Ora o Manuel Fradinho resolveu que o melhor seria começar pelo princípio – não já começar pela criança, mas pelo feto, pelo cidadão, pelo velho, ainda na barriga da mãe. Ontem iniciou a tarefa»⁴⁸⁵.

E, sempre que pode, chama a atenção para a falta de profundidade, e conhecimento, dos assuntos tratados. É o caso do mesmo programa do médico Manuel

⁴⁸³Crónica, “A criança perante a vida”, 09/03/73, p. 15.

⁴⁸⁴*Idem*, pp. 194-195.

⁴⁸⁵Crónica, “Isto sem jeito não vai, doutor”, 24/10/73, p. 178.

Fradinho, e o autor insurge-se perante a simplificação da magna questão do alcoolismo em Portugal:

«Parece que entre nós o alcoolismo feminino, apenas afecta criaturas infelizes, bastante idosas e da mais desprovida condição social. Não me parece que tenha a ver com a maternidade. **Ó doutor!, acha que sim? Acha que o alcoolismo feminino ataca só as pessoas idosas? E acha que ataca só pessoas infelizes? Acha que sim?** E acha que só as pobres são bêbadas? Acha que sim? Acha que o álcool, por banda da mãe, não tem força significativa no destino da criança? Tem a palavra a Prevenção Antialcoólica...»⁴⁸⁶.

No programa *Porta Aberta*, de Artur Varatojo, que abordava a situação de idosos na *Misericórdia* do Barreiro, dá também conta da superficialidade da abordagem.

«Uma data de pobres velhos encerrados numa misericórdia, a roer o duro osso dos seus dias solitários. (...) Tínhamos ali uma ocasião soberana para conhecer alguma coisa da sociedade portuguesa. Porque podemos avaliar da razão que assiste a uma organização social, podemos avaliar da má razão histórica, se conhecemos o seu comportamento em reacção aos indivíduos que já não podem contribuir para o enriquecimento material. Ou seja: quando procuramos saber aquilo que uma sociedade dá a quem nada materialmente pode dar à sociedade. (...) Tornou-se claro que Varatojo não estava ali para aclarar uma situação. Chegou a doer a sua incapacidade (quase diríamos: o seu medo) de ouvir. (...) Porque o problema da velhice tem de ser encarado a outro nível. Por muito paradoxal que pareça, há tarefas onde não pode nada quem tudo pode»⁴⁸⁷.

Numa crónica sobre um programa que tratou da epilepsia, Castrim, sem deixar de valorizar a *Liga Portuguesa Contra a Epilepsia*, e os depoimentos dos dois médicos⁴⁸⁸, aproveita para retomar a questão:

«A existência da Liga justificava-se pelo obscurantismo que rodeia a doença. Os indivíduos atacados por ela **são vítimas de uma terrível segregação a vários níveis**, enfrentam um duro isolamento, quando não hostilidade. Há muito a fazer pelo esclarecimento da comunidade em que

⁴⁸⁶*Idem*, pp. 178-179.

⁴⁸⁷Crónica, “Carta aberta ao Serranito, que guarda-rios mas não guarda ilusões”, 13/06/72, p. 85.

⁴⁸⁸Os médicos que estiveram presentes foram os Drs. Dora Bettencourt e João dos Santos. Este médico, foi o criador da moderna *Saúde Mental Infantil* em Portugal e o grande impulsionador da viragem da Psiquiatria Infantil, que de uma especialidade enraizada na Psiquiatria de adultos passou a uma especialidade autónoma. Foi um dos primeiros psicanalistas portugueses e um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Psicanálise.

vive o epiléptico: a compreensão do meio social pode tornar-se num dos meios mais seguros para o equilíbrio, para a sua cura. Infelizmente, como deixou bem expresso o dr. João dos Santos, a Liga luta com as maiores dificuldades. Subsídios não têm nenhuns – e não há falta de os ter pedido. Algumas entidades, mesmo, nem chegaram a responder. **Essas tais sofrem de pior doença que a epilepsia: a indiferença.** (...) O que resta, o que verdadeiramente resta, é o caso da Liga a quem ninguém liga. **Liga a quem ninguém. Liga que nada quer senão dar – e até isso lhe recusam.** (...) Liga contra a epilepsia, numa sociedade atrozmente epiléptica, Liga minha irmã, eu te saúdo»⁴⁸⁹.

A televisão permite-lhe, assim, também, falar de temas diversos, que considera oportunos. As questões da poluição, por exemplo:

«E fale das destruições que se praticam por esse país fora, dos atropelos contra a flora, incluindo a humana. (...) Ficamos a saber que os países altamente industrializados trataram do seu gigantismo económico e só mais tarde começaram a preocupar-se com os problemas da poluição. E Portugal, estas preocupações chegaram até nós muito cedo. Daqui eu quero conhecer que devemos aproveitar a experiência dos outros países e não cair nos mesmos erros. Ainda aqui, será melhor prevenir do que remediar. No entanto e apesar de não encaminharmos para o gigantismo da industrialização, parece que já vamos tendo fortes razões de queixa. Razões que não podem ser iludidas. (...) A propósito de experiência de Estocolmo, destinada a estudar os problemas do ambiente, afirmou V^o Exa^a que se trata de uma comissão de índole técnica e que seria, portanto, lamentável toda a tentativa de politização»⁴⁹⁰.

Com insistência Castrim refere-se à urgência em desenvolver o saneamento básico no país. Com o título “Informar, Mentalizar, Sanear”, a propósito de uma mesa redonda, dedicada ao saneamento do ambiente, com a presença do director-geral da Saúde, do presidente da Câmara da Moita e de dois engenheiros, Castrim aproveita para reafirmar a importância desta temática:

«“Sem estar informada, a população não colabora” - disse-nos ontem o dr. Arnaldo Sampaio, o Director-Geral de Saúde. Sem informação adequada, não é apenas as populações não colaboram como não agem, não exercem

⁴⁸⁹Crónica, “A epilepsia na Televisão”, 03/03/74, pp. 192-193.

⁴⁹⁰Crónica, “Há só uma Terra mas há várias maneiras de não aborrecer os telespectadores”, 02/06/70, p. 82.

pressão sobre os responsáveis, não fazem sentir a sua força na resolução dos muitos problemas. Se bem compreendemos, principalmente pelo depoimento de Armando Lencastre, trata-se de mentalizar o público para a aceitação de mais um sacrifício: as populações dos centros urbanos precisam de estações de tratamento de esgotos, precisam de fornecimento de água potável, precisam de se livrarem de lixo? Precisam, sim senhor. Pois então não há outro remédio senão abrir os cordões à bolsa. O dr. Arnaldo Sampaio foi bem explícito, melhor dizendo: foi terrivelmente: o saneamento do meio ambiente deve ter prioridade absoluta em todos os planos. Porquê? Porque está provado a correlação entre o mau saneamento e a doença»⁴⁹¹.

Castrim, porém, não hesitava, em dar a sua “ferroada”, o problema era político:

«E que não demore muito o processo de mentalização, mas não para as populações, pois essas não precisam muito. Essas conhecem na sua própria carne, na dureza das suas vidas quotidianas, o que representa não ter água em casa, nem esgotos. Sabem o que representa ir deitar os restos a lixeiras perto das casas e a incomodidade, e os maus cheiros, e as moscas, e as doenças. O esforço de mentalização deve dirigir-se, antes, a certos elementos da chamada “elite”. (...) **Por exemplo, contaram-me que um certo dirigente administrativo era contra a colheita do lixo nas ruas da sua terra natal com o peregrino argumento de que se devia proteger a cor local, o primitivismo, porque, na sua opinião, é disso que os turistas gostam!**»⁴⁹²

Numa outra crónica desenvolve a importância de tratar do lixo:

«Acabou-se o mito de uma Lisboa remendada, está bem, mas limpinha, graças a Deus. Dá-se uma volta por essas ruas, por esses becos e travessas e o lixo dá-nos pelos joelhos. Mais do que suja, Lisboa parece uma cidade desinteressada, género tanto se me dá, como se me deu. O lixo recolhido pesa que se farta: 700 toneladas por dia. O que dará a média de 700 gramas por habitante. Coisa pouca se compararmos com o lixo produzido por cada novo-iorquino: três quilos. É obra! (...) A verdadeira tragédia que é a produção de lixo. Contou-nos os perigos da acumulação do lixo. Contou-nos das moscas, dos ratos, dos micróbios. Depois de tudo isso veio o raio de esperança: a construção de uma estação de tratamento de lixo da cidade, adjudicada à *Federação dos Grémios de Lavoura*. Por enquanto o lixo

⁴⁹¹Crónica, “Informar, Mentalizar, Sanear”, 15/02/73, pp. 156-158.

⁴⁹²*Idem*, p. 157.

amontoa-se na *margem esquerda* do Tejo. (...) Garante que só aí devem de estar depositados cerca de 600 mil toneladas! Haja confiança. Este pesadelo está prestes acabar»⁴⁹³.

O tema do saneamento é recorrente nas crónicas deste livro e a sua abordagem irónica ganha contornos especiais quando descreve trabalhos de reportagem superficiais sobre o assunto. Foi o que fez com uma peça de Fialho Gouveia:

«Queria falar-lhes, por exemplo, da nota de reportagem executada por Fialho Gouveia, aqui perto de S. João do Estoril, uma fossa habitada por não se sabe (mas calcula-se) quantos milhões de moscas. Ao lado, grupos de crianças brincavam. Não há dúvidas: somos uns bons atletas, nós portugueses. Desde pequenos vamos ganhando uma resistência... Não morremos, nem nada, desde pequenos. Cá nos vamos habituando às fossas, às moscas e graças a Deus gozamos todos de uma saúde de ferro. Isto é uma coisa formidável. **Ainda há espíritos inteligentes que temem a respeito da cobertura sanitária do país. Calma! Ela está perfeitamente assegurada. Em higiene então somos uns barras. Ninguém nos bate. Nem mesmo a Turquia, nossa endémica e gentil companheira das estatísticas**»⁴⁹⁴.

Pelas suas lentes assiste-se à desconstrução da realidade que a televisão impõe aos portugueses. Estas devolvem, com perspicácia, uma clareza e precisão sobre assuntos que o regime procura obscurecer. Veja-se a denúncia que faz sobre os efeitos da interferência política no associativismo português. Num programa, que apresentou a banda de música da *Sociedade Filarmónica do Seixal*, afirma:

«Disse aquele senhor do Seixal: “A banda de música numa colectividade é a alegria do povo”. Aqui está uma daquelas frases que dariam para uma (ou mesmo duas) dissertações. Fosse qual fosse, acabaríamos por chegar à pergunta crucial, relacionada com os tempos nossos. **Há bandas para que haja alegria ou há bandas porque há alegria? Ou ainda,** para estarmos mais próximos das palavras que nos vieram do Seixal: as bandas de música são a alegria do povo ou são a alegria para o povo? (...) O facto é este: ninguém ignora até onde chega a decadência das bandas organizadas e dirigidas e constituídas pelo povo, povo autêntico, camponeses, pescadores, corticeiros. Algumas das razões dessa decadência nem vale a pena enunciá-las.

⁴⁹³Crónica, “O lixo em que vivemos”, 06/10/72, p. 120.

⁴⁹⁴ Crónica, “Para o Seixal com ternura”, 03/01/71, pp. 129, 130.

Nem vale a pena nem consola. **De estranhar seria que, num clima onde tudo foi morrendo (onde está sendo morrido) se abrisse uma pequena excepção para as bandas das colectividades.** Por outro lado, parece que, de cima, se está fazendo algum esforço para não deixar morrer essas mesmas bandas, através de subsídios, verbas, contribuições para a compra de instrumentos e de fardamentos novos, etc. A somar a tudo isto, há o concurso para aprendizes. (...) Ora para que trabalha o mestre? Que esperança o mantém e lhe dá forças para ensinar, para aproveitar todos os momentos livres dos meninos músicos? Ele próprio responde: É preciso continuar a Banda. E explica melhor:

- A velhada vai acabando, é preciso gente nova... (...) Tens razão, Seixal, é preciso gente nova, a Banda não pode acabar, é preciso haver sempre quem empunhe uma trompete, uma goiva, uma pena⁴⁹⁵»⁴⁹⁶.

E sobre a mesma temática interroga-se, Castrim, sobre o real enfraquecimento dos laços colectivos, a propósito de uma das regiões mais industrializadas e politizadas do país:

«Foi-nos dito, não existe no Montijo uma única instituição, uma colectividade, um grupo com finalidade cultural pois tudo isso acabou. Ouve-se e não se acredita. Então o Montijo morreu? Então o Montijo não pensa, não lê, não discute, não propõe, não contesta, não aprende, não contacta, não convive? Com mil diabos! Então o que se faz no Montijo? Nunca lá vai grupo de teatro? Nunca lá vai um escritor, um cientista, um jornalista, etc, dar e receber ideias, trocar experiências? Em Montijo não há onde se organize colóquio? Nem mesmo um salão paroquial? (...) Mas afinal que terra é esta? A que país pertence? Existirá mesmo? Não será uma ficção esta vila donde desapareceu praticamente toda a actividade cultural? Porque, ao longo dos anos, todos os organismos culturais foram morrendo? E como aconteceu isso? (...) **Mas nós sabemos como é difícil explicar as coisas na televisão...** Que posso eu desejar-te,

⁴⁹⁵“O Símbolo Comunista é representado pela foice e o martelo, que é o símbolo que está presente na bandeira da antiga União Soviética. O martelo representa o trabalhador industrial. A foice representa o trabalhador agrícola, de modo que, juntos, carregam o sentido de esperança dos trabalhadores em alcançar melhores condições de vida. Nesse sentido, ambas as ferramentas foram escolhidas pelos comunistas para representar o sistema que é adverso ao Capitalismo. Desta forma, ambas estão presentes nas bandeiras dos partidos comunistas espalhadas pelo mundo.” Disponível em <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolo-comunista/>, consultado a 27/07/19.

“A pena simboliza sorte, protecção, fecundidade, clarividência, fantasia, justiça, poder, pensamento, a Lua.” Disponível em <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/pena/>, consultado a 27/07/19.

⁴⁹⁶Crónica, “Para o Seixal com ternura”, 03/01/73, pp. 129-130.

Montijo, senão que venhas um dia a provar que estás realmente vivo?»⁴⁹⁷

E com igual insatisfação, perante as abordagens da RTP, Castrim interroga-se sobre um depoimento da artista de *revista* Ivone Silva:

«Nós os espectadores, estaríamos interessados num depoimento que nos esclarecesse das características, dos meandros, das claridades e dos alçapões da vida teatral, do papel do actor na sociedade portuguesa, das suas particularidades relações-actriz-hoje. Tal não aconteceu: Será que tudo vai bem no trabalho de revistas? Não há problemas? São todos amiguinhos, são? As zangas não passam de enervamentos que acabam ao fim de dez minutos? Os artistas têm exactamente aquilo que pretendem, desde o reportório às condições de trabalho? Em resumo; estão criadas entre nós as condições que permitam a um artista a exploração máxima dos seus recursos?»⁴⁹⁸

De forma persistente Castrim insiste na vacuidade da reportagem televisiva que obscurece sempre a problematização da dimensão social dos temas que aborda:

«Raiva. Raiva de nada ser como devia. Raiva de ver tanto material desperdiçado, (...) Tudo aconteceu no Alentejo, onde parece que íamos assistir à construção de uma viola campaniça e não chegamos a tanto, mas assistimos à exibição de um tocador de viola, velho, não se sabe de quanto, de súbito acordado, rico de humanidade que se perdeu, se escoou, como a água da chuva que nenhum trigo aproveitou para crescer... Era importante a lamúria rotineira da sua viola, importante para denunciar as noites esmagadas na mó sem perdão. **Mas gostaríamos de o ouvir contar como era, por palavras, como era trabalhado e não ter nada, por palavras, como eram aqueles olhos e aquele sorriso resistentes à desgraça, à doença, à falta de trabalho, à falta de pão, ouvi-lo contar por palavras: por palavras, que é metal de grande força.** Tal não aconteceu. O nosso camarada acabou a exibição e pronto. Silêncio até chegarmos ao sítio onde havia um despique. Homens juntavam-se e cantavam, faziam crónica e crítica, **faziam remosques aos senhores que tinham ido ouvi-los, atiravam umas frechadas ao patrão. Teríamos aqui matéria para uma antologia sobre a canção de protesto português. Nesses debates, tudo é concreto, palpável, gostoso como o pão amassado, cozido e comido no próprio dia. Perguntam, respondem, comentam, deixam uma reticência a pairar... a actualidade dá força a estas**

⁴⁹⁷Crónica, “Preparem os Foguetes. Vem aí mais um Ídolo”, 09/02/74, pp. 185-186.

⁴⁹⁸Crónica, “Ivone Silva, Então tudo vai bem?”, 19/01/73, pp. 144-145.

reuniões a que gostaríamos de assistir sem presença de estranhos»⁴⁹⁹.

Na abordagem da sociedade portuguesa, Castrim está nas suas crónicas sempre disposto a lembrar que a televisão não só não valoriza de igual os diversos grupos sociais como tende a amesquinhar os mais desfavorecidos. Em vários apontamentos irónicos aproveita para dar ênfase ao que de arbitrário existe na abordagem dos mais pobres e desprotegidos, o “povo”. A propósito de um concurso de “cultura geral”, aproveita para louvar o “povo”, brindando com ele:

«Eu sabia... Eu sabia Serranito que havias de vir, Serranito. Não sabia quando, mas virias. Virias com a tua quarta classe e o teu saber acumulado sabe Deus como, e o teu bom senso sem peneiras. (...) **Perguntassem eles coisas que o povo sabe! As coisas que tu deves saber, amigo Serranito, guarda-rios dos Serviços Hidráulicos, natural do Alvito, perguntassem eles coisas de sofrer e de viver, quisessem eles saber do tempo vivo e não do tempo morto, da pessoa e não da múmia, dos rios e não do deserto – e então poderias ir, poderias aguentar, poderias dar-te ao luxo de continuar. Assim? Assim passem bem!** E venha a massa da rasteira que a quarta classe pregou nas doutorices. Bebe um copo à minha saúde, Serranito»⁵⁰⁰.

Por contraste, Castrim “afia as suas garras” perante algumas destacadas figuras da elite do regime, que ostentam uma arrogância, uma vaidade e uma presunção de superioridade social incontestável. Foi o que aconteceu numa crítica em que responde a uma carta publicada no *Diário de Lisboa*, de José João Zoio, cavaleiro tauromáquico de renome, brasonado⁵⁰¹:

«Não podeis imaginar a angústia que me ficou depois de ler a vossa carta no *Diário de Lisboa*. Só então. Só então se me figurou toda a profundidade do abismo onde caíra ao ousar molestar vossa figura. Creio mesmo que só o gesto de levantar os olhos para o televisor onde o vosso rosto luminosamente se afoitava, creio agora que esse gesto era, já em si, pecaminoso e ofensivo. Devia-me ter afastado imediatamente e, com o coração pleno de humildade, murmurar: “Eu não sou digno, eu não sou digno!” À vossa carta, senhor D. José João, acordou toda a abjecção do meu acto. Que mais posso dizer-vos, senhor, a não ser que me

⁴⁹⁹Crónica, “Quase”, 30/11/71, pp. 57-58.

⁵⁰⁰Crónica, “Carta aberta Serranito que guarda-rios mas não guarda ilusões”, 13/06/72, pp. 84-87.

⁵⁰¹José João de Queirós Morais Zoio, cavaleiro tauromáquico, nasceu em Almada, a 1 de Outubro de 1950, filho de D. José Joaquim de Morais Zoio (Conde de Pavullo) e Vitorina Marques de Queirós, faleceu em 2009.

sinto purificado pela vossa humaníssima atitude a denunciar-me ao director do jornal? Tendes razão. Sou um biltre. Só posso conquistar a salvação da minha alma através de uma completa, de uma perfeita confissão. Confesso. Confesso que participei de uma conspiração contra vós. Logo a seguir à vossa presença no televisor reuniram-se os conspiradores na minha cave, iluminada pelas tochas fumegantes. Tínhamos as plebeias fuças cobertas por espessas carapuças onde se abriam clarabóias para uso do olho conspirativo. Fizemos o juramento sacramental, segundo a fórmula aprendida na série “Os Companheiros de Baal”. Após o que acordámos no seguinte: A presença de D. José João era uma tentativa da televisão para elevar o nível dos seus programas. A televisão portuguesa pretendia demonstrar que, diante das câmaras, passava todo o escol da sociedade portuguesa. O Lumiar apresentar-se-ia como um autêntico “strip-tease” da raça, “strip-tease” que ficaria incompleto sem a vossa presença, símbolo das fidalgas tradições dos nossos Maiores. **Havia, pois que denegrir a vossa imagem, mesmo com recurso à mentira, à intriga, à salchicha.** (...) A necessidade de demolir o respeito pelos valores nacionais foi exposta pelo chefe em termos inequívocos. Em resumo, afirmou que “os únicos valores nacionais somos nós” e que todos “os únicos valores nacionais” que não sejam nós não os “únicos valores nacionais”. Que fazer? Atacar os valores nacionais em cuja promoção a televisão se empenhava. “Toma nota, ó Castrim” - disse o maioral. (...) Esqueci tudo. Esqueci o dom que vós tendes para a tourada, a vossa alta intelectualidade, os vossos conhecimentos da literatura, da **Constituição Portuguesa, do Estatuto do Imprensa, da alçada no disposto no Artº 14, alínea a), do caso de Rudolg Augstein, etc., etc.** Esqueci a vossa dedicação à Pátria Mãe, os vossos sacrifícios, os vossos esforços pelo Bem Comum. Vede, senhor, até onde chegou a minha cegueira! Esqueci – **cúmulo da minha ingratidão! – a figura angustiada de Diamantino Viseu, o grande matador, o grande herói português a dar voltas à arena envolto na bandeira sagrada de Portugal.** Esqueci a emoção, as quedas de água lacrimal de Fialho Gouveia, cantor augusto de uma nova gesta, telebardo a gingar de bombordo a estibordo nas ondas do metro camoneano. Esqueci tudo. E ataquei. Ataquei às cegas, feri a sensibilidade dos valores nacionais. Fiz isso tudo, a soldo. Sim, a soldo. Confesso-vos: Na reunião dos conjurados pus as cartas na mesa. “Só entro na campanha, se”... Houve uma pausa angustiante. Um calafrio passou montado no silêncio. - “Se, quê?” - perguntaram. - Se arranjam o dinheiro bastante para eu comprar um título e passar assinar D. Mário Castrim. Bolas, estou farto de ser

plebeu! Aqui tendes a confissão completa que, espero, servirá de motivo razoável para o vosso perdão.
D. Mário Castrim»⁵⁰².

É permanente a crítica à elite portuguesa e, muito embora sem recorrer (não lhe era permitida tal ousadia) à narrativa da luta de classes, aproveita algumas oportunidades para descrever a sociedade dividida em dois lados distintos, os ricos e os pobres, os explorados e os exploradores.

A propósito de um filme de animação da RAI (televisão italiana), apresenta uma história, onde descreve como actua uma organização do crime organizado, a soldo de interesses dos poderosos.

«Lá se contava a história dos camponeses: muito satisfeitos na apanha da fruta, muitos felizes, e de repente aparecem os homens da Máfia: passem para cá a fruta. Ai protestam? Tomem lá uns tremocinhos de metralhadora.

Lá se contava a história dos pescadores, muito satisfeitos apanhar o peixe. Levam-no para a praça e de repente, trá-trá-trá-trá: os da Máfia.

Lá se contava a história dos açougueiros: as peças de carne dependuradas, à espera de seguirem o seu destino de proteínas para a boca das pessoas. E de repente, trá-trá-trá-trá...

Como era esta gente da Máfia? Esta era gente simples?

Não era.

Era gente de cá de baixo?

Não era?

Era gente com ar de quem vive do seu trabalho, produzido ou repartido?

Não era.

Era gente de cara descoberta?

Não era.

Então como era?

Era gente de cartola. Gente de sobretudo pesado até aos pés, como um caixão. Gente possante. Gente sem rosto humano: tudo se decide numa expressão feroz, num esvoaçar de abutre. Protestos? Gritos? O povo de dedo apontado, acusador? Ora, ora! O homem poderoso continua a ler o seu jornal, tranquilamente, na esplanada.

FIM?

Ponto de Interrogação que os convida a um esforço de afirmação».⁵⁰³

⁵⁰² Crónica, “O peão Castrim responde ao cavaleiro Zoio”, 23/08/72, pp. 98-101.

⁵⁰³ Crónica, “O valor afirmativo de uma interrogação”, 15/06/72, pp. 89-90.

No primeiro dia do ano de 1973, Castrim interrogava-se: «Sento-me. Começo a tarefa de tricotar os fios partidos da memória. Memória ainda morna – e quanto já alheia de mim! Tão perto e tão irremediavelmente longe... Não o mal deve estar em mim. Sou eu que persisto em não ver o de muito bom que a televisão nos merece»⁵⁰⁴.

As suas crónicas vão denunciando o crescente cansaço, mas também o cultivo da esperança. Aqui são descritas algumas partes das crónicas, onde Castrim o demonstra: **«Levanto-me. Vou à janela. São duas da manhã. O nevoeiro cobre a cidade. Começo a vestir-me à pressa, embrulho-me no meu capote-aguadeiro, tenho de ir, quero lá estar em baixo, à entrada da barra, para saudar o meu Rei. Ao romper da manhã que tarda»**⁵⁰⁵. «A Nossa evasão real, do quotidiano absorvente. Através da televisão. Calmamente, angelicamente, a televisão, com asas misteriosas, coloca-nos a mão na testa a escaldar e diz-nos naquela voz de sereia: - **Dorme um pouco meu filho. Dorme esquece. Aqui tens estas evasões. Toma uma, como se fosse um comprimido – e evade-te. Foge. Foge para bem longe de ti.**»⁵⁰⁶ «Não. Nada disto aconteceu. Foi tudo um pesadelo. Tudo. Uma doença. Adormeci, foi isso. Adormeci, apesar do café forte. (...) E no entanto, são cinco horas da manhã. Oíço o primeiro “eléctrico”. Vou descer, vou correr, vou apanhá-lo, vou fugir para longe, onde nunca mais ouça uma referência a esta noite trémula de espanto».^{507 508}

Em véspera do 25 de Abril, Castrim parecia expectante quanto ao futuro;

«Estremunhando, ponho-me em pé, de repelão. O meu primeiro gesto é deitar o gadanho ao bacamarte que tenho na arca a respirar a naftalina. Decerto me chamam marchar sobre os difíceis redutos. Vem ainda longe o 26 de Messidor do ano III⁵⁰⁹ em que a canção feliz da burguesia vitoriosas será o hino do pays, agora é um apelo contra a ordem velha, toca a avançar “enfants de la Patrie”, porque “l'etandart sanglant est levé”! A julgar pelo coro monstruoso, são muitos já os que se juntaram, já estou com atraso, demónio»⁵¹⁰.

⁵⁰⁴Crónica, “Ano Novo: Tiveste mau padrinho, rapaz!”, 02/01/73, p. 126.

⁵⁰⁵Crónica, “D. Sebastião: uns a dizer que sim, outros a dizer que não”, 01/11/72, pp. 123-124.

⁵⁰⁶Crónica, “Evasões, na televisão. Evasões, na televisão”, 04/01/73, pp. 135-136.

⁵⁰⁷Crónica, “A maratona da chatice”, 21/06/72, p. 97.

⁵⁰⁸ Foi organizado assim, juntando as frases do autor, para se perceber a angústia em ver televisão.

⁵⁰⁹A Câmara de Deputados adoptou *A Marselhesa* como hino nacional francês no dia 14 de Fevereiro de 1879. A data da revolução da *Revolução Francesa*, o 14 de Julho, era, segundo esse calendário, o 26 Messidor, dia denominado *Sauge* (Sálvia, em português). A 14 de Julho de 1795, por decreto de 26 Messidor ano III de iniciativa do deputado Debry, a Assembleia Nacional declara *A Marselhesa* hino nacional.

⁵¹⁰Crónica, “A epilepsia na Televisão”, 03/03/74, p. 191.

Apreensivo, medita: «Penso às vezes no que vão pensar de nós, aqui, sei lá, a uma dezena de anos. Ficarão espantados, com certeza, com o tão pouco que é aquilo que acontece. Tão pouco ou tão nada»⁵¹¹.

Não tinha razões para estar preocupado, afinal ele fora quem sempre pautara a sua actividade como cronista de televisão pela certeza do seu objectivo ser elevado. E lembremos as suas palavras sobre o propósito do crítico de televisão: «Tem a saudável finalidade de levar as populações a fazer pressão sobre os responsáveis. Só os responsáveis pusilânimes têm medo da verdade, porque só eles temem a dita pressão»⁵¹².

⁵¹¹Crónica, “Rescaldo do festival da gaguez”, 09/03/74, p. 201.

⁵¹²Crónica, “Campinha de alarme: Um esgoto percorre o Tejo”, 16/02/73, p. 162.

Conclusão

Propus-me reflectir sobre o âmbito da crítica televisiva nas crónicas de Mário Castrim, contribuindo para recuperar do esquecimento esta figura ímpar do jornalismo português. No trabalho que aqui se conclui foram analisadas as crónicas que Mário Castrim escreveu para o *Diário de Lisboa*, contidas no livro *Televisão e Censura*. Através delas foi possível compreender como aquele que é considerado o primeiro crítico televisivo português valorizou esta sua actividade jornalística. Penso ter deixado claro que Castrim considerou, desde logo, que a televisão era um *fenómeno* social da maior importância na sociedade portuguesa, cabendo ao crítico impedir que o conteúdo televisivo fosse confundido com a realidade. Entre outras preocupações, Castrim procurou realçar os propósitos propagandísticos presentes nos conteúdos da RTP, chamando à atenção para o lugar ocupado pelo entretenimento - garante de despolitização e facilitador de instrumentalização política.

As crónicas de Mário Castrim aqui analisadas foram escritas durante o período em que Marcelo Caetano veio substituir, na presidência do Conselho, António de Oliveira Salazar, isto é, coincidem com uma conjuntura de crescente questionamento, oriundo de vários sectores civis e militares, sobre o futuro político e económico do país. Período de expectativa, mas também de desilusão, em particular, face à incapacidade de Marcelo Caetano levar em frente reformas políticas que pusessem fim ao regime anti-democrático vivido em Portugal. Cedo foi possível verificar que se mantiveram intactos os instrumentos políticos repressivos, entre eles a censura à imprensa. Também no campo da propaganda, como vimos, a televisão pública, RTP, assumiu um novo protagonismo, sendo objecto de maior atenção política por parte de Marcelo Caetano. A grande questão é que a crescente instrumentalização política coincidia com um maior número de audiências.

É neste contexto que surge aquele que deve ser considerado o primeiro crítico televisivo português, Mário Castrim. As suas crónicas, escritas durante o período do marcelismo, isto é, sujeitas à censura prévia que pendia sobre a imprensa portuguesa, devem ser vistas, antes de mais, como uma arma de resistência ao regime autoritário português. No livro aqui analisado, a inclusão dos excertos censurados, em cada crónica, permitiu-me dar conta da relação desigual, quotidiana, do crítico com a censura, revelando a sua enorme tenacidade perante os sucessivos cortes que lhe destruíam,

frequentemente, os textos. Surpreendente é a forma como, não obstante as adversidades, Castrim se manteve íntegro, quer na sua determinação em intervir no espaço público, quer pela qualidade literária dos seus artigos, revelando um estilo irónico, cáustico, que o distinguia no jornalismo português. Convém, pois, salientar que a “pena” de Castrim era corrosiva, a sua crítica era afiada, recorrendo a frases curtas e acutilantes, às vezes a despropósito, desafiando o censor, como se o fintasse, a ver se “passava”.

Este escritor e jornalista pôde desenvolver esta actividade no quadro de um jornal, o *Diário de Lisboa*, que, como vimos, procurava modernizar-se em termos técnicos, pela diversificação de conteúdo e abertura a profissionais mais jovens e qualificados.

No quadro do marcelismo, a redacção do *Diário de Lisboa* acolheu vários jornalistas fortemente críticos face ao marcelismo, alguns deles militantes de várias organizações partidárias com actividade clandestina, é este o caso de Mário Castrim. Figura complexa, militante do Partido Comunista Português, católico, que se evidenciara no campo da literatura, mas que consolidaria um lugar no espaço público através do sucesso das suas crónicas televisivas.

A análise deste jornalista do *Diário de Lisboa* dá-nos conta da forma como a luta política oposicionista se desenrolou em vários tabuleiros. Diariamente, Mário Castrim lutou com a sua pena contra os constrangimentos da censura à imprensa. Como chamei à atenção, ao invés da desistência perante o suceder de cortes, encontramos, pelo contrário, um cronista ambicioso, que não se detém na crítica à programação, à qualidade técnica e humana da RTP, pelo contrário, insere, constantemente, temas mais abrangentes que remetem para questões sociais e políticas vividas em Portugal durante o marcelismo. Podemos mesmo afirmar que, pela “lente” do autor, a pretexto dos mais variados assuntos televisivos, vemos desfilar os portugueses, com os seus problemas por resolver, as suas questões por discutir, as suas esperanças no futuro, a par da crítica aos governantes do presente.

Este jornalista foi sempre um crítico assumido do regime do Estado Novo, defendendo a necessidade de valorizar a televisão como meio de comunicação social influente, denunciando a sua incapacidade de se modernizar, foi reclamando, ao longo de anos, diariamente, por novos temas, protagonistas e melhores meios de expressão audiovisual. Assumindo a televisão como arma do poder, Castrim denominou-a “maratona da chatice”. Reconheceu que a televisão, para não se tornar tão monótona, devia ouvir a voz dos dirigentes estudantis, dos operários, dos professores, artistas, dando-lhes acesso ao debate público. Embora manifestasse dificuldade em explicar o que se

passava na televisão, dada a sua tamanha descoordenação, assegurou que uma revolução profunda na programação televisiva seria necessária para o bem público.

Castrim tinha plena consciência de que a governação estava pouco atenta aos verdadeiros problemas do país, desde a saúde, ao ensino, ao trabalho, cultura, ambiente, etc., colocando-se, frequentemente, ao lado dos mais necessitados, fossem homens, mulheres ou crianças. A crítica à televisão feita por Castrim foi, então, o pretexto e a oportunidade para falar de Portugal aos portugueses.

Interrogou-se, numa alusão àqueles que lutavam, se havia um Portugal que resistia e, se sim, para quê? Para ele, um indivíduo despolitizado era um cadáver sorridente. De uma forma explícita, as suas crónicas dão-nos conta da sua convicção marxista do povo ser o motor da História, devendo por isso ser mais ouvido e melhor informado.

Um artifício literário que empregou de forma singular foi o “debate” de problemas políticos ou sociais, demonstrando que as políticas seguidas pelo regime não produziam resultados. Recriou de modo imaginativo diálogos, quer com deputados, quer com responsáveis de diversas áreas, colocando interrogações às medidas tomadas, apontando soluções.

No campo da informação, o autor abordou também o fastio dos colóquios, conferências e depoimentos, apontando, sistematicamente, para a ausência de contraditório.

Na área da cultura, enfatizou o uso e abuso da conversa chocha e inútil, pedindo a inclusão de novas tendências artísticas e culturais, por sinal mais politizadas. O seu espírito acutilante permitiu-lhe apontar algumas exceções, como é o caso dos programas sobre cinema, que avaliou de forma positiva.

Insistindo na necessidade de melhores programas culturais, questionou as razões de existência de outro canal na televisão, reflectindo sobre aquilo que para ele era irresponsabilidade, emitir ao mesmo tempo programas de pura diversão, de qualidade duvidosa, com grande audiência, no primeiro canal, e no segundo, programas de qualidade, com um número residual de telespectadores.

É flagrante a forma como o autor colocava os problemas das crianças no topo das prioridades para a resolução dos problemas sociais em Portugal. Ao mesmo tempo, foi defensor intransigente da igualdade de género, criticou os programas vocacionados para as “donas de casa”, como os folhetins, que considerou alienantes, exigindo conteúdos que tratassem dos verdadeiros problemas da mulher. No mesmo sentido, sempre manifestou ser um apaixonado pelo futebol, no entanto considerava que este era o “vício” dos pobres

e que, se não fosse contrabalançado com outro tipo de programação, o futebol tornar-se-ia num factor alienante.

Apesar de todos os obstáculos Castrim parece atingir um duplo objectivo: criticar o regime, as suas instituições e ideário e, simultaneamente, apresentar um olhar crítico sobre o novo meio de comunicação que era a televisão, denunciando escolhas, artifícios de linguagem e simplificações excessivas.

A abrangência dos temas tratados nas crónicas televisivas de Mário Castrim permite afirmar que estas constituem uma fonte preciosa para os historiadores pensarem a sociedade, a política e a cultura, no final da ditadura.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo da Fundação Mário Soares

Acervo do *Diário de Lisboa*, disponível em http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/,

Arquivo Radio Televisão Portuguesa (RTP) – Centro de Documentação Escrita

Todos estes anuários foram entregues presencialmente na RTP – Radio Televisão Portuguesa:

Anuário 1968, Páginas 244 a 268 incluindo mapas

Anuário 1969, Páginas 357 a 365 incluindo mapas

Anuário 1970, Páginas 315 a 344 incluindo mapas

Anuário 1971, Páginas 394 a 443 incluindo mapas

Anuário 1972, Páginas 318 a 322 incluindo mapas

Arquivo do Partido Comunista Português (PCP)

- Listas de candidatos pelo Círculo de Lisboa para a Assembleia Constituinte da República Portuguesa em 1975

- Comunicado do Secretariado do Comité Central sobre o falecimento de Mário Castrim, 15/10/02

- Voto de pesar do PCP, 16/10/02

- Jornal *Avante!* (Temas referentes a Mário Castrim): de 23/11/73, 27/12/73, 11/07/75, 17/11/75, 27/12/73, 05/07/90, 13/12/90, 28/02/91, 17/10/91, 24/10/91, 31/10/91, 15/10/92, 18/02/93, 04/10/93, 18/04/96, 17/10/02

Câmara Municipal de Lisboa (Catálogo)

- Comissão Municipal de Toponímia, *Mário Castrim, Jornalista, 1920-2002*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2005.

Biblioteca Nacional

- Colecção Bibliográfica, *Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento João Gaspar Simões*, Lisboa, Biblioteca Nacional (org.), 2003.

Instituto Nacional de Estatística

- *Estatísticas da Educação, Continente e Ilhas Adjacentes, 1970*, Capítulo V, pp. 115-127, disponível em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOE_Spub_boui=259242883&PUBLICACOEStema=55445&PUBLICACOESmodo=2, consultado em Março de 2020.

Torre do Tombo - Arquivo da PIDE/DGS

Processos relativos a Mário Castrim:

PIDE, SC, Boletim 108342, NT 8037

PIDE, SC, SR 911/53, NT 2723

PIDE, SC, E/GT 3549, NT 1492

PIDE, Delegação de Coimbra, PI 50633, NT 4221

PIDE, Delegação de Coimbra, PI 38892, NT 4887

Rádio Televisão Portuguesa (RTP)

- *Anuário da Rádio Televisão Portuguesa*, Capítulo VIII, Expansão, Lisboa, ed. RTP, 1968, 1969 e 1972.

- BARRETO, António; PONTES, Joana, *Nós e a Televisão*, RTP, Arquivos, emitido em 06/12/2007, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/nos-e-a-televisao>, p.8. consultado em Fevereiro de 2020.

- *Biografia de Dutra Faria*, disponível em <http://www.bparah.azores.gov.pt/html/bparah-historia+fundos02.html#df>, consultado em Julho de 2019.

- *Biografia de STRINDBERG, Ohan August*, disponível em <https://www.escritas.org/pt/estante/august-strindberg>, consultado em Julho de 2019.

- CAETANO, Marcelo, *Conversas em Família*, Museu RTP Anos 50, realizada em 03/07/1972, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/nos-e-a-televisao/>, consultado em Fevereiro de 2019.

- *História da Companhia União Fabril (CUF)* em Restos de Colecção, disponível em <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/06/cuf-companhia-uniao-fabril.html>, consultado em Julho de 2019.

- *Persuasores*. Série policial americana, disponível em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p22138>, consultado em Junho de 2019.

- *Retratos de uma Televisão Pública-RTP*, de Manuela Martins, 06/10/1996, disponível em <https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe60/Do2ProgramaALuaEAo/Pag9/default.ht>, consultado em Março de 2019.

- RTP, 50 Anos de História, *No reino do Directo, RTP aos 10 anos*, p. 30, disponível em

<https://museu.rtp.pt/livro/50Anos/Livro/DecadaDe60/RTPAos10Anos/Pag30/default.htm>, consultado em Fevereiro de 2019.

- TORGAL, João, *Electricidade chegou em força a Portugal há 70 anos*. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/pais/electricidade-chegou-em-forca-a-portugal-ha-70-anos_a798066, consultado em Fevereiro 2019.

Dicionários

- ANDRADE, John, *Dicionário do 25 de Abril, Verde Fauna, Rubra Flora*, Lisboa, Nova Arrancada, 2002.

- BARRETO, José, “A Censura em Portugal (1926-1974)”, in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, (org.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. VII, suplemento, Porto, Figueirinhas, 1999.

- VASCONCELOS, José Leite, *Dicionário de Regionalismo e Arcaísmos*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Grupo de Filologia, disponível em <http://beta.clul.ul.pt/teitok/dra/index.php?action=home>, consultado em Dezembro de 2020.

- *Dicionário de Símbolos*, Símbolo Comunista. Disponível em <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolo-comunista/> consultado em Julho de 2019

- *Dicionário de Símbolos*, Símbolo da pena. Disponível em <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/pena/>, consultado em Julho de 2019

- LEMOS, Mário Matos; VARGUES, Isabel Nobre, *Jornais diários portugueses do Século XX – Um dicionário*, Coimbra, Ariadne Editora, 2006.

- ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão (dir.), *Estado Novo*, 2º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

Entrevistas

- Alice Vieira, 27/03/20
- Alexandre Pais, 28/10/19
- Cesário Borga, 05/06/19
- Correia da Fonseca, 04/09/19
- Diana Andringa, 28/10/19
- Eugénio Alves, 16/10/19
- Fernando Correia, 20/11/19
- Joaquim Letria em 27/09/19
- José Carlos de Vasconcelos, 08/10/19
- José Jorge Letria, 12/12/19
- Mário Mesquita, 25/10/19
- Mário Zambujal, 12/06/19
- Sérgio Ribeiro, 18/09/19

Publicações Periódicas

Hemeroteca Municipal de Lisboa

- *Informação, Cultura Popular e Turismo, Revista da Secretaria de Estado da Informação e Turismo*, 16 números, de 1970 a 1973.
- *Ordem Nova*, 12 números de 1 Março de 1926 a 12 Fevereiro de 1927.
- Jornais

Comunicar o falecimento de Mário Castrim 15/10/02:

- *A Capital*, ano 34 (II série), nº 10899, 16/10/12
- *Comércio do Porto*, Ano, 149, nº 137, 16/10/02
- *Correio da Manhã*, ano, 24, nº 8550, 16/10/02
- http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/ ano 138, nº 48783, 16/10/02
- *Jornal de Notícias*, ano 115, nº 137, 16/10/02

- *24 Horas*, ano, 5, nº 1618, 16/10/0
- *Notícias da Amadora*, ano 44, nº 1507, 17/10/02
- *Jornal do Fundão*, ano 57, nº 2931, 18/10/02
- *O Independente*, ano, 15, nº 753, 18/10/02
- *Tal & Qual*, nº 1165, 18/10/02
- *Expresso*, semana, 1564, 19/10/12
- *O Diabo*, ano 28, nº 1347, 22/10/02
- *Jornal de Letras*, ano 22, nº 837, 12/11/02

Diário de Lisboa

- MANSO, Joaquim, Coluna de Fundo Joaquim Manso, *Diário de Lisboa*, ano I, nº 1, fl, 8, 07/04/1921.
- *Continuidade*, ano 45, nº 15197, 07/04/1965.
- LOPES, Norberto, *Discurso do 45º aniversário*, ano 45, nº 15198, 08/04/1965.
- LOPES, Norberto, *Discurso do 45º aniversário*, ano 46, nº 15556, em 08/04/1966.
- *Faz hoje dez “anos” que nasceu a TV em Portugal*, ano 46, nº 15882, 07/03/1967.
- *Há que continuar a pedir sacrifícios a todos inclusivamente nalgumas liberdades que se desejava ver restauradas*, ano 48, nº 16433, 27/09/1968.
- *Mesa Redonda*, Suplemento, no ano 49, nº 16702 de 20/06/1969.
- *Mulher*, Suplemento, ano, 51, nº 17679 12/03/1972.
- CASTRIM, Mário, *Canal da Crítica*, (última crónica), ano 64, nº 21.457, 15/05/1984, p.21.
- *Coluna da Direcção*, ano 64, nº 21.457, 15/05/1984.
- *Mário Castrim*, “Artigo de Fundo”, ano 64, nº 21458, 17/05/1984.

Diário Popular

- *Razões de Presença*, Artigo de Fundo na primeira página, ano I, nº 1, 22/09/1942.
- RAMOS, António Ruella, *Morrer na flor da idade*, (editorial), ano 70, nº 23.378, 30/11/1990.

Expresso

- SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Marcelo foi um homem excepcional*, Colóquio Tempos de Transição. Disponível em https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/dossie_marcelo_caetano_a_transicao_falhada/marcelo-caetano-foi-um-homem-excepcional=f497770, consultado em Outubro de 2018.

Notícias de Amadora

- FONSECA, Correia da Fonseca, *Boa Noite Mário*, nº 1507 de 17/10/2002, p.20.

Independente

- RALHA, Leonardo, *Militante do telecomando*, 18/02/2002.

Tal & Qual

- *Canal da Crítica*, *Homenagem a Mário Castrim*, capa, 4/01/91.
- *Homenagem a Mário Castrim*, 16/10/2002, p.7.
- *Homenagem a Mário Castrim*, 18/10/2002, p.16.

Bibliografia

- ADÃO, Áurea (dir.), *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969) - Um repertório cronológico, temático e onomástico*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6382>, consultado em Dezembro de 2019.
- ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano - Cartas Secretas (1932-1968)*, vol. I e II, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1985.
- ASSAC J. Ploncard d', *Salazar – A Vida e Obra*, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.

- AZEVEDO, Cândido, *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa, Caminho, 1999.
- BAPTISTA, António Alçada, *Conversas com Marcello Caetano*, Lisboa, Moraes, 1973.
- BAPTISTA, Carla, *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses do Século XIX ao Marcelismo*, Lisboa, Escritório Editora, 2012.
- BRITO, J.M. Brandão de, *A Industrialização Portuguesa no pós-Guerra (1948-1965) - O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.
- CABRERA, Ana, “Os Jornalistas no Marcelismo: Transformações da classe entre 1968-74”, *Livro de Actas – 4º sopcom*, 2005. disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cabrera-ana-jornalistas-marcelino-transformacoes-classe.pdf>, consultado em Setembro de 2019.
- --- “Marcelo Caetano e a Imprensa”, *Jornalismo & Jornalistas*, nº 26, pp. 38-47, 2006.
- --- “Os jornalistas no Marcelismo – dinâmicas sociais e reivindicativas”, *Media & Jornalismo*, (9) 2006, pp. 17-18, disponível em <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n9-01-Ana-Cabrera.pdf>, consultado em Fevereiro de 2019.
- --- *Marcelo Caetano: Poder e Imprensa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- --- (org.) *Jornais e Jornalistas, Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2011.
- --- (org.), *Censura Nunca Mais – A Censura ao Teatro e ao Cinema no Estado Novo*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2013- CÁDIMA, Francisco Rui, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1996
- CAETANO, Marcelo, *As Grandes Opções*, Lisboa, Verbo, 1969.
- --- *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1969.

- --- *Mandato Indeclinável*, Lisboa, Verbo, 1970.

- --- *Renovação na Continuidade*, Lisboa, Verbo, 1971.

- --- *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974.

- CARVALHO, Alberto Arons, *A Censura e as Leis da Imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

- --- *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*, 2ª edição, Coimbra, Minerva, 1999.

- CASTAÑO, David, *Mário Soares e a Revolução*, Lisboa, Dom Quixote, 2013.

- CASTRIM, Mário, *Dossier P.I.D.E. – Os Horrores e Crimes de uma “Polícia”*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas, 1974.

- --- *Televisão e Censura*, Porto, Campo das Letras, 1996.

- --- *Histórias da Televisão Portuguesa*, Porto, Campo das Letras, 1997.

- CAVACO, Susana, *O Mercado Media em Portugal no Período Marcelista – Os Media no Cruzamento de Interesses Políticos e Negócios Privados*, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

- COELHO, Eduardo; COELHO, António Macieira, *Salazar, o Fim e a Morte – História de uma Mistificação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

- CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla, *Jornalistas do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007.

- --- *Anos 60: Um Período de Viragem no Jornalismo Português*, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-baptista-anos-60-periodo-viragem.pdf>, consultado em Dezembro de 2019.

- CRUZ, Manuel Braga da, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998.

- CRUZ, Manuel Braga; RAMOS, Rui (org.), *Marcelo Caetano, Tempos de Transição, Depoimentos sobre Marcelo Caetano e o seu Governo, 1968-1974*, Porto, Porto Editora, 2012.

- DUARTE, António Paulo David Silva, *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa (1914–1974)*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea (IHC), 2018.

- FERNANDES, Filipe S., *Os empresários de Marcelo Caetano, os grandes anos de investimento público e privado, entre 1968-1974, e as guerras empresariais*, Lisboa, Casa das Letras, 2018.

- FERNANDES, Tiago, *A Ala Liberal e o Marcelismo (1968-1974)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006.

- FERREIRA, Alcides; CAMARINHA, Píndaro, *Como se faz Humor Político - Henfil – Depoimento a Tárík de Souza*, S. Paulo, Kuarup Produções Lda., 2014.

- FERREIRA, F.G. Gonçalves (coord.), *15 Anos de História Recente de Portugal (1970-1984)*, Lisboa, ed. Autor, 1985.

- FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares: Forças armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, 200

- FONSECA, Correia, *Ver e Contar*, Lisboa, ed. Escritor, 2000.

- FORTE, Isabel, *A Censura nos Jornais no Jornal de Notícias - Da actuação da Comissão de Censura do Porto no Jornal de Notícias durante o Governo de Oliveira Salazar*, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, 2000.

- FRANCO, Graça, *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

- GOMES, Joaquim Cardoso, *Os Militares e a Censura, A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

- --- “Álvaro Salvação Barreto: oficial e censor do salazarismo”, *Revista Média & Jornalismo*, O Jornalismo e a História, ano 5, nº 9 Out/Inv., pp. 57-88, 2006.

- --- “Os censores do 25 de Abril: o pessoal político da censura à imprensa”, *Jornalismo & Jornalistas*, nº 57, pp. 6-34, Jan./Jun. 2014.

- --- “Gravação de telefonemas de censores - uma questão política no marcelismo, Os Média no Portugal Contemporâneo: da Ditadura à Democracia”, *Jornalismo & Jornalistas*, nº 35, pp.37-50, 2019.

- LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da (eds.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Vol., III, *O Século XX*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

- LOPES, José da Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 2002.

- LUCENA, Manuel, “Previdência Social”, in Barreto, A., M. F. Mónica (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, suplemento, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999.

- --- *O Marcelismo - A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. II, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.

- MATOS, Helena, *Salazar- A Construção do Mito*, 2ª ed., Lisboa, Temas e Debates, vol. I, 2003.

- MADEIRA, João (cord.); PIMENTEL, Irene Flunser, FARINHA, Luís, *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

- MADUREIRA, Arnaldo, *A Formação Histórica do Salazarismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

- MARCHI, Ricardo, *Império, Nação, Revolução – As Direitas Radicais no Fim do Estado Novo (1959-1974)*, Lisboa, Texto Editores, 2009.

- MARTINS, Ana Isabel Correia, “A seriedade do Humor ao longo dos séculos: uma retórica do poder político ou de um contra-poder?”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, n.º 17, 2015. Disponível em <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/17/13.humor.pdf>, consultado em 12/09/19.

- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar*, Lisboa, D. Quixote, 2009.

- MÓNICA, Maria Filomena, “A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995” in BARRETO, António (ed.), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 1996.

- MOURA, F. Pereira; NEVES, Mário; FERNANDES, Rogério; ZENHA, Salgado (debate), “O Estatuto da Imprensa”, *Cadernos de Hoje*, nº 6, Lisboa, Prelo Editora, 1968.

- MINEIRO, Adélia Carvalho, *Valores e Ensinos no Estado Novo - Análises dos Livros Únicos*, Lisboa, Edições Sílabo, 2007.

- NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal: Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010.

- NOGUEIRA, Franco, *Salazar – O último combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1985.

- --- *Salazar – O ataque (1945- 1958)*, vol. IV, 3ª ed., Porto, Livraria Civilização, 1986.

- --- *Salazar – As grandes crises (1936-1945)*, vol. III, 3ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 1986.

- --- *Salazar – A Mocidade e os princípios*, vol. I, 3ª ed., Porto, Livraria Civilização Editora, 1987.

- --- *Salazar – Os tempos áureos (1928-1936)*, vol., II, Coimbra, Atlântida Editora, s/d.

- NUNES, A. Seda, *A Sociologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 1968.

- OGBORN, Jane; PETER Buckroyd, *Satire*, Cambridge, Cambridge University, 2001.

- PAÇO, António Simões do, (coord.), *Os Anos de Salazar - O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, “A Ala Liberal da Assembleia Nacional”, 27º v.: A ala liberal da Assembleia da Republica, 1971/ colab. Adelino Cunha, Barcelona, Centro Editor PDA: Planeta DeAgostini, 2008.

- PATRIARCA, Fátima, “Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano”, in CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da, (org.); *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008. Disponível em <https://www.ics.ulisboa.pt/file/4732/download?token=nGUWpRAS>, consultado em Fevereiro de 2019.

- Partido Comunista Português, *O Governo de Marcelo Caetano, tentativa de salvar a Ditadura*, Cadernos do PCP, Lisboa, Edições Avante, 1997.

- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal: uma biografia política*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1997-1999.

- PIMENTEL, Irene Flunser, *A cada um o seu lugar – A Política Feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2011.

- --- *A História da PIDE*, Lisboa, Temas e Debates, 2011

- PINTO, António Costa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.), *História Política Contemporânea – Portugal 1808-2000*, Lisboa, Penguin Random House Grupo Editorial, 2019.

- PINTO, Pedro Feytor, *Na Sombra do Poder*, Lisboa, D. Quixote, 2011.

- RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

- RAIMUNDO, Orlando, *A última dama do Estado Novo e outras Histórias do Marcelismo*, Lisboa, Dom Quixote, 2014.

- REGO, Raúl, *A Censura Prévia Administrativa em Teses e documentos: textos integrais*, vol. I, II Congresso Republicano de Aveiro, Lisboa, Seara Nova, 1969.

- REIS, António, *Onde está a terceira força?*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

- --- *Dupla missão histórica*, III Congresso da Oposição Democrática, Lisboa, Seara Nova, 2013.

- RICARDO, Daniel, *A CAPITAL ‘Contestação pelo sensacionalismo’ A saga do jornal, no antigo regime: queda e ascensão, sem trair os seus valores, de um matutino fundado em 1968 e desaparecido há quatro anos*, disponível em, http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj37/JJ37_53_Capital.pdf, consultado em Setembro de 2019.

- ROCHA, Edgar, “Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-73: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho”, *Análise Social*, vol. XX (84), 1984-5.º, 621-644, consultado em, <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223475624P7mTE0cw8Lu53HY1.pdf>, consultado em Dezembro de 2019.

- ROSAS, Fernando, “Marcelismo: A Liberalização Tardia”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

- --- “O Marcelismo ou a Falência da Política de Transição no Estado Novo” in BRITO, J.M. Brandão de, *Do Marcelismo ao fim do Império*, Lisboa Editorial Notícias, 1999.

- --- (coord), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974/1976)*, I Curso Livre da História Contemporânea Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998, Lisboa, Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade de Lisboa (org.), Edições Colibri, 1999.

- ROSAS, Fernando, “Marcelismo: Ser ou não ser”, in ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

- --- *Salazar e o Poder, A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta da China, 2012.

- S.A., *3º Congresso da Oposição Democrática – Aveiro 4 a 8 de Abril de 1973 - Conclusões*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

- SANTOS, Américo Ramos, “Abertura e Bloqueamento da Economia Portuguesa” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Declínio e queda do Estado Novo, inovações e contradições na estrutura económica e social, tempos de mudança na vida cultural, valores e mentalidades em confronto (1958-1974), Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 109 a 150.

- SARAMAGO, José, *As Opiniões que o DL Teve*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

- SENA, Nilza Mouzinho, *A Televisão por Dentro e por Fora*, Coimbra, Minerva Coimbra, 2011.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano – Confidências no Exílio*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1985.

- SILVA, Manuel Carvalho da, “A Revolução e a Questão Social. Que Questão Social?”, in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, I Curso Livre de História Contemporânea da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Organização Fundação Mário Soares, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

- SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado: Depoimento sobre os Anos do Fascismo*, Lisboa, Arcádia, 1974.

- SOUSA, Helena; SANTOS, António Luís; “RTP e Serviço Público, Um Percurso de inultrapassável dependência e contradição, A Televisão e a Cidadania”, in PINTO, Manuel et al., *A Televisão e a Cidadania: contributos para o debate sobre o Serviço Público*, Braga, Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, 2003. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1002>, consultado em Fevereiro de 2020.

- SOUSA, Jorge Pedro; LIMA, Helena, (Portugal); HOHLFELD, António; BARBOSA Marialva (Brasil), (org.), *Uma História da Imprensa Lusófona*, vol. II, Lisboa, Média XXI, 2017.

- SPÍNOLA, António, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974.

- TAVARES, Manuela, *Femininos – Percursos e Desafios (1947-2007)*, Lisboa, Textos Editores, 2010.

- TENGARRINHA, José, *A História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989

- TEIXEIRA, Marcelo, *História(s) do Estado Novo – Palavras e Factos*, Lisboa, Parsifal, 2012.

- TEVES, Vasco Hogan, *História da Televisão em Portugal – 1955-1979*, Lisboa, TV Guia Editora, 1998.

- TORGAL, Luís, *Estado Novo, Estados Novos*, 2º ed., 2 vol., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

- TORRES, Eduardo Cintra, “A crítica jornalística na era do receptor empoderado”, *Contemporânea – Revista de Comunicação e Cultura*, vol.09, n.º 01, Maio de 2011. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/4921>, consultado em Outubro de 2019

- TRAQUINA, Nelson (org.), *Do Chumbo à Era Digital – 13 Leituras do Jornalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2010.

- VENTURA, Isabel, *As Primeiras Mulheres Repórteres – Portugal nos Anos 60 e 70*, Lisboa, Tinta da China, 2012.

- VIEIRA, Joaquim, *Marcelo Caetano*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

Webgrafia

- Agência de Notícias da Igreja Católica, Agência Eclesiástica em Portugal, «*Do Livro dos Salmos*» oferece a espiritualidade de Mário Castrim, disponível em <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HApXN2jLwn4J:https://agencia.ecclesia.pt/portal/do-livro-dos-salmos-oferece-a-espiritualidade-de-mario-castrim/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=firefox-b-d>, consultado em Fevereiro de 2020.

- CAETANO, Miguel, *O meu contributo para a leitura da última Biografia do meu Pai*, publicado na Revista Sábado, disponível em <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/o-meu-contributo-para-a-leitura-da-ultima-biografia-do-meu-pai-marcello-caetano>, consultado em Outubro de 2020.

- COSTA, Francisco Seixas da Costa, blog intitulado *Duas ou três coisas*, datado de 07/01/2017, disponível em https://duas-ou-tres.blogspot.com/2017/01/mario-castrim_7.html, consultado em Fevereiro de 2020.

- MARQUES Adelaide; PINHEIRO Maria dos Anjos; SERRANO Esmeralda, *Era uma vez o milénio. Entrevista com Fernando Rosas*, Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Tc1322>, em Junho de 2020.

- NEWS MUSEM @ LISBOA_SINTRA, *Mário Castrim*, disponível em <https://www.newsmuseum.pt/pt/imortais/mario-castrim>, consultado em Fevereiro de 2020.

- PALLA, Maria Antónia, *Mulheres de Abril: Testemunho de Maria Antónia Palla*, dada ao site Esquerda.net em 30/05/2017, disponível em <https://www.esquerda.net/artigo/mulheres-de-abril-testemunho-de-maria-antonia-palla/48964>, consultado em Dezembro de 2019.

- PORDATA, *Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo*, disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>, consultado em Janeiro de 2020.

- ROLIM, Vanessa Gomes, *A Censura do Estado Novo e do Mundo Actual*, disponível em <https://vanessagomesrolim.files.wordpress.com/2012/10/artigo-a-censura-do-estado-novo-e-do-mundo-actual3.pdf>, consultado em Novembro de 2019.

- SILVA, António Duarte, *A porta do federalismo colonial*, disponível em <http://malomil.blogspot.com/2016/02/a-porta-do-federalismo-colonial.html>, consultado em Outubro de 2018.

- SILVA, Maria Augusta, *Entrevista a Mário Castrim em Agosto de 1992*, disponível em <http://www.casaldasletras.com/Textos/MARIO%20CASTRIM.pdf>, consultado em Fevereiro de 2020.

- SOUSA, Marcelo Rebelo de, “Marcelo Caetano foi um homem excepcional”, disponível em https://expresso.pt/dossies/dossiest_actualidade/dossie_marcelo_caetano_a_transicao_falhada/marcelo-caetano-foi-um-homem-excepcional=f497770#gs.6ZHeld6i, consultado em Outubro de 2018.

ANEXOS

Índice

ANEXO 1	III
- Livro de Mário Castrim que serviu de base do trabalho	
ANEXO 2	IV
- Ilustração de Mário Castrim	
ANEXO 3	V
- Local de Nascimento de Mário Castrim em Ílhavo em 1920	
ANEXO 4	VI
- Fotografias de Mário Castrim em vários períodos da vida	
ANEXO 5	XII
- Um dos livros escritos para crianças por Mário Castrim	
ANEXO 6	XIII
- Entrevistas sobre a vida e obra de Mário Castrim	
ANEXO 7	XX
- Documentos PIDE/DGS de Manuel Nunes da Fonseca/Mário Castrim	
ANEXO 8	XXXII
- Documento PIDE/DGS nascimento da filha de Mário Castrim	
ANEXO 9	XXXIII
Documentos PIDE/DGS do proc. Luís Francisco Rebelo versus Mário Castrim	
ANEXO 10	XXXV
- Documentos PIDE/DGS proc. Odette de Saint-Maurice versus Mário Castrim	
ANEXO 11	XLIV
- Documento PIDE/DGS proc. colóquios de Mário Castrim	
ANEXO 12	XLV
- Documentos PIDE/DGS proc. Cartas ao <i>Diário de Lisboa</i> contra Mário Castrim	

ANEXO 13	XLVIII
- Documentos PIDE/DGS proc. Recortes do <i>Diário de Lisboa</i> do Canal da Crítica	
ANEXO 14	LIV
- Estudos de Audiência de Jornais, Revistas e Televisão em Portugal 1970	
ANEXO 15	LX
- Evolução da Taxa de Analfabetismo em Portugal no século XX	
ANEXO 16	LXII
- Doc. cedidos pelo Partido Comunista Português referentes a Mário Castrim	
ANEXO 17	LXXI
- <i>Diário de Lisboa</i> fases do jornal desde o início ao encerramento	
ANEXO 18	LXXXIV
- Poema feito por Mário Castrim oito dias antes de morrer	
ANEXO 19	LXXXV
- Despedidas de amigos no falecimento de Mário Castrim 15 de Outubro de 2002	
ANEXO 20	LXXXVIII
- Despedida nos jornais pelo falecimento de Mário Castrim	
ANEXO 21	CI
- Homenagens oficiais efectuadas a Mário Castrim	
ANEXO 22	CXIII
- Testemunhos de amigos sobre amizade com Mário Castrim	
ANEXO 23	CXXV
- Uma das crónicas mais representativas da qualidade e imaginação literária publicada no livro <i>Televisão e Censura</i> que serviu de base ao presente trabalho, intitulada « <i>Eu não sei o que tenho em Évora</i> »..., de 15/04/74, de Mário Castrim	

ANEXO 1

Livro de Mário Castrim que serviu de base do trabalho

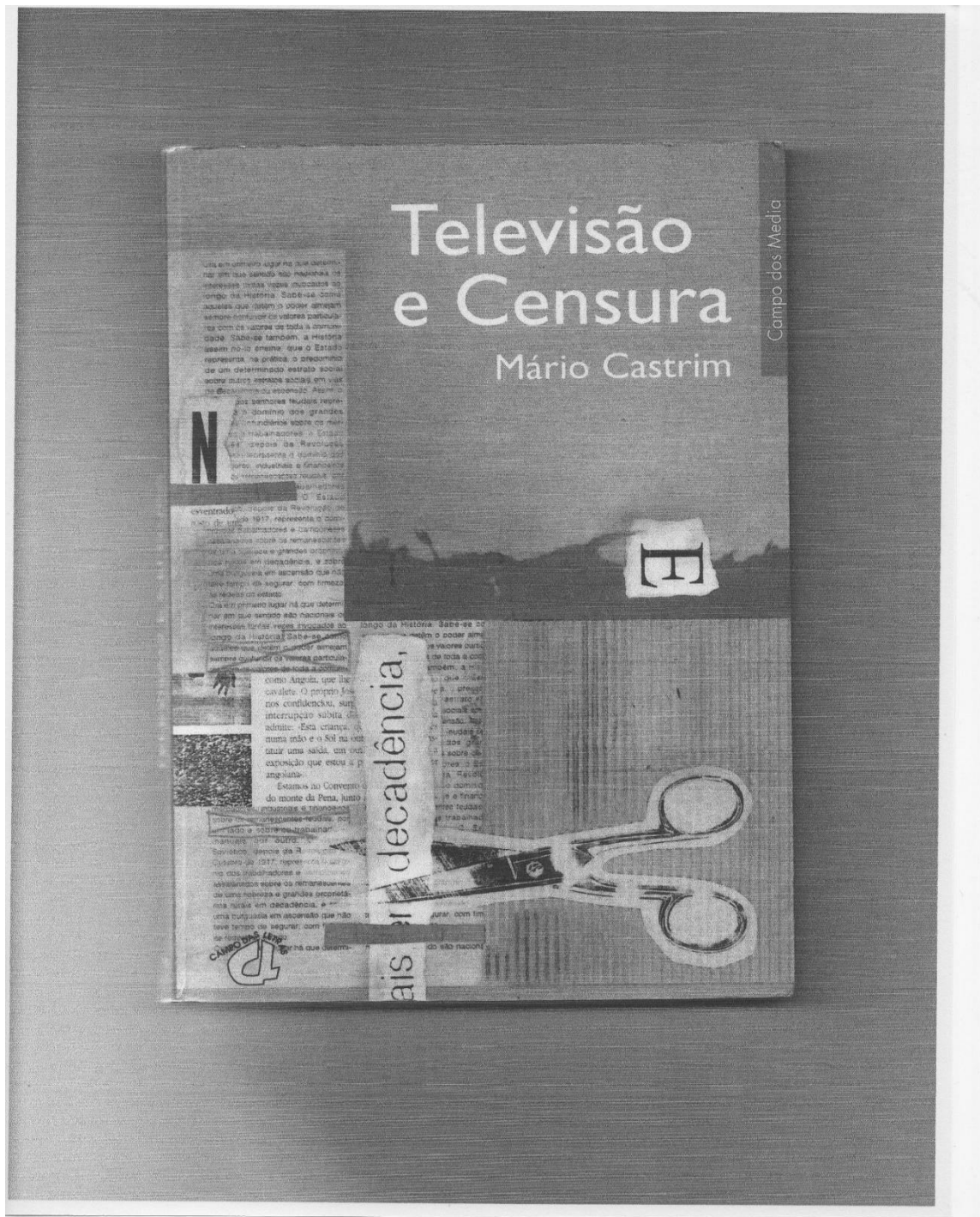


Figura 1 | Edição Campo das Letras, Porto, 1996

ANEXO 2

Ilustração de Mário Castrim

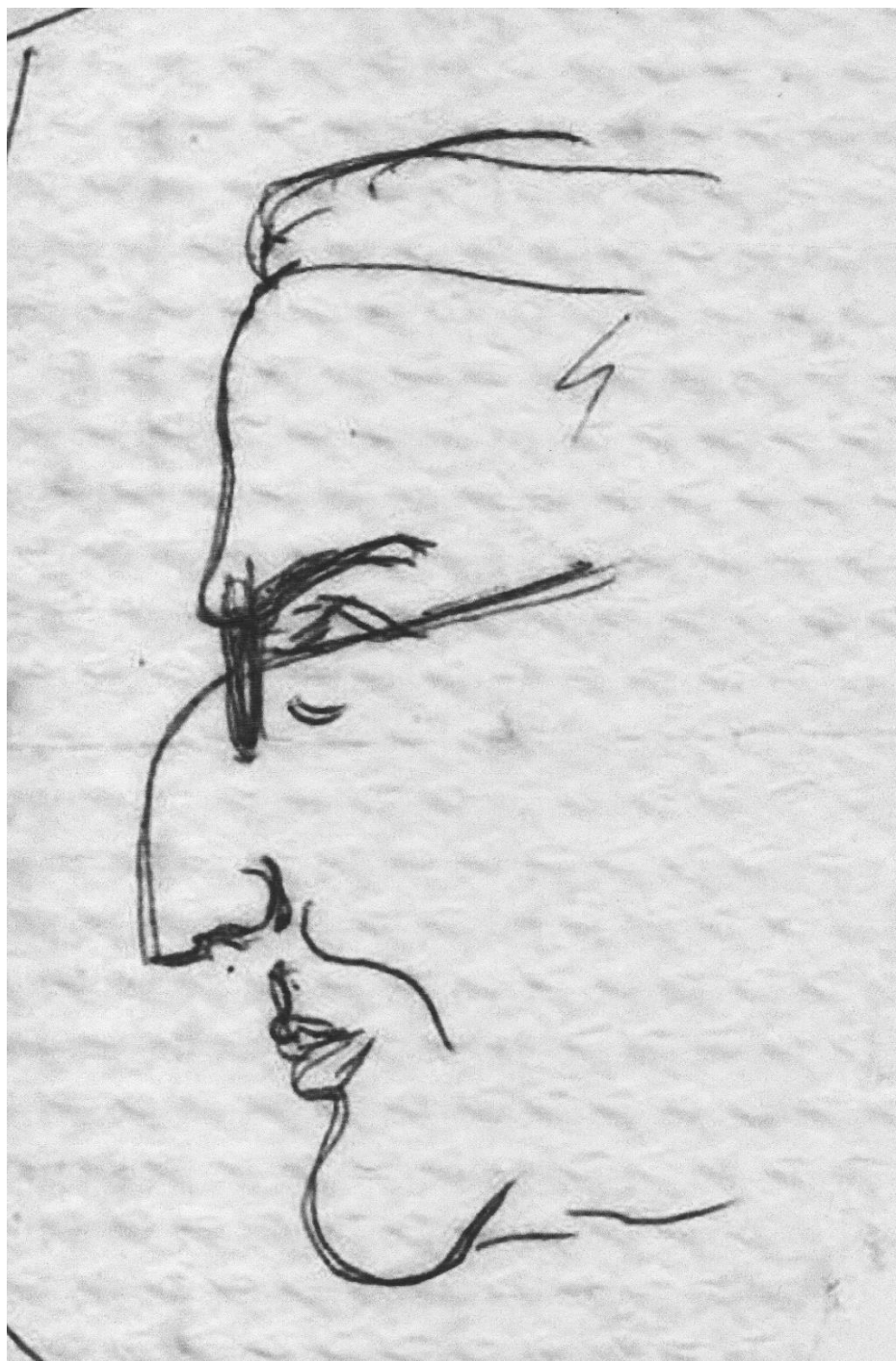


Figura 1 | Caricatura de Mário Castrim - Autor anónimo

ANEXO 3

Local de Nascimento em Ílhavo em 1920



Figura 1 | Casa onde nasceu em Ílhavo em 1920. Antiga rua Direita, hoje rua Bilhano, nº140 em Ílhavo.
Fotografia cedida pela família.

ANEXO 4

Fotografias de Mário Castrim em vários períodos da vida



Figura 1 | Dando aulas na Escola Ferreira Borges em Lisboa.
Fotografia cedida pela família.



Figura 2 | Fazer reportagem para o *Diário de Lisboa*.
Fotografia cedida pela família.



Figura 3 | Com colegas na entrada do *Diário de Lisboa*, rua Luz Soriano, Lisboa.
Fotografia cedida pela família.



Figura 4 | Alice Vieira, Mário Castrim e a filha Catarina em 1992.
Fotografia cedida pela família.

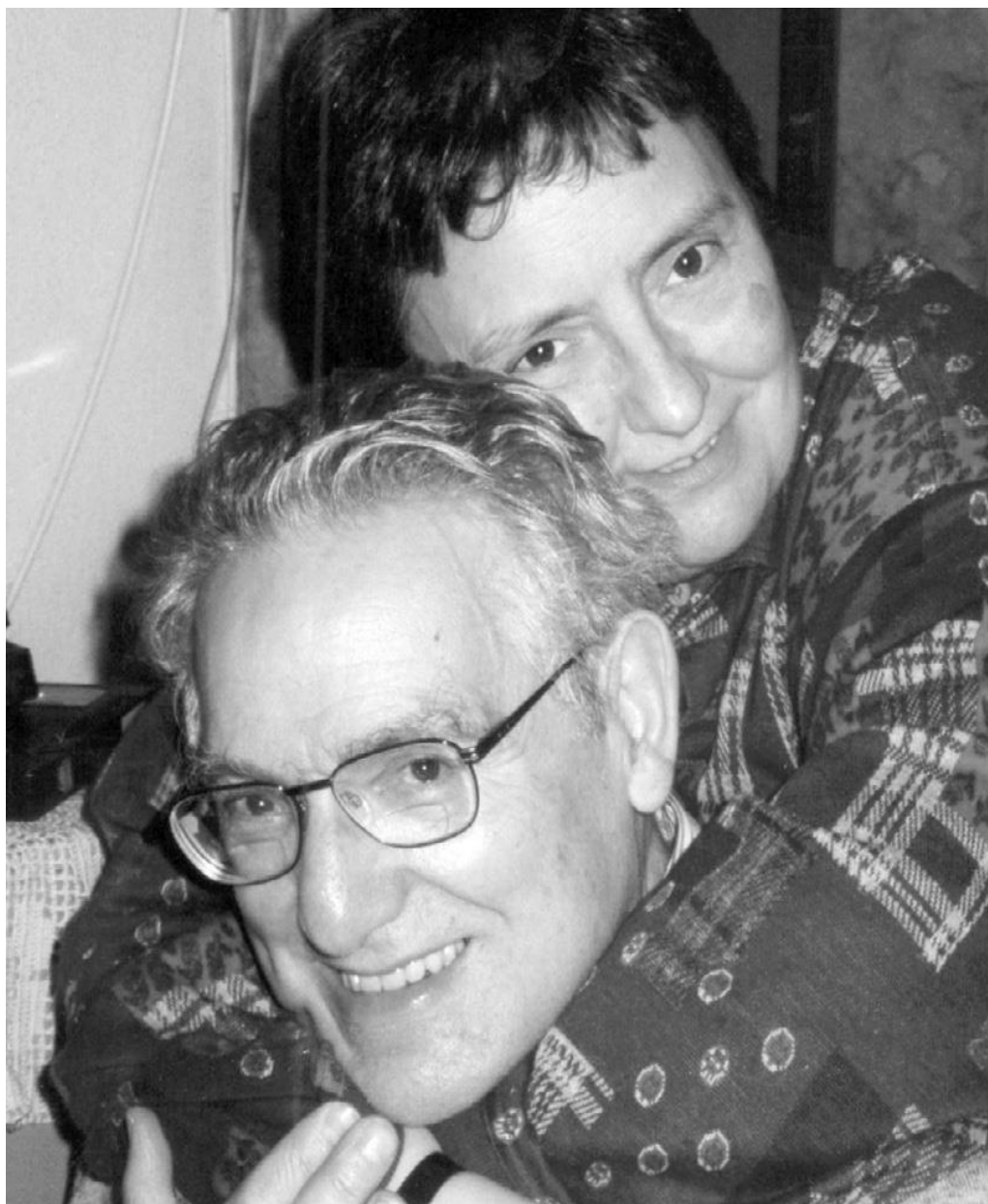


Figura 5 | Mário Castrim com a mulher Alice Vieira.
Fotografia cedida pela família.

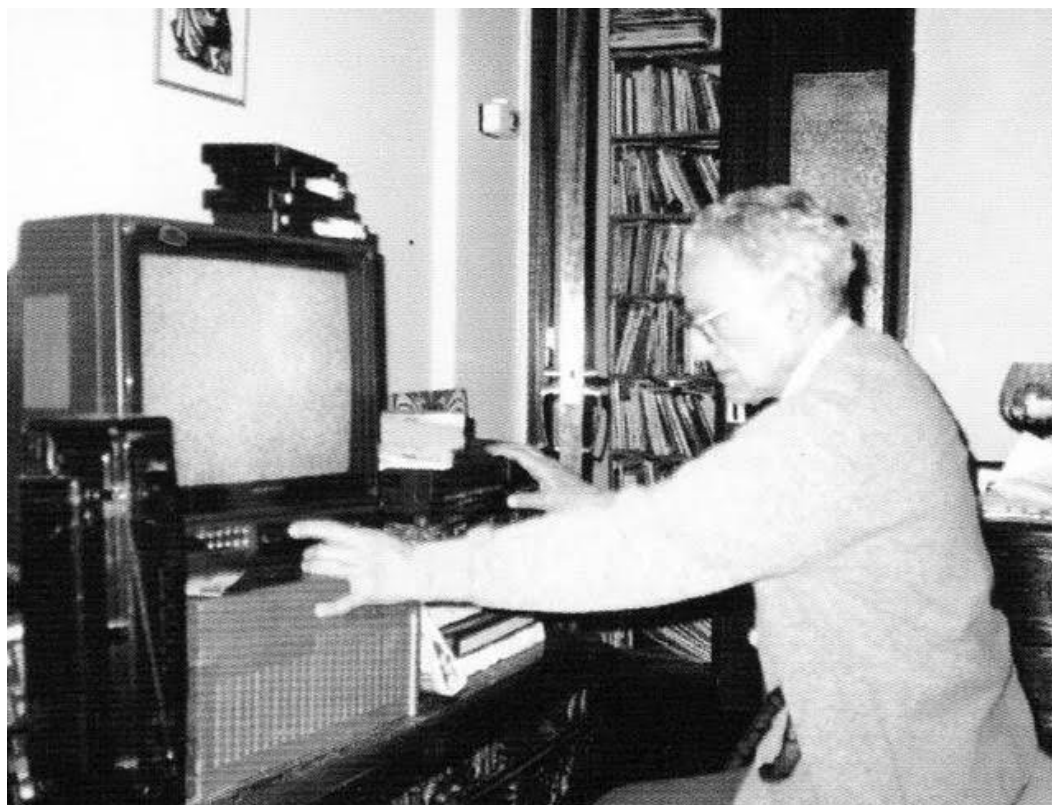


Figura 6 | Fotografia cedida pela família.



Figura 7 | Mário Castrim com os filhos e os netos.
Fotografia cedida pela família.



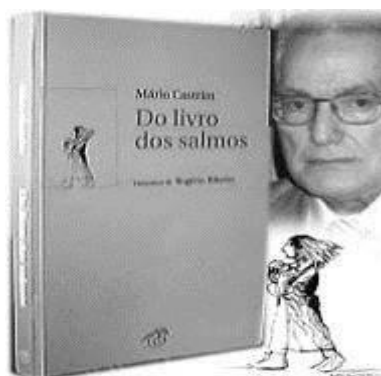
Figura 8 | Fotografia cedida pela família.



Figura 9 | Cabeçalho das Crónicas diárias

ANEXO 5

Um dos livros escritos para crianças por Mário Castrim



Documento 1 | Apresentação da capa do livro *Do livro dos salmos*, escrito por Mário Castrim para crianças. Escrito quando colaborava nas revistas dos Missionários Combonianos, e é-lhes dedicado. É o nome da obra que oferece uma visão mais íntima do escritor conhecido por muitos como um crítico de televisão e com “opções e ideologias diferentes”, aponta à Agência ECCLESIA Alice Vieira, escritora e esposa de Mário Castrim. Consultado em <https://agencia.ecclesia.pt/portal/do-livro-dos-salmos-oferece-a-espiritualidade-de-mario-castrim/>.

ANEXO 6

Entrevistas

(a) Realizada por Maria Augusta Silva a Mário Castrim, Agosto de 1992

Onde foi buscar o pseudónimo Mário Castrim?

- É meu. Só meu. Inventei-o... Foi uma coisa que me passou pela cabeça.

Ninguém se lembra de que se chama Manuel Nunes da Fonseca?

- Nem eu próprio. Para a minha mulher, para os meus filhos, sou Mário. Só sou Manuel para a Repartição de Finanças, para a minha família mais antiga e para a Matilde Rosa Araújo.

Quando uma filha se afirma como escritora, fugindo ao nome de uma mãe chamada Alice Vieira e a um pseudónimo com a força de Mário Castrim, para ser apenas Catarina da Fonseca, que sente o pai Manuel Nunes da Fonseca?

- Sinto-me vingado. O meu pseudónimo nasceu com o fim de ocultar, o mais possível, a minha identidade. Era inconveniente, às vezes, naquele tempo, mostrar quem éramos.

Medo?...

- Não era medo. Era um meio de defesa... para poder atacar

O inimigo não conhecia essas artimanhas?

- Começou a saber quem eu era muito tempo depois de iniciar a crítica. Ao princípio, assinava M.C.

Para se esconder mais?

- Não. Era para evitar, em mim próprio, o culto da personalidade.

Quando um autor assina com iniciais estará a minimizar ou a descuidar um trabalho?

- Não. É uma questão profissional. Por vezes, não vale a pena pôr o nome em trabalhos mais ou menos de rotina. A sigla é uma espécie de brasão.

Por que têm morrido tantos jornais?

- Se lhe desse cem razões, não esgotaria a resposta. Algumas são evidentes. O preço, por exemplo, inflacionado pelos custos de produção. A inflação sacrifica outros bens... Pois... Mas um jornal vale dez carcaças. Em muitos lares a alternativa é dolorosa.

E no tão velho “duelo” entre televisão e jornais, as forças do adversário serão bem medidas?

- Aí está. Existe a televisão, que é de graça, chega a todo o país e dá às pessoas a ilusão de que estão a ser informadas. E os jornais ainda não souberam dar a volta à televisão. A rádio apregoa a notícia, a televisão mostra a notícia, a imprensa devia aprofundar a notícia. Não é isso que acontece. Basta ler as manchetes, que foram vistas no telejornal da véspera. Não tarda aí quase uma mancha de televisões.

Prognóstico?

- Reservado. Muito reservado. A experiência mostra, em todo o mundo, que a mais televisão corresponde pior televisão. Contraditório! A concorrência não tende a melhorar a produção? Há concorrência. Só que a concorrência faz-se por baixo. Suponho que vamos correr esse risco. Mas não juro. Ao nível de informação pode haver melhorias se as privadas recusarem a libré. Mas o Poder tem formas muito sofisticadas de pressão. A propósito de formas, os seus livros, particularmente os dedicados às crianças, marcaram, de certa maneira, um novo jeito de dizer coisas.

Há quantos anos não publicava?

- Não sei. Tenho sempre dificuldade em contar os anos. Até para saber a idade, penso no ano em que nasci e faço as contas. Medo da velhice? Não. Foi sempre assim. Acho que sou despassarado. Pelo menos é o que diz a minha filha.

Ser despassarado é o quê?... Será ter asas e cortar o tempo e os espaços sem metas calculadas?

- É não avaliar o espaço que as asas ainda podem ter para chegar ao fim do tempo.

A morte é um monstro, um susto ou um enigma?

- É muito pior que tudo isso. É uma coisa natural. Lá natural poderá ser, mas ninguém gosta de a pressentir... Pressenti-la é bom. Podemos lutar contra ela. Podemos dialogar com ela.

Habituar-mo-nos a ela. Para nos darmos bem. Por que se fazem promessas a divindades, contra a morte, sendo ela tão natural?

- Tudo serve para fazer uma promessa, desde que, com isso, se possa continuar a viver. Há quem faça promessas, mas os mais pragmáticos fazem negócio. O Fausto, de Goethe, por exemplo...

Nas promessas não está implícito o negócio?

- Está. Mas esperem pela volta. O Inferno não foi feito para outra coisa...

Acredita no Inferno?

- Acredito. Inferno é pensar que vou ser entrevistado. Purgatório é estar a ser entrevistado. O paraíso é daqui a bocadinho.

Como surge A Caminho de Fátima [acabado de publicar]?

- Foi um milagre. A realidade deu-me o impulso que desencadeou a imaginação. Toda a arte participa do milagre.

Quem é esse Mário Castrim que nos fala das realidades e dos milagres?

- É ele. Olho muitas vezes para ele e pergunto: Quem és tu? Ele responde: Somos eu. Cada um de nós é muitos eus...

Há em si múltiplas personalidades?

- Desgraçado de quem fosse só aquilo que é. Fala-me num sentido astral... Falo no sentido total.

Como ganhou essa dimensão total do homem e do mundo?

Não a ganhei, procuro-a.

O seu novo livro é uma viagem que não se completa, ou por outra, se completa em muitos milagres... Pretendeu destruir o dogma de Fátima?

- Isso não é uma pergunta. É uma cesta de perguntas. Vamos por partes. Nem por sombras me passou pela cabeça atentar contra qualquer dogma, a não ser um: aquele que dá a alguém o monopólio dos milagres. Não. Eu acho que o milagre é mais próprio dos homens do que dos deuses. Ser humano não é tanto fazer milagres como já em si é um milagre. Tudo o mais vem por acréscimo.

Não é um livro contra Fátima?

- De maneira nenhuma. Fátima, para além de todo o folclore e negócio à sua volta e, até, para além do seu aproveitamento burocrático, é sobretudo crer em Fátima. E como é que eu posso atentar contra esse ser incorpóreo que é a fé?

Católico?

- Que é ser católico? Ir todos os domingos à missa? Confessar-se? Gostar de João Paulo? Não, isso não serei. Se é ser católico dar, como Cristo, prioridade aos pobres, aos oprimidos, aos injustiçados se é estar como Cristo a combater a riqueza indevida, a hipocrisia e o poder do dinheiro; se é amar a Terra para melhor merecer o céu, então, católico fui, sou e serei.

O comunismo é essa fé?

- Olhe, o comunista é aquele que deixou de acreditar na eternidade para acreditar no futuro. O comunista é um cristão para uso quotidiano.

Vocação para mártir?

- De mártir e de loucos todos temos um pouco.

Falar do Leste, hoje, perturba-o?

- Não me perturba. Dói-me.

Que acabou a Leste, o martírio ou a loucura?

- Não acabaram. Principiaram.

Como assim?

- Vigora a lei da selva. Repare na extradição de Honecker: viola todas as leis, todos os direitos humanos, todo o sentido de dignidade. Uma vergonha. Repare que todos os valores são expulsos ou emigram. Não é um país: é uma loja em saldos.

E para trás, não houve nada de errado?

- Sim. Mas para trás também houve, desde 1917, guerras, guerras e guerras, a economia constantemente destruída.

Quantas vezes se recomeçou do zero? Tudo isso deixa marcas. Para um homem que sofreu a Censura – como Mário Castrim a sofreu –, qualquer regime que corte a liberdade de expressão não será um terror?

- Sem dúvida. Mas, em tempo de guerra, todos os países impõem a Censura. A URSS viveu durante setenta anos em regime de “guerra”. Era um país sitiado. Isto pode não justificar tudo, mas ajuda a compreender alguma coisa.

Ideologicamente é um homem amargo ou amargurado?

- Amargurado? Não. Procuro ser historicamente realista. A História é como uma casa com escadas: descemos, subimos. Só que podemos sempre acrescentar uns degraus, não podemos subtraí-los. Íamos cair na Pré-História. Não acredito.

Sente que alguma vez tenha sido precipitado ou insensato a julgar os outros?

- Terei sido. Aí terei muitos pecados veniais. Alguns mortais, sei lá. Mas agora não me lembro de nenhum.

Como fica um homem depois de ter passado uma vida em frente de um televisor para fazer crítica?

- Fica doente, infeliz, chalupa, cadastrado, diminuído, esgotado, esmagado, triturado — mas de bem com a sua consciência pessoal e social. Talvez eu merecesse outra televisão. Talvez a televisão merecesse outro crítico. Sou como o bicho-da-seda: desfiz-me para me realizar. Foi, como tantos outros, a consciência de muita gente... Sem dúvida. De muitos cidadãos que sonhavam com uma televisão à altura das carências deste país.

Sonhavam só com uma televisão?

- Não. Com um futuro, uma alma, uma razão para continuar vivo.

Regressando A Caminho de Fátima, que outros caminhos literários?

- Muitos, muitos. Uns na gaveta, outros a abrir caminho dentro de mim.

Porquê alguns na gaveta?

- Os livros, como o pão e como o vinho, precisam de tempo para levedar e para assentar.

A Caminho de Fátima tem o “condão” – ou o “milagre”, se preferir – de tocar todas as idades. É o Mário Castrim a sair dos contos infantis para unir, para despertar todas as gerações?

- Não escrevo para ninguém em especial. Depois de escrever, cada livro toma o seu rumo. As Histórias com Juízo, por exemplo, não foram escritas para crianças.

Seria bom que os adultos soubessem ler livros infantis?

- Claro! Ficariam mais completos. Sem esforço, sem rebiques,

A Caminho de Fátima é, além do mais, uma lição de português. Como vai a nossa língua?

- Vai mal. Na televisão, por exemplo, os crimes são constantes. É uma língua aldrabada, violada, mas, pior que tudo, uma língua desprezada. Na televisão portuguesa, a língua portuguesa é uma aguadeira.

Corremos o risco de ficar a falar brasileiro?

- Não. As realidades são diferentes. Mas tomaram os nossos guionistas escrever tão bem como os brasileiros. Mais grave são as séries americanas, drogas que devem ser postas ao nível da cocaína e da heroína.

Tudo o mais é imaculado ou inocente?

- Claro que não. Se me refiro a elas em especial é porque têm uma presença obsessiva. Vemos americano. Ouvimos americano, pensamos, sentimos, sonhamos americano. Vemos na RTP mais vezes Bush do que Mário Soares, mais vezes a bandeira das listas do que a bandeira das quinas.

Mas a nossa integração é na Comunidade Europeia...

- Estamos casados com Bruxelas, mas transamos, de facto, com a Virgínia e a Florida. É como se a RTP nos quisesse fazer crer que uma casa portuguesa é uma Casa Branca, com certeza...

Ainda a propósito de droga e equivalentes: os americanos têm as costas largas?...

- Não acuso só os americanos. Vejamos o que acontece com os programas infantis produzidos no Japão. São de péssima qualidade; erva daninha que a RTP cultiva com tanto desvelo.

Qual o maior flagelo do mundo actual?

- A desorientação, mãe de todos os abismos.

Que rumo tomar?

- Conquistar um novo equilíbrio. Aquele em que o homem seja, de facto, o centro da Terra.

Algum perigo iminente?

O capitalismo caminha a passos gigantescos para uma desagregação. É um animal ferido. E as feras feridas são capazes de tudo.

Onde vivem o amor, a tolerância e a justiça?

- Na esperança que temos neles

Documento 1 | Leituras programa Educativo, Teatro Aberto, entrevista a Mário Castrim realizada por Maria Augusta Silva, Agosto 1992. Consultado em <http://www.casaldasletras.com/Textos/MARIO%20CASTRIM.pdf>.

(b) Alice (Vieira) a falar de Mário (Castrim)

Há 30 anos que escreve livros. Mas foi há mais tempo que Alice Vieira enviou o primeiro texto para um jornal. Não o publicaram. **Tinha 14 anos e recebeu uma carta do “Diário de Lisboa” a pedir que não desistisse. Assinatura: Mário Castrim.** Tentou uma e outra vez e viu muitos textos serem impressos. **Casou com ele, o remetente.**

Uma paixão de 40 anos. **“Mas paixão mesmo”**, diz Alice quando fala do jornalista e escritor. Tinham 23 anos de diferença de idades e só se conheceram “ao vivo” depois de muitos telefonemas e cartas, quando a escritora foi trabalhar, como jornalista, para o “*Diário de Lisboa*”. Pouco depois, iria para o *Diário Popular*. “As pessoas, quando têm um relacionamento, não devem trabalhar no mesmo sítio. Seja marido e mulher, pai e filho. Por isso, atravessei a rua e fui para o *Diário Popular*.” Seguiu-se o *Record* e o *Diário de Notícias*.

Castrim foi a pessoa mais importante da sua vida. Toda a gente a desaconselhou a viver com ele, pela diferença de idades e pelos problemas de saúde que lhe adivinhavam. “Vais ser a enfermeira toda a vida”, diziam-lhe. “Afinal”, conta, “quando tive o “cancro da praxe” e fui operada, ele é que foi o meu enfermeiro. A quimioterapia custou-me muito. Há 20 anos, os produtos eram mais agressivos e eu vomitava bastante. Ele obrigava-me a ir imediatamente para o jornal trabalhar. Acho que nem estive um mês de baixa. E ainda bem que me obrigou. Se não fosse isso, eu podia ter ido abaixo. Assim, tinha mais que fazer do que estar infeliz.”

E recorda como sempre a estimulou a escrever, nunca deixando de ser muito crítico. **“Não tenho dúvida de que aquilo que sou, aquilo que faço, aquilo que escrevo, foi muito obra dele. Sinto, no entanto, algum remorso por ele se ter afastado da escrita por minha causa. Para eu poder fazer a vida que fiz, ele não publicou tanto como devia. Escrever escrevia (tenho muitos inéditos), mas não publicava.”**

E repete várias vezes: **“Tive sorte, tive sorte”**. E ele? “Acho que sim. Ele também teve.”

Documento 2 |Blogue: Letra Pequena de Rita Pimenta, Mário Castrim reeditado e homenageado, numa entrevista com Alice Vieira em 20 de Junho de 2012. Disponível em <http://blogues.publico.pt/letrapequena/2012/06/20/alice-vieira-a-falar-de-mario-castrim/>.

ANEXO 7

Documentos

Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE)

Direcção Geral de Segurança (DGS)

Manuel Nunes da Fonseca/Mário Castrim



Polícia Internacional e Defesa do Estado



Direcção Geral de Segurança

Documentos de perseguição política

Início da investigação da PIDE a Manuel Nunes da Fonseca/Mário Castrim de 07/05/1949, onde nada consta em desabono. Já morava em Lisboa na zona de Alcântara

111

Policia Internacional e de Defesa do Estado N.º 108342

Boletim de Informação respeitante a MANUEL NUNES DA FONSECA

filho de José Nunes da Fonseca
e de Hermínia da Conceição Agra
natural de Ilhavo - AVEIRO
residente em Rua da Creche, 34-1º.-Dtº. - LISBOA

(a preencher pela Polícia)

Enviado a

Em 15 1949

Em 1 19 foi recebida a informação que segue.

INFORMAÇÃO

É individuo de boa formação moral. Politicamente, nada se apurou em seu desabono. Lisboa, 11 de Junho de 1949

Subinspector

[Assinatura]


21-500 X - 2541-45 - P.F. FERNANDES - LISBOA

Documento 1 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, Boletim 108342, NT8037.

Documento de 1952 em que ainda não existe o pseudónimo e que tem bom porte moral e nada em desabono. Já mora em Lisboa em Alcântara

POLÍCIA INTERNACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO 5768 108342
Boletim de Informação respeitante a Manuel Nunes da
Fonseca
filho de José Nunes da Fonseca
e de Maria da Conceição Aguiar
natural de Faro
residente em R. da Creche, 34-1.º Dto. Lisboa
(a preencher pela Polícia)
Enviado a
Em 1 10 1952 foi recebida a informação que segue.
INFORMAÇÃO
Moral e politicamente nada consta em
seu desabono. Lisboa, 14 de Outubro de
1952. Pelo Chefe de Brigada. A. Silva

Documento 2 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, Delegação de Coimbra, PI
50633, NT 4221.


 Boletim de Informação N.º 108342
 Polícia Internacional
 e de Defesa do Estado
 Respetante a MANUEL NUNES DA PONSECA
 filho de Jose Nunes da Fonseca
 e de _____
 natural de Ilhavo
 profissão _____
 residente _____
 Pedido por _____
 em _____/_____/19____ ofício n.º _____
 Enviado a o Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal
 em 3.º/12/19 53 com o ofício n.º _____ ILHAVO

INFORMAÇÃO
 O indivíduo em questão é português e
 tem vindo a trabalhar no Porto Alegre desde o dia 1.º de
 Janeiro de 1953, sendo a sua actividade
 profissional a de trabalhador agrícola.
 O indivíduo em questão é casado e tem
 dois filhos, sendo a sua actividade
 profissional a de trabalhador agrícola.
 O indivíduo em questão é casado e tem
 dois filhos, sendo a sua actividade
 profissional a de trabalhador agrícola.

1.º de Dezembro de 1953
 O Presidente da Câmara

Vol. 25 - 20.000 ex. - 1-19-1963 - 25149

XXIII

**Primeira identificação como professor na Ferreira Borges Lisboa 25/06/1956
e nada consta em seu desabono**

PIDE **Polícia Internacional de Defesa do Estado** **Boletim de Informação N.º 25**

2692 *108342*

Respeitante a Manuel Nunes da Fonseca *35 anos em 1956*
filho de José Nunes da Fonseca *Bol. 108342*
e de Herminia da Conceição Lima *P. 71-C/I*
natural de Ilhavo *P. 187-D/I*
profissão *P. 9/11-S-A-53*
residente Rua da Graça, n.º 34-72, 1.º, Lisboa *20.1.57*

Pedido por
em 19/6/1956 ofício n.º
Enviado a
em 25/6/1956, com o ofício n.º

INFORMAÇÃO

Reside na morada indicada, há cerca de 15 anos.
Exerce a sua actividade como professor de caligrafia e dactilografia na Escola Comercial "Ferreira Borges".
Tem bom porte moral e, politicamente, nada se apurou em seu desabono. Lx. 22/6/1956.

[Assinatura]

N.º 200A - 1048-66 - PAPELARIA FERNANDES - LISBOA

Pedido do Bilhete de Identidade no Porto em 13/08/1965

683499

PEDIDO DE BILHETE DE IDENTIDADE

A preencher pelos serviços de identificação

Arquivo de identificação de PORTO	Data do bilhete 13/08/65	Número individual 683499	<input type="checkbox"/> NORMAL <input checked="" type="checkbox"/> URGENTE
---	-----------------------------	-----------------------------	--

Nome completo: Manuel Nunes da Fonseca

Filho de: José Nunes da Fonseca

e de: Marília de Sousa e Silva

Natural da freguesia de: Valhavo concelho de: Valhavo distrito de: Aveiro

Data do nascimento: 31 de Julho de 1940 Nacionalidade: Portuguesa

Estado civil: casado com Maria Inês Costa Brás

Profissão: Professor do Ensino Primário

Residência: R. 12 de Maio, 44-3.º E, Lda Lisboa


Requer o seu bilhete de identidade para substituir o anterior nº 683499

Data e data da apresentação do pedido: Lisboa 13 de Julho de 1965


Assinatura: Manuel Nunes da Fonseca

VALIDAÇÃO DAS DECLARAÇÕES SUPRA POR CARACTERAS PERSONALMENTE E DOCUMENTOS


VERIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
E INDICAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS



(assinatura)



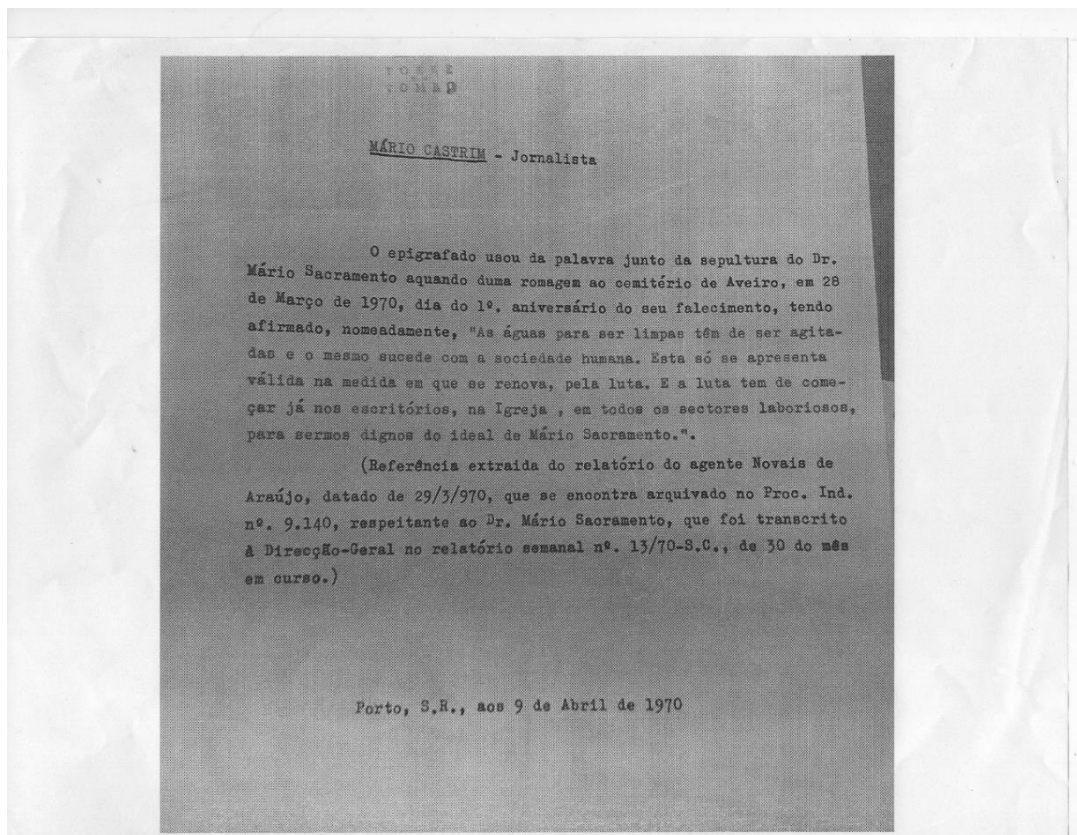
Assinatura 166



Prova 1899

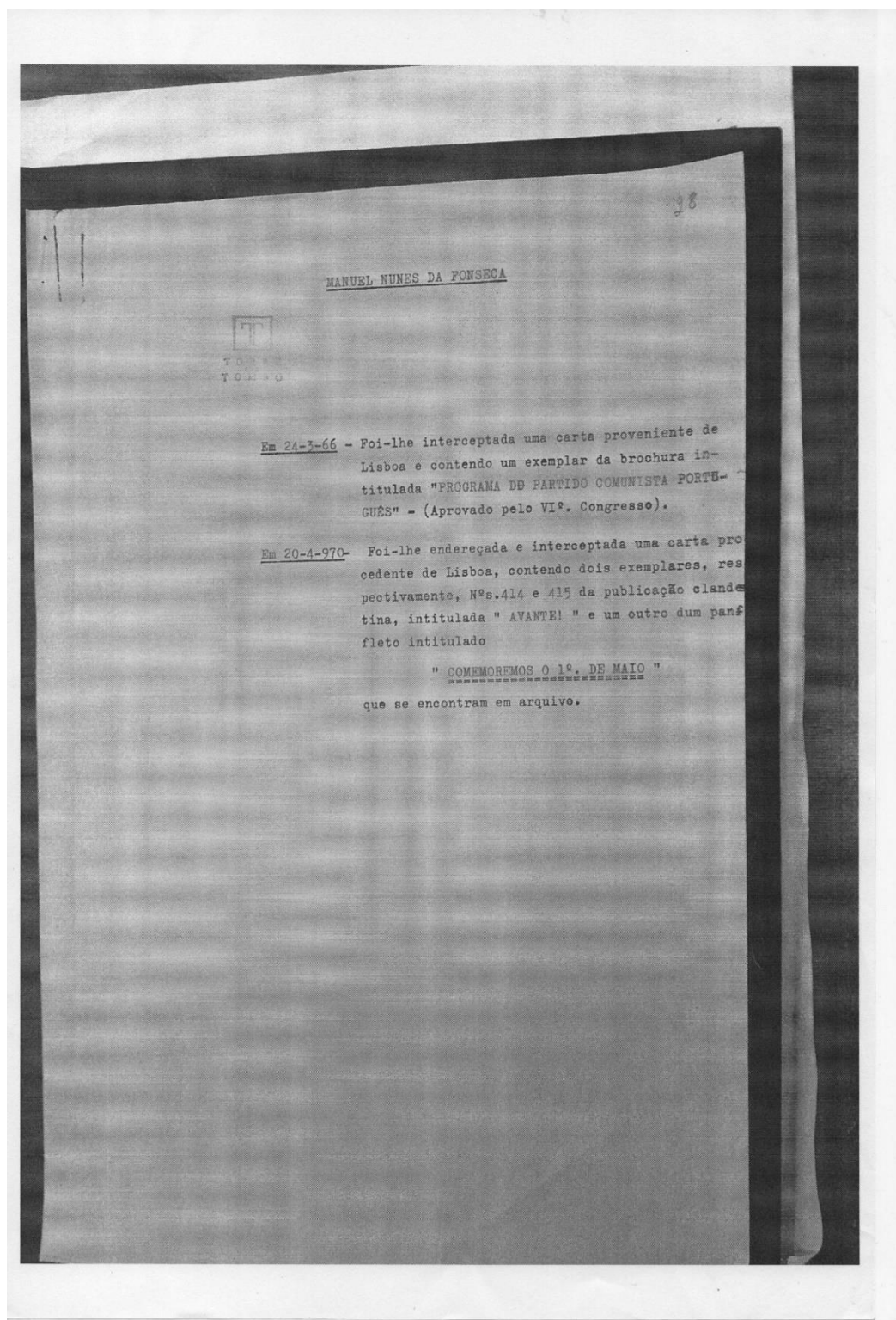
Documento 5 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, Delegação de Coimbra, PI 50633, NOT 4221.

No funeral de Mário Sacramento, no cemitério de Aveiro 28 de Março de 1970, onde usou da palavra para o homenagear o falecido.



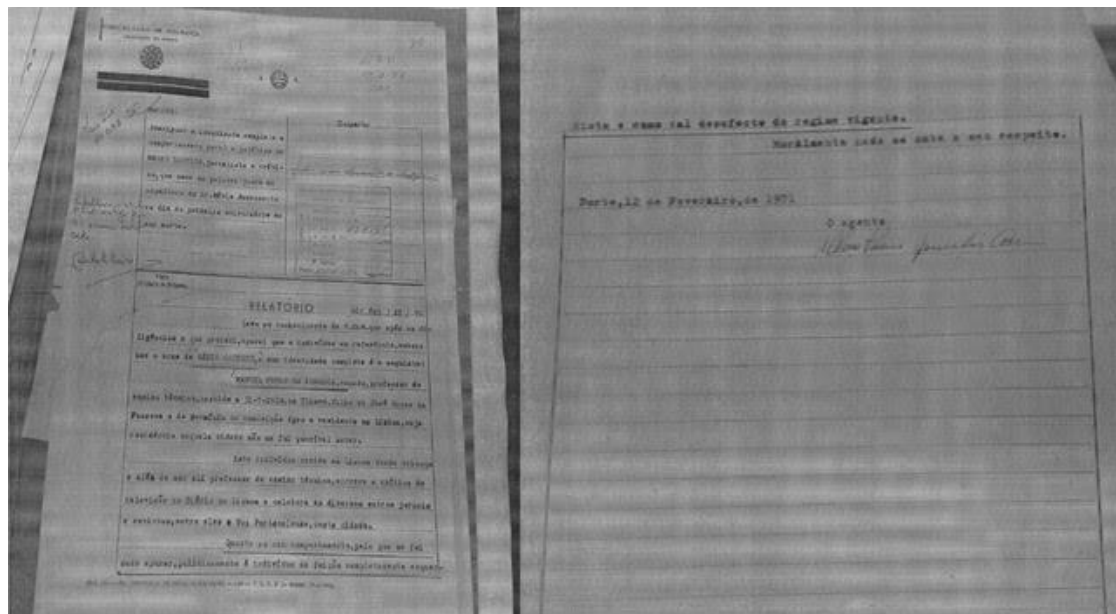
Documento 6 | Contido no processo PIDE/DGS, Delegação de Coimbra, PI 38892 NT 4887.

Documento em que comprova que em Março de 1966 recebeu uma brochura do programa do Partido Comunista Português e em Abril de 1970 recebeu duas cartas com o jornal *Avante!*



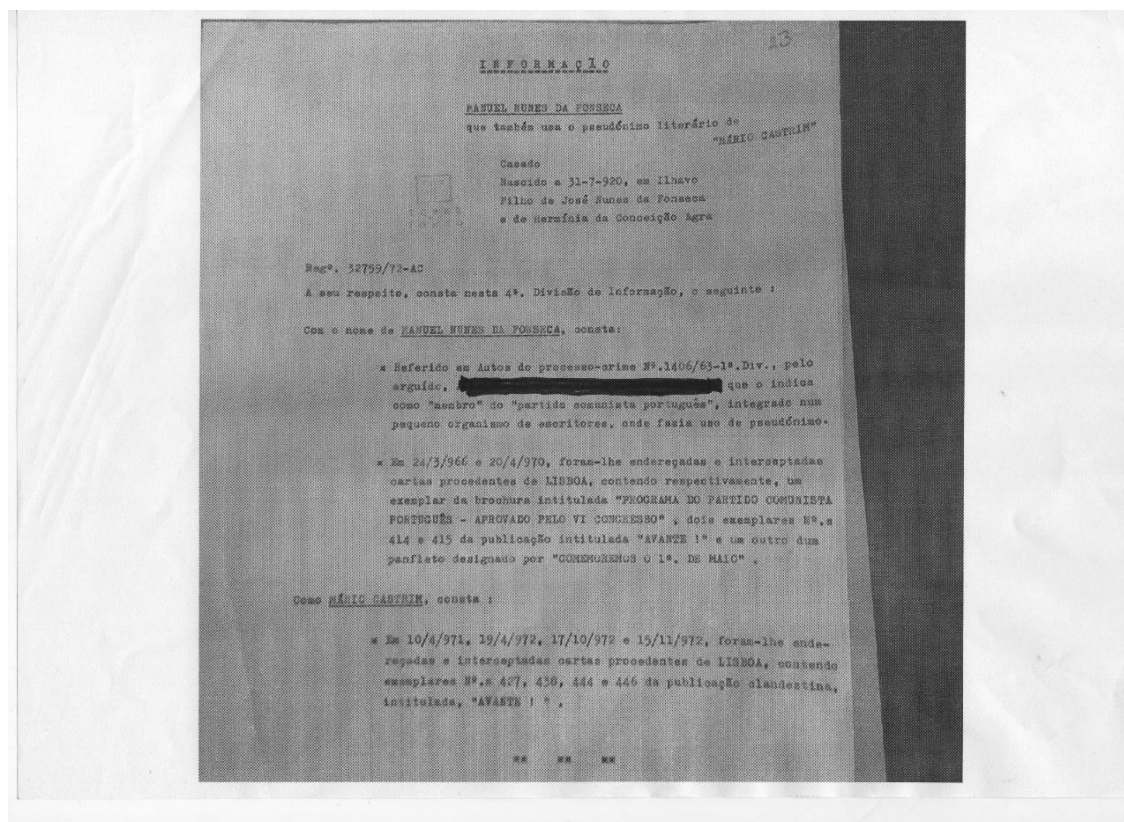
Documento 7 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492

Reconhecido pela polícia política que é contrário ao regime em 12/02/71



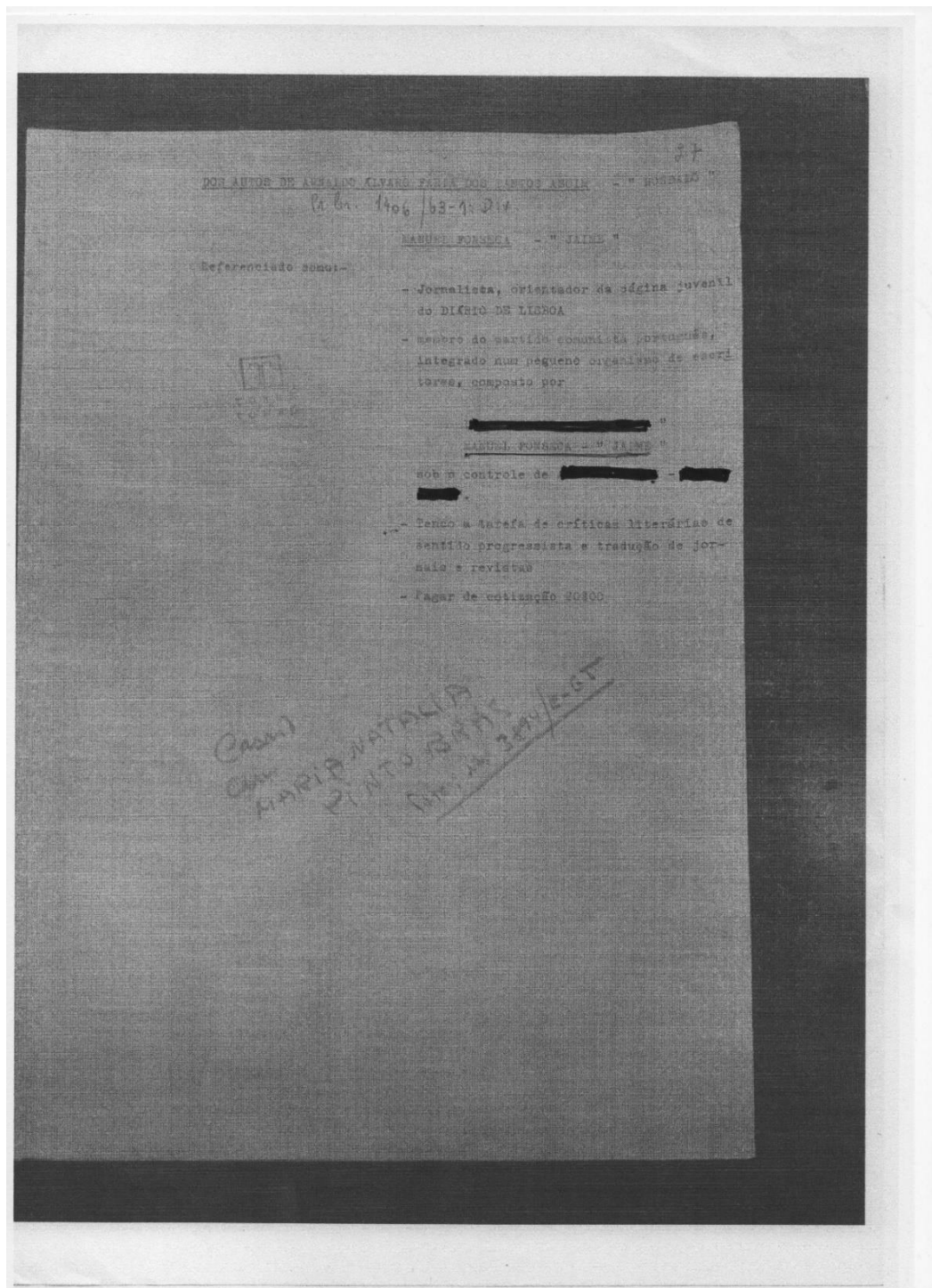
Documento 8 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, SR 911, NT 2723.

Quando a PIDE/DGS confirmou que pertencia Partido Comunista Português (PCP) a partir dos autos em que um militante do partido o denuncia



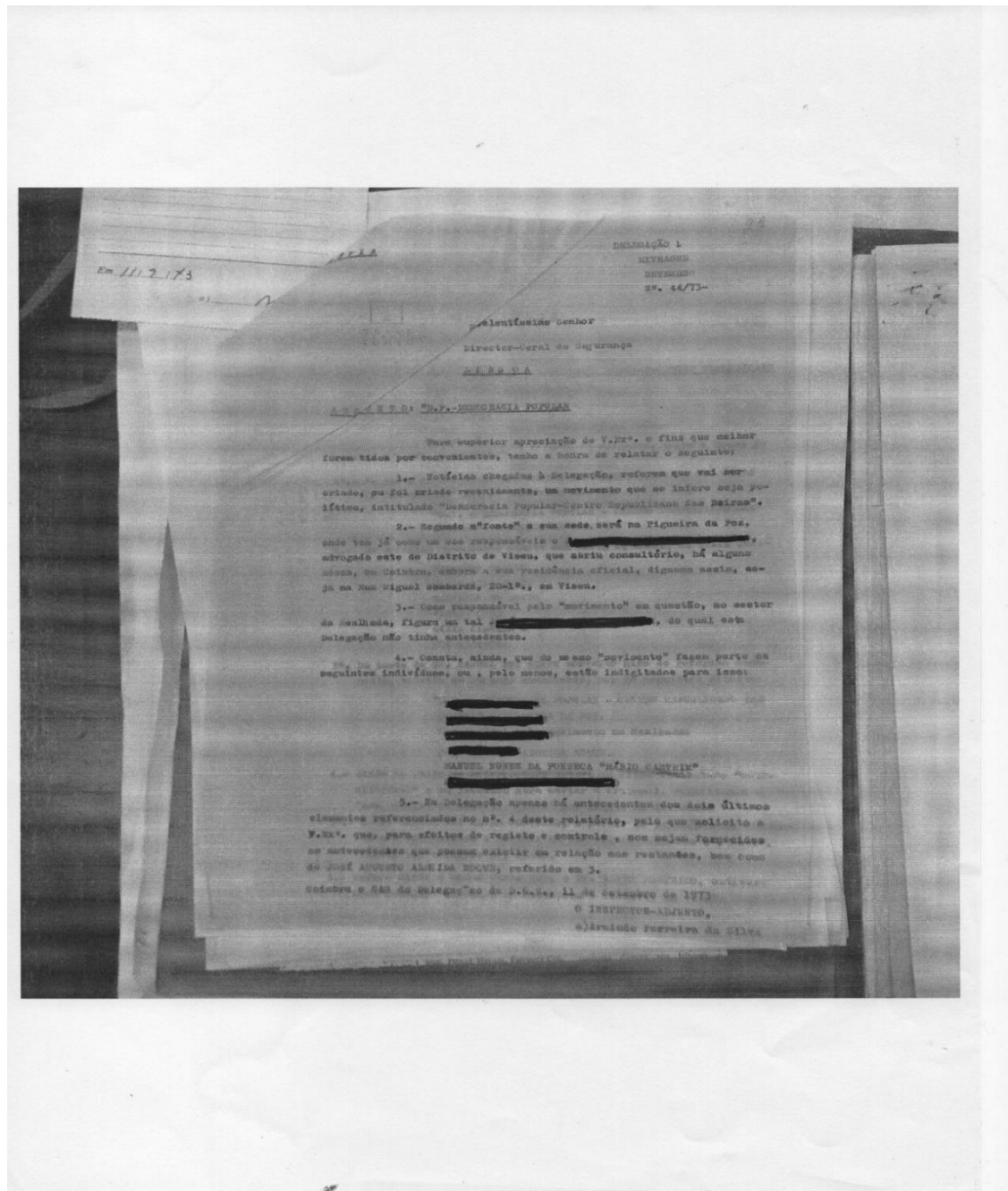
Documento 8 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, SR 911, NT 2723.

Nos mesmo autos é identificado com o pseudónimo de “Jaime” e tem um controleiro. Faz parte de um pequeno organismo de escritores. Escrito a lápis o nome de Maria Natália Pinto Brás, casada com Manuel Nunes/Mário Castrim. Jornalista e orientador da página Juvenil do *Diário de Lisboa*.



Documento 9 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, SR 911, NT 2723

**Documento que consta pertencer ao movimento “Democracia Popular” em
11/09/1973**



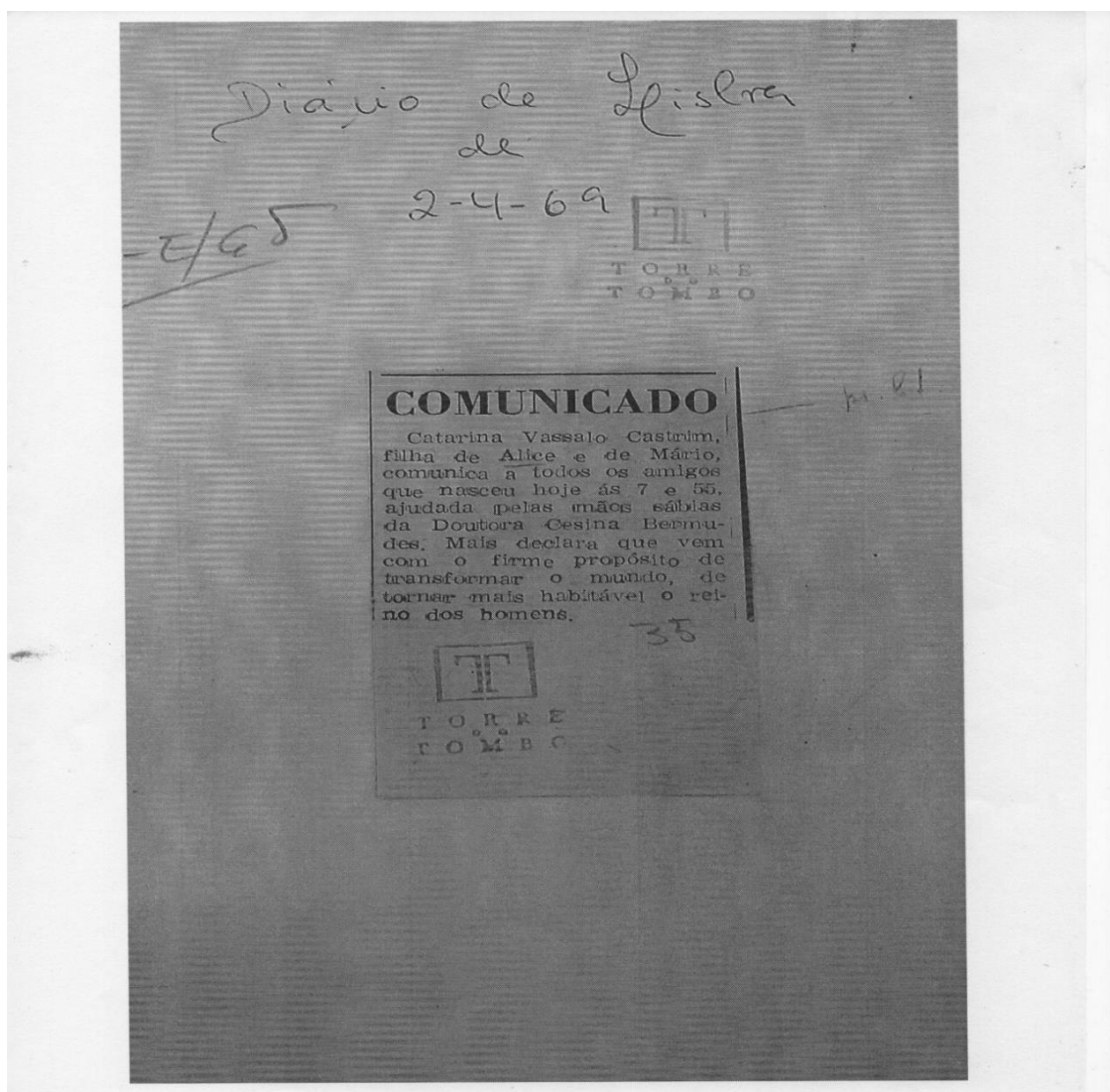
Documento 10 | Contido no processo PIDE/DGS, Delegação de Coimbra, PI 38892 NT 4887.

ANEXO 8

Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE)

Documento retirado do jornal

Nascimento da filha, retirado do *Diário de Lisboa* em 02/04/69

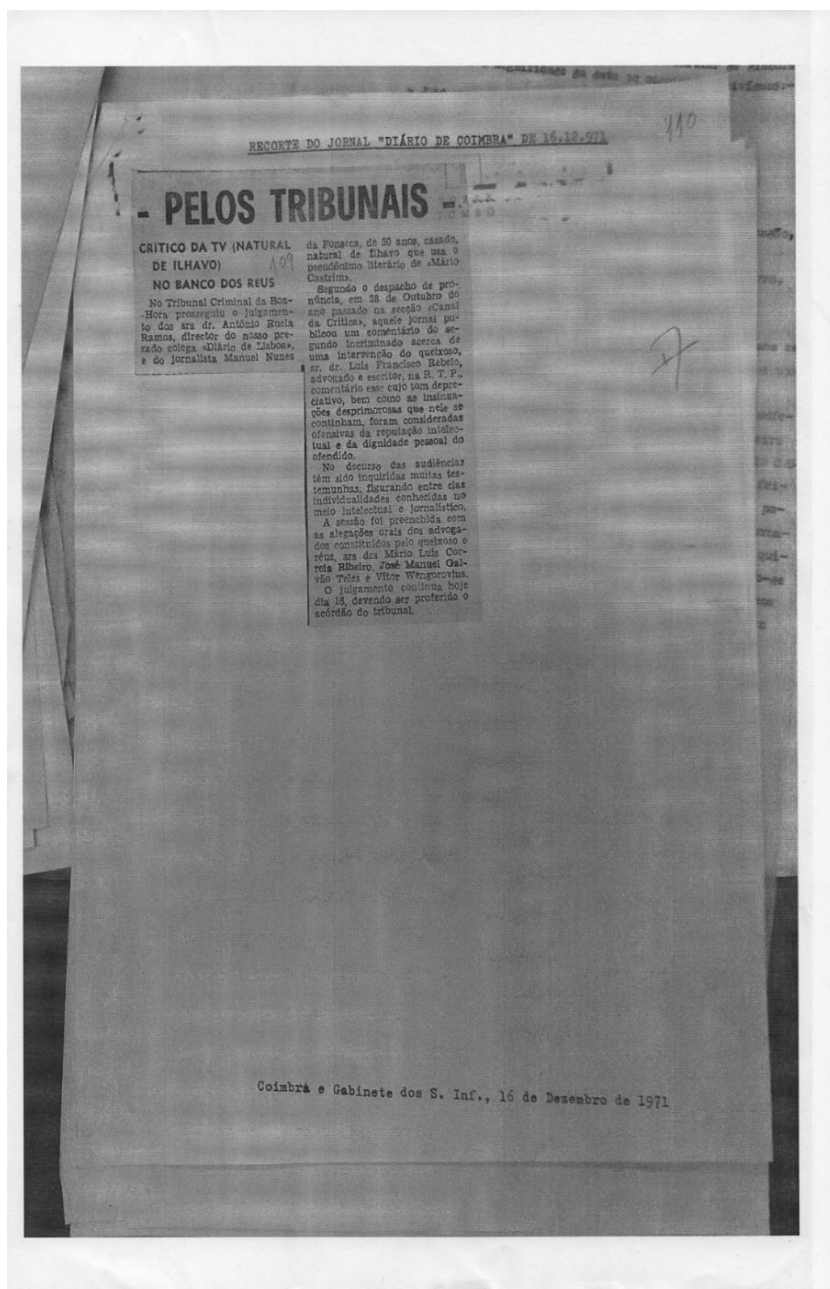


Documento 1 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, Boletim108342, NT8037

ANEXO 9

Processo: Luís Francisco Rebelo versus Mário Castrim

Retirado do *Diário de Coimbra* 16/012/71



Documento 1 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, Boletim108342, NT8037

Retirado do *Diário Popular* 17/12/71



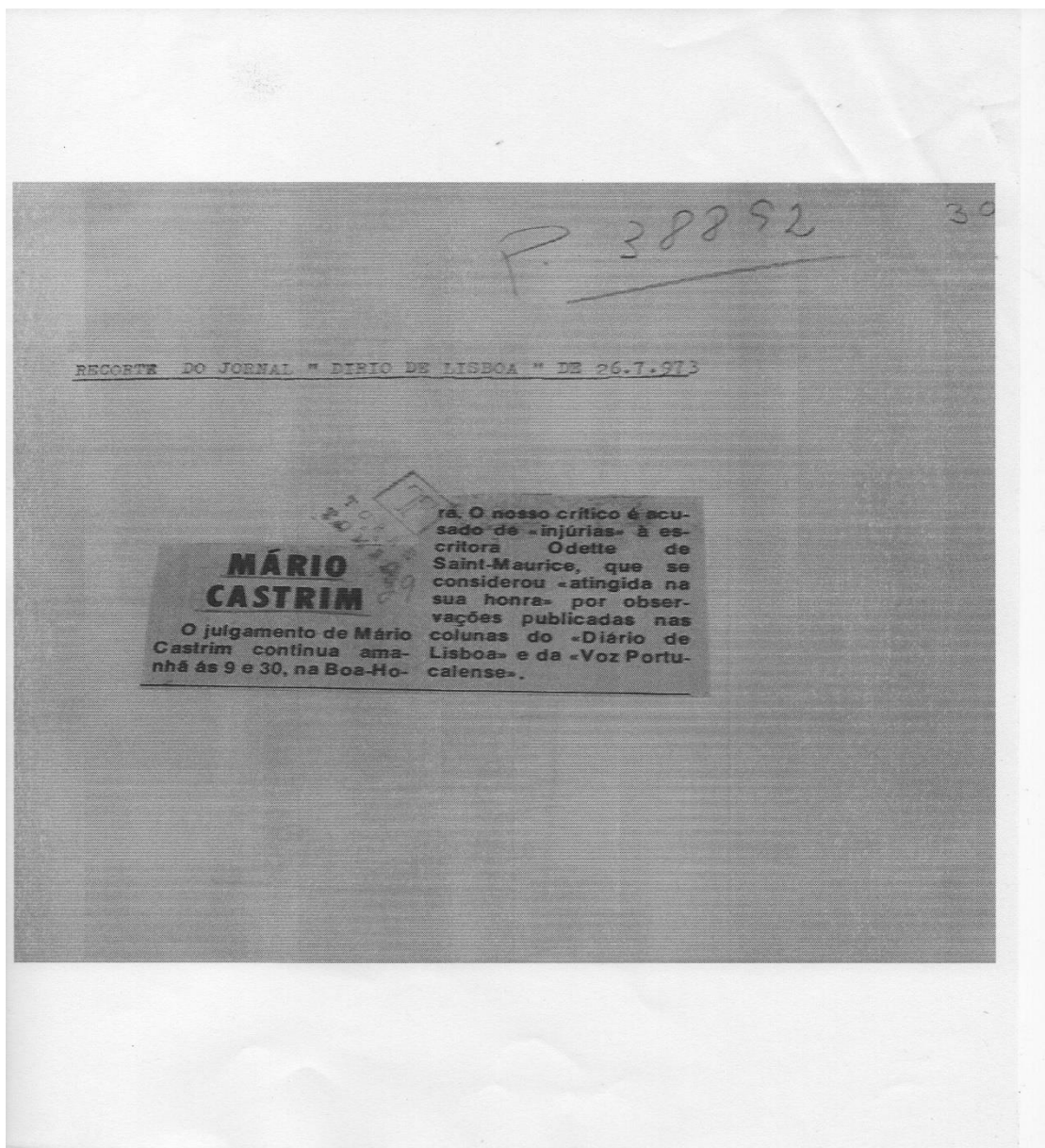
Documento 2 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, Boletim108342, NT8037

ANEXO 10

Processo: Odette de Saint-Maurice versus Mário Castrim

Apreciação como ideologicamente os jornais descrevem o julgamento

Retirado do *Diário de Lisboa* 26/07/73



Documento 1 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492

Retirado do *Diário de Lisboa* 16/11/73



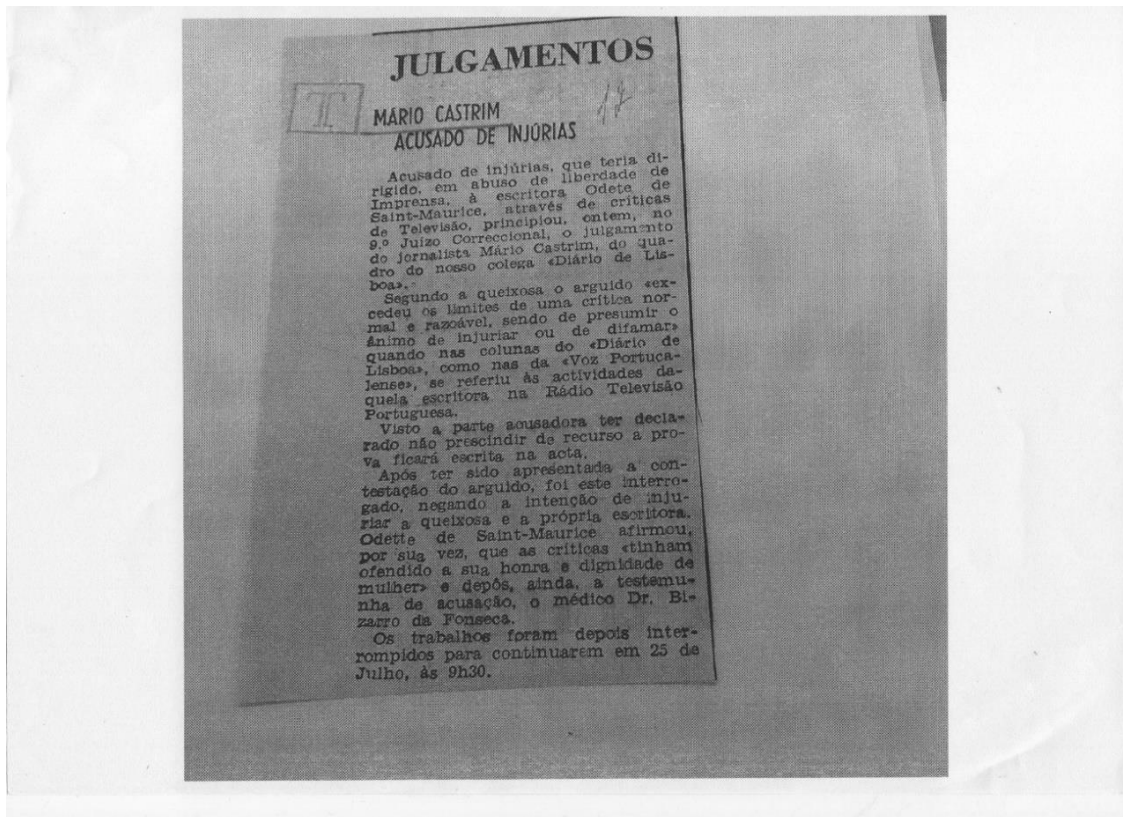
Documento 2 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492

Sem identificação do jornal



Documento 3 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492

Sem identificação do jornal



Documento 4 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492

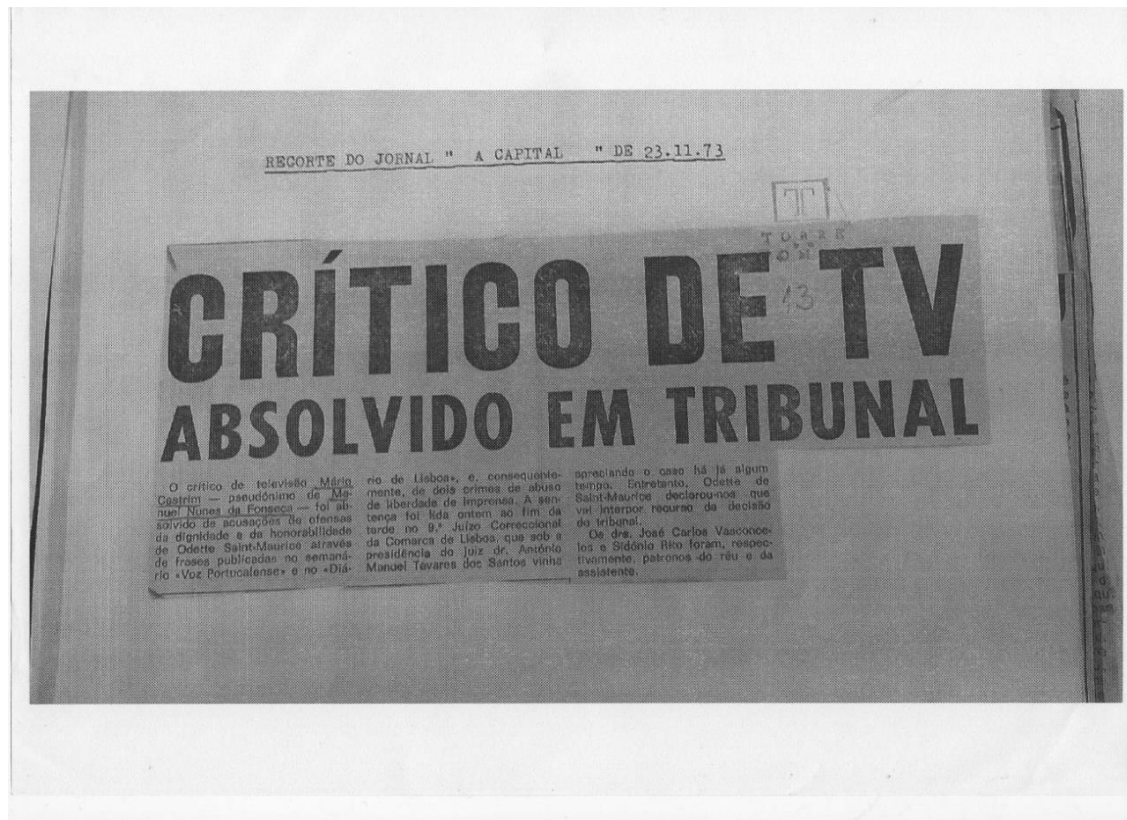
Absolvição de Mário Castrim e leitura da sentença no dia 22/11/73.

Proferido pelo juiz Dr. Tavares dos Santos

Sem identificação do jornal

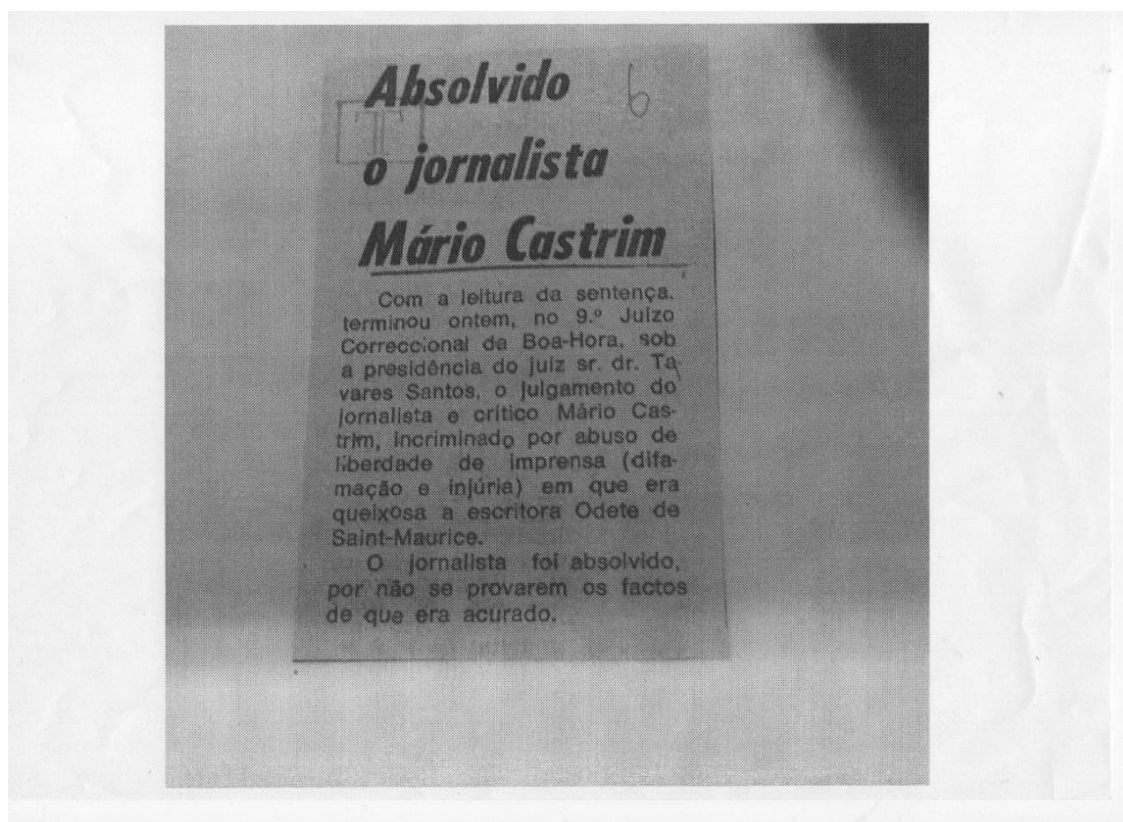


Documento 5 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492



Documento 6 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492

Sem identificação do jornal



Documento 7 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492



Retirado do Diário de Lisboa 10/12/1973



Documento 9 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3549, NT 1492

ANEXO 11

Conferência – Colóquios de Mário Castrim



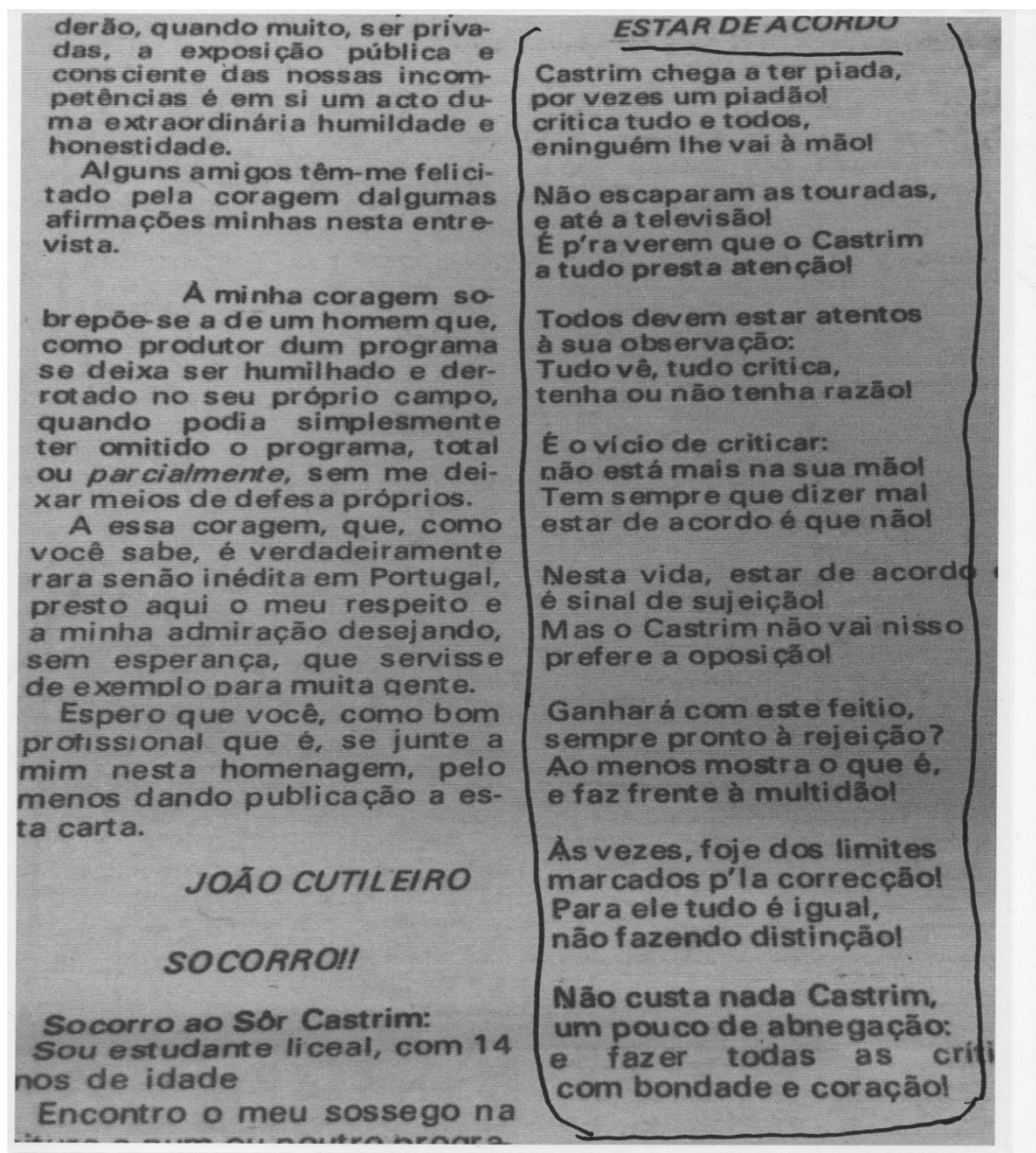
Documento 1 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492

ANEXO 12

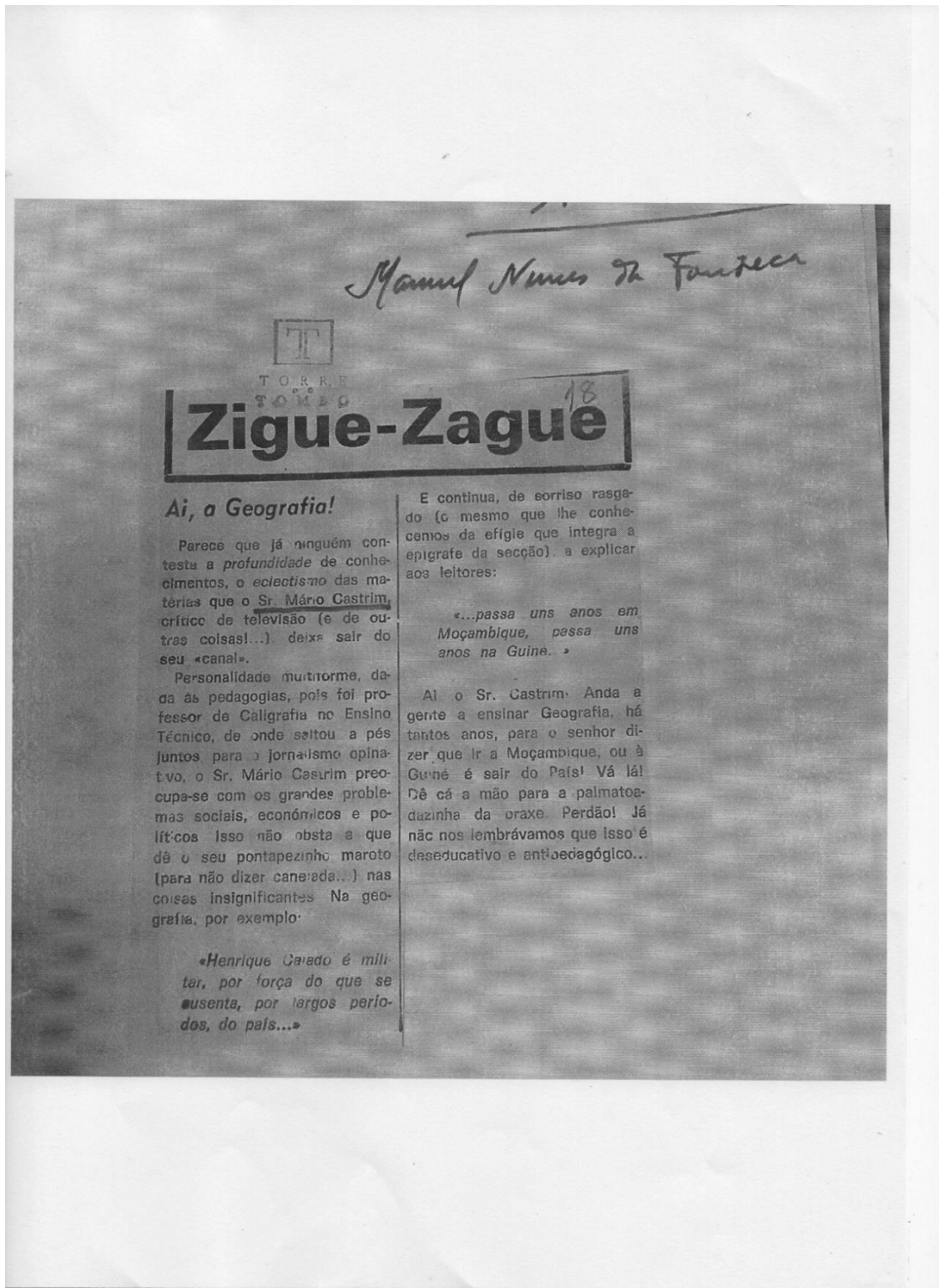
Cartas ao Director do *Diário de Lisboa* contra Mário Castrim

Documentos dos leitores do jornal a criticarem

Sem data do jornal



Sem data do jornal



Documento 2 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492



Documento 3 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492

ANEXO 13

Recortes do *Diário de Lisboa* do Canal da Crítica

Diário de Lisboa 15/12/71



Documento 1 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492

A importância dada pelo crítico ao programa “O Tempo e a Alma” de José Hermano Saraiva

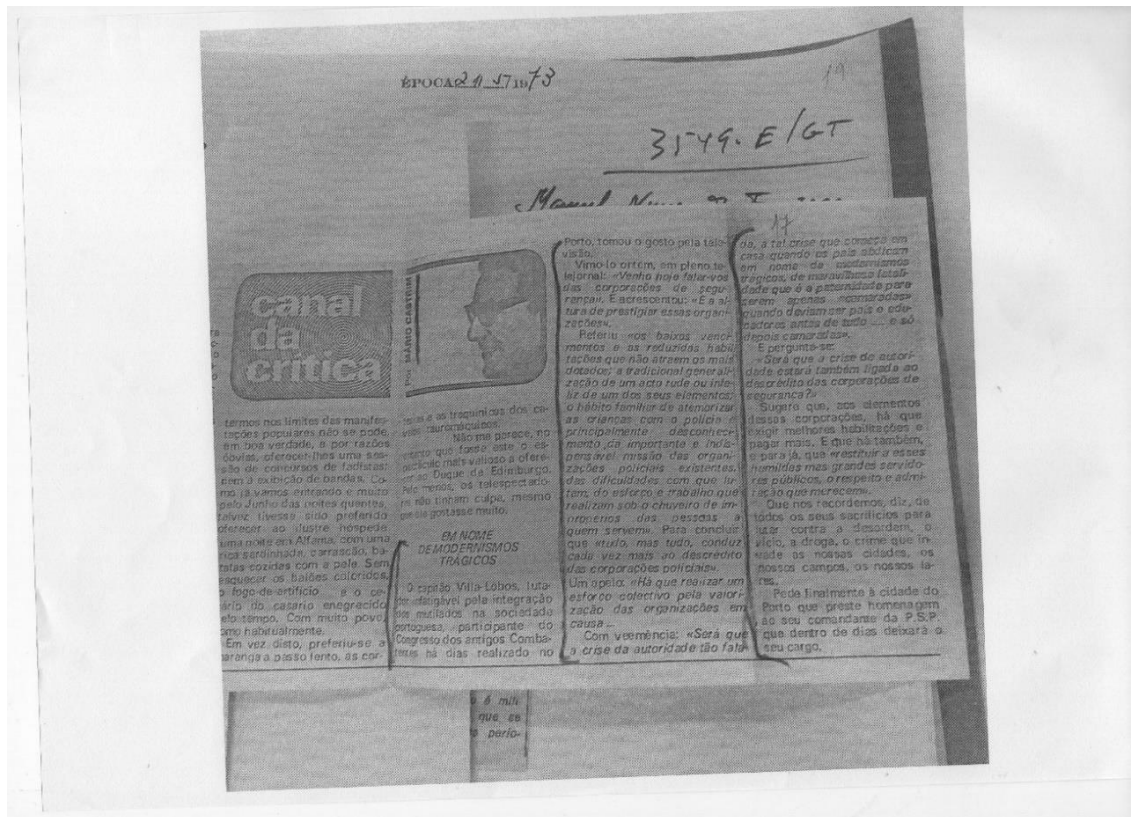
Diário de Lisboa 06/02/72



Documento 2 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492



Documento 3 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492



Documento 4 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492



Documento 5 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492

Uma crítica a Barradas de Oliveira um jornalista apoiante do regime

Sem data do jornal



Documento 6 | Contido no processo PIDE/DGS, Pide, SC, E/GT 3359, NT 1492

ANEXO 14

Revista Informação Cultural Popular Turismo

Secretaria de Estado de Informação e Turismo

“Mosaico dos Mass Media (III)”

1968-1973

Estudos de audiências em Portugal Continental efectuados pela Norma em 1970

Jornais, Revistas e Televisão

Hábitos de Leitura

Pedimos e obtivemos autorização do Dr. Armando Rui Lopes Henriques — chefe do Departamento de Marketing da «Norma» — para fazer uma síntese do estudo referido e para a publicarmos neste boletim na secção de divulgação que, desde o início, intitulámos de «mosaico dos mass media».

É isso que faremos a seguir no relativo a:

- 1 — imprensa diária;
- 2 — imprensa não diária;
- 3 — revistas;
- 4 — rádio;
- 5 — televisão;
- 6 — cinema.

Limitar-nos-emos para cada um dos veículos referidos a exteriorizar as percentagens de *audiência geral* (por hábitos de leitura) superiores a 1 %, até ao máximo da permissão que amavelmente nos foi concedida.

Antes, porém, daremos alguns dados que nos parecem essenciais para a compreensão dos elementos divulgados:

a) *Universo* — O Universo compreendeu a população de Portugal continental de idade igual ou superior a quinze anos, salvo a população dispersa, os militares vivendo em aquartelamentos e as pessoas residindo em domicílios colectivos (asilos, hospitais, etc.);

b) *Temporalidade* — Os dados colhidos respeitam ao período compreendido entre 30 de Março e 3 de Maio de 1970.

c) *Estrutura da amostra* — Adoptou-se uma amostra de sete mil indivíduos assim distribuídos:

106

	Escolas	100 a 200 hab.	200 a 500 hab.	500 a 10 000 hab.	10 000 a 100 000 hab.	Lisboa	Porto	Total
1	Lisboa (1)/Setúbal (2)	146	147	147	560	1000	—	2000
2	Porto (3)	186	187	187	240	—	600	1400
3	Aveiro, Braga e Porto (4)	225	225	225	225	—	—	900
4	Coimbra (5), Leiria (6), Lisboa (7) e Santa- rém (8)	225	225	225	225	—	—	900
5	Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu ...	225	225	225	225	—	—	900
6	Beja, Castelo Branco, Coimbra (9), Évora, Faro, Leiria (10), Portalegre, Santa- rém (11), Setúbal (12)	225	225	225	225	—	—	900
	Total	1232	1234	1234	1700	1000	600	7000

(1) Inclui os concelhos de Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras e Sintra.

(2) Inclui os concelhos de Almada, Barreiro e Setúbal.

(3) Inclui os concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia.

(4) Inclui os concelhos de Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Povos de Varzim, Santo Tirso e Vila do Conde.

(5) Inclui os concelhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Soure.

(6) Inclui os concelhos de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Peniche, Pombal e Porto de Mós.

(7) Inclui os concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

(8) Inclui os concelhos de Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penafiel, Penela, Fátima e Tábua.

(9) Inclui os concelhos de Alvalade, Anápolis, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande.

(10) Inclui os concelhos de Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Salvaterra de Magos, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Vila Nova de Ourém.

(11) Inclui os concelhos de Alcácer do Sal, Alcochete, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.

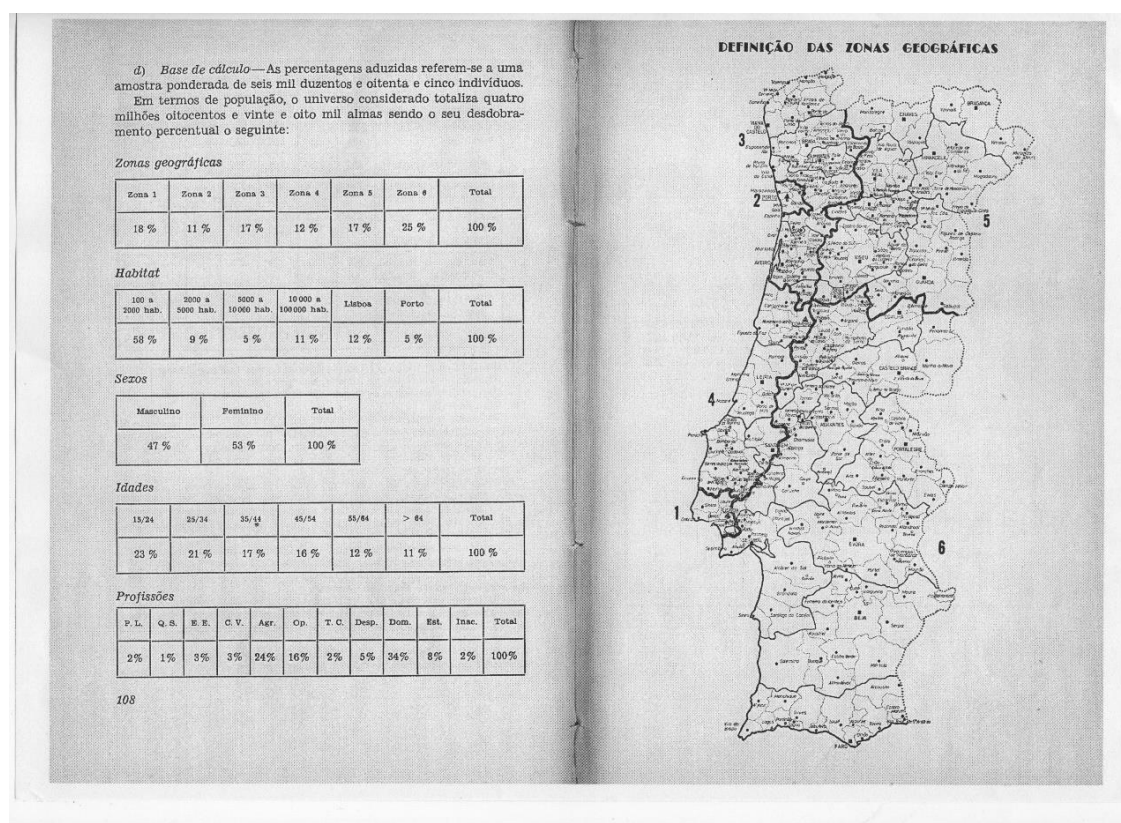
(12) Inclui os concelhos de Alcácer do Sal, Alcôchete, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.

107

Documento 1 | Contido na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Revista *Informação Cultural Popular Turismo* da Secretaria de Estado de Informação e Turismo de 1970. Volume I (números 1 a 4), 1970, pp.116, 117

Estudo realizado pela Norma entre 30/12/1970 e 03/05/1970, numa amostra por 7000 indivíduos para identificar hábitos de leitura de jornais e revistas, pp.106, 108.

Definição das zonas geográficas onde foram efectuados os estudos



Documento 2 | Contido na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Revista *Informação Cultura Popular Turismo* da Secretaria de Estado de Informação e Turismo de 1970. Volume I (números 1 a 4), 1970, pp.108, 110.

Jornais

e) *Classes de rendimentos* (base de dois milhões cento e setenta mil agregados familiares):

< 2000\$	2/3000\$	4/6000\$	6/11000\$	> 14000\$	12/14000\$	Total
44 %	38 %	6 %	5 %	4 %	3 %	100 %

2. — Audiência geral e hábitos de leitura

A audiência geral e os hábitos de leitura revelaram-se as seguintes:

2.1. — Imprensa diária

1 — <i>Diário de Notícias</i>	21,6 %
2 — <i>O Século</i>	15,8 %
3 — <i>Diário Popular</i>	15,3 %
4 — <i>Primeiro de Janeiro</i>	13,2 %
5 — <i>Jornal de Notícias</i>	9,5 %
6 — <i>Diário de Lisboa</i>	7,6 %
7 — <i>Comércio do Porto</i>	7,3 %
8 — <i>A Capital</i>	5,0 %
9 — <i>Diário de Coimbra</i>	2,1 %

Em termos de população e fazendo o cálculo na base dos elementos referidos, podemos dizer que o *Diário de Notícias* é lido, pelo menos uma vez por semana, por um milhão quarenta e dois mil oitocentos e quarenta e oito indivíduos.

116

Por sexos e por idades, as percentagens apresentam-se como segue ⁽¹⁾:

JORNAL	SEXO		IDADES						
	M.	F.	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	> 64	
1 — <i>Diário de Notícias</i>	11,6%	9,9%	5,6%	4,4%	3,6%	3,1%	2,5%	2,1%	
2 — <i>O Século</i>	9,1%	6,7%	4,6%	3,6%	2,6%	2,4%	1,8%	1,1%	
3 — <i>Diário Popular</i>	8,8%	6,5%	3,8%	4,0%	2,9%	2,1%	1,4%	0,9%	
4 — <i>Primeiro de Janeiro</i>	7,7%	5,5%	3,3%	2,9%	2,4%	1,8%	1,3%	1,2%	
5 — <i>Jornal de Notícias</i>	5,4%	4,0%	2,6%	2,2%	1,5%	1,5%	1,0%	0,5%	
6 — <i>Diário de Lisboa</i>	4,9%	2,6%	2,4%	2,0%	1,0%	1,1%	0,5%	0,3%	
7 — <i>Comércio do Porto</i>	4,3%	2,9%	1,8%	1,3%	1,7%	1,0%	0,9%	0,3%	
8 — <i>A Capital</i>	2,5%	2,4%	1,1%	1,4%	0,7%	0,7%	0,4%	0,3%	
9 — <i>Diário de Coimbra</i>	1,4%	0,6%	0,6%	0,3%	0,4%	0,3%	0,3%	—	

⁽¹⁾ As alterações da ordem verificam-se: no que respeita ao sexo feminino em que o *Comércio do Porto* suplanta o *Diário de Lisboa*; em relação às idades compreendidas entre os 25/34 e 35/44 anos em que o *Diário Popular* vem à frente de *O Século*; em relação às idades de 55/64 anos em que o *Comércio do Porto* vem logo a seguir ao *Primeiro de Janeiro* e com referência às pessoas com mais de 64 anos em que o *Primeiro de Janeiro* vem logo a seguir ao *Diário de Notícias*.



117

Documento 3 | Contido na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Revista *Informação Cultura Popular Turismo* da Secretaria de Estado de Informação e Turismo de 1970. Volume I (números 1 a 4), 1970, pp.116, 117.

Assuntos de maior interesse nos Jornais e Revistas

Os assuntos de maior interesse nos jornais diários revelaram-se os seguintes:

Acidentes e desastres	12,0 %
Dia a dia	10,5 %
Política internacional	8,2 %
Política nacional	6,9 %
Notícias desportivas	6,0 %
Noticiário internacional	5,1 %
Editoriais e anúncios	5,1 %
Assuntos femininos	4,3 %
Noticiário nacional	3,2 %
Noticiário regional	3,1 %
Artes e letras	2,3 %
Vida social	1,6 %
Assuntos técnicos e científicos	1,4 %
Actualidades	1,3 %

2.2. — Imprensa não diária

1 — A Bola	15,0 %
2 — Mundo Desportivo	4,6 %
3 — Actualidades	3,0 %
4 — Record	3,0 %
5 — Gazeta do Centro	2,9 %
6 — Norte Desportivo	2,0 %
7 — Jornal do Algarve	1,1 %
8 — Notícias de Gouveia	1,1 %

2.3. — Revistas

1 — Crónica Feminina	18,2 %
2 — Flama	15,9 %
3 — Século Ilustrado	12,8 %
4 — Modas e Bordados	7,0 %
5 — Plátela	5,9 %
6 — Vida Mundial	5,3 %
7 — Nova Antena	4,1 %
8 — Rádio e Televisão	2,8 %
9 — Clube das Donas de Casa	1,8 %
10 — Seara Nova	1,3 %
11 — Mundo Moderno	1,2 %

120

Por sexos e por idades, a posição é a seguinte ("):

REVISTAS	SEXOS		IDADES					
	M.	F.	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	> 64
1 — Crónica Feminina	2,8%	15,4%	5,8%	4,3%	3,5%	2,6%	1,3%	0,4%
2 — Flama	8,5%	7,4%	6,1%	3,4%	2,6%	2,0%	1,0%	0,5%
3 — Século Ilustrado	7,8%	5,1%	3,8%	3,4%	2,1%	1,7%	1,1%	0,7%
4 — Modas e Bordados	0,9%	6,0%	1,8%	1,6%	1,4%	1,2%	0,4%	0,3%
5 — Plátela	3,3%	2,6%	3,0%	1,4%	0,6%	0,5%	0,2%	—
6 — Vida Mundial	3,7%	1,6%	2,0%	1,5%	0,7%	0,6%	0,2%	0,2%
7 — Nova Antena	2,0%	2,0%	1,3%	0,8%	0,6%	0,6%	0,3%	0,1%
8 — Rádio e Televisão	1,2%	1,5%	0,9%	0,7%	0,4%	0,4%	0,1%	0,1%
9 — C. D. C.	0,2%	1,5%	0,4%	0,5%	0,2%	0,2%	0,2%	—
10 — Seara Nova	2,0%	2,0%	1,3%	0,8%	0,6%	0,6%	0,3%	0,1%
11 — Mundo Moderno	0,9%	0,2%	1,0%	—	0,1%	—	—	—

(*) As mais significativas alterações da ordem são as seguintes:

a) Em relação ao sexo masculino, a Flama passa para o primeiro lugar, O Século Ilustrado para segundo, a Vida Mundial para terceiro e a Seara Nova para sétimo, antecedida da Plátela, Crónica Feminina e Nova Antena. Em relação ao sexo feminino, as Modas e Bordados passam para terceiro, a Nova Antena para sexto, a Seara Nova para sétimo e a Vida Mundial para oitavo lugar;

b) Quanto às idades a ordem altera-se como segue:

	15/24	25/34	35/44	45/54	55/64	> 64
1	Flama	C. F.	C. F.	C. F.	C. F.	S. I.
2	C. F.	Flama	Flama	Flama	S. I.	Flama
3	S. I.	S. I.	S. I.	S. I.	Flama	C. F.
4	Plátela	M. B.	M. B.	M. B.	M. B.	M. B.
5	V. M.	V. M.	V. M.	V. M.	N. A.	V. M.
6	M. B.	Plátela	Plátela	S. N.	S. N.	S. N.
7	N. A.	N. A.	N. A.	N. A.	V. M.	N. A.
8	S. N.	S. N.	S. N.	Plátela	Plátela	R. T.
9	M. M.	R. T.	R. T.	R. T.	C. D. C.	—
10	R. T.	C. D. C.	C. D. C.	C. D. C.	R. T.	—
11	C. D. C.	—	M. M.	—	—	—

121

Documento 4 | Contido na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Revista *Informação Cultura Popular Turismo* da Secretaria de Estado de Informação e Turismo de 1970. Volume I (números 1 a 4), 1970, pp.120, 121.

Revistas

Hábitos de leitura e ordem de rendimentos

As profissões dão-nos o quadro seguinte ⁽¹⁾:

REVISTAS	F. L.	Q. S.	E. E.	C. V.	Agr.	Op.	T. C.	Desp.	Dom.	Est.
1 - Crónica Feminina	0,6%	—	1,5%	1,1%	0,4%	2,7%	0,2%	0,6%	8,7%	1,8%
2 - Flama	1,2%	0,1%	2,8%	1,3%	0,5%	1,8%	0,2%	0,7%	3,9%	2,7%
3 - Século Ilustrado	0,7%	0,2%	2,0%	1,4%	0,2%	1,2%	0,5%	0,8%	2,9%	2,2%
4 - Modas e Bordados	0,4%	—	0,6%	0,3%	—	0,5%	—	0,2%	3,6%	0,7%
5 - Plateia	0,2%	—	0,4%	0,6%	0,4%	1,1%	0,1%	0,3%	1,4%	0,9%
6 - Vida Mundial	0,7%	0,1%	1,0%	0,5%	—	0,2%	0,1%	—	0,7%	1,3%
7 - Nova Antena	0,1%	—	0,5%	0,4%	0,1%	0,4%	0,1%	—	1,2%	0,6%
8 - Rádio e Televisão	0,1%	—	0,5%	0,1%	—	0,2%	—	0,1%	0,8%	0,6%
9 - C. D. C.	—	—	0,1%	0,1%	—	—	—	—	1,0%	0,1%
10 - Seara Nova	0,2%	—	0,2%	—	—	0,1%	—	—	0,2%	0,2%
11 - Mundo Moderno	—	—	0,1%	—	—	—	—	—	0,1%	0,6%

⁽¹⁾ A Flama só não ocupa o primeiro lugar em relação aos Q. S., aos comerciantes e vendedores, aos trabalhadores dos transportes e comunicações, aos operários e às domésticas, o Século Ilustrado ocupa o primeiro lugar em relação aos Q. S., C. V., T. C. e desportistas.

122

A ordem dos rendimentos esquematiza-se assim ⁽²⁾:

(Milhares de escudos)

REVISTAS	< 2	3/5	8/9	9/11	12/14	> 14
1 - Crónica Feminina	6,8%	8,9%	1,7%	0,4%	0,1%	0,1%
2 - Flama	3,4%	7,8%	2,9%	0,9%	0,3%	0,4%
3 - Século Ilustrado	3,0%	5,6%	2,5%	0,8%	0,2%	0,5%
4 - Modas e Bordados	1,9%	3,2%	1,0%	0,3%	0,1%	0,1%
5 - Plateia	1,8%	3,1%	0,7%	0,1%	—	—
6 - Vida Mundial	0,5%	1,6%	1,6%	0,7%	0,3%	0,4%
7 - Nova Antena	0,9%	2,0%	0,7%	0,1%	0,1%	—
8 - Rádio e Televisão	0,1%	1,3%	0,8%	0,2%	—	0,1%
9 - C. D. C.	0,1%	1,0%	0,3%	0,1%	—	—
10 - Seara Nova	—	0,3%	0,3%	0,2%	0,1%	0,1%
11 - Mundo Moderno	0,2%	0,7%	0,1%	—	—	—

⁽²⁾ As alterações da ordem mais importantes são as seguintes:

	8/9	9/11	12/14	> 14
1	Flama	Flama	Flama	S. I.
2	S. I.	S. I.	V. M.	Flama
3	C. F.	V. M.	S. I.	V. M.
4	V. M.	C. F.	C. F.	C. F.
5	M. B.	M. B.	M. B.	M. B.
6	R. T.	R. T.	N. A.	S. N.
7	Plateia	S. N.	S. N.	R. T.
8	N. A.	Plateia	—	—
9	C. D. C.	N. A.	—	—
10	S. N.	C. D. C.	—	—
11	M. M.	—	—	—

No respeitante aos rendimentos inferiores a dois mil escudos e compreendidos entre três e cinco contos a única alteração mais significativa a assinalar é a Nova Antena vir à frente da Vida Mundial.

123

Documento 5 | Contido na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Revista *Informação Cultura Popular Turismo* da Secretaria de Estado de Informação e Turismo de 1970. Volume I (números 1 a 4), 1970, pp.122, 123.

Televisão

Audiências em Portugal Continental telespectadores habituais

	PROGRAMA MAIS APROVEITADO	OBS.	%
1.º Programa	Sem perfunção	30	1,48
	Ciclo preparatório TV	3	0,14
	Telejornal	95	4,69
	Quarto de Brinquedos	5	0,24
	Vamos dormir	1	0,04
	Momento desportivo	26	1,28
	Canções T. do Povo Port.	17	0,83
	Segredos do mar	30	1,48
	Recital — Teatro Villaret	79	3,90
	Série juvenil	1	0,04
	Programa feminino	14	0,69
	Agência-Geral do Ultramar ...	3	0,14
	As Nossas Queridas Mulheres ..	147	7,26
	TV Clube	29	0,98
	As Enfermeiras	30	1,48
	Desporto em câmara lenta ...	4	0,19
	Ballado	13	0,64
	Noite de Teatro	267	13,19
	Fados e guitarradas	22	1,08
	Lanterna Mágica	3	0,14
	Variedades (A. Agostinho) ...	109	5,38
	Cinema sem estrelas	3	0,14
	Cartaz TV	3	0,14
	Noite de Cinema	116	5,73
	Programa juvenil	1	0,04
	Culinária	7	0,34
	Dialogos de sábado	2	0,09
	Viagens sem passaporte	4	0,19
	TV 7	2	0,09
	Museu do Cinema	26	1,28
	O Fugitivo	364	17,98
	Missa	2	0,09
	Nos Bastidores da Aventura ...	2	0,09
	Dia do Senhor	3	0,14
	Desenhos animados	11	0,54
	TV Educativa	5	0,24
	«Daktari»	21	1,03
	Passatempo infantil	25	1,23
	Folclore	137	6,76

	PROGRAMA MAIS APROVEITADO	OBS.	%
1.º Programa	TV Rural	23	1,13
	Horizonte	8	0,39
	TV Clube	14	0,69
	O Santo	266	14,57
	Domingo desportivo	25	1,23
2.º Programa	«Danger Men»	1	0,04
	Estrada do Êxito (Ant. Silva) ..	2	0,09
	Maiores	1	0,04
	Total	2022	99,61

Documento 6 | Contido na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Revista *Informação Cultura Popular Turismo* da Secretaria de Estado de Informação e Turismo de 1970. Volume I (números 1 a 4), 1970, pp.170, 171.

Os três primeiros mais apreciados:

1º - O Fugitivo (série americana) – 17,98%

2º – Noite de Teatro – 13,19%

3º - As Nossas Queridas Mulheres (Série) – 7,26%

ANEXO 15

Evolução da Taxa de Analfabetismo

Percentagens de analfabetismo no Século XX em Portugal

Percentagens de alfabetização de idade igual ou superior a 7 anos, e a sua e sua distribuição por classes de idade entre os 7 e os 54 anos entre 1900 e 1960.

Idade	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960
7-14	0%	6%	31%	3%	6%	7%	7%
15-19	9%	5%	40%	5%	6%	8%	1%
20-24	0%	5%	41%	4%	6%	8%	0%
30-34	0%	4%	37%	5%	8%	*	0%
40-44	7%	0%	34%	9%	6%	*	1%
50-54	2%	6%	31%	4%	9%	*	8%

Fontes: Censo da população do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900; Censo da população do de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911; Censo da população de Portugal - Dezembro de 1920; Censo da população de Portugal - Dezembro de 1930; Recenseamento Geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940; Recenseamento Geral da população no Continente e Ilhas Adjacentes em 13 de Dezembro de 1950; Recenseamento Geral da população às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960.

Documento 1 | Contido em CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda, 1999, Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso, in *Análise Psicológica*, p. 170, consultado em http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5867/1/1999_1_163.pdf.

Evolução da Taxa de Analfabetismo em Portugal no Século XX

Ano	Situação	Variação
1900	73%	
1911	69%	-4%
1920	65%	-4%
1930	60%	-5%
1940	52%	-8%
1950	42%	-10%
1960	33%	-9%
1970	26%	-7%
1981	21%	-5%
1991	11%	-10%
2001	9%	-2%

Contendo na 1ª coluna o ano do censo de Portugal e na 2ª a taxa de analfabetismo medida nesse senso. A 3ª coluna que mostra a variação em cada década da taxa de analfabetismo em Portugal.

Documento 2 | Contido no Blogger de [jj.amarante](http://jj.amarante.blogspot.com). Trabalho realizado por José Júlio Pontes Amarante dos Santos. O post refere como fonte da tabela: O post refere como fonte da tabela: [António Candeias et al. (2007): Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX. Os Censos e as Estatísticas, Fund. C. Gulbenkian, p.40; e Recenseamento da População e Habitação (Portugal) - Censos 2001 (quadro 1.03, População residente segundo o nível de ensino atingido e taxa de analfabetismo), Instituto Nacional de Estatística)], consultado em, <http://imagenscomtexto.blogspot.com/2008/07/evolucao-do-analfabetismo-em-portugal.html>.

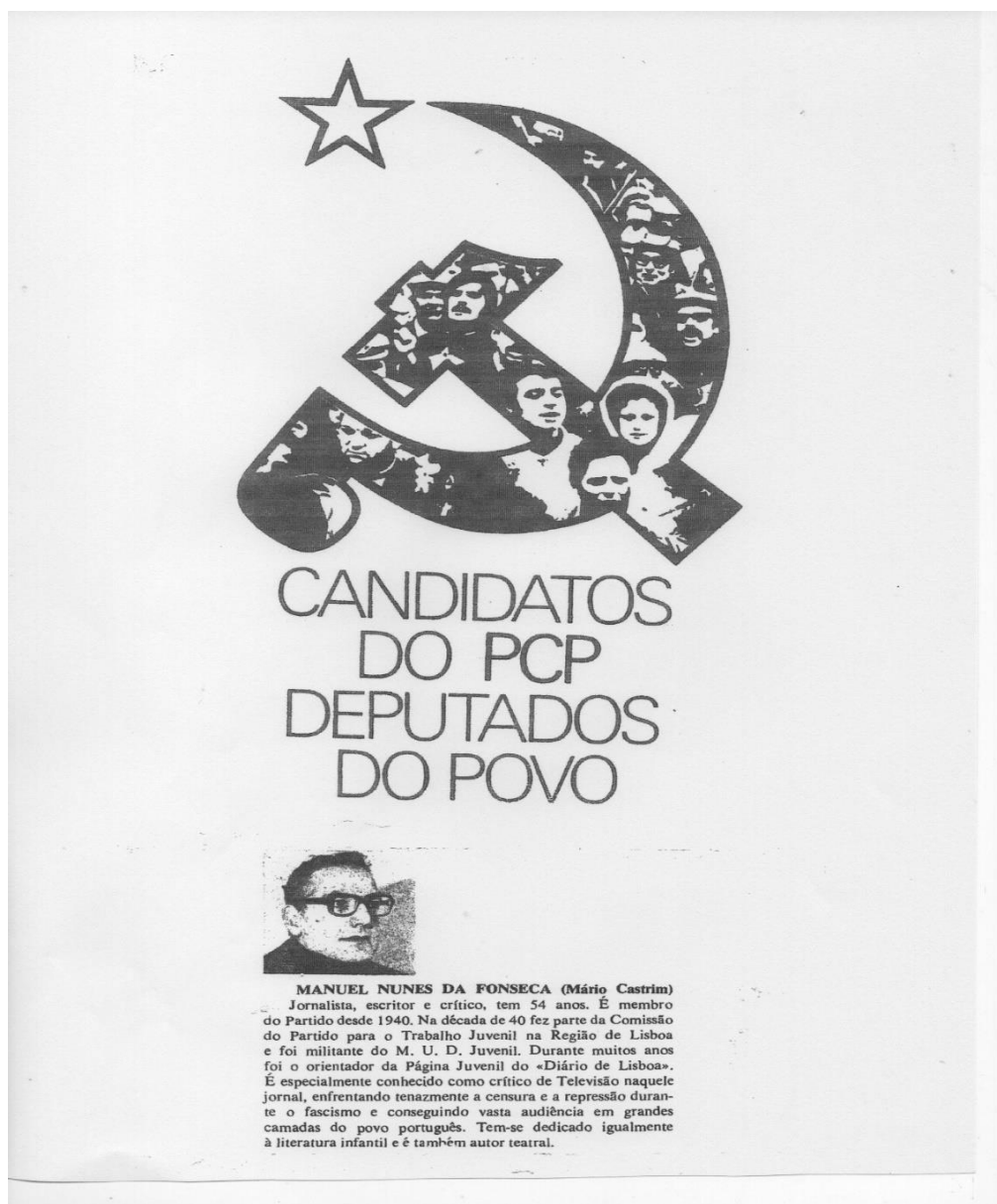
ANEXO 16

Cedidos pelo Partido Comunista Português referentes a Mário

Castrim

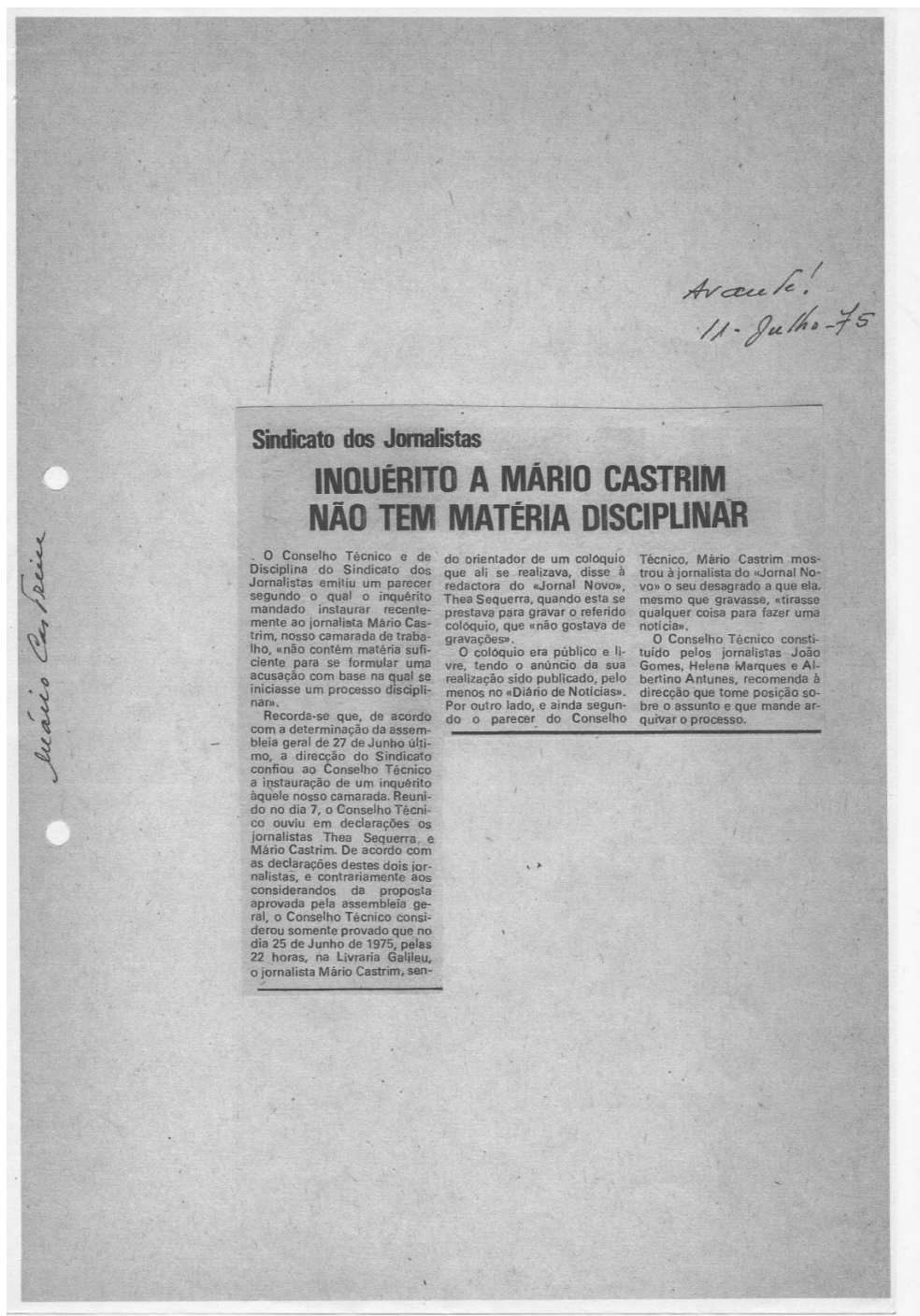


Candidato às eleições à Assembleia Constituinte 1976



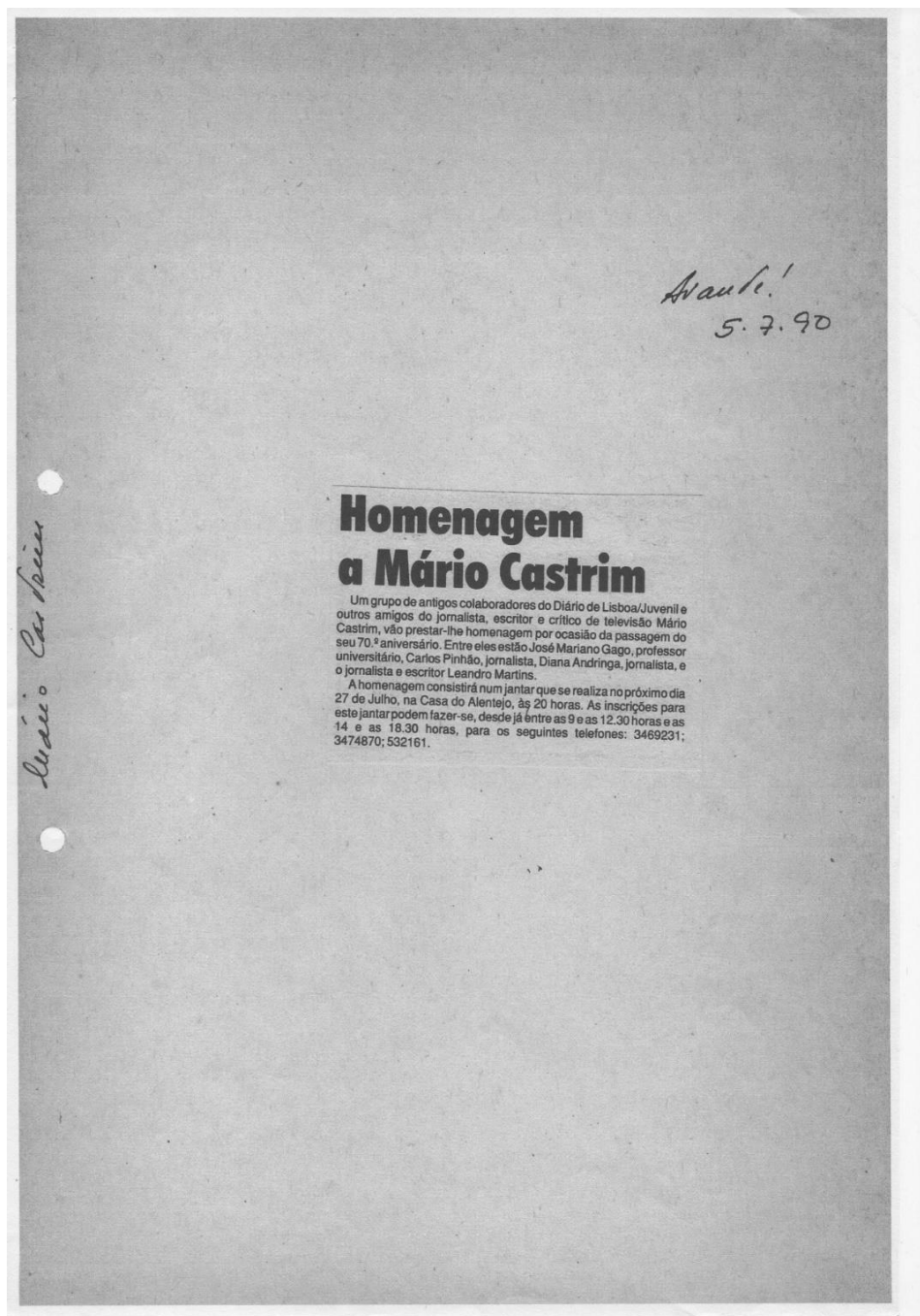
Documento 1 | Cedido pelo Partido Comunista Português (PCP)

Inquérito movido pelo Sindicato dos Jornalistas contra Mário Castrim que não contém uma base para formular um processo judicial



Documento 2 | Cedido pelo Partido Comunista Português (PCP). Arquivo do *Avante!*
11/07/75.

Homenagem a Mário Castrim efectuada por um grupo de amigos do *Diário de Lisboa/Juvenil* e outros pelo 70º aniversário no dia 27/07/90 na Casa do Alentejo



Documento 3 | Cedido pelo Partido Comunista Português (PCP). Arquivo do *Avante!*
05/07/90.

Crónicas escritas no jornal *Avante!*

De quem é a pobreza?...

I

O dr. Mário Soares explicou muito bem explicadinho no final do seu debate com Carlos Carvalhas a razão principal por que quer candidatar-se de novo à Presidência da República. «Porque — disse ele — eu sou a garantia de que haverá menos pobreza em Portugal...».

Situação mais estranha! De facto, ao longo do debate ele amontoou afirmações de que isso da pobreza, era com o Governo, ele, pobre dele, não podia fazer nada, bem, podia ter umas conversazinhas com o Primeiro-Ministro, conversas em privado, claro, bem resguardadas, género «ó senhor Primeiro-Ministro, aqui entre nós que ninguém nos ouve...» sim, porque «essas conversas não são para aqui chamadas» era o que falava, o povo português, se quiser andar bem fornecido de fofocas, leia a «Olá» ou a *gente* doutros semanários.

Este é apenas um exemplo das incoerências, das flutuações a que o Dr. Mário Soares anda sujeito. Carlos Carvalhas, pacientemente, esforça-se por lhe mostrar que o Presidente da República, num sistema como o nosso, não pode ser mera figura decorativa. Como reage o outro candidato? Que sim, que não pode ser figurante, mas que também não quer transportar situações de bloqueio! Então como é? Tão frágil-nha democracia é esta em que a defesa da Constituição pode, sem mais nem menos, bloqueá-la? O bom-senso diz-nos que o bloqueio democrático pode dar-se exactamente quando a Constituição não é defendida, tarefa que gravemente incumbe ao Presidente da República.

O resto são conversas... em privado.

II

Carlos Carvalhas, como lhe ouvimos depois dizer na reportagem das 24 horas, desejou sempre que este debate decorresse num clima diferente do anterior. Sim à discussão de ideias, não à arruaça.

Diga-se que Mário Soares algumas vezes tentou enveredar por atalhos de má memória. Um comentador político diria depois que ele se encontrava traumatizado pela experiência horticola. E se acabou por recuar, isso ficou a dever-se à firmeza de Carlos Carvalhas que o chamou ao bom caminho.

Mas de facto, nada existe de semelhante entre os dois debates. No anterior, prevaleceu o jogo de pau, numa das piores sessões políticas que já se presenciaram na televisão portuguesa. Espíritos que se autoproclamam de «isentos», de «impolíticos», de «profundamente democráticos» deviam pensar primeiro em certas tristes figuras que são maus exemplos de democracia...

Carlos Carvalhas lançou sucessivamente para a mesa um acervo de situações demonstrativas da fraqueza do outro candidato, em vista das provas dadas. Mário Soares não teve outra alternativa senão refugiar-se na retórica, na esgrima das palavras ou naquilo a que Carlos Carvalhas apelidou de *cartatura*.

Mestre como é na invenção das anedotas, não deixou de levantar um sorriso que se espalhou do Minho ao Algarve, ao lembrar que ele estivera presente em todos os acontecimentos «no momento H»...

São estes tratos de boa disposição que valem a pena, em geral, nas intervenções do dr. Mário Soares. Para já não falar na sua recusa em tratar os números que reflectem um certo tipo de relações porque o seu negócio não são números, ele é um humanista...

Avante!

13.12.90

III

Foi sem dúvida um debate em que o dr. Mário Soares falou muito. Mas entre falar e dizer há uma distância a correr. E se falou muito, calou mais.

Calou a ambiguidade dos apoios envenenados. Calou o acordo tácito com Cavaco Silva para não se atacarem mutuamente, num caso típico de política em simbiose. Calou a sua ignorância dos «dossiers» comunitários. Passou por alto sobre a «factura» que Portugal terá de pagar em 1993 e que traz tão preocupados agricultores, industriais, trabalhadores. Os problemas dos empresários? Não queria agora referir-se a isso. Perante a atmosfera de receios, de temores, de ameaças em que vive a população portuguesa face à conjuntura comunitária, eis-nos em presença de um candidato a Presidente que, de facto, não mostrou estar minimamente informado, avisado, alertado, sem aquela prudência que Carlos Carvalhas tanto considera indispensável.

Em certos aspectos, a leviandade apresentou índices assustadores. Que pensar de um candidato que, face à perda de soberania («uma soberania espartilhada e não partilhada», como diria Carlos Carvalhas) dentro da Comunidade afirma que «riscos de perder a soberania todos os países os têm...» Como lembrava Anatole France: todos, mendigos ou milionários, podem dormir nos bancos de jardim...

Terá interesse recordar aqui o convite de Mário Soares feito aos comunistas para votarem nele. Para quê? Para não ficarem isolados! Os comunistas faziam um lindo ramo ao lado dos apoiantes de Cavaco Silva e pronto, já não ficavam isolados...

Que pensarão tantos e tantos socialistas de tão estranhas confluências? Depois deste debate, a pergunta tem forte razão de ser.

■ **Mário Castrim**

Crónicas escritas no jornal *Avante!*

Avante!
15.10.92

NOTAS DO MEU OLHAR

A destruição da Reforma Agrária foi, de Barreto em Barreto, considerada como indispensável para o desenvolvimento do Alentejo. Agora, é a própria televisão quem nos diz que a miséria e o desemprego alastram na terra que foi o «celeiro da Nação».

Foi de excelente qualidade a reportagem que Carlos Narciso assinou e foi publicada no **Praca Pública** da SIC. Uma frase, na sua simplicidade, resume toda a tristeza, toda a crueldade que desabou sobre o povo alentejano: «**nos montes, as casas já nem são caídas...**». O repórter parou diante do opulento edifício da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, «**o novo grande proprietário das herdades alentejanas**»...

De facto, foi subindo degrau a degrau nas hipotecas que os latifundiários roubaram a terra aos pequenos agricultores. Roubaram «legalmente», bem entendido...

Uma comentadora do Público considera a reportagem de neo-realista. Uma opinião verdadeiramente... surrealista.

Toto-Sorteio: a RTP em pânico.

Ela diz: se quiseres ganhar muito dinheiro, não te afastes de mim. Não te prometo uma televisão de qualidade. Não te peço que me queiras bem. Não te exijo uma atenção dedicada. Não te dou o coração, dou-te a bolsa. O nosso negócio é apenas este: eu quero os teus olhos e tu queres o meu dinheiro.

O projecto institui o êxito pelo dinheiro como fim supremo. Se houver dinheiro em jogo, tudo vale a pena. A cultura? A arte? A inteligência? Deixem-se disso. O sucesso está dentro da carteira.

Eis a filosofia oficial adoptada pela RTP. Críticos...

Jornal de Sábado deu em organizar debates. Por exemplo, Carlos Pimenta-Paulo Portas, sobre Maastricht - um Pimenta histérico e mal-criado, a precisar de pimenta na língua; e a seguir outro entre o deputado José Magalhães e o comentador Nuno Rogeiro.

Palavras deste, com um sorriso feroz, a certa altura:

- Você é um crítico, será sempre um crítico...
- Palavras simples, banais, com aparências de elogio. O exemplo mais acabado de cianeto escondido com o rabo de fora...



Quem estiver atento aos anúncios há-de verificar que são os mesmos, na SIC e no Canal 1 e na TV 2. A cadela tinha dois cachorrinhos. Agora tem três. Não tarda que a família aumente.

O feite não vai chegar para todos, até porque a cadela vai ficando com as tetas mais vazias, conforme sucede por esse mundo fora. Alguém ficará pelo caminho.

Entretanto, a concorrência cresce - e quando a concorrência cresce, a qualidade desce. Telespectador sofre...

Aquele **Apanhados** não era um programa: era uma fábula. Assim: num supermercado convidavam-se pessoas a participar num anúncio para a televisão. As pessoas só deviam dizer que aquele sumo era bom. O sumo tinha vinagre, pimenta, piri-piri, etc.

E elas diziam. Era bom. Era perfeito. Era ótimo. Torciam a cara, de vômitos. Se repetiam, algumas continuavam no jogo:



«O meu preferido é este...». «Este é o melhor sumo que já bebi...». «É gostoso, é saboroso...».

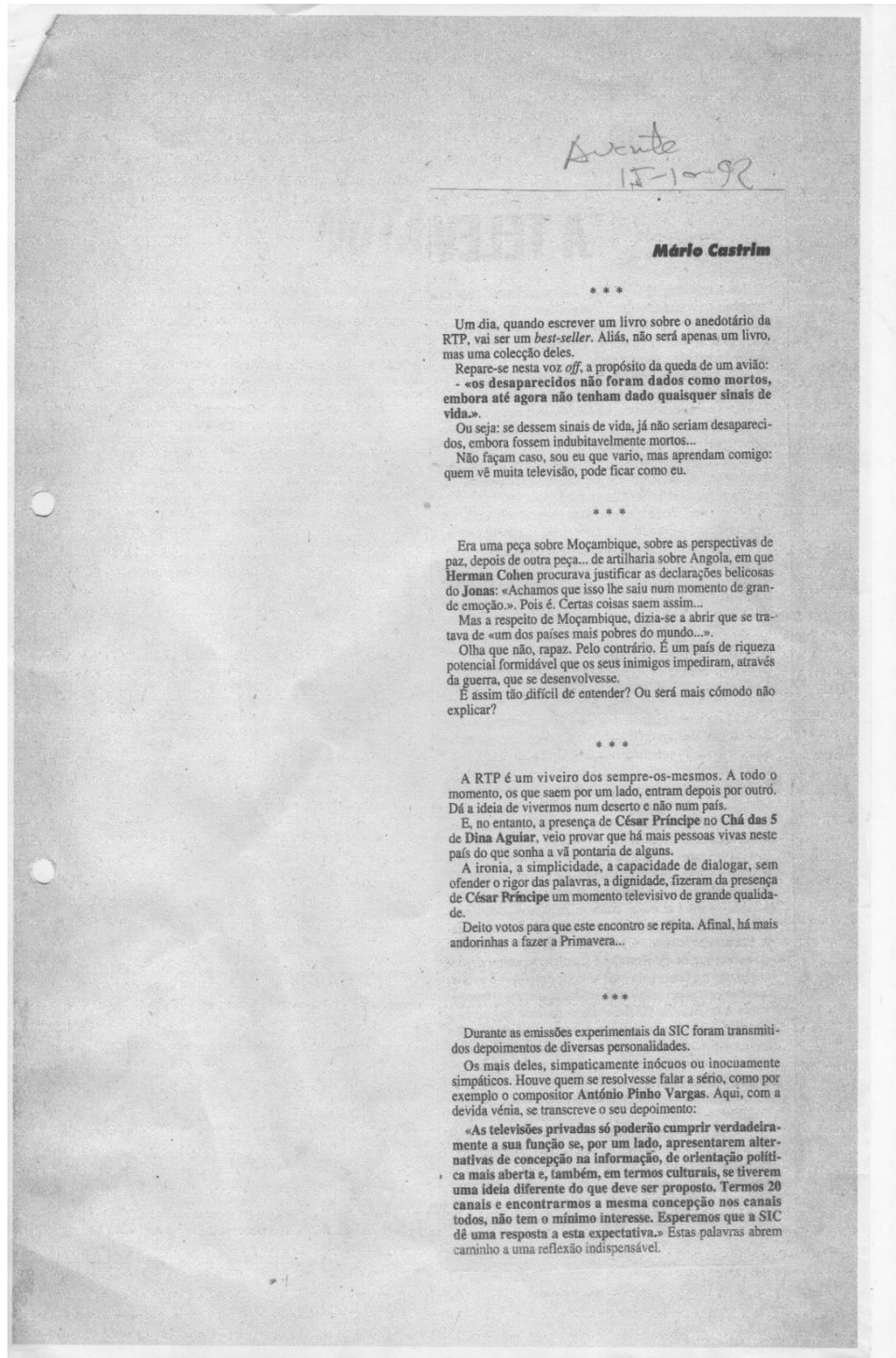
Até que alguém se resolveu a não ir nisso. Enganada uma vez, recusou-se a entrar mais na paródia. Ganhou o direito a ficar mais tempo na nossa memória.

Tenho a esperança que esta lição aproveite...

Era uma reportagem, aliás excelentemente concebida e realizada, sobre «as crianças que ninguém quer». Palavras da repórter: «Mudando a nacionalidade portuguesa para bósnia, certamente estas crianças teriam mais sorte».

Curiosamente, a reportagem passou na televisão responsável pela operação bósnia! Aos defeitos que a RTP tem - e não são poucos - acrescenta-se o da hipocrisia - que não é dos menores...

Crónicas escritas no jornal *Avante!*



Documento 6 | Cedido pelo Partido Comunista Português (PCP). Arquivo do *Avante!*
15/10/92.

Crónicas escritas no jornal *Avante!*

Avante! (MIL) 18.2.93



■ Mário Castrim (*)

Chá bem quente

Era Inverno e chovia através da janela, à contraluz do lampião na esquina da Rua dos Lusíadas viam-se as cordas de água.

- Venho todo encharcado - disse ele.

- Molhaste os pés?

- É o mais certo.

Os sapatos estavam nas lonas. O papel de jornal com que protegia os pés todo se esfarelava. Trouxe-lhe umas meias, enquanto os sapatos secavam diante do calorífero.

Os companheiros demoravam-se. Preocupou-se. Teria havido qualquer falha? Algum mal-entendido?

Entretanto, veio uma sanduíche de queijo, um copo de vinho. Comia gostosamente, mas sem pressas. Como se quisesse evitar o espectáculo da sua fome. Uma voz grave e sossegada, uns olhos brilhantes, a presença tranquila do grande senhor que, andando à caça e surpreendido pela tempestade, se tivesse abrigado na casa dos camponeses.

Os outros foram entrando, espaçadamente.

Tranquilizou-se. Tudo, pois, a correr bem. Era, no entanto, o tempo em que a armadilha estava preparada no caminho por onde os animais nobres circulavam.

A reunião, como de costume, acabou tarde. Foram saindo, à formiga. Ele ficou para o fim. Ainda teve tempo para a sanduíche de fiambre, para o bolo-rei, para a caneca de chá bem quente. Os sapatos estavam mais ou menos secos e forrados com fartas doses de jornal.

Tirou da algibeira um papel cuidadosamente embrulhado.

- Fica com ele - disse.

Era o "próximo número" do *Avante!*.

- Repara como está fresquinho - disse, rindo.

Acabadinho de sair do forno...

Saiu. Fiquei na janela, por trás dos vidros, a vê-lo atravessar a Rua da Creche, seguir pela Rua dos Lusíadas. Felizmente, parara de chover.

Aquele *Avante!* estava fresquinho mesmo. Em certos pontos, a tinta alastrara, era necessário algum esforço para entender as palavras. Havia manchas escuras na página quatro, como se alguém tivesse caminhado por ela com os pés feridos.

Guardei-o dentro de um livro. Tornei a pôr o livro na estante. Por nada deste mundo queria perder aquele jornal.

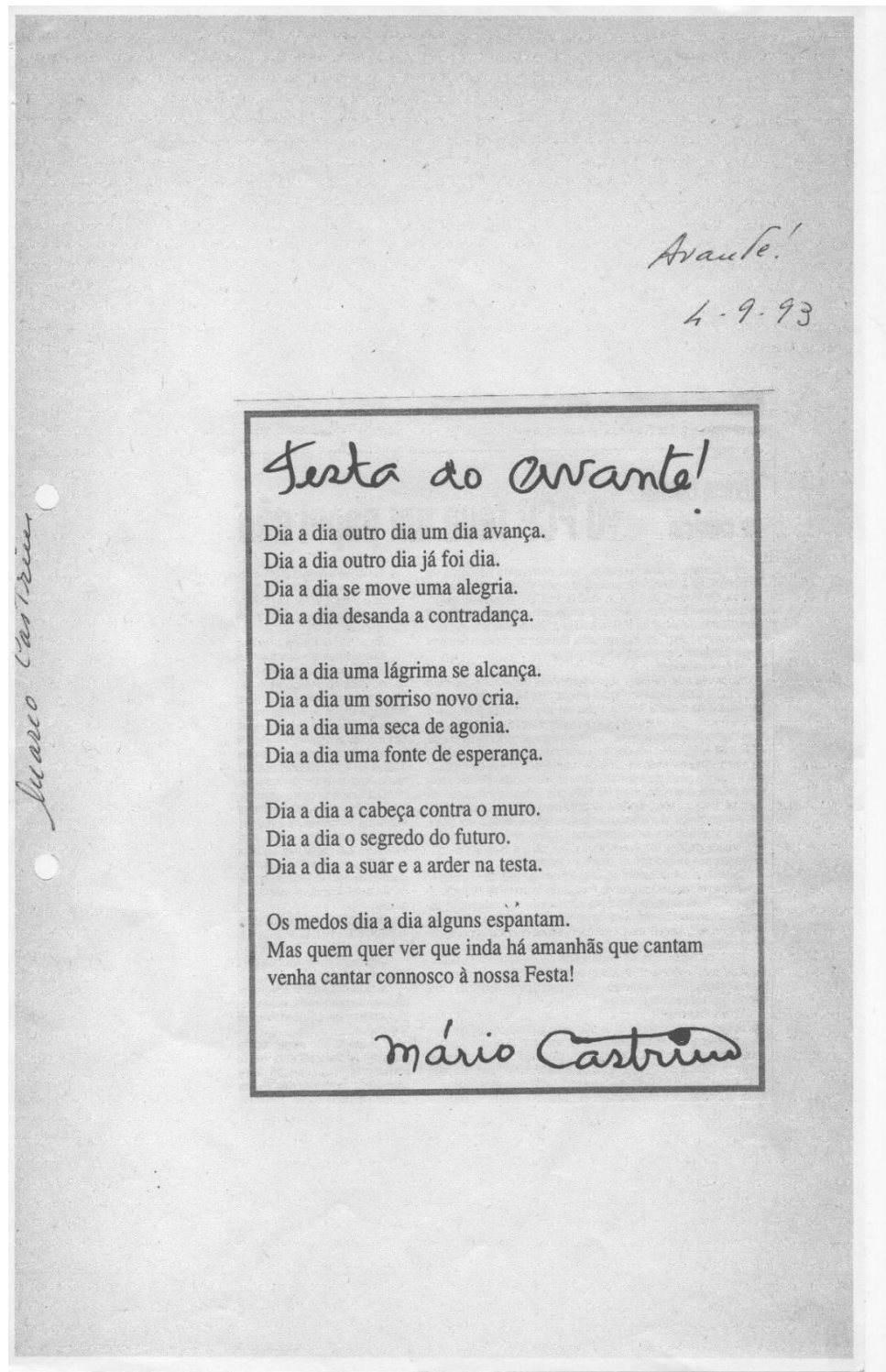
O rio foi passando, levou consigo dias, anos, gritos, lágrimas. E as mortes, os triunfos, os cânticos. As horas urgentes, a pressa do coração, a urze, o trigo. As madrugadas explodindo, a ameaça de noites recompostas, os escombros, os desesperos, as razões da nova coragem.

Perdi o rasto do jornal. Algum dia, quem sabe, o meu neto vai à estante, abre um livro, encontra aquele papel com algumas palavras mal distintas, com os rastos escuros na página quatro. Quente e perfeito como se tivesse acabado de sair do forno.

(*) Jornalista. Escritor.

Documento 7 | Cedido pelo Partido Comunista Português (PCP). Arquivo do *Avante!*
18/02/93.

Poema de Mário Castrim publicado no Jornal *Avante!*



Documento 8 | Cedido pelo Partido Comunista Português (PCP). Arquivo do *Avante!*
04/09/93.

Partes significativas da existência do jornal

Primeira publicação do jornal

LISBOA — QUINTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1921

Diário de Lisboa

ANO 1.º — N.º 1 — 10 CENTAVOS

Lisboa 523 (C.) — Endereço telegrafico DIBOA

Director, proprietário e editor

JOAQUIM MANSO

Redacção e Administração

RUA DO CARMO, 50, 2.º

Composição: R. do Mundo, 57. Impressão: R. da Atalaia, 114

SOLDADOS DE PORTUGAL!

Contra os que afirmam que a história é um campo raso de ossadas e ruínas, e contra os que sustentam que a vida não comporta uma larga aspiração de immortalidade — eis que entram em Portugal dois extraordinários viajantes, um vindo da morte na Flandres, outro da morte na África e trazendo ambos na boca gelida e gasta todo o segredo da existência dum povo.

A guerra, diz-se, é uma invenção brutal, que o odio concebeu, nas entranhas de um monstro.

Infelizmente, até hoje só as raças fortes e duras souberam fazer dela um instrumento de civilização. E por isso que, de largo em largo, os povos repetem o drama de Christo.

Nun'Alvares fez-se carmelita para terminar santamente a sua vida. Na sua cela de frade, altas horas da noite, os sonhos da juventude vinham fragorosos e épicos acordá-lo. Ele sorria, lembrando-se do que era, e chorava pensando no que era.

As batalhas custam muito a vencer, porque a vitória só vem, quando o soldado, saindo da vulgar noção do seu esforço, faz seu pensamento divino que governa a história.

Nunca, entre nós, se viu um espectáculo tão assombroso — seis milhões de almas, rompidas a sua espessa teia de unidades diárias, para se acercarem daqueles que em vida não tinham, e nada significavam e agora tudo têm e todo significam.

Os desconhecidos que tem dado a sua vida pela Pátria são inúmeros todos os monumentos e paisagens de Portugal falam d'elles. Em todas as almas lusitadas elles vivem em ritmo e paizão.

Alonso Henriques foi conquistando Portugal com a espada e com o pensamento. Aquella cressura a sua rutila faia de epopeia quando o seu corpo baqueou; este ainda não terminou a sua marcha, tendo já dado algumas voltas ao orbe.

Os portugueses tiveram sempre o respeito e a admiração do mar, porque percebiam que ele era a sua rota de maravilhas. Atravessando-o em todas as direcções, romperam segredos e trevas. Mas só o mistério da sua alma os encantou.

Durante as longas, penosas viagens da Descoberta, os marinheiros contavam histórias de amores, recordando as suas lindas namoradas. Conseguiram assim o milagre permanente, porque tinham Portugal sempre diante dos olhos.

Portugal teve castelos, pendões, couraças, espadas, implacáveis como o Destino. Venceu castelhanos e mouros. Arou o campo para ter pão e ergueu a cruz para subir a Deus. De tanta força e de tanta piedade nasceu uma pátria em que os corações nunca se cansam de amar a vida para fazer a morte bela.

“DIARIO DE LISBOA”

O “Diário de Lisboa”, portanto, será um jornal moderado para todos os que na imprensa de avançar para o porvir tomam como estrela os vagos fulgores duma utopia. A muitos, porém, parecerá revolucionário, porque, no seu incansável afã de sacrificar todos os interesses mesquinhos e erros criminosos às supremas aspirações da nacionalidade, algumas vezes, para fazer a pura verdade, terá de ser violento, duro e incómodo.

A nossa situação actual, cheia de perigos e dificuldades, tantos problemas a estudar e tantas ameaças a remover, demanda uma política de realizações, capaz de nos desfogar da almostosa espessa de cuidados em que vivemos.

Há muitos anos que o Estado anda fora da sua missão, convertido em vale-tudo de intrigantes e ambiciosos. Os problemas nacionais não acham uma resolução ao pelo menos uma maneira pratica que os torne acessíveis às atitudes dos competentes.

Este jornal que hoje inicia a sua publicação, sob os auspícios dum conhecimento nacional — a homenagem aos soldados desconhecidos, escolheu esta data para mais vivamente fixar a sua intenção de dar ao nome português toda a paixão da sua alma, crente nos destinos da raça.

Não traz consigo o “Diário de Lisboa” outro programa senão este — erguer Portugal acima das misérias e fraquezas dos homens, afim de que ele seja para todos nós o maior facto do nosso esforço e do nosso espírito. Aparecendo num período em que a Europa e com ela o mundo tratam de atingir as formulas perfeitadas da justiça, em função da civilização, o “Diário de Lisboa” procurará sempre defender e indicar quais as idéias e as razões morais que mais pronta e intimamente hão de convencer, para que se reconstruam as sociedades que indiscutivelmente logam o seu porvir em tão desvairadas aventuras.

O nosso país que jamais deixou de inspirar-se nas largas correntes que renovam os povos, havendo mesmo prestado assinalados serviços á cultura humana geral, sente actualmente as mesmas duvidas, incertezas e amarguras que, um pouco por toda a parte, o desespero transforma em revolta.

Mas assim como noutras idades descobriu em si a coragem bastante para resolver em fé, modicidade e progresso as torturas que o optimismo, também agora Portugal, obra de sacrificio e de entusiasmo epopéico, conseguirá sobrepor-se a todas as decepções pessimistas, para justificar a sua existência de séculos com a plenitude do seu resurgimento.

A ignorância, entre nós, é assaz atrevida e empreendedora. A manha governa, ao passo que a ciência se limita a reflexões lentas, abstratas, imponderáveis. E no entanto, nunca como hoje Portugal careceu tanto duma cultura que para as elites seja um motivo de predomínio e para o povo uma certeza de poder.

A retórica tem sido o nosso unico tesouro e ao mesmo tempo o maior factor de ruína. E a ela que se deve o triste espectáculo que oferece o nosso paiz, vivendo num constante estontamento de metáforas e miragens que lhe anunciam a felicidade, quando esta mais longe se esconde. As suas mantilhas dão-nos tudo — imperia, orgulho, dinheiro, e Italia, o Brasil, o Mar, “Os Lusitacos”, os brilhantes de Grécia. A gente credula, delira, estende as mãos para abgar a propria Ventura, cada no meio de cubitos vozes.

Que se vê, porém? As esperanças desfazem-se, os appetites exasperam-se, as paixões vomitam odio, as crencas delinham. Sempre ao Povo se deve a Verdade. Não o enganem, não o iludam não o explorem.

Eduquem-no, mas não o pervertam. Encaminhem-no, mas não o desorientem. Portugal é uma realidade bastante vasta para conter os sonhos de todos os seus filhos.

Façamos da sua história, tão rica de espírito hito e cristão, um culto, porque assim seremos fortalecidos com a presença espiritual das gerações de oito séculos. O futuro só é um mero sterto ou uma surpresa, quando nós o não sabemos interrogar. A experiencia dos nossos avós é para nós um augurio infalível.

Aproveitem-na, pois, enriqueçamos com ela o nosso capital de previsões. Quanto mais intima for a nossa aliança com o passado, tanto mais seguros estaremos do porvir.

Os dois obscuros heróis que hoje atravessaram a cidade que neles reconheceu a sua dor e a sua gloria, morreram num sublime ato de fé. Ficaram grandes, porque na sua rudeza de serranos perceberam que Portugal existia há tanto tempo pelas suas nobres virtudes que os imortais os que nele creem e por ele se sacrificaram.

Quando os guerreiros partiam, as suas noivas seguíam-nos com os olhos e ainda mais longe com o coração. Nas batalhas distribuíam-se duros golpes, rudes entoadas. Os bravos, porém, nunca caliam, porque um brando desejo de amor os tornava invencíveis.

Os homens da Descoberta tinham olhos de profetas. Viam mundos e ilhas, através do misterio. Quando desembarcavam em terras novas, imaginavam que as criara a sua fé. Quem poderia desenganá-las?

Muitas vezes os poetas encumbriam pejeando como soldados. Contar e pelejar — eis a vida despojada de toda a sua miséria.

Na Batalha, dormem o seu sono divino, imperturbáveis, os reis e infantes de Avis. Não dançam espectros, em torno dos seus túmulos. O remor — não lhes perturba o repouso. Os anos — um sobre eles como o sol pela face pura de um lago. Sente-se que com eles a raça medita, enchendo o silencio que é a fala das coisas, com as estancias de Aljubarrota.

Em Aljubarrota, a mocidade de Portugal ria e cantava, no meio dos combates. Terminada a grande batalha cada um se julgou capaz do maior esforço.

Era a India a abrir promessa aos pulcos insaciados.

Aquilino Ribeiro, romancista brilhantissimo, que de ha muito conquistou um lugar de primeira nas letras portuguezas, inicia hoje nas colunas do “Diário de Lisboa” a publicação de

“O ESCONJURO”

interessantissima *novela regional* que deve registar um *inequívoco êxito*.

“O Esconjuro”

modelo de prosa *scitilante* cheia de colorido e de vigor, encerra *numerosos* quadros em que um *invulgar espírito* de observação se faz sentir.

Publicando em *folhetim* o belo trabalho do consagrado autor das *Terras do demão* o “Diário de Lisboa” oferece aos seus leitores o ensaio de se *deliciar* com a leitura duma verdadeira *preciosidade* literaria.

O suplemento Juvenil criado em 1957, coordenado por Augusto Costa Dias, Mário Castrim, Manuel Salgueiros e ilustrado por Tossan. A partir de 1961 será dirigido por Mário Castrim, até 1970, sendo substituído Alice Vieira

N.º 412

Juvenil

DOS JOVENS PARA OS JOVENS

FREE-CINEMA (I) (a)

por JOSÉ MANUEL DE BARROS

O documentarismo cinematográfico na Inglaterra tem as suas raízes bem firmadas na História do Cinema.

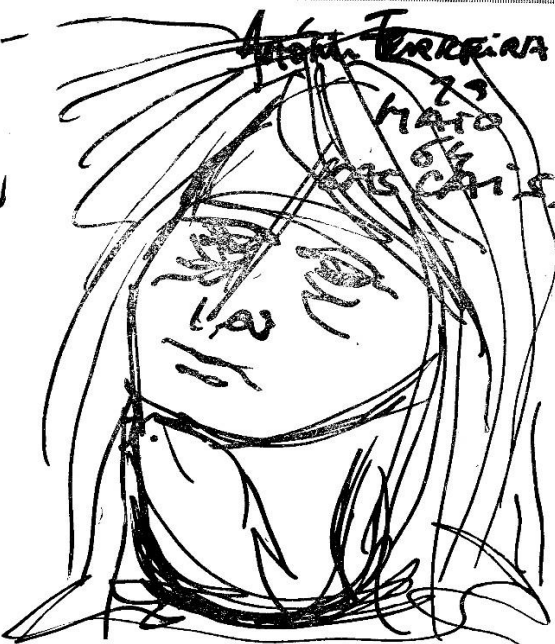
Pode-se dizer que a primeira escola documentarista mundial, cronologicamente falando, aconteceu na Inglaterra. Foram os cineastas de Brighton que, por volta de 1902, trouxeram a câmara para a rua e aí filmaram a vida, tal como acontecia, engendrando histórias tiradas do real, ecoando os seus feitos entre o povo, homem honesto ou delinquente.

Este realismo-naturalismo caracterizou também o grande movimento dos anos trinta, sendo utilizado como forma

narrativa e descritiva por artistas como Grierson, Paul Rotha, Basil Wright e Fisher. Depois de períodos melhores e piores, durante os quais o cinema inglês nunca conseguiu o brilhantismo anterior, surgiram finalmente na segunda metade da década de cinquenta, um grupo de jovens valores que dão início a uma das principais escolas cinematográficas actuais e que ocupa já um lugar relevante na história do cinema. Este movimento renovador é constituído

(Continua na 4.ª página deste suplemento)

O jovem cantor Carlos Otero fala ao «Juvenil»



CABEÇA, de A. Ferreira

TERÇA-FEIRA

20 ABRIL - 1965

QUATRO PÁGINAS INDEPENDENTES PARA DESTACAR DESTA EDIÇÃO

sinfonia em surdina

o grito que de longe vem
suave lancinante apelo
coando
pelas malhas apertadas dos meus olhos
o fulgido amor de um poente.
demais se fez duelo
entre o mim
que a luz diáfana de uma aurora aquece
e o mim
cinzento voraz das ilusões sonhadas

enquanto mensageiros de fuga pontificam
fingida aceitação delírio intenso
perde-se a luta
na tentação cruenta de ofegar o ódio
já que o dom
egoiisticamente encerrado em cristal polido
descre de si do tudo enfim

porque? porque há messias
de mãos abertas decerto puras
mas pobres
tristemente vazias daquele doce pão saído
que as estrelas nocturnas
minhas linas na solidão dos céus
temendo em surdo aceno me anunciam

MÁRIO DE ALMEIDA

riquidão, se transfigurava quando se falava da música — a sua grande paixão.

Carlos Otero — este era o seu nome — tinha um sonho: aprender canto, desenvolver as suas qualidades que alguns professores de nomeada diziam ser excelentes. Seu pai, vivendo intensamente o mesmo sonho, não se negou a sacrificá-lo — e se eles foram grandes Carlos Otero seguiu para Paris, lá para onde o chamava a sua bela-estrela, esparilhada numa bolha da Guibentian.

A Fundação Guibentian e a paróquia, universal para os nossos tempos. A manhã para qual todos os meninos desejam ser cantores — ou seja, como é o seu sonho, o bibeirão pelo qual todos desejam

lucrar a esperança, a glória, o êxito...

O Carlos Otero não foi bem sucedido. Consciente de que se tratava dum jovem de reais qualidades, o «Diário de Lisboa-Juvenil», que nunca pertenceu muito da Fundação, a contrapartida foi uma carta amável. Mas a bolsa não acompanhava. Palavra de rei não volta atrás.

Entretanto, mereço de novos, continuados sacrifícios, mereço de amigos solidos que o jovem soube conquistar em França, mereço dum força disciplinada e força de vontade. O Carlos Otero continuou a estudar, a progredir, a recolocar «olhos» participante da

(Continua na página seguinte)

SEGUNDA LEITURA HOJE COM RAMALHO ORTIGÃO

por Monteiro do Carmo

Os mais valentes homens de Portugal, os alertados, os esquivos, os diligentes, os pacíficos, os dedicados homens do Norte, os mais aptos para regenerarem pela família a enfraquecida raça portuguesa, para fertilizarem o solo, para cultivarem o estudo, para enobrecerem as ideias, esses homens emigram para o Brasil.

Onde está a nossa forte mocidade montanheza, transmontana e minhota? No Brasil.

Onde estão os nossos mais empreendedores industriais, os nossos mais hábeis mercadores, os nossos mais ricos negociantes, os nossos capitalistas, os nossos banqueiros, os nossos proprietários, os

trabalhadores, os nossos soldados? No Brasil.

Citamos, para compensação da enorme perda que padecemos com a emigração portuguesa para o Brasil, o dinheiro brasileiro que anualmente reverte dessa emigração. Ignoramos uma coisa: é que a riqueza de um país não está de nenhum modo no dinheiro que existe nas algibeiras de uma pequenissima parte dos seus habitantes. A riqueza de um povo consiste na abundância geral proveniente da produção, da actividade, do trabalho, da economia. No mesmo ano em que

(Continua na 4.ª página deste suplemento)

Documento 2 | Documentos do espólio do Diário de Lisboa da Fundação Mário Soares. Diário de Lisboa, Ano 45, nº 15210 de 20 de Abril de 1965. Incluindo o Suplemento Juvenil nº 412.

QUARTO BRANCO

— Havia de ser uma grande médica, não achas João?
— Sim.
— Ah! Curar os males do mundo! Pelo menos os possíveis. E podia, não podia, João?
— Sim.
— Ah! João, se tu compreendesses... Era um fogo que ardia em mim, uma vontade grande de falar com os outros com as palavras que eles melhor entendem: a cura das suas doenças. Sim, é um mundo doloroso, horrível, por vezes repugnante... mas belo, João.
— Sim, Gabriela, tu podias ser uma grande médica.
— Mas, depois, como se não bastasse este fogo cá dentro, veio outro. E a minha pele era fina. Lembra-te dela, lembra João?

— Lembra Gabriela, lembra-a nas tardes perfumadas ganhando em frescura as pétalas de todas as flores de que tu gostas. Mas cala-te por favor.

— É fim de tarde. No quarto branco Gabriela pálida. O rosto permaneceu inalterado. João deixara um passado por entre o que vê: o jardim do hospital, cheio de gente, o tempo que passaram juntos, os dentes deitados sobre a relva ao sol, o dia do último exame de Gabriela, a chegada das ambulâncias... o sonho... o jogo... a morte...

— E assim se vai a vida, João! Grandes esperanças, entusiasmos, alegrias, olhos quietos de estudo, tudo, tudo, tudo em segundos. Estava a dormir, acordei e estava cercada. Não quis. O fogo subiu por mim. Depois...

— Depois Gabriela tu há-de sair daqui. Havemos de voltar a passear no parque, a estudar juntos à tarde.

— Havemos, havemos... Tu sabes, João. Não te iludas. Impossível retroceder. O tempo não para. Todos sabemos isto. Mas poucos têm a força de voltar-se.

Silencio Gabriela. João olha pela janela. O mesmo cenário. Vê-se a vida. Tudo entra uns instantes sem ninguém querer. Apenas um acaso. Gabriela não resistiria. Subia-o. Não teria nada a que dar-se. O jogo e o fim de tudo.

— Porque chorar? Sou eu que sofro, não tu. Alá já não sofro. E demasiado monótono para mim.

— Sinto. És parte de mim.
— Sentes que me vais perder. Não o que eu sou, perder. Que sabes tu da dor, João? És como os outros: a ausência dum sonho grande que te enchesse todo.

— Tive-te a ti.
— Tu? Apenas um ser humano. O sonho é mais do que isso. Algo que se ama por cima de tudo.

— Mesmo por cima de mim?
— Sim, João.

Piorava. O irremediável tombara sobre a vida de ambos. Porquê prolongar mais, então? Porquê não incumbir logo? Ter consciência da morte, pior do que morrer. Ver-se o absurdo de frente, a inutilidade de tudo.

(Continua na 2.ª página deste suplemento)

TERÇA-FEIRA
14- SETEMBRO - 1965

Diário de Lisboa

Juvenil

DOS JOVENS PARA OS JOVENS

O PASSAGEIRO

la porte est grande, / nous lui appartenons, / bouche riante.
LIVRE D'IMAGES R. M. M. RILKE

trad. Maurice Betz — por J. Silva Melo-65

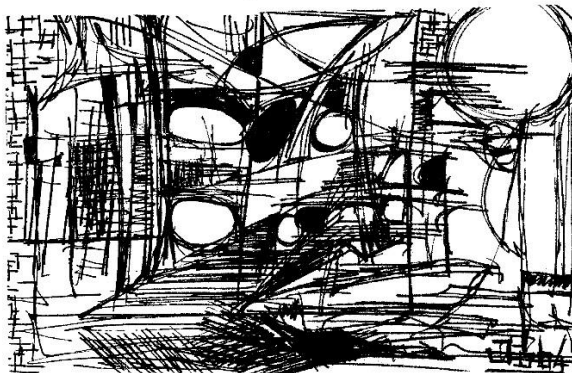
a noite, ao descer, doera-lhe, há ocasiões em que está mais suscetível de ser tocado pelos objectos do que noutras, e este anilhecer tocara-o dolorosamente, reabrir-lhe a ferida, e todos os objectos do anilhecer (os olhos da senhora do banco em frente; os bancos vazios daquele comboio lá da

noite, o cheiro a comida que us tinham chegado do padouro; as estrelas; e as pessoas, espalhadas à espera) o feriam, e lhe reabriram a ferida, todo o anilhecer, alguma parte do corpo emanava-lhe mais sensível a dor quando que lhe adiera: a ferida, o peso das mãos, os olhos.

fechava-os muitas vezes, comprimia as pestanas com a força que empregava no longo gritar de dor, depois, reabria-os, passava-os pela carruagem iluminada — para onde iam, com tanta luz? para ali?

(Continua na 4.ª página deste suplemento)

Desenho de JOÃO DE AZEVEDO



O CAPITÃO

por Eduardo Manuel N. Aleixo

O pai do Zé vive de três grandes padrões: o filho, o bote e a gasolina. Nos dias de semana, ele leva enfiado ao muro, sobranceiro ao rio, vendo o bote oscilar, a menor brisa da tarde. E quando algum de nós o vai buscar, com a sua licença, o seu olhar segue-nos, com uma onda de melancólica saudade, saudade

do Zé que trabalha na cidade e saudade dos tempos, em que fora «solante» do gasolina. Um sorriso muito leve suspete-lhe os lábios, enquanto fuma, em gestos ausentes, encostado ao muro.

Num dia de Primavera, o

meu irmão andou com o bote. Quando chegou a noite, em vez de o amarrar ao cais, deixou-o encostado a uma rocha distante, perto da nossa casa, com o

(Continua na 3.ª página deste suplemento)

TERNURA

Rasgar
A negra lama que me cobre...
Mostrar
Toda a ternura
Em mim guardada...
Com ela só, mator
Tua tristura!

Depois...
Cosar a capa esfarrapada.

A. VIEIRA DA SILVA

OS PRIMOS

Mais pareciam irmãos nos gostos, nas zangas, na maneira de ser. Passam juntos os deveres da escola e brincavam juntos, estragavam e partiam as flores e os «bíbicos» dos avós, juntos apanhavam pedras e atiravam pedras aos gatos vizinhos.

Mas não eram irmãos. Eram primos. As duas filhas do casal rico casaram. Uma teve dois filhos e a outra cinco. Três raparigas e dois rapazes. Eram sete ao todo. A velha casa nunca conhecera maior alegria bem mais à vivacidade do que nos tempos em que os sete primos corriam pelos corredores e pelo jardim, reflectindo nas árvores e nas paredes a sua estupefante alegria e a sua amizade.

Tinham preocupações. Os deveres da escola em atraso, as flores mimosas, as tropadeiras da avó e os jorros de porcelana na cara partidos no meio dos jogos, tinham desgostos, os castigos, as censuras, e até as zangas e os amos entre si, mas tinham sobretudo alegria e brincadeiras, algumas proibidas, e tudo fazia prever uma amizade duradoura, sólida, profunda. Eram primos mas pareciam irmãos. E como irmãos foram crescendo.

As reviravoltas da vida que eles não compreendiam mas acedia do que ouziam os pais e os avós tratar a sobrinhas, acabaram por os separar. Os dois irmãos vieram com os pais para Lisboa. Os outros cinco continuaram na província. Escreviam muitas cartas e nas férias, ao encontrarem-se, parecia que nunca se tinham separado. E a vida continuava igual.

Mas a vida não continuava igual. Os primos de Lisboa foram-se vendo gradualmente a viver com dificuldades. Também na aldeia a casa dos avós foi abrindo brechas e a calçada foi calando.

Os cinco irmãos foram vivendo na cidade de província frequentando e criando amizades entre os jovens filhos de boas famílias da região. A vida ia correndo e o liceu alternava com os namoros. A vida ia correndo sem perguntas. Em Lisboa, a vida não ia correndo. Fazia-se correr para não parar. Não se parava mas não se vendia. Ainda havia as férias na quinta. Mas as brechas iam alargando. As relações dos primos começaram também a abrir brechas.

Um dia chegou à província a

(Continua na 2.ª página deste suplemento)



Última crónica Canal da Crítica em 16/05/84 de Mário Castrim

QUARTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1984

cultura & espectáculos

PÁGINA 17

Carta aos meus amigos

TUDO tem um fim: terá sido esta a primeira verdade universal que o Homem conheceu. O Canal da Crítica não podia fugir à regra, não podia ficar cá a guardar os patos ao senhor prior. O Canal da Crítica diariamente consumidor e consumível, acabou hoje. Acaba ao entrar nos vinte anos, coisa que só costumava acontecer às dorze-las do século passado e aos poetas românticos, minados pela física.

Eu sei que muitas de vocês não vão gostar. Criaram-se entre nós laços muito fortes. Havia um acordo estabelecido (sob palavra, é certo, e de mais não se precisa entre gente honrada) segundo o qual eu me encontraria aqui todos os dias e vocês, todos os dias, viriam aqui ter comigo.

Mas os contratos entre comerciantes, são uma coisa, os contratos entre os amigos são outra coisa bem diferente. Entre comerciantes, há lugar a indemnizações por perdas e danos; entre amigos, quando as razões de amizade não se quebram, não se quebram as razões do contrato, e este assumirá novas formas, novas maneiras, novos rituais. Até os casais, de quando, em quando, precisam de mudar o lugar da mobília do quarto.

Assim, meus amigos, o

Canal da Crítica passará a publicar-se de quando em quando. Não será a mesma coisa, dir-se-á. Pois, faltará aquele gosto da comida feita na altura — a palavra que não se recusa, o grito que não se reprime, o gesto de nascer que a Primavera tem, todos os anos, quando Marco chego. Faltará o tom tremendo das trombetas tremuladas na tempestade.

Mas ganhar-se-ão novas qualidades. Não se vive (não se ama, não se pensa, não se luta...) menos aos quarenta, aos cinquenta, aos sessenta; vive-se de outra maneira. Vamos procurar, amigos, numa relação mais calma, menos gastadora de energias vitais. Vamos procurar até novas áreas de convivência — nos colóquios, na literatura, no jornalismo.

No jornalismo, claro. No Diário de Lisboa, claro. Este jornal tem uma riqueza imensa a defender: a confiança de muitos, muitos milhares de leitores justificada por uma vida inteira marcada pelo culto da independência, da liberdade e da qualidade. A Redacção do Diário de Lisboa não pode dispensar um só dos muitos e grandes jornalistas que tem como não poderá dispensar os de valor mais simples, como o meu, mas não menos dedicado.

Aqui para nós, que ninguém nos ouve, eu funcionava muito como um exor-

cismo, com uma espécie de representante do povo na opinião pública, esse pateticamente paralelo. Vocês, postos diante das malfeitorias de um telejornal onde grassa a peste, diante das tropelias contra a inteligência, contra a democracia, contra a alma da Pátria que é a nossa — nesses momentos vocês reprimam as fúrias do coração com a vingança possível.

«Pois sim, pois sim, deixa lá que amanhã quem tas canta é o Castrim».

Pois, amigos, aqui pode haver, de facto, alguma variação na terapêutica. Chegámos a uma altura em que a luta contra uma televisão demolidora terá de assumir formas colectivas e organizadas. Cada qual terá de assumir, como imperativo nacional, o combate por uma televisão que viva aqueles valores, que, com o 25 de Abril se estabeleceram — e não os de 24 de Abril, que se aboliram. A crítica terá de passar a fazer-se não apenas nos jornais, mas nas fábricas, nos escritórios, nos supermercados, nas colectividades, nas ruas. Há que não desperdiçar a mínima oportunidade de confrontar a RTP com os seus erros e com os seus crimes. Nada é vão. A experiência já nos mostrou que não se pode televisivizar maldosamente contra a vontade persistente de um povo.

Eu sei, sempre o soube, que o Canal da Crítica não obteve o consenso universal, nem quanto à forma nem quanto ao conteúdo. Mas é interessante verificar duas coisas: primeira, que nos últimos anos, diminuíram as cartas e telefonemas agressivos e praticamente desapareceram as ameaças mais radicais — o que prova um conhecimento generalizado de que a crítica é um direito inerente ao estatuto da cidadania. Segunda, que nos últimos meses aumentaram os reflexos positivos às posições aqui assumidas — o que prova um crescente avanço da unidade em defesa dos valores considerados essenciais.

Afinal, há coisas que não têm fim. A esperança num mundo melhor, por exemplo, é a luta por conseguir-lo. Essa esperança fez nascer o 25 de Abril, essa esperança fará surgir novos e maiores esforços para defendê-lo. Porque a televisão criminosa que temos pode muito — mas não pode queimar a realidade nem abolir a História. Também Salazar era forte, tinha a TV, a rádio, a imprensa, a Polícia, o Exército, o pulpo, a NATO — e foi um ar que lhe deu. E pronto. Se lhes dissesse que tenho os olhos completamente secos, mentia. Não façam caso, deixem. Isto já passa.

Estreia é hoje

Teatro da Graça leva à cena "Comédia de Horrores"

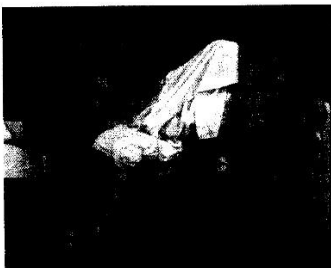
«Comédia de Horrores» (Loot), do dramaturgo britânico Joe Orton, e o décimo segundo espectáculo que o «Grupo Teatro da Graça» leva à cena a partir de hoje à noite, no seu espaço de trabalho, junto à Voz do Operário, em Lisboa.

«Comédia de Horrores» constitui um desafio para os actores Filipe Domingues, Isabel Amaro, Lina Morgado, Carlos Fernando, José Ananias, José Eduardo e Salton Salem Assif, pois «Orton é considerado um autor muito difícil, mesmo em Inglaterra», como nos seria sublinhado por Carlos Fernando, que também assina a encenação e o trabalho de luzes.

A escolha de uma peça de Orton prende-se com uma anterior abordagem pelo grupo da primeira peça do autor, «Um Ruído na Escada».

«Esse talvez tenha sido um dos trabalhos mais conseguidos do grupo. A partir dessa experiência positiva, e numa certa linha de comédia, mas que não deixa de falar de coisas que nos são próximas, avançamos para de novo com Orton», afirmou Carlos Fernando.

Autor com uma carreira tão verídica como breve, Orton só «existe» praticamente nos anos



José Ananias, Isabel Amaro e Carlos Fernando em «Comédia de Horrores»: hoje à noite no Teatro da Graça

60, desaparecendo em 1957, assassinado, no auge da sua carreira.

«O seu teatro, afirma-nos Carlos Fernando, pode ser caracterizado por um estilo muito pró-

prio, original e forte, em torno dos problemas da marginalidade e do mundo subterráneo».

Em «Comédia de Horrores», Orton volta a preocupar-se com os fantasmas e valores caducos de uma pequena burguesia su-

burbanca, e com a fúria das vilas convicções e a corrupção das instituições.

«A sua maior originalidade, pode dizer-se que reside na sua escrita, no absurdo do quotidiano através da sua linguagem. O seu trabalho é sobre a linguagem corrente, mas com um efeito de denúncia do absurdo e do caos circundantes, através dos seus personagens», acrescenta ainda Carlos Fernando.

Neste trabalho, o «Grupo Teatro da Graça» procura falar de coisas que têm muito a ver com uma sociedade muito do-

cente, tratando coisas ferozes num tom muito leve, como su-

blima o encenador.

«Um certo estilo, uma linguagem que exige novas formas ao nível da representação, foi o que eu senti neste espectáculo. Mas procurei contrariar um pouco uma certa tendência para diluir a força do teatro de Orton — em Londres, o seu trabalho resulta sobretudo como teatro de «boulevard» — tanto em termos plásticos, como na encenação e na representação».

«Comédia de Horrores» estará em cena todos os dias, à excepção de segunda-feira, a partir das 21 horas e 30, e ao domingo apenas às 17 horas.

Hoje



Carlos Pinto Coelho, na peça de Jean Anouilh, intitulada «Antígona», que será representada esta noite na RTP-1

Das 13.35 às 17.35 Círculo Preparatório TV
18.02 Notícias
18.05 Grão e Grão — «Enquanto é Tempo»
18.40 Telerádis
19.10 Eurovisão — futebol, final da Taça dos Vencedores das Taças: F. C. do Porto - Juventus. Transmissão directa de Basileia
21.09 «O Bem Amado» — episódio n.º 41
22.15 «Antígona» — de Jean Anouilh. Interpretes: Carlos Pinto Coelho (Jornalista), Lúcia Parames (Antígona), Maria Albergaria (Amor), Natália Luísa (Doménia), Alvaro Faria (Hemón), Jacinto Ramos (Creonte), António Assunção (1.º Guardião), Luís Cerqueira (2.º Guardião) e João Rodrigo (3.º Guardião)
23.50 Últimas Notícias



Na RTP-2 existe-se mais um episódio, em repetição, da série «Fama»

Amanhã

13.30 Círculo Preparatório TV, 18.02 Notícias, 18.40 Telerádis, 19.10 Eurovisão, 21.09 «O Bem Amado», 22.15 «Antígona», 23.50 Últimas Notícias
13.30 Círculo Preparatório TV, 18.02 Notícias, 18.40 Telerádis, 19.10 Eurovisão, 21.09 «O Bem Amado», 22.15 «Antígona», 23.50 Últimas Notícias
13.30 Círculo Preparatório TV, 18.02 Notícias, 18.40 Telerádis, 19.10 Eurovisão, 21.09 «O Bem Amado», 22.15 «Antígona», 23.50 Últimas Notícias

GRUNDIG
a segurança de um grande nome
seleccionou para si...

RTP1 «Antígona» (22.15)
RTP2 «Fama» (21.20)

RTP1 O BEM AMADO
Em casa dos Medeiros todos rezeiam que o primo das irmãs Capelas morra e Juarez aconselha-se a chamar um padre. Apesar de ninguém contar no vigário, por este ser amigo de António, Luís está disposto a ir chamá-lo. Depois de um longo tempo que não se encontra, muito mal, ao entrar no quarto, o padre reconhece o primo dos Medeiros.

«Orton faz questão de lutar, dizendo-lhe que os subterráneos não são um mundo novo. Enquanto isso, Luís, Giovanni explica ao padre que há um espírito para que o destino fosse bem tratado. O vigário promete guardar segredo. Ao encontrar Carlos, Juarez tenta saber o que é que sentiu quando deixou Hugo e Nazareno. Delando todos os horrores, Carlos confessa que só lhe deu vontade de rir».

Assistência Técnica Grundig NACIONAL RADIO
Rua Bento José, Calçada 17, Cruz Quebrada - Tel. 1122971

FUMO
NÃO FUME EM REÚNTOS FECHADOS

Em OLHÃO o **Diário de Lisboa**
vende-se na PAPELARIA FARRACHA

Última colaboração de Mário Castrim na crónica "Artigo de Fundo"

TERÇA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 1984

nacional - PAGINA 9

Dois dias por semana sem recolha

Lixo fica mais tempo nas ruas de Lisboa

Lisboa regista mais um "progresso", neste Verão de 1984: o lixo deixará de ser removido durante duas noites consecutivas, todas as semanas. Até agora, o "descanso" era de apenas um dia, de domingo para segunda-feira. Agora inclui também as noites de sábado para domingo.

A decisão foi ontem tomada, em reunião de Câmara, a partir de uma proposta dos vereadores socialistas a que se somaram os do CDS e os do PSD. A APU

manteve-se contra esta proposta.

O argumento decisivo para que Lisboa passe a contar com esta medida de "higiene" foi o da necessidade de reduzir as despesas com horas extraordinárias e serviço nocturno.

A mesma maioria votou contra um requerimento da APU no sentido de fazer retomar o problema da transferência dos vendedores ambulantes.

com carácter de prioridade para a próxima reunião camarária.

O relatório oficial da reunião de ontem diz que o presidente Abecasis salientou que a transferência dos vendedores ambulantes "já havia sido exaustivamente debatida em várias sessões do executivo municipal, não havendo justificação plausível para ser retomada".

De qualquer modo, entende Abecasis, o local onde serão instalados os vendedores ambulantes,

não coincide com a área de protecção do Instituto Português de Oncologia. «A Câmara seria a última entidade a prejudicar o IPO», acrescentou o presidente.

A ex-maioria (agora relativa) da AD ainda funcionou ontem face à abstenção simultânea do PS e da APU. Foi o caso de uma proposta de compra de um terreno e de um prédio urbano nas Amoreiras, por forma a dar se-

gumento às obras «urgentes» de remodelação vária ali em curso.

Os socialistas adoptaram, uma vez mais, a abstenção quando lhes foi presente uma proposta, à quinta deste ano, para concretizar uma alteração orçamental. Um dos objectivos defendidos na alteração orçamental era o de elevar para 140 mil contos o total dos subsídios às Juntas de Freguesia da capital.

ARTIGO DE FUNDO



MÁRIO CASTRIM

A acção política requer uma preparação cuidadosa. Há princípios básicos a respeitar, se queremos que a acção seja prosseguida com êxito. Chamamos a atenção dos meus leitores para alguns conceitos e apenas três perguntas de que vivo: foram eles tratados. Avizinhem.

Os ataques não surgem por si próprios. Para levá-los a cabo com êxito e necessário um longo, minucioso esforço de preparação.

«Antes de iniciar um avanço decidido, há que obter alguma vantagem».

«Um ataque injustificado e prematuro está condenado ao fracasso».

«Em que consiste essa vantagem? Antes de mais, num superior desenvolvimento das forças de combate».

«Nunca se deve iniciar um ataque, se não pudermos apoiá-lo solidamente, com base em princípios estratégicos».

«A escolha de uma linha de ataque exige às vezes mais arte do que a materialização do assalto».

«Os objectivos mais elevados só poderão alcançá-los aqueles que dominem todo o conjunto dos meios actuais da luta».

«Se não se seguirem os princípios do desenvolvimento harmonioso das forças, as consequências, normalmente, são lamentáveis».

«A luta pelo centro é um problema importante, primordial».

«Além da acumulação programada de potencial de ataque, existem outras medidas mais energéticas para criar uma mudança decisiva no desenvolvimento da luta, como, por exemplo, os sacrifícios e as combinações».

«Certas combinações podem decidir radicalmente o resultado de um combate».

«Antes de iniciar acções decisivas no centro, convém debilitar as forças inimigas nos flancos».

«A modificação da situação exige uma redistribuição das forças».

«A defesa inimiga, por vezes, é tão sólida que os ataques lentos não conduzem a nada de positivo. Neste caso, o atacante deve fazer uso dos sacrifícios a fim de abrir brechas nas fileiras defensivas do inimigo».

«O contra-ataque é a melhor forma de defesa, mas uma acção inoportuna é muito perigosa».

«Algumas intervenções activas são mais exactamente porque são... activas. Há situações em que, primeiro que tudo, há que dar prioridade à segurança».

«O ataque deve lançar-se quando o inimigo comete um erro grave».

«A condição necessária para o êxito consiste na possibilidade de mobilizar, num momento crítico, uma força superior à do inimigo».

Os conceitos que foram não os refutou de nenhum livro político, mas sim de um livro de estratégia: «Ataques ao Rei», de B. F. Arany.

“Descida Ecológica do Tejo” termina amanhã em Cascais

Com a chegada a Cascais termina amanhã a “Descida Ecológica do Tejo” iniciada no passado dia 2 em Aranjuez, Espanha, por várias dezenas de jovens dos dois países.

A iniciativa, da Direcção-Geral da Educação e Cultura do Governo Autónomo de Madrid, que teve o apoio da Associação Portuguesa de Pousadas de Juventude, FAJ, câmaras e outros organismos oficiais portugueses, visou «sensibilizar as comunidades e autoridades portuguesas e espanholas da linha do Tejo para os problemas ecológicos», «proporcionar um encontro dos jovens portugueses e espanhóis com a população das diferentes localidades inseridas no trajecto» e «promover um contacto directo com a cultura dos povos que habitam junto ao Tejo, em Espanha e Portugal».

Os participantes, com idades compreendidas entre os 16 e os 26 anos, chegaram hoje à Vila Franca de Xira pelas 18 horas, seguindo-se um jantar-convívio oferecido pela Câmara local nas praças da cidade, acompanhado da exibição de um filme sobre a Reserva Natural do Tejo.

Amanhã, realze-se a última parte do trajecto, cumprindo-se a distância entre Vila Franca e Cascais.

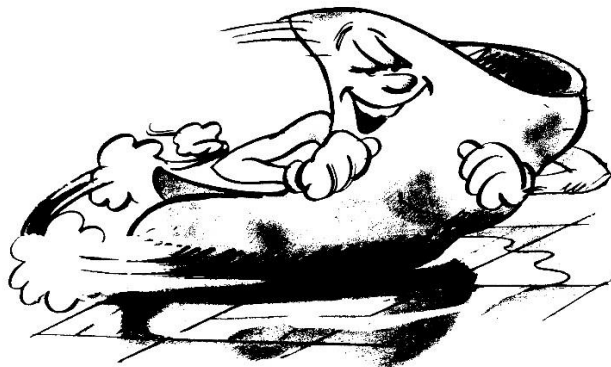
Na quinta-feira, os participantes têm programada uma visita à cidade de Lisboa, concluindo com um jantar, que decorrerá a partir das 20 horas na Pousada de Juventude de Catãozinho, em Oeiras.

SIMCA 1100 ESPECIAL

De 1973, dois donos, boa oportunidade, de particular a particular, 125 contos. Precisa nova bateria e arranjo estofos da frente. Pouco Pirelli, leitor de cassettes radio e outros acessórios.

Telefone 608779

Lá vai Briiiiilho!...



Um soalho de madeira, bem encerado, como um espelho! Você gosta?

Nós também.

Por isso, tratamos com cuidado todos os nossos produtos.

Cuidado quer dizer: uma boa cera,

Cera Super NOVCERA ou NOVCERA Cera Líquida, ambas com a qualidade SOCINCA.

... E SOCINCA quer dizer: mais de 30 anos de experiência no fabrico de ceras que se encontram à venda em qualquer ponto do país.

Agora você também já sabe quem é a SOCINCA.

Aceite um conselho de especialista:

Escolha experiência. Escolha produtos SOCINCA.



Agradecimento do *Diário de Lisboa* a Mário Castrim pela colaboração como cronista, desde que em 1957 Mário Neves, director-adjunto do *Diário de Lisboa*, o convida para coordenar o Juvenil.

Diário de Lisboa

ANO 64 N.º 21457
Maio 1984
Terça-feira

Fundador Joaquim Manso Director A. Ruela Ramos Director-adjunto Fernando Piteira Santos

15 30\$00



Obrigado Mário Castrim

CONTADOS dia a dia, noite a noite, com as raras excepções de uns dias de férias ou de uns dias de doença, completaram-se, ontem, 19 anos a partir da edição do «Diário de Lisboa» em que, sob a rubrica «TV Dia a Dia», Mário Castrim deu início a uma tarefa de jornalismo militante: a crítica diária da televisão que temos hoje.

O primeiro mérito de Mário Castrim — e damos como adquirido que os leitores apreciaram a qualidade e a sensibilidade do escritor Mário Castrim — é o de se ter apercebido, imediatamente, da importância do meio de Comunicação Social que surgia, que se projectava no nosso quotidiano, que se imporia na vida familiar dos portugueses. A sua crítica, bem o sabemos, foi recebida, ao longo dos anos, com reacções desencontradas e diverso humor. Mas graças e troianos lhe reconheceram a devoção impar a uma tarefa que se pautou sempre — e só — pela vontade pessoal de contribuir para uma televisão melhor e para o esclarecimento cultural, cívico e político do cidadão telespectador.

Não esperou Mário Castrim que a Censura tivesse sido abolida para criticar os programas de uma televisão que estava ao serviço do anterior regime. Em pleno tempo da tirania frontalmente expressou as suas opiniões. Esta é mais uma razão para respeitarmos a sua independência, a sua combatividade, o militismo de uma atitude crítica que sempre foi, no pessoal entendimento do autor, um serviço prestado aos leitores, aos concidadãos.

Não teria Mário Castrim a ilusão de que os seus pontos de vista obtivessem um apelo unânime, mas o interesse que despertaram excedeu as expectativas, as nossas e as suas. O «Canal da Crítica» tem numerosos leitores — é uma rubrica de grande leitura. E tem leitores assíduos, dedicados.

O «Diário de Lisboa» considera que a colaboração de Mário Castrim como crítico de televisão e designadamente o «Canal da Crítica», constitui um pólo de atracção de leitores e um factor de popularidade do jornal.

Esta nota, evocando, com respeito e gratidão, um longo percurso, não vem assinalar uma partida, ou um futuro silêncio. Mário Castrim continuará presente nas páginas do «Diário de Lisboa», onde tem o seu lugar, onde dispõe de uma tribuna, onde tem sido um exemplo de profissionalismo, de dedicação e de camaradagem.

Ele próprio definirá os termos de uma colaboração que a partir de hoje entende diversificar. Não lhe podemos exigir, ao cabo de dezasseis anos de notáveis perdas, que prossiga um trabalho cansativo. E teremos que nos felicitar pelo facto da sua presença no jornal manter, como ele promete, uma assiduidade que será para os seus numerosos e fieis leitores, um conforto, uma recompensa.

Homem — «Diário de Lisboa», de uma rara isenção, correctíssimo nas relações profissionais e pessoais, Mário Castrim é um exemplo na casa. Faz parte de um património moral de resistência, de independência crítica, de liberdade de exercício da profissão no quadro de uma actividade redactorial coerente, de que justamente nos orgulhamos. Por ele. Com ele. Obrigado, Mário Castrim!

PSD marcara-a à revelia dos socialistas mas Mário Soares acabou por a anular:

“Não houve cimeira”



«Não houve cimeira, foi apenas uma troca de impressões», acabaria o Primeiro-Ministro por dizer, esta manhã, aos jornalistas, na sua residência oficial.

Pág. 5

Porto em Basileia: que venha a ‘Juve’!



Amanhã, pelas 19 horas, todo o Portugal futebolístico fica apontado para Basileia: naquela cidade suíça, o FC do Porto (legítimo embaixador no nosso jogo-rei) vai confrontar-se com a poderosa turma italiana da «Juve», onde pontificam nomes como Paolo Rossi, Michel Platini e Boniek. Mas, existe grande confiança nas hostes das Antas, não é impensável que o técnico António Morais também pode atrair para a mesa de jogo figuras como Gomes, Jaime Pacheco, Eunício ou a deste rapagão, João Pinto de seu nome, que é já indiscutível na selecção que fará viagem até ao europeu, em França.

Pág. 15

Calendário da adesão de novo posto em causa

— Ernani Lopes lamenta este estado de coisas

A discussão-crisea reunião ministerial entre Portugal e a CEE realizou-se ontem, em Bruxelas, sem que tenha sido dado qualquer passo importante no sentido da concretização do calendário previsto para a adesão portuguesa. Apoiada pela presidente francesa com a adesão em que deveriam ser concluídas as negociações das «matérias» agrícolas, de pesca, assuntos sociais e fiscais, a reunião de ontem apenas apresentou notícias desoladoras. Quanto à agricultura, cujo problema tem sido o mais complexo, não dando qualquer resultado, a CEE tem sempre insistido na sua renovação a última primeira reunião portuguesa. A entrega de uma declaração conjunta sobre a pesca — lúrida e incoerente conforme sublinhou Ernani Lopes — apenas veio mostrar que ainda há muito caminho a percorrer e que o calendário é cada vez mais inseguro.

Pág. 14

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 70 Nº 23378 DIRECTOR ANTÓNIO RUELLA RAMOS SEXTA-FEIRA 30 NOVEMBRO 90 70500

EDITORIAL

Morrer na flor da idade

É hoje o último dia da vida do «Diário de Lisboa», morte anunciada que até há pouco ainda acreditávamos poder evitar. Retalhado pela Censura durante cinquenta dos seus quase setenta anos de existência, às vezes atrasado, mas sempre presente, todos os dias o «Diário de Lisboa» foi para os bancos, e daí para as mãos dos leitores, muitos dos quais nos acompanharam fielmente destes tempos longínquos.

Mas a realidade não perdoa, e o soulo que fomos mantendo, quantas vezes com enormes dificuldades, termina hoje, dignamente, dolorosamente.

Não há muito para dizer ou escrever nestas horas: agradecer aos leitores e anunciantes, aos nossos correspondentes e aos amigos de Lisboa e do País inteiro que o apressaram e venderam; aos gráficos que o compuseram e imprimiram; à nossa distribuidora, aos empregados que lhe deram o suporte e o apoio administrativo e comercial, aos nossos colaboradores, que tanto o valorizaram. E, por fim, mas não o menos importante, a todos os jornalistas que passaram por esta casa e mantiveram o jornal numa linha não isenta de erros, mas limpa, séria e honrada.

Muitos foram os amigos que nos manifestaram o seu pesar, alguns até a sua angústia, por terem fecltar uma área de liberdade e inconformismo, de observação, de reflexão e de crítica que foi sempre o «Diário de Lisboa». Fica-nos a recompensa dessas palavras e desse consolo.

Tentámos, com dedicação e esforço, muitas vezes com sacrifícios de todos, manter a herança que foi legada pelos fundadores — António e Alfredo Vieira Pinto, Joaquim Manso e Pedro Bordallo Pinheiro — e conservá-la e valorizá-la por tantos jornalistas, escritores, artistas plásticos, homens e mulheres da cultura. Que todos eles nos perdoem, neste momento.

A terminar, vale a pena transcrever uma das muitas cartas recebidas, neste caso de uma jovem jornalista, que, ao aceitar as condições do rescisão do seu contrato de trabalho, nos diz o que vale ler. É triste pensar e constatar que, apesar de tudo, o «Diário de Lisboa» morre na flor da idade.

António Ruella Ramos

«Queria (...) comunicar-lhe a grande dor que sinto, neste momento em que encerra uma das últimas cátedras do jornalismo português.

Dito, provavelmente, que o pouco tempo que levava de casa e que a minha pouca idade são incompatíveis com um grande desgosto. Sem pretender comparar a minha dor àquelas que aqui passaram a maior parte das suas vidas, direi, no entanto, que, durante um ano de colaborações e outro, integrada já no quadro redactorial, sempre dei o melhor esforço ao produto que diariamente vínhamos na rua. Sabe quem trabalhava comigo que sempre coloquei o «Diário de

São mesmo as últimas



Hoje: 64 páginas, incluindo um suplemento especial

Desenho de Stuart
Adaptação de
Ribeiro da Silva

No notável artigo do último director adjunto Fernando Piteira Santos que não acompanhou a última fase do jornal

SEXTA-FEIRA, 30 NOVEMBRO 1990

FORUM

UM COMBATE INTERROMPIDO

Desta crónica política de «A a Z» não haverá continuação. Nasceu no «Diário de Lisboa», com ele morreu. E não vem a propósito, na hora desencantada da despedida, fazermos um balanço do conjunto destas notas cursivas cuja postura crítica e a intenção de pedagogia cívica mereceram aplausos e pataeados, a aprovação de uns, de outros a censura. Certo é - ou ao escritor público assim se afigura - que é raro o dia, como nestes de incertezas e de mudanças, o comentário crítico e as propostas problematizadoras foram mais necessárias para contrariar o pragmatismo expressado e o renovado dogmatismo. Vivemos, sob ameaça da recessão económica, uma crise complexa: moral, política, cultural. O desaparecimento do «Diário de Lisboa» é um traço dessa crise.

E é, na prosaica realidade da decisão irremediável, justificada por factos materiais relativamente aos quais são irrelevantes o peso de uma tradição, as palavras, as palavras solidárias, os sentimentos e já as saudades, - um facto político. Fundado em 1921, o «Diário de Lisboa» resistiu aos anos negros da liberdade asfixiada e da censura. Dezanove anos depois de Abril, quando a liberdade sonhada, desejada como uma força vivificante, da sociedade, irrompe, fruto e emblema da Revolução dos Cravos, o «Diário de Lisboa» sucumbe. Outros jornais, ao longo destes dezanove anos, o precederam no destino fatídico, outros o vão seguir. A crise da imprensa - que as iniciativas publicitárias pagas a peso de ouro, que os fabulosos negócios nos não confundam -, é o reflexo de transformações que se verificam na vida social e da alteração da importância relativa dos meios de Comunicação Social. Tenha-se em conta, também um crescente desinteresse pela temática política, a confundir com o sucesso dos órgãos de imprensa escrita que cultivam os escândalos políticos, as intrigas, as revelações especulativas. Mas pensemos no insucesso, no apagamento, na circulação reduzida, dos órgãos partidários dos vários vectores ideológicos - o «Aventuro», a «Acção Socialista», o «Povo Livre» - para termos da crise da imprensa, que precede ter uma projecção na vida cívica, uma ideia rigorosa.

As tiragens dos jornais diários, depois do 25 de Abril de 1974, diminuíram. O número global de leitores é baixo. Na Europa Comunitária somos o País que menos jornais consome. Se tivermos presentes os latos números dos «consumidores» da televisão, e o tipo de informação que por esta é fornecida, teremos que admitir que o cidadão português está mal informado, que é vítima de uma informação controlada, parcial, e de um processo que se alastra do Minho ao Algarve, por cidades e serras, de desertificação cultural. Pior é sabermos que o problema não é de hoje. Já António Sérgio lamentava em 1956, num texto publicado na revista *Pentadórnis*: «São raros os portugueses com curiosidade de espírito: porque os que têm, aqui, não passam de uma porção da população do País: e porque ninguém os ensinou a coordenar ideias, a interessar-se por elas, a distinguir entre aquilo que é realmente pensado e o que o palanfrônio que de facto o não é.»

A esquerda política e social, e os valores artísticos, literários e culturais de que a contemporaneidade se pode orgulhar, passaram pelas páginas do «Diário de Lisboa». É uma herança rica que hoje finda. A hora é de desencanto e de tirsteza

Choca o pretensiosismo e a vacuidade do discurso político, o simplismo crítico, as escassez de ideias, a pressurosa importação de modas culturais, a incapacidade para distinguir modernidade e moda, o barroquismo retórico, o pensador demagógico, o acritico liberalismo, o combate à esquerda, a desvalorização da utopia. Dizia Sérgio, mestre de civismo: «Sofremos os abusos de uma oligarquia tipificada pelo negociante, pelo intermediário, pelo agiota, pelo especulador, pelo açambarcador, pelo mau político, pelo acumulador de ordenados, e diante deles, impotentes porque isolados, o intelectual que se não escraviza (o que é uma espécie rara), o pequeno burguês e o operário.» E noutra página do tomo VII dos seus «Ensaio», Sérgio anotava: «Cada revolução, cada ideologia, cada tribuna, desde 1820 até hoje, traz uma revoadada

burocratas para as secretarias do Terreiro do Paço e uma invasão de Lisboa pelos sem trabalho da província.» Assim foi com a Revolução de Abril. Ou, para sermos rigorosos, com a agitação do PREC e a dolorosa recuperação ANTI-PREC, «radicalismo de esquerda» e «restauracionismo» concorrendo e disputando a construção de um Estado paraíso de burocratas. O Estado cresceu e a democratização proclamada não lhe corrigiu os enquistamentos estruturais e os vícios de conduta. A crise reflectiu-se no Estado e do Estado projectou-se no País. Lisboa e Porto dominam o Estado. Prega-se a descentralização e o Estado centraliza, concentra, aumenta o seu poder de controlo e intervenção. Revela-se permissivo à política dominante, partidária-se. Reconhecemos que os partidos têm lugar privilegiado na vida democrática, mas verificamos que ela não se esgota na actividade dos partidos. Relevante como o papel dos partidos políticos, é, em Democracia, a função da

Democrática (MUD), às campanhas dos candidatos à Presidência da República Norton de Matos, Quintão Meireles e Humberto Delgado, às várias eleições legislativas que foram disputadas, nos congressos de Aveiro: jornal republicano, democrático, de esquerda, independente. A esquerda política e social, e os valores artísticos, literários e culturais de que a contemporaneidade se pode orgulhar, passaram pelas suas páginas. É uma herança rica que hoje finda. A hora é de desencanto e tirsteza.

Amargura sentimos - e nesse sentimento iremos pensando -, que o jornal finda quando persistem, ou se renovam, as razões do seu batallar. Na linha do nosso horizonte perfilam-se o carreísmo, o clientelismo, a voracidade da ganhaça, a corrupção material e a corrupção intelectual. Urge denunciar os escândalos, as complicitades, os atropelos, as arbitrariedades, os falsos profetas e as profecias falsas. Urge dar à Democracia, para lá da normalidade formal, a essencial verdade. Não basta, numa insistência que é sintomática de debilidades estruturais, reafirmar o seu carácter pluralista e a exigência participativa. E aqui novamente abordamos a função da imprensa: defender e dar expressão ao pluralismo, defender e garantir a participação. Um e outra devem começar ao nível da opinião pública. Que o jornal seja a voz livre da crítica, que aos cidadãos-leitores ofereça um vínculo de participação, uma possibilidade concreta de intervenção plural na vida colectiva. Que não ministre aos leitores um ensino rígido e unificado, que seja uma tribuna livre e um fórum aberto, que seja o lugar da palavra livre, da diferença, da diversidade.

Um propósito que não era, que nunca foi um projecto formulado em termos programáticos, agora se interrompe. Coisas da fortuna e do tempo.

Deselegância extrema, nesta hora adversa, seria se não assumirmos, os que passaram no «Diário de Lisboa», os que viveram por longos anos ou breves dias o «Diário de Lisboa», o nosso quinhão de responsabilidade. E devemos fazê-lo, em consciência, sem perdemos de vista que os ventos que sopram hoje contra um jornal não servo de interesses, livre, democrático, independente.



Fernando Piteira Santos

STAND

PEÇAS ORIGINAIS

OFICINAS

FIAT

Entrada Serra da Mira, Lotes 124 - 126

Telefax 492 13 73

Casa de S. Brás - 2700 AMADORA

Telefax 492 27 24 - 492 03 48 - 492 29 49

Fórmula 4

Concessionário Fiat

CREDITOITAL

Sistema Usado Seguro

FIAT

CONCESSIONÁRIOS

A.M.A. Aut. Monumental de Aveiro S.A.

AUOI VW

AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA


Av. Padre Manuel do Nóbrega, 8 - Telef. 894185/6/7/8 - Telex 83 423 AMACAR - 1000 LISBOA

Diário de Lisboa

Depoimentos de jornalistas que trabalharam no jornal

Mário Neves


Embora a vida me tenha proporcionado muitas oportunidades de viver apaixonadamente tarefas nos domínios da advocacia, da diplomacia e do governo, é sempre com a mais profunda emoção que evoco esse longo período que passei no «Diário de Lisboa», e em que contactei com os mais variados e importantes problemas da história portuguesa e da vida internacional. Para apontar apenas um desses meus emocionantes momentos da minha profissão, recordo a reportagem da tomada de Badajoz durante a Guerra Civil da Espanha, em que tive o triste privilégio de servir como primeiro jornalista português a presenciar a horrível chacina que ali se cometeu.



Armando Pereira da Silva


Era um jornal onde todos os jornalistas, pelo menos os jornalistas mais atrevidos, mais contra a situação, mais contra a censura, sonhavam trabalhar. Eu realizei esse sonho, como tantos outros, de facto já ouvi dizer que o «Diário de Lisboa» foi uma escola de jornalistas, e que é verdade.

Era uma casa onde a palavra liberdade, onde o respeito pelas pessoas e pelas ideias era um facto. Era um caso especial na imprensa portuguesa, não só pela relação que os profissionais tinham com o jornal, como os próprios leitores tinham. De qualquer modo, o «Diário de Lisboa» é de facto um marco na história de Portugal deste século, da cultura portuguesa, de um certo entendimento que milhares de pessoas têm do que era fazer jornalismo em Portugal. Como profissional foi de facto uma escola, não só de liberdade, num período em que essa liberdade não existia, mas sobretudo de aprender a exercer essa liberdade em condições que não nos envergonhavam de ser jornalistas. Isso era possível no «Diário de Lisboa». Aquilo que sinto neste momento, porque fui um homem da casa durante vários anos, uma casa que me marcou muito, é uma grande tristeza e até uma grande revolta.



José Carlos Pires

Foi um suplemento com bastante êxito, que até se criou uma frase que corria assim, que lá em baixo nos tipógrafos, quer nos circuitos assim... na rua muitas vezes, dizia-se: Hoje, pica a Mosca, não é? Dizia-se muito isso. Hoje Pica a Mosca, portanto foi um suplemento com bastante audiência. Era uma resposta à censura e aos valores, aos bons, aos valores sagrados da ditadura. E aí devo dizer que tive uma boa colaboração do Luís Sttau Monteiro.



Rui Repo

Tenho muita pena e é um sintoma de falta de interesse da Comunicação Social, falta de interesse do público da comunicação social, que o jornal da tarde, mais característico do País, encerre as suas portas. O «Diário de Lisboa» é mutado, foi durante muito tempo, metade da minha vida e durante muitos anos foi o jornal que, estruturalmente informativo, estruturalmente literário, soube resistir com dignidade, sempre, à ditadura. Além disso, é um jornal que nasceu com a República por altura de 1920, sempre republicano, que manteve a chama republicana durante toda a Ditadura e que encerra realmente quando se reconheceu a liberdade. E, não sei, é um triste sintoma esta da nossa era. É um sentimento de um bocadinho da vida que se vai embora.



Joaquim Letria


Fuor o «Diário de Lisboa» era uma grande alegria e eu vivi ali a passagem, do quente para o frio, na imprensa. Portanto, sou do tempo da velha máquina, e das máquinas a chumbo, e depois vi aparecer em Portugal pela primeira vez, não havia o ofício e aprendi a trabalhar com ele. Certo ali. Mas, para mim, talvez o que recordo mais, era a amizade que havia em todos nós porque trabalhávamos naquele jornal mas continuávamos a conviver em casa uns dos outros. Aliquandamos uns com os outros. Pensávamos uns com os outros e vivíamos uns com os outros. Eu recordo particularmente as chéias de 1967, em que moravam mais de 500 pessoas, na altura, e em que uma equipa do «Diário de Lisboa», extremamente profissional, que se constituiu, e em que dividimos as regiões. Eu fiquei com o Filipe, o Pedro Alvim com Sílvia, o Pedro Rafael dos Santos com Odileia. Toda essa zona, no fundo éramos talvez 6 ou 7 pessoas. O José Carlos de Vasconcelos na retaguarda, um bocadinho a receber os textos e a coordenar todo o material. Estivemos 5 dias sem dormir.

Recordo-me de nos encontrarmos às 4 ou 5 da manhã no apartamento de casa, onde ainda com tempo e com talento para escrever uma das crónicas mais bonitas da imprensa portuguesa, que ainda está num livro do «Homem na Cidade» em que alguns de nós colaboramos. A censura não deixava dar o número de mortos. Havia uma discrepância a certa altura com os números oficiais do Ministério do Interior. Eu contava os mortos na sacristia da Igreja de Vila Franca e no Hospital de Vila Franca. Nós estávamos a dar números acima dos números oficiais, e o Pedro Alvim tem uma crónica notável que é a contagem que ele faz de mortos à luz de Lisboa, porque havia falta de energia numa igreja em Lisboa. E das coisas mais bonitas que se escreveram nos jornais portugueses.




Mário Cantim

E, no entanto, televisão, eu amo-te. Amo-te de todo o coração. Condição, que para ser digno de tua grandura, que te fosse puro como Galaz e duro como diamante. Os médicos querem fazer de ti seu legado, os bérzigs obrigam-te ao veneno das suas ambições. Os poderosos possuem-te, não te amam. Degradam-te quando te bojam e com eles não és um jardim, mas um latifúndio. Os ricos querem-te para passear de seus cavalos. Os pequeno-burgueses gostam-te como passatempo de águas-de-cólonia, de electrodomésticos e de utilitários. Cavalo de fogo, passas atrelado aos carros sem futuro. Mas eu amo-te porque nasceste de um contrato entre o Homem e Deus. Porque vieste combater a solidão, a tristeza e a ignorância. Tu sabes acompanhar-me quando te chamo, e deixas-me quando te peço. Tu podes levar-me onde nunca irei, podes cercar-me de todos os jóias e de todos os estímulos, podes mudar a minha potência em divindade. Podes levar de uma só vez ao teatro para ver o rei Édipo mais gente do que em quatro mil anos de representações. Mudaste o mundo. Mudaste a vida. Mudaste o Homem.




José Carlos de Vasconcelos

Eu já há muito que colaborava em jornais e em revistas e depois de andar, por minha iniciativa, uma reportagem para o «Diário de Lisboa» sobre o naufrágio de uma traineira, o dr. Mário Neves convidou-me para vir para o jornal. Para mim foi uma alegria. E por isso vim de Coimbra para Lisboa e no próprio dia em que cheguei havia uma festa que era um aniversário do jornal em que estava sempre o redactor mais novo e recordo de ter feito um discurso um bocadinho explosivo, como dirigente associativo que vinha habituado aos discursos inflamados, mas que exactamente num ambiente de tolerância e de abertura que havia no «Diário de Lisboa» isso ter sido visto de forma até benévola por aqueles que estavam menos de acordo com esses discursos revolucionários. E a primeira reportagem que fiz, lembro-me bem, já preparei, foi «Como Vivemos no Ano 2000», aliás não uma, mas uma grande série. E depois, claro, foi uma experiência inesquecível de liberdade e democracia e de um jornalismo sério e de qualidade. Sobre tudo nos últimos anos da década de 60 acho que conseguimos uma equipa, funcionando com uma grande alegria e com entusiasmo. E eu não consigo lembrar-me de uma grande mudança, que eu acho que é fundamental. E foi obviamente, com muita pena, que nos anos 70 sei do «Diário de Lisboa» por discordar com outra orientação que passou a ter, um pouco mais populachar, e por outro lado, porque a censura cortava-me tantas coisas que não valia a pena continuar a tentar. E aí só voltei ao jornalismo após o 25 de Abril, para a Direcção do «Diário de Notícias». Infelizmente só voltei ao «Diário de Lisboa» 20 anos depois, recentemente, numa última tentativa com a Prejornal de salvar essa casa, onde aliás o próprio «O Jornal» nasceu como um sonho de jornalistas, um jornal independente, como o «Diário de Lisboa» sempre foi. Não foi possível isso, e devo dizer que para mim é um grande desgosto e hoje é um dia triste como penso é um dia triste para a imprensa em Portugal e para todos aqueles que prezam o pluralismo, a liberdade, a opinião, a qualidade na informação.




Urbanos Tavares Rodrigues

Cultura, independência, liberdade, sentido da justiça. Foram essas as normas pelas quais o «Diário de Lisboa» durante tantas décadas, pautou a sua existência. Eu consagrei ao «Diário de Lisboa» duas décadas da minha vida. Tinha e tenho um grande amor pelo «Diário de Lisboa», não sei como vou passar sem o ler todas as tardes. Será uma ausência dolorosa, neste momento não sinto grande esperança de o ver resurgir, embora não possa crer que uma instituição cultural como o «Diário de Lisboa», jornal com tanto significado na vida portuguesa, possa desaparecer assim de repente. É um trauma para mim, suponho que é um trauma para muitos intelectuais, para muitos escritores, para muitas pessoas que durante tantos anos leram o «Diário de Lisboa».



Vasco Graça

Eu colaborei no «Diário de Lisboa» na página do cinema, escrevendo regularmente acerca do filme animado. Recordo essencialmente dois nomes que me acompanharam nesse tempo e que muito foram pelos circuitos e pela cultura cinematográfica: o Eurico da Costa e o Manuel de Azevedo, este infelizmente já falecido. Recordo também a amizade fraterna que o dr. Mário Neves sempre me manifestou, principalmente quando fui julgado no Tribunal Pleniário e o dr. Mário Neves foi testemunhar a meu favor no processo dos cineclubes. Durante décadas comprei o «Diário de Lisboa», conservando muitos números até hoje, e que documentam de forma exemplar as épocas eleitorais no tempo do fascismo. Guardo ainda muitos recortes de artigos escritos por vários jornalistas e colaboradores que sempre honraram a resistência ao fascismo. Conservo ainda muitas páginas literárias, suplementos, e também colecções de literaturas, caricaturas, etc., de autores famosos, com especial destaque para Stuart Carmichael. Para mim, leitor do «Diário de Lisboa» desde 1945, a grande época deste jornal foi até ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio de 1974. Depois surgiram muitas modificações, mas conservarei sempre uma memória afectiva desses tempos em que o «Diário de Lisboa» era um instrumento de luta social.



Depoimento de Mário Castrim

LXXII

O que pensa do encerramento do *Diário de Lisboa*?
Pergunta a diversas personalidades das mais diversas áreas e de diferentes
quadrantes políticos

[illegible]

ANEXO 18

Um poema feito por Mário Castrim oito dias antes de morrer

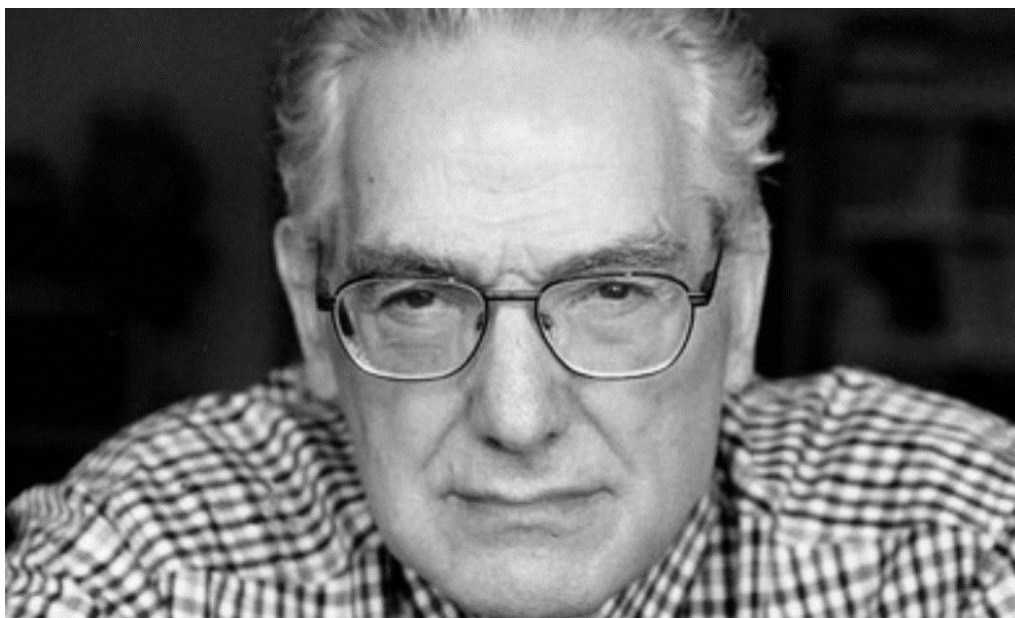
*Lágrimas, não. Lágrimas, não. A sério.
Enfim, não digo que. É natural.
Mas pronto. Adeus, prazer em conhecer-vos.
Filhos, sejamos práticos, sadios.*

*Nada de flores. Rigorosamente.
Nem as velas, está bem? Se as acenderem,
sou homem para me levantar e vir
soprá-las, e cantar os "Parabéns".*

*Não falem baixo: é tarde para segredos.
Conversem, mas de modo que eu também
oiça, e melhor a grande noite passe.*

*Peço pouco na hora desprendida:
fique eu em vós apenas como se
tudo não fosse mais que um sonho bom.*

Cedido por Alice Vieira.

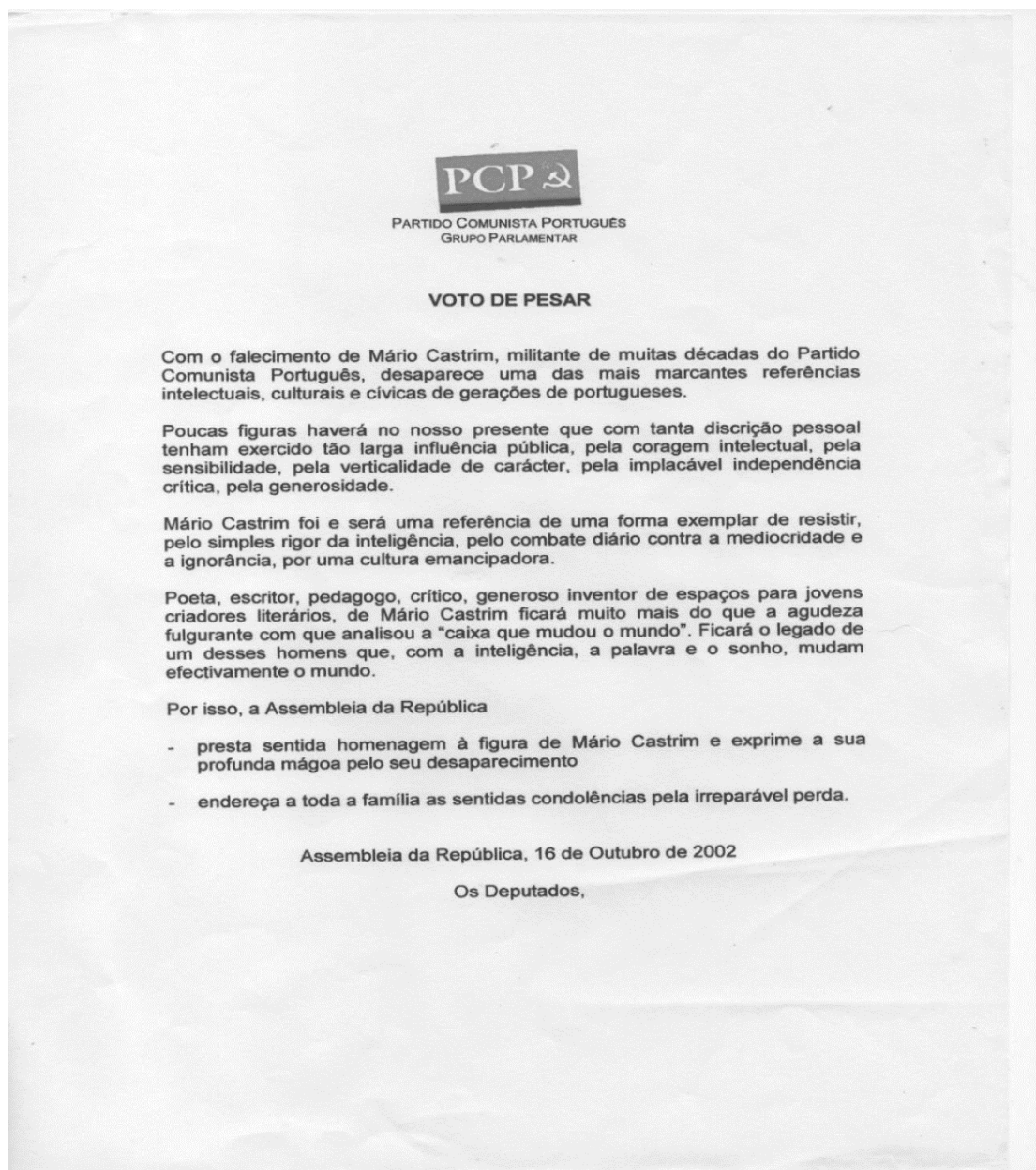


Documento 1 | Poema e fotografia cedida por Alice Vieira

ANEXO 19

Falecimento de Mário Castrim 15 de Outubro de 2002

Despedidas de amigos de Mário Castrim



Documento 1 | Grupo Parlamentar do partido Comunista Português (PCP) 16/10/2002.
Documento gentilmente cedido do acervo do Partido Comunista Português.

Gabinete do Imprensa



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

GABINETE DE IMPRENSA

Aos Órgãos de Informação / Chefias de Redacção
Agradecemos a divulgação do seguinte

Comunicado do Secretariado do Comité Central sobre o falecimento de Mário Castrim

Certo de exprimir o sentimento dos comunistas portugueses e de muitos outros democratas, o Secretariado do Comité Central do PCP manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do camarada Mário Castrim.

Compartilhando da dor de sua família e enviando um abraço fraternal de solidariedade a Alice Vieira e a Catarina da Fonseca, o Secretariado do Comité Central presta homenagem a esta destacada figura da vida cívica e cultural do país nos últimos 50 anos, ao militante comunista com muitas décadas de corajosa e coerente intervenção, ao crítico de televisão, escritor e intelectual que tanto contribuiu para a formação democrática e humanista de muitas gerações.

O Secretariado do PCP apela aos militantes comunistas e todos os cidadãos progressistas que o possam fazer, para que se associem a uma justa homenagem a Mário Castrim participando no funeral que se realiza amanhã, às 10.30h, da Capela da Igreja de Santa Joana Princesa para o Cemitério de Benfica.

O Secretariado do Comité Central
do Partido Comunista Português

15.10.2002

A Agenda do PCP está disponível na Internet em www.pcp.pt

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa

Telef. 217813800 - 217813880 / Fax 21 7813831 * email: imprensa@pcp.pt * Web: www.pcp.pt

Documento 2 | Gabinete da Imprensa do Partido Comunista Português (PCP) 15/10/2002.
Documento gentilmente cedido do acervo do Partido Comunista Português.

Morreu Mário Castrim

O nosso camarada Mário Castrim, escritor, jornalista e crítico televisivo, faleceu na madrugada de terça-feira, no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, onde estava internado desde o início de Agosto. Com 82 anos, Mário Castrim encontrava-se nos cuidados intensivos do Hospital dos Capuchos, sofrendo de pneumonia.

Mário Castrim, pseudóni-

mo de Manuel Nunes da Fonseca, foi o primeiro crítico de televisão em Portugal. Militante do PCP, era o mais antigo e regular colaborador do *Avante!*, enviando os seus poemas semanalmente e até ao fim.

O Secretariado do Comité Central do PCP manifestou de imediato o seu pesar. Compartilhando a dor da família e enviando um abraço

fraternal de solidariedade à esposa do jornalista, a escritora Alice Vieira, e aos seus filhos, André e Catarina Fonseca, o Secretariado «presta homenagem a esta destacada figura da vida cívica e cultural do país nos últimos 50 anos, ao militante comunista com muitas décadas de corajosa e coerente intervenção, ao crítico de televisão, escritor e intelectual que tanto

contribuiu para a formação democrática e humanista de muitas gerações».

O Secretariado apelou aos militantes comunistas e a todos os cidadãos progressistas para participar no funeral do jornalista, que teve lugar ontem de manhã, no Cemitério de Benfica. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, José Casanova e Vítor Dias, ambos membros da Comissão Política, estiveram presentes.

Carlos Carvalhas enviou, anteontem, um telegrama de condolências à família. «Recebendo com grande tristeza a notícia do falecimento do Mário, envio-vos a expressão do meu profundo pesar, evocando com respeito e admiração a figura de Mário Castrim como comunista com muitas décadas de acção dedicada e coerente, como homem bom, vertical e generoso, como cidadão com uma relevante contribuição para a formação cívica e política de várias gerações, como um artista e criador solidamente vinculado aos ideais humanistas», lê-se no telegrama.

Também o Sindicato dos Jornalistas manifestou o seu pesar, salientando que o desaparecimento de Mário Castrim «empobrece o panorama da comunicação social portuguesa na dupla vertente dos que a produzem e dos que a interpelam».

«Mário Castrim há-de permanecer como referência histórica do género e exemplo a considerar por sucessivas gerações de críticos, mas também ficará na nossa memória como homem culto e lúcido, cidadão comprometido com o seu tempo e fiel às suas convicções», sublinha o sindicato.



Mário Castrim com alguns redactores e colaboradores do *Avante!*, após um convívio por altura do seu 80.º aniversário. É assim, em alegria, que preferimos recordá-lo

Até sempre!

Desculpa, Mário, mas nesta hora triste, ao evocar-te, lembro-me de mim. É assim, presumo, que os amigos são mais fortemente lembrados. Pelo que eles pesaram na vida de cada um de nós, pelo rumo a que nos solicitaram, pelas perspectivas que abriram. Lembro-me de um dia assim em Outubro, já lá vão uns quarenta e cinco anos, subia eu as velhas escadas do *Diário de Lisboa*, na Luz Soriano, com uns papéis na mão (desenhos, poemas, um conto?). E no palamar vou encontrar-te sorrindo ao puto que subia entre os azulejos que forravam as paredes, mostrando tesouras e rolas, os objectos torturantes da censura que, logo aprendi, não escolhia idades mas ideias para cortar. E tu, a sorrir por detrás dos óculos, paciente e bondoso, disposto a mostrar como era o mundo aos jovens desse tempo que contigo aprenderam que a palavra não era vã, a ideia não era de somenos. Nesse *Diário de Lisboa Juvenil* uma geração inteira fez pelo menos essa aprendizagem. Que deu frutos. Alguns povoam hoje outros pomares, bem sei, mas tu construías apenas uma coisa bem gran-

de – a de ter opinião contra o silêncio, a de exercer a liberdade em tempo de prisões, a de tomar a responsabilidade. Lembro-me dos teus textos, dos teus nomes, da prosa ágil, do largo espaço que, com o Augusto da Costa Dias e com o Tossan, abriste, não sem risco, nesse jornal. Lembro-me do teu gosto pela poesia, da conversa ao café, quando disseste que andavas apaixonado pela poesia do Fernando Pessoa. Mais tarde, muito mais tarde, e já no exílio, da crítica de televisão, uma voz a convidar o leitor a que pensasse com independência em frente ao pequeno ecrã. E, apesar de hoje e com justiça, te chamarem crítico de televisão – afinal o primeiro, a referência em relação à qual os outros todos, bem ou mal, achavam lugar e voz – sabemos de ti muito mais. O pedagogo, o poeta, o crítico, o jornalista, o escritor. E, finalmente, talvez primeiro que tudo: o camarada e o amigo que só não perdemos porque persistes nas nossas memórias e nos nossos corações.

• Leandro Martins



ANEXO 20

Despedida nos jornais pelo falecimento de Mário Castrim

Jornal de Notícias

52

JORNAL DE NOTÍCIAS quarta-feira, 16 de outubro de 2002

Programa do dia

Há momentos decisivos que podem mudar a vida das pessoas para sempre. O programa "Hora Extra", apresentado por Conceição Lino, a ser exibido às 00,15 horas, na SIC, traz a debate este tema, com testemunhos de pessoas anónimas e figuras públicas que dão conta da importância que simples acasos tiveram na vida delas.

Televisão

VULTO DA HISTÓRIA DA TV PORTUGUESA

Morreu Mário Castrim

Pioneiro da crítica televisiva, foi a "grande bússola", ao longo de 40 anos

MANUEL SOUSA / LUSA

O jornalista e escritor Mário Castrim, que ontem morreu em Lisboa, aos 82 anos, dedicou quase quatro décadas da sua vida à televisão, primeiro como crítico do "Diário de Lisboa" e ultimamente no semanário "Tal & Qual".

Desde o momento em que foi conhecida a notícia da sua morte, no Hospital dos Capuchos, onde se encontrava desde Agosto, vítima de uma pneumonia, multiplicaram-se os testemunhos sobre o jornalista, que foi o pioneiro da crítica de televisão, um dos mais temidos e implacáveis, mas merecedor do respeito de todos.

Crónicas aguardadas

Começou a escrever as suas críticas no desaparecido "Diário de Lisboa", a 14 de Maio de 1965 e, desde então, como confessou mais tarde, não passava um dia sem ver televisão. Sentava-se umas 12 horas diárias diante do televisor, para escrever o texto que era ansiosamente aguardado pelos leitores, os quais esperavam dele escapadelas aos cortes dos censores e uma linguagem acutilante. Além de crítico de televisão, Castrim foi um sarcástico observador da sociedade e do poder salazarista e marcelista.

O projecto que Mário Castrim mais acaunhou foi o suplemento "Juvenil" inserido nas edições de terças-feiras do "DL" onde, a partir de 1957, desenvolveu um trabalho de divulgação das tentativas de voo literário por parte de jovens. A edição de poemas, ensaios, ilustração e contos serviu de incentivo e jovens criadores, que assim tinham oportunidade de tirar os projectos da gaveta. Com o fecho do "Diário de Lisboa", em Maio de 1984, encerrou um ciclo, mas não o da reflexão televisiva, que Castrim retomaria no "Tal & Qual", onde nos últimos anos assinava a coluna "Canal da Crítica". Testemunhou o director do semanário que a longevidade da carreira de Mário Castrim "lhe permitia uma visão histórica ímpar".

Personalidade singular

Mário Castrim foi dos primeiros no nosso país a enxergar o poder da televisão.

Com ela pode cortar-se o pão ou o peixe do vizinho", dizia, anotando que a considerava uma "fonte poderosa de informação", mas também uma "faca de uso doméstico".

Levou o seu trabalho muito a sério, obrigando-se a passar mais de 70 mil horas em frente ao pequeno ecrã, o que equivale a 19 anos ininterruptos sentado no sofá.

Só uma vez na vida terá falhado uma crítica - no dia do nascimento do primeiro filho. Mas nem quando nasceu a filha nem quando casou deixou de a fazer, contou um dia.

Ganhou adeptos e inimigos, o que não considerava relevante porque se dedicava ao trabalho com um "espírito de missão, para combater a demissão...".

Escacha-pessegueiro

Assumiu-se sectário e admitia que as suas crónicas eram "de escacha-pessegueiro". E também na militância política no PCP era feroz. O comunista é aquele que deixou de acreditar na eternidade para acreditar no futuro. O comunista é um cristão para uso quotidiano", dizia.

Nascido em Ilhavo, era filho de um, comandante da Marinha Mercante, Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, era casado com a escritora Alice Vieira. Deixou obras como "Estas São as Letras" e "Histórias com Juízo". O "Lugar da Televisão" e "O Caso da Rua Jau".

O funeral sai hoje, às 10. 30 horas, da Igreja de Santa Joana Princesa para o cemitério de Benfica, em Lisboa.

Disseram

"Era a grande bússola da crítica de televisão desde que ela existe. Ele nunca abdicou dos seus princípios ideológicos e de uma certa forma de olhar o Mundo, mas conseguiu sempre uma distância em relação às pessoas, uma justiça em relação aos programas, que lhe valeram inimizades antes e depois do 25 de Abril".

"Apesar de vítima de calúnias, nunca deixou de escrever o que pensava. Manteve a lucidez até à última crónica".

JOÃO GOBERN
DIRECTOR DA "TV GUILA"

"Foi o mestre que ensinou milhares de pessoas a olhar para o pequeno ecrã de outra maneira. Não só era o mais antigo crítico, como foi o seu mentor. Foi ele que inaugurou este estilo no jornalismo português, porque antes não havia ninguém a fazer crítica de programas televisivos".

J. LEITÃO RAMOS
CRÍTICO DO "EXPRESSO"

"Não é verdade, ao contrário do que certa má língua sempre gostou de dizer, que se tenha limitado a fazer juízos de valor. O que fez sempre foi interrogar a televisão como um objecto que constrói uma visão do Mundo e que nos leva a olhar para o Mundo de uma forma particular".

JOÃO LOPES
CRÍTICO DA TSF

"Foi um crítico de referência. As críticas de Mário Castrim, distinguem-se pelo seu carácter sempre construtivo. Ele não falava mal só por falar mal, analisava e desmontava as questões. A sua voz implacável fará certamente falta a todas as estações de televisão do país".

JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS
DIRECTOR DA RTP

"Um comunista com muitas décadas de acção dedicada e coerente um homem bom, vertical e corajoso. Deus, como cidadão, uma relevante contribuição para a formação cívica e política de várias gerações, como um artista e criador solidamente vinculado aos ideais humanistas".

CARLOS CARVALHAS
PCP

"Foi o fundador e o militante da crítica em Portugal. É preciso militância e alguma coragem para ser crítico de televisão durante mais de 40 anos. Não conheço outro caso como este. Nunca prescindiu dos seus princípios, nem foi hipócrita em esconder as suas opções ideológicas".

CINTIA TORRES
CRÍTICO DO "PÚBLICO"

Os poemas do Mário

RODRÉGIO RODRIGUES

Contra 1965 e todo o jovem, com veleidades literárias, sonhava publicar um textozinho que fosse, no DL Juvenil, se possível com uma crítica benévola do seu responsável editorial, Mário Castrim.

Do obscuro Trás-os-Montes enviou um texto (mauzinho, digase) que, além do favor de publicação, recebeu uma crítica positiva e estimulante de Mário Castrim. Quase toda a minha geração, das letras aos jornais, passou pelo olhar de Mário Castrim. E não deixa de ser curioso que sendo Castrim tão cláustico enquanto crítico de televisão, fosse tão tolerante enquanto coordenador do um suplemento juvenil.

Passados anos que o destino que nos encontrásemos a trabalhar juntos no DL. Todas as manhãs um motorista lhe ia buscar a crítica de televisão a casa. Mário Castrim só aparecia na redacção por altura dos plenários. E se os plenários eram agitados e longos!

Mário Castrim era um dos principais alvos da extrema-esquerda (até à obsessão, do MRPP) e apelidado de sectário-geral. E era, nessa altura, um autêntico guardião do templo da mais severa ortodoxia. Nunca fomos próximos. O Castrim desse tempo não era o tolerante Mário do DL Juvenil.

Ontem, fui apanhado por um telefonema amigo, anunciando-me a morte de Mário Castrim. E logo agora que me tinha reconciliado com o Castrim da minha juventude, lendo todas as semanas no "Avante!", os seus poemas, tão belos, sangrando tanta ternura, que apelcia decorações e trazê-los, para sempre, no coração.

Estranheira que nas últimas semanas me faltassem os poemas no

Avante! (a minha primeira leitura, mal recebia o jornal). Uma nota anunciava-me que Mário Castrim estava doente. Sabia da sua idade, mas esperava que vencesse a morte. Enganei-me.

Não era admirador da sua crítica de televisão, devo confessá-lo, não pela sua matriz ideológica, mas por uma certa subjectividade que o levava a ter ódios de estimação e amores a quem tudo perdoava, mesmo quando eram medocres.

Sabia que, acreditava em Deus e quem com ele convivia, diz-me que era um homem bom, simples e tolerante. Reconheço que não foi com essa ideia que fiquei durante os anos que trabalhamos no Diário de Lisboa. Espero profundamente ter-me enganado.

Sei hoje que, em muitos momentos de tensão política no DL, ele foi o mediador, aquele que, junto da direcção, punha água na fervera.

O DL foi o seu jornal de sempre, a sua paixão cívica.

Mas o DL também lhe reconheceu esse estatuto. Lembro-me que, após o 25 de Novembro, quando o DL começou a ser publicado, houve um plenário de trabalhadores (redacção, gráficos, administrativos e outros).

O PCP saíra ferido do 25 de Novembro e estava, aparentemente, fragilizado no DL. Uma voz houve que se levantou, entre os motoristas: "Não vamos buscar mais a crónica do Mário Castrim".

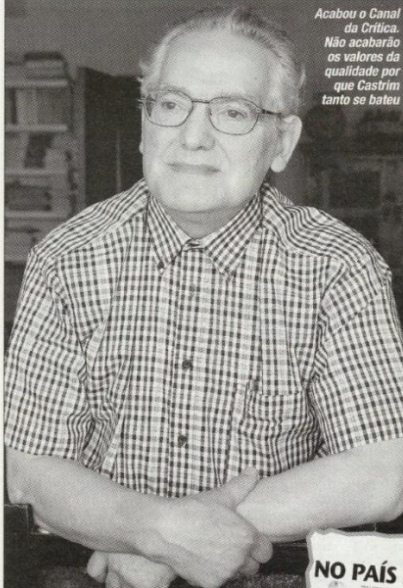
E lembro-me do dr. Ruella Ramos, director e proprietário do DL responder: "Se não vão vocês, vou lá eu". E lá, se fosse necessário, Porque Mário Castrim fazia parte do património do Diário de Lisboa.

Com a sua morte, o que mais me dói não é deixar de ler as suas críticas de televisão, é deixar de ler os seus poemas. Edmundo,

MÁRIO CASTRIM NÃO RESISTIU À UMA PNEUMONIA

Fim de emissão

FOTO: JOSE CARLOS PRATA



Acabou o Canal da Crítica. Não anseio os valores da qualidade por que Castrim tanto se bateu

70 mil horas frente ao ecrã

Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, nasceu em 1920 e iniciou-se cedo no jornalismo.

Era casado com a escritora Alice Vieira, que conheceu nos tempos do suplemento do Diário de Lisboa, "DL - Juvenil", projecto iniciado em 1957 e que considerou ser a sua "obra".

Passou também pela escrita infantil, deixando obras como "Estas São as Letras" e "Histórias com Juízo". "O Lugar da Televisão" e "O Caso da Rua Jau" são outros dois títulos que marcaram a sua vida de escritor.

Comunista fervoroso, o seu sonho era viver do e para o mar, influência que talvez lhe tenha vindo do pai, comandante da Marinha Mercante, e da infância em Ilhavo, Aveiro, onde nasceu. "Recordo-me de, muito pequeno, querer ser marinheiro. No início, acho que nem sabia bem o que isso era. Mas o que eu tinha na minha imaginação era o mar", contou Castrim numa entrevista. O jornalista passou mais de 70 mil horas em frente ao pequeno ecrã, o que equivale a 19 anos ininterruptos sentado no sofá. É obra!

Directo, demolidor, fanático do pequeno ecrã. Com graça e ironia, o mais antigo crítico de TV do País ajuizou durante quatro décadas sobre o melhor e o pior que passou nos diferentes canais. Morreu ontem, aos 82 anos

O jornalista e crítico de televisão Mário Castrim morreu ontem de madrugada no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, onde estava internado desde o início de Agosto. Com 82 anos, fora internado de urgência, com uma pneumonia.

Mário Castrim era o mais antigo crítico de televisão em Portugal e manteve até Julho a página "Canal da Crítica" no semanário "Tal&Qual". Dedicou quase quatro décadas da sua vida à TV – passava cerca de 12 horas por dia à frente do pequeno ecrã.

Apesar de se confessar um indolente nato, só uma vez na vida falhou uma crítica de televisão – no dia do nascimento do primeiro filho. "Mas nem quando nasceu a minha filha nem quando me casei deixei de fazer a crítica", comentava.

"O melhor profissional"

"Foi o melhor profissional com quem trabalhei. Nunca falhou um único compromisso. Nunca atrasou

NO PAÍS DAS NOTÍCIAS



"Causas ainda por apurar"

Castrim com Zambujal e Letria: ligados a uma época de ouro do jornalismo português



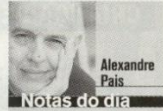
"Achámos que não se podia perder aquela coluna – o 'Canal da Crítica'. Ele aceitou o convite para vir para o 'Tal&Qual'. Foi sempre um homem da nossa casa. Nós adoptámos o Mário Castrim e ele adoptou-nos a nós", lembra Rocha Vieira.

Para Joaquim Letria, fundador do "Tal&Qual", colunista do 24horas e também ex-colega de Castrim no "Diário de Lisboa", o crítico agora desaparecido era um homem "muito disciplinado, que denunciava as injustiças e tinha uma grande fé nos homens".

"Fiquei feliz quando o 'Tal&Qual' deu continuidade à crítica do Castrim. Foi muito gratificante para mim", recorda Letria, também ele "vítima", mais tarde, dos comentários demolidores de Mário Castrim. "Durante o tempo em que fiz televisão, ele foi, por várias vezes, impiedoso para mim. Mas acabei por lhe dar razão em algumas críticas", comenta, sem ressentimentos.

Nas palavras de Gonçalo Pereira, que actualmente dirige o "T&Q", "Mário Castrim é insubstituível. Ao longo de mais de quatro décadas, não só construiu um estilo muito próprio, com o qual os leitores se identificavam, como desenvolveu um visio histórica da evolução da televisão em Portugal. Estamos a referir-nos a alguém único".

Todos os que trabalham no 24horas apresentam a família enlutada, em especial à escritora Alice Vieira, mulher de Mário Castrim, os votos do seu mais profundo pesar. ■



Alexandre Pais

Notas do dia

Adeus

Nem sempre tinha razão. Era sempre coerente.

Foi em sua casa que um grupo de jornalistas do "Diário de Lisboa" – que teve a honra de integrar –, perseguido, há 30 anos, por um fantoche instalado na redacção da Rua Castilho, procurou e encontrou o refúgio da palavra amiga e a lição de que resistir é vencer.

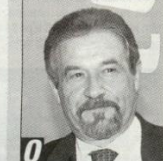
O 25 de Abril afastou-nos, mas não apagou a memória que guardarei até ao fim de um jornalista que não gostava de protagonismos – ele era simplesmente um Homem.

Luís Figo



O craque do Real Madrid e da Seleção Nacional deixou o seu habitual "low profile" e ameaça deixar a equipa de todos nós. Pode ser que a sua voz grossa abane a mediocridade...

Gilberto Madal



Empate com a Tunísia e derrota humilhante com a Turquia – só falta a Libéria vir golear-nos a Lisboa. Os jogadores começam a reagir e está mais crise a chegar. Em frente, Gilberto!

Notas do dia 6

Media



RTP estreia no dia 22 programa «Fora de Jogo»

Paulo Catarro é o pivô do «Fora de Jogo», o programa de informação desportiva que a RTP vai estreiar na próxima terça-feira, dia 22. O futebol deverá ser o prato forte deste novo espaço semanal de debate na estação pública.

ÓBITO

Morreu crítico Mário Castrim

Internado num hospital de Lisboa desde Agosto, devido a uma pneumonia, faleceu ontem de madrugada. Tinha 82 anos



PIONEIRO. Mário Castrim começou a sua carreira no «Diário de Lisboa»

■ Quarenta dos 82 anos de vida de Manuel Nunes da Fonseca foram passados à frente da televisão, numa média de 12 horas por dia. Tudo somado, são mais de 70 mil horas, o equivalente a 19 anos ininterruptos. Por isso, ficará para a história dos media em Portugal através do seu pseudónimo, Mário Castrim. Com ele inaugurou-se a crítica de televisão.

Na madrugada de ontem, faleceu num hospital de Lisboa, onde estava internado desde o início de

Agosto, devido a uma pneumonia. Nasceu em Ilhavo, em 1920. Depois de uma adolescência marcada por um internamento de 10 anos, por força de uma tuberculose óssea, foi professor, jornalista, escritor, católico e fervoroso militante comunista. Mas a crítica televisiva, que iniciou em 14 de Maio de 1965, no *Diário de Lisboa*, e perpetuou nas páginas do *Tal & Qual*, a partir de 1991, era a sua grande militância. «Dedico-me à crítica com um espírito de missão. Para combater a

demissão...», dizia. Ao longo dos anos, as suas palavras resultaram em inevitáveis paixões e ódios. Mas para estes, Castrim tinha uma frase: «Só os medíocres têm medo da crítica.» «Ao fim de tantos anos a ver televisão, mereço tudo menos o inferno. Aquilo deve estar cheio de televisores por todos os lados...», afirmou um dia.

O funeral realiza-se hoje, pelas 10.30, da Igreja de Santa Joana Princesa (Rua Teixeira de Pascoas) para o cemitério de Benfica.

TESTEMUNHO

Uma memória comovida do Tião

ELISABETE FRANÇA

Tião era o pseudónimo com que Mário Castrim (outro pseudónimo) assinava, no suplemento *Juvenil* do *Diário de Lisboa*, a apreciação de trabalhos dos colaboradores espontâneos e o destaque dos melhores na primeira página. A assinatura do Tião alternaria, às tantas, com a sua adjunta Alice Vassalo Pereira (a estudante de Letras, depois jornalista e escritora Alice Vieira, entretanto sua mulher).

O *Juvenil* do DL foi a grande

obra de Castrim (com Augusto Costa Dias), nos anos 60, a par do *Canal da Crítica* — prodígio de criatividade linguística, jogo com direito a análise na Faculdade de Letras, por via do professor Jacinto Prado Coelho. O *Juvenil* faria escola na imprensa (no *República* anos 70, no *DN* desde 1983) e teve alcance pedagógico, dinamizador e motivador, atestado pelo facto de boa parte daquela miudagem, ali revelada com os primeiros textos, ter continuado com nome no domínio público, na literatura, no jornalismo,

na universidade, nas artes. Ao correr da memória falvel: José Agostinho Baptista, Nuno Júdice, Hélia Correia, Regina Louro, Miguel Seras Pereira, Jorge Silva Melo (como crítico de cinema), José Jorge Letria, Mário Contumélias, Jorge Massada, Rui Dinis & etc.

Entro no etc. Só publiquei croniquetas, artiguilhadas escassas: inibiu-me a crítica da Alice a um poema-cliché. Inesquecível seria o Mário-Tião. Um guia: de exigência intelectual para sempre e, por um dia, de visita à maravilha do jornal.

REACÇÕES

«Era a grande bússola da crítica de televisão.»

João Góvern

«Um crítico de referência, que não falava mal, só por falar mal.»

José Rodrigues dos Santos

«Foi ele que inaugurou este estilo no jornalismo português. A crítica quando vale a pena é apaixonada, por isso um crítico efectivamente interessante e

importante há-de sempre fazer admiradores incondicionais e criar ódios de estimação.»

Jorge Leitão Ramos

«Como qualquer pessoa que se manifesta publicamente, esteve sempre sujeito a vozes discordantes. De qualquer forma, sinto que, em relação a ele, havia mais amores do que ódios de estimação.»

João Lopes

«O fundador e o militante da crítica. É preciso militância e coragem para ser crítico de televisão durante mais de 40 anos.»

Eduardo Cintra Torres

«Um comunista com muitas décadas de acção dedicada e coerente.»

Carlos Carvalhas

«Uma referência histórica.»
Sindicato dos Jornalistas

MUDANÇA

Rui Pêgo deixa a direcção da Rádio Paris-Lisboa

Ex-director da RPL está disponível para novos projectos, mas para já quer dedicar-se à sua crónica diária na Nostalgia e à SIC Notícias

ARMANDO RAFAEL

Rui Pêgo demitiu-se da direcção da Rádio Paris-Lisboa (RPL). A decisão foi tornada pública ao fim da tarde de segunda-feira, quando todos ainda tentavam perceber o alcance e o significado da aquisição da Económica por parte da Recoleto, pelo que a notícia passou despercebida.

«Fechei um ciclo de cinco anos na RPL», declarou ontem Rui Pêgo ao DN, retomando o teor das justificações dadas, na véspera, ao site telefonia-virtual.

«Fiz tudo o que pediram», frisou, numa alusão ao caderno de

encargos que lhe foi apresentado pela administração da RPL: equilíbrio nas contas de exploração; reposicionamento da rádio; e criação de uma identidade própria da Rádio Paris-Lisboa no espectro radiofónico nacional. «A partir deste momento, a minha continuação já não fazia sentido. Esquitei o projecto, e eu sou daqueles que trabalham por um projecto e por objectivos», adiantou.

Rui Pêgo, que levou para a antena da RPL nomes como os de Paula Moura Pinheiro e Alfredo Saragamo, ou políticos como Mário Soares, Jaime Gama e Paulo Portas, aproveitou também a oportu-



CICLO. Rui Pêgo considera o seu projecto na RPL «esgotado»

nidade para desdramatizar a sua saída da direcção da RPL, considerando que ela se processou com toda a normalidade. «Foi uma decisão tranquila, da parte a parte, e sem qualquer tipo de sobressalto», disse.

Questionado sobre a hipótese de poder protagonizar agora uma transferência para o universo da Renascença ou da Media Capital, Rui Pêgo deixa tudo em aberto: «A partir deste momento, estou disponível e no mercado.»

O antigo director da RPL foi, reconhece-se, um dos nomes sondados pela Renascença para substituir Pedro Tojal, quando o actual respon-

sável pelas rádios da Media Capital saiu da RFM. «Transferência» que não chegou, contudo, a concretizar-se nessa altura.

Para já, e enquanto não surgir nenhum projecto que o tente, Rui Pêgo vai dedicar-se à sua crónica diária na Rádio Nostalgia — uma rádio da Media Capital —, intitulada *Nação Valente*, explorando novas áreas como a de uma maior interactividade com os ouvintes, e preparar o lançamento de uma compilação das suas crónicas para a rádio.

Em paralelo, vai manter também a sua colaboração com a SIC Notícias.

Exposição. A artista italiana Vanessa Beecroft apresenta em Lisboa, na Culturgest, três séries de obras onde explora a nudez feminina.

Página 27

CULTURA & LAZER

Entrevista. O sueco J.J. Johanson, depois de ontem à noite ter posto música no Lux, promete voltar a Portugal no início do ano.

Página 31

TELEVISÃO MÁRIO CASTRIM FALECEU ONTEM DE MADRUGADA VÍTIMA DE PNEUMONIA. TINHA 82 ANOS

O adeus ao crítico de televisão

O funeral do crítico de televisão e escritor vai realizar-se hoje pelas 10h30 para o cemitério de Benfica, em Lisboa

HELENA MATA

Mário Castrim, jornalista e crítico de televisão, faleceu ontem de madrugada no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, onde estava internado desde o início de Agosto último. Contava 82 anos.

O internamento na Unidade de Cuidados Intensivos ficou a dever-se a uma pneumonia, e, embora o seu estado tenha evoluído de forma lenta mas favoravelmente, os médicos mostraram-se sempre reservados em relação a eventuais prognósticos devido à sua idade avançada. O funeral segue hoje para o Cemitério de Benfica, em Lisboa, pelas 10h30. O corpo foi transportado ao fim da tarde de ontem para a Igreja de Santa Joana Princesa, na Rua Teixeira de Pascoaes.

Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, nasceu em 1920 em Ilhavo, Aveiro, onde passou a infância. Talvez por influência do pai, comandante da Marinha Mercante, sonhou ser marinheiro, mas a vida iria encarregar-se de lhe traçar outros destinos. Entre os 10 e os 20 anos foi atingido por uma tuberculose óssea, que o obrigou a um internamento no sanatório do Outão, em Setúbal, para tratamento.

Era casado com a escritora Alice Vieira, conhecida pela escrita para crianças, que conheceu nos tempos do suplemento do *Diário de Lisboa*, DL - Juvenil, um projecto iniciado em 1957. Tal como a esposa, trabalhou também a nível da literatura infantil, tendo deixado obras como *Estas São as Letras* e *Histórias com Juízo*. Como escritor, deixou também títulos como *O Lugar da Televisão* e *O Caso da Rua Jau*. Mário Castrim iniciou-se cedo no jornalismo, tendo também sido professor no Ensino Técnico Profissional e manteve até Julho último uma coluna no semanário *Tal & Qual*.

Mário Castrim era o mais antigo crítico de televisão em Portugal, função a que dedicou quase quatro décadas e o levou a passar cerca de 12 horas por dia frente à televisão. A respeito daquela que é considerada a caixa que mudou o mundo, afirmou:



Mário Castrim, que acumulou quase quatro décadas dedicadas à crítica televisiva, faleceu ontem com 82 anos

Casado com a escritora Alice Vieira, assinou também algumas obras para crianças, nomeadamente *Estas São as Letras* e *Histórias com Juízo*. Foi ainda autor de *O Lugar da Televisão* e *O Caso da Rua Jau*

"Com ela pode cortar-se o pão ou o peçoço do vizinho", considerando-a simultaneamente uma "fonte poderosa de informação" e uma "faca de uso doméstico".

Foi precisamente como crítico de televisão que se notabilizou, com um estilo muito próprio e mesmo que nem sempre conseguisse unanimidade em relação ao que escrevia. Aliás, o facto de se saber alvo de alguns "ódios de estimação", nunca o fez parar ou alterar o seu cunho pessoal. E é igualmente verdade que, quer se gostasse ou não, ninguém ficava indiferente às suas críticas e as suas opiniões eram tidas em

linha de conta, como se comprova facilmente por vários depoimentos recolhidos junto a quem com ele privou.

Só uma vez na sua longa vida falhou uma crítica de televisão, nomeadamente no dia do nascimento do primeiro filho. O mesmo não aconteceu quando nasceu a sua filha nem tão pouco quando casou. "Não me interessam as simpatias ou antipatias pessoais. Isso é irrelevante perante os efeitos abrangentes da televisão. É por isso que digo que me dedico à crítica com um espírito de missão. Para combater a demissão...", afirmou o próprio

Mário Castrim em Setembro de 2000 numa entrevista concedida ao Jornal de Notícias, assumindo-se como sectário e admitindo que as suas crónicas eram "de escacha-pessegueiro".

Não menos conhecida era a forma apaixonada como se envolveu enquanto militante político. Não eram parcas as vozes que defendiam que Mário Castrim era "doentamente pró-PCP", e o próprio chegou a admitir que deixou de cumprimentar amigos por terem decidido abandonar o partido. "O comunista é um cristão para uso quotidiano", afirmou em 1992 em entrevista ao jornal *Diário de Notícias*.

Atrás de si, deixa saudades, simpatias, azedumes, e uma autêntica revolução na forma de realizar e encarar críticas de televisão.

O QUE ELES DISSERAM

Com a morte de Mário Castrim, morreu uma parte da RTP. Recebi críticas boas e más da parte dele, mas nunca foi ofensivo e nunca deixei de reconhecer que tinha razão em alguma parte. Além disso, era um crítico que via os programas na totalidade e sabia perfeitamente do que estava a falar. Morreu um amigo da RTP que provou a sua amizade até ao fim da vida, pela forma como defendeu o serviço público. Não foi nosso funcionário mas é como se tivesse sido, pela forma como se dedicou à RTP. Não tenho dúvidas de que morreu um dos nossos.

LUÍS ANDRADE

DIRECTOR DE PROGRAMAS DA RTP

O Mário Castrim foi um estandarte da democracia no centro da ditadura quando levantou a voz para problemas graves do país através de críticas que tiveram muito feed-back. Foi um homem muito criticado pela forma controversa das suas críticas, essencialmente televisivas. Tal como eu, esteve no fio da navalha num país em que tantas vezes há uma inveja gritante em relação a figuras que estão no topo da escrita. Espero que se faça justiça a um grande homem.

CARLOS CASTRO

CRONISTA SOCIAL

As críticas de Mário Castrim distinguem-se pelo seu carácter sempre construtivo. Ele não falava mal só por falar mal. A sua voz implacável fará certamente falta a todas as estações de televisão do país, independentemente de se concordar ou não com os seus comentários.

JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS

DIRECTOR DE INFORMAÇÃO DA RTP, JORNALISTA

Mário Castrim era a grande bússola da crítica de televisão desde que ela existe. Ele nunca abdicou dos seus princípios ideológicos e de uma certa forma de olhar o mundo, mas conseguiu sempre uma distância em relação às pessoas, uma justiça em relação aos programas, que lhe valeram inimizades antes e depois do 25 de Abril. Qualquer pessoa que já tenha dado opinião sobre televisão não pode deixar de estar triste. Para mim, foi seguramente infuente.

JOÃO GOMES

DIRECTOR DA TV GUAIA, JORNALISTA

Mário Castrim foi o fundador e militante da crítica em Portugal. É preciso militância e alguma coragem para ser crítico de televisão durante mais de 40 anos. Nunca prescindiu dos seus princípios, nem foi hipócrita em esconder as suas opções ideológicas e políticas.

EDUARDO CINTRA TORRES

CRÍTICO DO JORNAL PÚBLICO

MÁRIO CASTRIM, JORNALISTA, ESCRITOR E CRÍTICO TELEVISIVO, FALECEU ONTEM AOS 82 ANOS

Morreu o "senhor televisão"

Foram quatro décadas dedicadas à "caixa que mudou o mundo". O funeral é hoje em Benfica

O jornalista e escritor Mário Castrim faleceu ontem de madrugada, no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, vitimado por uma pneumonia, que obrigara ao seu internamento no início de Agosto. Tinha 82 anos e era também o mais antigo crítico de televisão português, actividade a que dedicou 40 anos. Manteve até Julho - altura em que a doença o impediu definitivamente de trabalhar - a página "Canal da Crítica" no semanário "Tal & Qual". Passava cerca de 12 horas diárias em frente à "caixa que mudou o mundo" para, à sua maneira, também ajudar a mudar alguma coisa na vida das pessoas e dos telespectadores.

A televisão: "com ela pode cortar-se o pão ou o peçoço do vizinho", dizia Mário Castrim da televisão, que considerava uma "fonte poderosa de informação", mas também uma "faca de uso doméstico". E foi precisamente como crítico de televisão que se notabilizou. O primeiro e um dos mais temidos e implacáveis.

Apesar de se confessar um indolente inato, só uma vez na vida falou uma crítica de televisão - no dia do nascimento do primeiro filho. "Mas nem quando nasceu a minha filha nem quando casei deixei de fazer a crítica", comentava.

O seu trabalho de crítico colocou-o nos primeiros lugares da lista dos maiores consumidores de televisão em Portugal: passou mais de 70 mil horas em frente ao pequeno ecrã, o que equivale a 19 anos ininterruptos sentado no sofá. Tanta dedicação levava-o frequentemente a comer em frente à televisão, de tabuleiro em cima dos joelhos. "Não me interessam as simpatias ou antipatias pessoais. Isso é irrelevante perante os efeitos abrangentes da televisão. É por isso que digo que me dedico à crítica com um espírito de missão. Para combater a demissão...", afirmava Mário Castrim em Setembro de 2000 em entrevista ao Jornal de Notícias.

O desinteresse pelas simpatias pessoais permitiu-lhe criticar todos. Assumia-se sectário e admitia que as suas crónicas eram "de escacha-pessegueiro". Também na militância política era feroz. Em 1976, uma lista do PS ganhou o Sindicato dos Jornalistas aos comunistas. Castrim, presidente da assembleia-geral cessante, recusou-se a sair de casa e a cerimónia de passagem de poderes aconteceu no "hall" do seu apartamento. Não disse uma só palavra.

Muitos diziam que Castrim



A televisão: "com ela pode cortar-se o pão ou o peçoço do vizinho". A definição é de Mário Castrim

era "doentamente pró-PCP" e chegou a admitir ter deixado de cumprimentar amigos por abandonarem o partido. "O comunista é aquele que deixou de acreditar na eternidade para acreditar no futuro. O comunista é um cristão para uso quotidiano", dizia em 1992 em entrevista ao jornal Diário de Notícias.

A PAIXÃO DO MAR

Foi também jornalista e escritor, mas o seu sonho era ter sido marinheiro. "Recordo-me de, muito pequeno, querer ser marinheiro. No início acho que nem sabia bem o que isso era. Mas o que eu tinha na minha imaginação era o mar", contava na mesma entrevista. Uma influência que talvez lhe tenha

vindo do pai, comandante da Marinha Mercante, e da infância em Ílhavo (Aveiro), onde nasceu.

Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, nasceu em 1920 e iniciou-se cedo no jornalismo, tendo também sido professor no Ensino Técnico Profissional. Também cedo foi marcado pela doença: entre os dez e os 20 anos de idade

era casado com a escritora Alice Vieira, que conheceu nos tempos do suplemento do Diário de Lisboa "DL - Juvenil", projecto iniciado em 1957 e que considerou ser a sua "obra".

Passou também pela escrita

infantil, deixando obras como "Estas São as Letras" e "Histórias com Juízo". "O Lugar da Televisão" e "O Caso da Rua Jau" são outros dois títulos que marcaram a sua vida de escritor. Mário Castrim manteve até Julho deste ano uma coluna no semanário Tal & Qual.

FUNERAL EM BENFICA

O funeral de Mário Castrim, realiza-se hoje no Cemitério de Benfica, em Lisboa, disse à agência Lusa fonte familiar. O corpo ficou em câmara ardente desde as 18 horas de ontem na Igreja de Santa Joana Princesa, na rua Teixeira de Pascoas, em Lisboa, de onde parte esta manhã, pelas 10h30, para o cemitério de Benfica.

"Portugal perdeu 'o crítico' de televisão"

Portugal perdeu "o crítico" de televisão, declarou ontem à Agência Lusa o director do jornal "Tal & Qual", Gonçalo Pereira, sublinhando que a longevidade da carreira de Mário Castrim lhe permitia uma visão histórica ímpar.

"Ele foi a pessoa que de forma mais completa vestiu a pele do crítico", afirmou o mesmo responsável, notando que as suas considerações eram sempre "bem fundamentadas e explicadas através de um raciocínio lógico".

A sua morte representa uma grande perda "não só para as televisões, como para todas as pessoas que fazem televisão e todas as pessoas

que gostam de televisão", sustentou o jornalista.

Mário Castrim, falecido hoje em Lisboa aos 82 anos, assinava uma coluna regular de crítica televisiva no "Tal & Qual". Segundo o seu director, era um profissional dedicado, extremamente rigoroso no cumprimento de prazos.

Tinha, em relação aos demais críticos, o grande trunfo da longevidade: atravessou todos os períodos da televisão portuguesa, desde o fascismo até ao surgimento dos canais privados e da TV Cabo, o que lhe conferia uma profundidade de análise difícil, senão impossível, de igualar, observou Gonçalo Pereira.

ELES DIZEM

Sindicato dos Jornalistas

“Uma referência histórica do género e exemplo a considerar por sucessivas gerações de críticos. Era um homem culto e lúcido, cidadão comprometido com o seu tempo e fiel às suas convicções”, pessoa de corpo inteiro e sem limites”

José Rodrigues dos Santos
Director de informação da RTP

“A televisão portuguesa fica mais pobre com o desaparecimento de Mário Castrim, um crítico de referência, o mais antigo de todos”

João Gubern
Director da TV Guia

“Era a grande brísola da crítica de televisão desde que ela existe. Nunca abdicou dos seus princípios ideológicos e de uma certa forma de olhar o mundo, mas conseguiu sempre uma distância em relação às pessoas, uma justiça em relação aos programas, que lhe valeram inimizades antes e depois do 25 de Abril”

Jorge Leitão Ramos
Crítico do Expresso

“Mário Castrim foi o mestre que ensinou milhares de pessoas a olhar para o pequeno ecrã de outra maneira. Não só era o mais antigo crítico, como foi o seu mentor. Foi ele que inaugurou este estilo no jornalismo português, porque antes não havia ninguém a fazer crítica de programas televisivos”

João Lopes
Crítico do DN e da TSF

“Como qualquer pessoa que se manifesta publicamente, esteve sempre sujeito a imensas vozes discordantes. Em relação a ele, sinto que havia muitos mais amores de estimulação do que ódios de estimulação. E se os ódios existiam, então eles que se manifestem agora e com coerência”

Eduardo Cintra Torres
Crítico do Público

“Ele foi o fundador e o militante da crítica em Portugal. É preciso militância e alguma coragem para ser crítico de televisão durante mais de 40 anos, não conheço mais qualquer caso como este. Mário Castrim nunca prescindiu dos seus princípios, nem foi hipócrita em esconder as suas opções ideológicas e políticas”

ADEUS | MÁRIO CASTRIM NÃO RESISTE A PNEUMONIA

Morreu o mais antigo crítico de televisão

O jornalista estava internado no Hospital dos Capuchos desde o início de Agosto

■ MARCO PEREIRA

Morreu o mais antigo crítico de televisão em Portugal. Mário Castrim, de seu nome verdadeiro Manuel Nunes da Fonseca, faleceu ontem de madrugada no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, onde estava internado desde o início de Agosto. O jornalista, que tinha 82 anos, encontrava-se nos Cuidados Intensivos daquela unidade hospitalar da capital devido a uma pneumonia. O funeral realiza-se hoje, pelas 10h30, partindo da Igreja de Santa Joana Princesa (na Rua Teixeira de Pascoaes, em Lisboa) para o cemitério de Benfica.

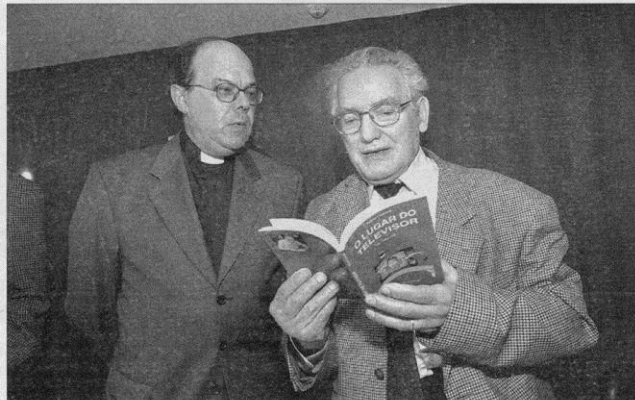
Mário Castrim — que era casado com a escritora Alice Vieira e pai da também escritora Catarina Fonseca — dedicou quase quatro décadas da sua vida à televisão, à frente da qual passava cerca de 12 horas por dia, sendo considerado um dos mais temidos e implacáveis críticos de TV.

Apesar de cedo lhe ter sido diagnosticada uma doença óssea, o jornalista manteve-se em atividade até Julho último com a página "Canal da Crítica" no semanário "Tal & Qual", mas também eram conhecidos os seus trabalhos literários, nomeadamente os livros "O Lugar da Televisão" e "O Caso da Rua Jau" e as obras infantis "Estas São as Letras" e "Histórias com Juízo".

CONSUMIDOR DE TELEVISÃO

O seu sonho de criança era ter sido marinheiro — talvez influenciado pelo seu pai, comandante da Marinha Mercante, e da infância em Ilhavo (Aveiro), onde nasceu —, mas Mário Castrim acabaria por se notabilizar como crítico de televisão.

"Com ela pode cortar-se o pão ou o peçoço do vizinho", dizia Mário Castrim da caixa que mudou o Mundo, que considerava uma "fonte poderosa de informação", mas também uma "faca de uso doméstico".



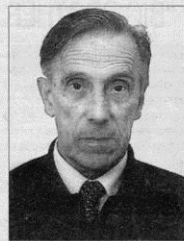
▲ MÁRIO CASTRIM (À DIREITA NA FOTO) DESTACOU-SE TAMBÉM COM VÁRIAS OBRAS DE LITERATURA

CORREIA DA FONSECA LEMBRA "HOMEM DE ENORME CULTURA"

■ "Com a morte do Mário Castrim perdemos não apenas o mais brilhante crítico de televisão como também um homem de uma enorme cultura", disse ao CM Correia da Fonseca, de 72 anos, um dos primeiros críticos de televisão, a par de Mário Castrim, que se destacou com páginas de opinião no diário "A Capital".

"O Mário podia ter uma vida literária intensa e brilhante se quisesse, mas preferiu consagrar-se a combater o fluxo de mistificação social que a televisão despeja no domicílio, principalmente nos anos anteriores a Abril de 74", referiu ainda Correia da Fonseca, que iniciou a sua atividade como crítico de televisão a 22 de Fevereiro de 1968.

Actualmente a escrever para o "Jornal do Fundão", "Diário do Alentejo", "Notícias da Amadora", "Avante" e "Vida Ribatejana", Correia da Fonseca concluiu: "Não era homem para fazer favores de críticas positivas a amigos". Apontando Mário Castrim como um homem "com uma cultura vasta e autêntica" e "generoso, solidário, profundamente bom e terno para com os outros", Correia da Fonseca contou que Castrim "sabia ligar a cultura com a vida quotidiana".



▲ CORREIA DA FONSECA

O seu trabalho de crítico colocou-o nos primeiros lugares da lista dos maiores consumidores de televisão em Portugal. Mário Castrim passou mais de 70 mil horas em frente ao pequeno ecrã, o que equivale a 19 anos ininterruptos sentado no sofá.

O jornalista vivia intensamente o seu trabalho e apenas uma vez na vida falhou uma crítica de televisão: no dia do nascimento do primeiro filho. "Mas nem quando nasceu a minha filha nem quando casei deixei de fazer a crítica", comentava.

Mário Castrim nasceu em 1920 e iniciou cedo a sua carreira no jornalismo, tendo também sido professor no Ensino Técnico Profissional. A sua atividade como crítico de televisão arrancou a 14 de Maio de 1965, no "Diário de Lisboa".

O desinteresse pelas simpatias pessoais permitiu-lhe criticar todos e Castrim nunca misturou amizade com trabalho, tendo inclusivamente criticado negativamente obras de amigos em nome da honestidade.

A sua forma de estar na política também era conhecida. Muitos diziam que Castrim era "doentamente pró-PCP" e chegou a admitir ter deixado de cumprimentar amigos por abandonarem o partido. — * com Lusa

DEPOIMENTOS

JOSÉ R. SANTOS | Director da RTP

"ELE NÃO FALAVA MAL SÓ POR FALAR MAL"



■ "Era um crítico de referência, o mais antigo de todos, que não falava mal só por falar mal", referiu o director de Informação. "Distinguí-se pelo seu carácter sempre construtivo", apesar de ter recusado participar no programa "Teledependentes".

MIGUEL GASPAR | Jornalista e crítico

"ALGUÉM QUE QUIS VER A TELEVISÃO PARA ALÉM DA TV"



■ "Foi alguém que sempre quis ver a televisão para além da televisão", referiu o crítico Miguel Gaspar. Mário Castrim "esteve sempre muito atento ao seu significado político, principalmente na altura do Estado Novo", recordou ao CM.

EDUARDO CINTRA TORRES | Crítico

"MILITANTE DA CRÍTICA EM PORTUGAL"



■ "Foi o fundador e o militante da crítica em Portugal. É preciso militância e alguma coragem para ser crítico de televisão durante mais de 40 anos", disse Cintra Torres, enaltecendo a "intuição e capacidade de análise da linguagem televisiva" de Castrim.

JOÃO GOVERN | Director da TVGua

"ERA A BÚSSOLA DA CRÍTICA TELEVISIVA"



"Mário Castrim era a bússola da crítica televisiva desde que existe televisão". "Nunca abdicou dos seus princípios ideológicos e, apesar de ter sido vítima de calúnias, nunca deixou de escrever o que pensava".

Televisão



Programa do dia

Para mais uma edição do programa **GRANDE ENTREVISTA**, na RTP1, às 23 horas, Judite de Sousa convidou João Lobo Antunes, Neurocirurgião de carreira internacional, João Lobo Antunes foi, entre outras distinções, o vencedor em 1996 do Prémio Pessoa, que o considerou intérprete da tradição médica humanista.



DESPEDIDA

Capítulo final do crítico

PCP ao mais alto nível no adeus a Mário Castrim, no cemitério de Benfica

EULÁLIA PEREIRA

Mário Castrim, o crítico de televisão falecido anteontem, foi a enterrar no cemitério de Benfica, em Lisboa, na manhã de ontem, reunindo aí diversas figuras públicas nacionais. De entre a mais de uma centena de presentes, destacaram-se altas figuras do PCP, não faltando o secretário-geral, Carlos Carvalhais.

O vereador da Câmara Municipal de Lisboa António Abreu foi também presença notada na última homenagem prestada ao multifacetado Mário Castrim.

A classe jornalística também se fez representar nas exéquias, com destaque para Cécilia Monteiro, director editorial da revista "Visão" e comentarista do Jornal 2, da RTP. Ali se encontrava o músico João Maria Tudeia.

Se eram já muitos os presentes na Igreja de Santa Joana Princesa, em Lisboa, de onde partiu o cortejo fúnebre em direcção ao cemitério, muitos mais aguardavam aí a urna. Olhares fechados e olhos escuros predominavam entre os presentes.

Cravos vermelhos

As coroas de flores que acompanhavam a urna eram marcadas pelo vermelho-sangue dos cravos.



MUITAS PESSOAS acompanharam o cortejo fúnebre no cemitério de Benfica

A rectificação exigida

FERNANDA GOMES

Diz-se que é um hábito bem português reconhecer os méritos, e só os méritos, das pessoas apenas depois de partirem.

Elogios não faltaram a Mário Castrim e à sua obra, da parte de companheiros e críticos de televisão de várias gerações que, melhor do que ninguém, sabiam do que falavam. Singulamente, fizeram-no com a dignidade de não omitir diferenças e divergências. Era o que se

exigia em homenagem ao homem de causas e ao trabalhador infatigável e rigoroso.

Por azar, no nosso texto de ontem, encontram-se dois erros, que exigem rectificação. O primeiro, na data de início de colaboração de Castrim no suplemento "Juvenil", no "Diário de Lisboa" — deveria estar escrito 1957. O outro — também numa data — 15 de Maio de 1984 — que foi a sua última crónica no "DL" e não do desaparecimento do vespertino, que ocorreria anos mais tarde.

Última crónica que não seria de despedida da escrita, pois houve "Canal da Crítica" ("Tal & Qual") até ao Verão passado.

Nem despedida da comunicação. No entanto, impossibilitado de falar, quando experimentava algumas melhoras, respondia por escrito, sem se poupar. Em pouco tempo, encheu um caderno inteiro.

Despedida comovente foi a de Alice Vieira na crónica ("O café do bairro"), de domingo último.

vos que fazem lembrar Abril, cravos que algumas pessoas traziam nas mãos, em jeito de homenagem ao conhecido homem de Esquerda que Castrim sempre foi.

Alice Vieira, casada com Manuel Nunes da Fonseca, verdadeiro nome do escritor de obras infantis, acompanhou a urna ao longo do cortejo, combatida. Não lhe faltou o apoio dos presentes

que lhe apresentaram condolências e seguraram as mãos trêmulas.

Perto do meio-dia, a urna baixou à terra: susteve-se a pena implacável do crítico.

Televisões foram às compras

Adquiridos filmes de sucesso e garantida transmissão de séries de culto

As três estações de televisão portuguesas conseguiram assegurar no mercado internacional Mipcom, em Cannes, exclusivos de séries e filmes de sucesso para exibir em 2003.

A RTP adquiriu "três mini-séries de grande qualidade", disse à agência Lusa o director do Gabinete de Programas Estrangeiros, Jaime Fernandes. "Garanti-mos a compra de 'The Good Pope' — uma série fantástica sobre o papa João XXIII —, 'Júlio César' e uma outra sobre a vida de Enzo Ferrari", disse.

Foram negociados novos pacotes de cinema, em que deve-

rão estar incluídos sucessos como "Matrix II", "Oceans Eleven", "Harry Potter". A estação pública mantém ainda o interesse nas séries de culto "Sopranos" e "Sete Palcos de Terra".

A TVI adquiriu os direitos de transmissão de grandes filmes da "Paramount": como "Missão Impossível II", "A Filha do General", "A Lenda do Cavaleiro sem Cabeça" e "Duplo Risco".

A responsável pela secção de compras internacionais da estação, Margarida Vitória Pereira, disse à Lusa que a TVI conseguiu ainda "comprar três mini-séries, onde se destaca uma baseada

no best-seller "Messiah", de Boris Starling".

"Voltamos a assegurar os direitos de algumas séries que transmitimos neste último Verão, como 'A Múmia', e ainda um filme de animação de Natal com a Barbie", sublinhou. A continuação das séries estrangeiras "Os Homens do Presidente" e "Causa Justa" foi também garantida.

A SIC conseguiu prolongar até 2008 o acordo com a Globo que lhe dá a exclusividade da exibição em Portugal de telenovelas e mini-séries brasileiras. O acordo permite-lhe garantir a continuidade de uma das linhas de

produção que dá corpo à sua programação, como são os casos actuais das novelas "Espanha" e "Coração de Estudante".

A SIC, cuja delegação foi constituída pelo director de Programas, Manuel Fonseca, pelo director de Programação Internacional, José Navarro, e pela executiva de aquisições, Sílvia Romão, renovou igualmente o seu contrato com a Disney, prolongando-o até 2006. O acordo permite a renovação do bloco de programação do "Disney Kids". Garantida a transmissão de "Panorama BBC" por mais um ano.

FILMES

O SEU OFÍCIO ERA MATAR

RTP2 10.30 SUSPENSE (EUA, 1964)

REALIZADOR: LEWIS ALLEN

ACTORES: FRANK SINATRA, STERLING HAYDEN, JAMES GLEASON

Um bem imaginado plano para matar o presidente dos Estados Unidos. História de tensão e suspense, com os assassinos instalados numa casa de uma pequena cidade, que tomaram de assalto fazendo-se passar por agentes do FBI, aguardando a chegada do presidente.

AS BODAS DE DEUS

RTP2 00.00 COMÉDIA (PORTUGAL, 1998)

REALIZADOR: JOÃO CÉSAR MONTEIRO

ACTORES: JOÃO CÉSAR MONTEIRO, JOANA AZEVEDO, RITA DUARTE

Filme que encerra a trilogia dedicada a essa truculenta e irresistível personagem de iluminado marginal lusitano que é João de Deus. O irreverente, provocatório e iconoclasta humor de Monteiro, particularmente mordaz e contundente em relação à Igreja, acompanha a trajetória do marginal que encontra, agora, a fortuna, graças a um sortilégio divino, mas não o caminho da respeitabilidade, acabando por tudo consumir numa orgia.

RELAÇÕES PROIBIDAS

TELECINE 00.15 DRAMA (ING, 1992)

REALIZADOR: LOUIS MALLE

ACTORES: JEREMY IRONS, JULIETTE BINOCHE, IAN BANNEN

Um membro do Parlamento apaixonou-se pela namorada do filho. Como a sua posição é delicada, tenta manter esta relação em segredo. Porém, a namorada do filho também cede e entre os dois desenrola-se uma atracção sem precedentes.

AGARREM ESSE DETECTIVE

RTP1 01.30 POLICIAL (EUA, 1989)

REALIZADOR: PAT O'CONNOR

ACTORES: KEVIN KLINE, SUSAN SARANDON, MARY ELISABETH MASTRANTONIO

As atribuições de um expolícia bombeiro que volta ao activo para tentar desmascarar e deter um terrível "serial killer" em Nova Iorque. Um thriller pleno de divertidas peripécias que parte de um excelente argumento, que assenta num hilariante jogo de complexas voltas e reviravoltas.

O SOLDADO DO DESERTO

RTP1 02.00 AVENTURAS (EUA, 1997)

REALIZADOR: LAVINIA CURRIER

ACTORES: BEN DANIELS, MICHEL PICCOLI, PAUL MESTON

Durante a campanha de Napoleão no Egipto, o jovem oficial francês Augustin tem como missão escoltar o artista Jean-Michel Venture. Durante um combate, Augustin e Jean-Michel separam-se do regimento e, perdidos no deserto, lutam pelas suas vidas. Mas tarde, Augustin encontra um leopardo, e uma estranha amizade surge.

20 viver

CRÓNICA

O crucificado de Odivelas

Foi uma destas quase noites de Setembro entre chuva e restos do calor de um Verão tão pouco pontual. Sentado no automóvel, esperando a resolução de um problema de informática, estive perto de sessenta minutos numa praça em Odivelas. Olhava em redor e via o que me era permitido ver: gente à procura de um lugar para a sua viatura, gente a passear o cão, gente à procura de um caixote de lixo o mais perto de casa que seja possível.

Tudo isto e mais o que pode ser o desencadear ou ponto de partida desta crónica. Uma mulher fazendo algumas das tarefas domésticas (varrer, estender roupa, limpar a varanda com uma esfregona...) chamou-me a atenção. Pela metulosa e organizada forma como se dedicava às suas tarefas lentas e repetidas. Reparei no seu vulto e também numa pequena estátua de Jesus Cristo, um crucifixo gigante que presidia de modo silencioso a toda a azáfama quotidiana daquela mulher.

Só muitos minutos depois descobri o pequeno cão a circular pela varanda. Foi quando a mulher veio de novo mexer no pequeno estendal e arrumou a roupa de outra maneira de modo a que as cuequinhas e o soutien de cor preta não fossem visíveis para quem cruzasse a praça. Pegou nas molas da roupa, colocou-as num cesto de plástico e pegou no cão ao colo. Levantou-o bem ao alto, ergueu o corpo pintado de negro do cão até perto do seu rosto e beijou longamente o focinho do animal. Parecia estar em êxtase, em perfeita comunhão com o cão embora estivesse de costas para mim. Mas foi tão demorado o entendimento entre os dois que só podia ser êxtase aquele usufruto de um abraço tão prolongado e intenso.

Entretanto o cão foi descido até ao chão da varanda e a imagem de Cristo crucificado tomou conta do meu campo de visão. Uma luz interior dava-lhe ainda mais peso e mais verdade. Chamo-lhe o crucificado de Odivelas por uma questão de organização desta crónica que tem que ter um título. Mas fica a pensar que o grande crucificado de Odivelas é, afinal, o nosso tempo. Terrível tempo este que crucifica os sonhos mais puros de tantas crianças que andam à procura de pão e de amor, de agasalhos e ternura, de sapatos e carinho. Procuram em vão porque as lojas que vendem animais fazem cada vez mais negócio. Terrível tempo este que crucifica na zoofilia excessiva todo o amor que em primeiro lugar deveria ir para as crianças sem abrigo e sem lugar nos corações cada vez mais feitos de pedra dos seres humanos. Como o daquela senhora, daquela praça, daquele fim de tarde quase noite, daquele longo abraço sem valor e sem sentido.

JOSÉ CARMO
FRANCISCO

TELEVISÃO

Boa noite, Mário

«Agora, uma outra definitiva proibição abateu-se sobre a escrita do Mário Castrim, sobre a sua sempre surpreendente capacidade de imaginação literária que ele, por invulgar consciência do dever social, de devoção para com o povo do seu país, aplicara no trabalho sempre desvalorizado de fazer crítica de TV, renunciando à obra literária que lhe estava ao alcance das mãos. Para mim, é a perda não só de um amigo de uma generosidade inacreditável mas de uma permanente referência cultural e humana.»

1. Morreu na passada terça-feira. Com ele não morreu apenas o mais antigo crítico de televisão português, para não dizer que também o mais brilhante, mas um homem que sempre situou a crítica de TV ao nível mais alto no quadro europeu. E não se julgue que é pouca coisa, pois grandes nomes da cultura se ocuparam desta ingrata tarefa de avaliar um fluxo que todos os dias nos entra em casa e nos condiciona, uma tarefa que François Mauriac, Prémio Nobel, não desdenhou cumprir nas páginas do «L'Express» de então. É isto: na terça-feira morreu Mário Castrim, internado há dois meses e meio nos hospitais mas mantendo-se sempre, até ao fim, inteiramente lúcido. E com ele perderam muito não apenas o jornalismo e a crítica de TV, mas também a cultura portuguesa. Mesmo que não pensem assim alguns superintelectuais que arrojam saberes a cada linha.

Conheci o Mário Castrim há muitas décadas, já nem saberei ao certo quantas, e sempre ele me suscitou uma admiração incomum. Não desde logo como crítico de televisão: nesses anos ainda a crítica de TV vinha tão longe que era improvável. Mas o Mário era um escritor, contista e poeta, cujo talento só era conhecido por um punhado de amigos que a custo ultrapassavam uma modestia quase inepugnável e um desesperante desmazelo com o próprio obra. E foi depois um crítico literário tão sólido e também tão rigorosamente honesto que um dia optou por arriscar a mágoa de um grande amigo (e camarada), escritor já consagrado, para não faltar ao dever de isenção e verdade perante um livro menos conseguido. E depois ainda, na condução do «DL Juvenil» (que fundara com o Augusto da Costa Dias), lançou a sementeira de onde saíram ou por onde passaram muitos que viriam a ser nomes destacados da literatura e do jornalismo. O Mário costumava dizer que o «Juvenil» é que foi o trabalho que lhe mereceu a vida. Não sei se foi.

2. Não sei se foi, porque em Maio de 65 veio a crítica de televisão, e com ela uma espantosa voz de resistência quotidiana nas colunas do «Diário de Lisboa». Um poeta francês escreveu um dia que «é contagioso o exemplo da coragem», e o exemplo do Mário a dizer, dia após dia, «não!» à complicitade da TV com um regime infimo tinha um efeito contagiante nos muitos milhares dos seus leitores. Até que, um dia, os poderes acharam que aquele desafio permanente não podia continuar e deram ordem aos censores para que a coluna de crítica de televisão do Mário Castrim fosse definitivamente erradicada das páginas do «DL». Assim, durante dias não houve «Canal da Crítica» no «Diário de Lisboa» e, é claro, logo se foi sabendo porquê. Então, um homem chamado José Saramago publicou um inesquecível texto de implícita solidariedade intitulado «Boa tarde, Mário»; e esta frase multiplicou-se, correu escritas e foi transmitida de boca em boca, quase se tornou um movimento de apoio. Um pouco por causa dela, da celeuma que a proibição suscitara na opinião pública a que o título de algum modo servia de bandeira, a interdição foi levantada e a coluna do Mário regressou até Abril de 74, embora sempre duramente ceifada pelo lápis azul da censura.

3. Agora, uma outra definitiva proibição abateu-se sobre a escrita do Mário Castrim, sobre a sua sempre surpreendente capacidade de imaginação literária que ele, por invulgar consciência do dever social, de devoção para com o povo do seu país, aplicara no trabalho sempre desvalorizado de fazer crítica de TV, renunciando à obra literária que lhe estava ao alcance das mãos. Para mim, é a perda não só de um amigo de uma generosidade inacreditável mas de uma permanente referência cultural e humana. E também, como para muitos outros, de um mestre sempre capaz de nos ensinar mais alguma coisa, de nos fazer entender mais um erro que cometéramos. E isto até ao fim, mesmo depois do internamento logo a seguir ao seu aniversário, dia em que lhe perguntaram o que queria como oferta e ele respondeu que uma nova caneta para que pudesse escrever coisas novas.

Vendo-o, muitas vezes me lembrei de uma frase que em tempos um crítico literário escreveu acerca de um escritor brasileiro: «— Olhem-no bem; nunca mais veremos um homem assim.» Agora acabou, nunca mais poderemos olhar o Mário, nem o rosto que não envelheceu nem a escrita que nunca esgotara. Apetece-me deixar aqui uma versão triste do título de Saramago e um último aceno: «Boa noite, Mário.»

CORREIA DA FONSECA

DESTAQUES

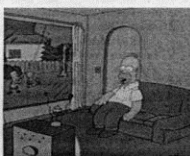


Quinta 17 - 16.30h filme «O Seu Ofício Era Matar» na RTP2; 19.00h programa «Crónica do Século - Os Governos da Malória 1985-1999» na RTP2; 21.00h série «As Três Irmãs» na RTP2; 22.00h série «Philly» na RTP1; 23.00h programa «Grande Reportagem» na

RTP1; 00.00h série «JAG - Em Nome da Justiça» na RTP1; 00.15h filme «O Mercenário 2» na SIC; 01.00h série «Ally McBeal» na TVI. Sexta 18 - 18.30h série «New Wave», na SIC; 20.30h série «O Terceiro Calhau a Contar do Sol» na RTP2; 22.30h filme «Contágio» na RTP1; 00.00h filme «Branca de Neve - Recordações da Casa Amarela» na RTP2; 01.00h filme «Clube dos Poetas Mortos» na TVI.

Sábado 19 - 14.45h série «O Camião» na SIC; 15.45h filme «Um Anjo Muito Especial» na TVI; 15.45h série «A Vingadora» na SIC; 16.45h série «Air America» na SIC; 17.45h filme «Um Golpe do Destino» na SIC; 18.00h filme «Politicamente... Incorreto!» na TVI; 20.30h série «Os Simpsons» na RTP2; 22.00h filme «Juramento de Amor» na RTP1; 22.30h filme «Força Delta 2 - Operação Estrangulamento» na SIC; 23.00h programa «O Lugar da História - Roubados Pelos Nazis» na RTP2; 00.00h série «Liquidação Total» na RTP2; 00.00h filme «Assassino Virtual» na TVI; 00.35h série «Gimme, Gimme, Gimme» na RTP2.

Domingo 20 - 12.00h documentário «Vida Selvagem - Deep Into The Wild» na SIC; 12.30h documentário «Planeta Azul» na RTP1; 14.00h filme «The Miracle Worker» na TVI; 14.00h filme «A Cor da Amizade» na SIC; 16.00h filme «A Arca de Noé» na TVI; 16.00h filme «Vindo do Céu» na SIC; 18.00h filme



«Vigaristas à Solta» na TVI; 19.00h futebol «FC Porto - Benfica» na RTP1; 20.00h série «A História de Nikita» na RTP2; 21.00h programa «Artes e Letras - James Nachtwey - Reportér de Guerra» na RTP2; 23.30h filme «Onde Estão os Nossos Filhos?» na RTP1; 00.45h filme «Heróis Sem Honra» na SIC.

Segunda 21 - 14.00h série «A Febre do Ouro Negro» na RTP2; 19.00h série «Em Busca da Beleza» na RTP2; 21.00h série «As Três Irmãs» na RTP2; 00.00h filme «A Fortaleza Escondida» na RTP2; 00.15h filme «A Filha de D'Artagnan» na SIC; 01.30h série «Ficheiros Secretos» na TVI. Terça 22 - 16.30h série «Amor e Basquete» na RTP2; 22.00h série «O Processo dos Távoras» na RTP1; 22.30h série «Eden» na RTP2; 00.00h filme «O Intendente Sanjuro» na RTP2; 00.15h filme «Parky» na SIC.

Quarta 23 - 19.40h futebol «AC Milan - Bayer de Munique» na RTP1; 21.00h série «As Três Irmãs» na RTP2; 23.00h série «A Educação de Max Bickford» na RTP2; 23.30h filme «O Dia do Julgamento» na RTP1; 00.15h programa «Hora Extra» na SIC.

Os mais jovens - De segunda-feira a sexta-feira, «Power Rangers» na SIC; Sábado e Domingo na RTP 1 «No País dos Dragões».



Mais 204 farmácias

As 204 novas farmácias que as autoridades de saúde vão criar devem estar a funcionar dentro de um ano, de acordo com o Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento. Hoje é publicada em "Diário da República" a lista dos farmacêuticos contemplados com alvarás.

Torres Altis crescem no Porto

O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, anunciou ontem que vai viabilizar a construção do condomínio privado denominado "Torres Altis", para não ter de pagar avultadas indemnizações. Alvo de polémica, os três edifícios de 15 pisos vão continuar a crescer, com a justificação do autarca de não querer "comprometer ainda mais a situação financeira" da câmara.

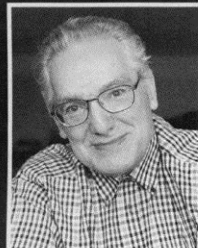
Alta para miúdos intoxicados

As seis crianças de Sátão transferidas para o Hospital de S. Teotónio, em Viseu, com sintomas de gastroenterite tiveram ontem alta. Com idades entre os 11 e 12 anos, estes alunos foram socorridos após terem almoçado puré com peixe na cantina da escola básica Ferreira d'Aves, em Sátão.

Greve nos Impostos

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos convocou para 30 e 31 de Outubro uma greve nacional, contra a "prepotência" do Governo. Os sindicalistas queixam-se de uma redução das verbas do Fundo de Estabilização Tributária, do bloqueamento de concursos e modificação da estrutura de carreiras, e da falta de meios para o combate eficaz à fuga e fraude fiscais.

EMOÇÃO NA DESPEDIDA DO MAIS ANTIGO CRÍTICO DE TELEVISÃO DO PAÍS



Mário Castrim foi conduzido à sua última morada na presença de familiares, amigos e camaradas



Familiares, amigos e camaradas - não só de profissão, mas também do Partido Comunista Português - marcaram presença, ontem de manhã, no Cemitério de Benfica, em Lisboa, para o último adeus ao jornalista Mário Castrim, o mais antigo e prestigiado crítico de televisão do País. Na hora da despedida, marcada pela emoção, Manuel Nunes da Fonseca, de seu verdadeiro nome, foi homenageado por muitos dos que sempre admiraram as suas qualidades humanas e profissionais

Adeus, Mário!



O cantor João Maria Tudeia e o jornalista Guilherme de Melo aproveitaram para reviver histórias antigas, relacionadas com o amigo comum que agora desapareceu

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, fez questão de se despedir do camarada Mário Castrim



A dor esteve sempre reflectida no semblante da companheira de Mário Castrim, a escritora Alice Vieira (ao centro)



Vasco Gonçalves, antigo primeiro-ministro, foi uma das presenças mais notadas no último adeus ao obreiro do "Canal da Crítica"

24 horas

Um jornal de Publicações Prodiário, SA

Director: Alexandre Pais. **Editores executivos:** Miguel Pinheiro e Pedro Tadeu. **Editores executivos-adjuntos:** Gonçalo Pereira, Hernâni Van Duillinger e Pedro Jorge Castro. **Nacionais:** Eduardo Marino e Rui Gustavo (editores), Joaquim Eduardo Oliveira (editor-adjunto), Elia Andrade, Frederico Duarte Carvalho, João Roubal Garcia, Jorge Reis, Manuel Canechão, Maria Antunes, Paula Fidalgo, Paulo Delgado, Rute Coelho e Teresa Noqueira. **People:** Sónia Bento (editora). **Televisão:** Sofia Fonseca (editora), Flámina Araújo (editora-adjunta), Maria Plácido, Raquel Lito e Susete Henriques. **Desporto:** José Paulo Canelas (editor), Nuno Perestrelo (editor-adjunto), Carlos Nogueira, Francisco Marques, Nuno Fernandes e Nuno M. Simão. **Edições de Sábado e Domingo:** Ana Almeida, Cristina Azeiteiro e Miguel Falcão (editores). **Desk e Agenda:** Rogério Vidgal e Olga Lobo. **Suplementos:** Ferreira Pinto (editor). **Colunistas:** António Maia, Carlos Castro, Felipe Garnel, Herman José, Joaquim

Letria, Jorge Morais, Luís Norton de Matos, Mário Zambujal, Maya e Pedro Vassallo. **Colaboradores:** Alexandra Fernandes, Carolina Santiago (Bruxelas), Francisco Leong (Caimbra), João Mira Godinho (Paris), Manuel Catarino, Raquel Prates e Rita Mendes. **Fotografia:** Acácio Soares (editor), Acácio Franco, Gerardo Santos, Gustavo Botin, José Carlos Pinhas, Marcos Borges, Pedro Garcia, Steven Governo e Vítor Cupertino. **Fátima Vale** (arquívio) e Paulo Barbosa (digitalização). **Serentadores:** Lúcia Sousa (coordenadora), Estêvão Mendes e Mónica Saldanha. **Telefones gerais da redacção:** 213 186 500 e 213 186 800. **Fax:** 213 155 787/789. **Morada:** Avenida 3 de Outubro, 17-2º, 1050-047 Lisboa. e-mail: 24horas@prodiario.pt

Delegação da Prodiário no Porto: Paula Silva (editora), Manuel Almeida (editor-adjunto), David Mandim, Jacinto Velho, João Faria, Jorge Pedreiro Faria, Patrícia Guimarães e Paulo Silva. Olga Santos e Paulo T. Silva (fotografia); Ana Tavares (secretariado). **Telefone da delegação da Prodiário no Porto:** 222 096 371. **Fax:** 222 096 384. **Morada:** Rua Gonçalo Cristóvão, 195 - 5º, 4049-011 Porto. **Gráficos:** Eduardo Sousa (director), João Fernandes (chef), Fernando Costa (chef-adjunto), José Fonseca, Luís Mota, Rui Lisboa, Rogério Rebelo, Susana César, Vítor Henriques e Vítor Mesquita. **Integração:** Cristiano Aguiar (chef), Carlos Monteiro e Nuno Ramalho. **Produção:** António Serrano (director) e Vítor Cabral (director-adjunto). **Preços:** Carlos Resende (chef), António Cunha, António Ferreira, Elsa Pinto, Emanuel Lage, Fernando Costa, Mário Lourenço, Paula Ferreira e Paulo Dias. **Informática:** Filipe Guerreiro e João Gomes. **Marketing:** Luís Anselmi (director). **Telefone:** 213 186 500. **Fax:** 213 542 175. E-mail: marketing@prodiario.pt. **Publicidade:** Manuel António Rodrigues (director). **Telefone:** 213 186 500. **Fax:** 213 542 175. E-mail: publicidade@prodiario.pt

Membro do **apct**

PRODIÁRIO

LUSOMUNDO

Conselho de Administração: Miguel Ribeiro e Silva (presidente), Miguel Moreno e Pedro Araújo e Sá. **Director de Publicações:** Alexandre Pais. **Detentores de participações sociais de Publicações Prodiário SA:** Lucrecio Media SGPS, SA - 900.000 acções. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, n.º 6624-4.º Secção. **Capital Social:** 4.500.000 euros. **NIPC:** 504022385. **Sede:** Av. 3 de Outubro, 17-2º, 1050-047 Lisboa. **Distribuição:** VASP - Sociedade de Transportes e Distribuição, Lda, Rua da Tasca, n.º 46 - 4º piso 2745-003 Queluz - tel. 214 398 500, fax 214 302 499. **Impressão:** Gráfica Funchense - R. Capela Nova Sra. da Conceição, 50 - Moreland - 2715-020 Povo Pinheiro - tel. 219 677 450. **Depósito Legal:** 122390/98. Registo no L.C.S. com o n.º 121135. **Tratagem média em Setembro 00:** 187 exemplares. **Publicações dos directores de capital de Publicações Prodiário SA:** Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Notícias Magazine, Tal & Qual, Açoriano Oriental, Açores, Diário de Notícias da Madeira, Jornal do Funchal, Adalécem, Evanes, Grande Reportagem, Mundo do CD Rom, Volta ao Mundo, VS - Viver com Saúde.

O "ESCACHA-PESE EIRO"

Mário Castrim com dois amigos diretores da Europa América: Mário Castrim e Joaquim Leite



O "Tal & Qual" perdeu esta semana a sua maior figura de referência, o último dos bravos de uma redação que fez história na imprensa portuguesa

A redação do *Tal & Qual* perdeu esta semana o seu maior pilar. O jornalista Mário Castrim, 53 anos, morreu de um infarto agudo do miocárdio, enquanto se deslocava para o trabalho. Castrim, que ingressou no *Tal & Qual* em 1972, foi um dos fundadores da revista e esteve no seu auge durante os anos 80 e 90. O seu legado é imenso, não só pela sua carreira jornalística, mas também pela sua personalidade. Castrim era conhecido por ser um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Mário Castrim, 53 anos, morreu de um infarto agudo do miocárdio, enquanto se deslocava para o trabalho. Castrim, que ingressou no *Tal & Qual* em 1972, foi um dos fundadores da revista e esteve no seu auge durante os anos 80 e 90. O seu legado é imenso, não só pela sua carreira jornalística, mas também pela sua personalidade. Castrim era conhecido por ser um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

José Rocha Vieira (ex-diretor do "T&Q")

Um grande profissional

Na primeira edição de 1991, quando o *Tal & Qual* já não passava de uma simples revista de notícias, José Rocha Vieira, então diretor, já era conhecido por ser um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Na primeira edição de 1991, quando o *Tal & Qual* já não passava de uma simples revista de notícias, José Rocha Vieira, então diretor, já era conhecido por ser um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Alexandre Pais (ex-diretor do "T&Q")

Isto é Nariz!

Em 1972, quando o *Tal & Qual* já não passava de uma simples revista de notícias, Alexandre Pais, então diretor, já era conhecido por ser um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Em 1972, quando o *Tal & Qual* já não passava de uma simples revista de notícias, Alexandre Pais, então diretor, já era conhecido por ser um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Em 1972, quando o *Tal & Qual* já não passava de uma simples revista de notícias, Alexandre Pais, então diretor, já era conhecido por ser um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Joaquim Leite (ex-diretor do "T&Q")

Matar o vício

Este jornal já o murmurava: Mário Castrim era um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Este jornal já o murmurava: Mário Castrim era um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

Este jornal já o murmurava: Mário Castrim era um homem de poucas palavras, mas com uma grande capacidade de trabalho. A sua morte é uma grande perda para a imprensa portuguesa e para todos os que o conheceram.

na EUROPA-AMÉRICA

A CIDADE DE DEUS

O MAIS RECENTE LIVRO DE E. L. DOCTOROW

publicado em mais de trinta línguas e vencedor do National Book Award, o PEN Faulkner Award, o Edgar Allan Poe Award, o Pulitzer Prize e o National Book Critics Circle Award.

A grande cruz de uma epopéia clássica de Nova Iorque desce e volta a aparecer misteriosamente no túnel de uma elegia.

Relembra de tempos em tempos que correm

UM ROMANCE DOS TEMPOS QUE CORREM

na EUROPA-AMÉRICA

FINALMENTE!

O livro por que todos esperavam

TOLKIEN O HOMEM E O MITO

JOSEPH PEARCE

Um dos mais populares escritores dos nossos tempos, Tolkien é, também, para muitos, um desconhecido. Com este livro, começa agora:

- A sua vida e obra;
- O seu trabalho;
- A sua família;
- O significado da obra;
- A sua influência;
- A importância da sua religião;
- E muito mais...

Mário Castrim (ex-diretor do "T&Q")

TV fica a perder

Críticas e convicções

Com Mário Castrim, a crítica de televisão ganha um novo espaço. O seu trabalho foi sempre marcado por uma grande capacidade de trabalho e por uma personalidade única.

Paulo Canales (ex-diretor do "T&Q")

Críticas e convicções

Com Paulo Canales, a crítica de televisão ganha um novo espaço. O seu trabalho foi sempre marcado por uma grande capacidade de trabalho e por uma personalidade única.

José Rocha Vieira (ex-diretor do "T&Q")

Críticas e convicções

Com José Rocha Vieira, a crítica de televisão ganha um novo espaço. O seu trabalho foi sempre marcado por uma grande capacidade de trabalho e por uma personalidade única.

Joaquim Leite (ex-diretor do "T&Q")

Críticas e convicções

Com Joaquim Leite, a crítica de televisão ganha um novo espaço. O seu trabalho foi sempre marcado por uma grande capacidade de trabalho e por uma personalidade única.

José Rocha Vieira (ex-diretor do "T&Q")

Críticas e convicções

Com José Rocha Vieira, a crítica de televisão ganha um novo espaço. O seu trabalho foi sempre marcado por uma grande capacidade de trabalho e por uma personalidade única.

Tal & Qual



Documento 11 | *Tal & Qual* contido na Hemeroteca Municipal de Lisboa
18/10/2002.

**FAZEM ANOS
REPASSAMOS**
Susana Cardoso e
Fernando Amorim,
20 de Outubro

FAZEM ANOS
José Manuel Magalhães
Mesquita,
18 de Outubro
Mafalda Tavares de
Carvalho Cansado
Carvalho,
18 de Outubro

Maria da Costa Azancot,
18 de Outubro
Maria Simões Cansado
Carvalho Carpinheiro
Albino,
18 de Outubro

Patrícia Brito e Cunha,
18 de Outubro
Sofia Simões Cansado
Carvalho Borges
Coutinho,
18 de Outubro
Vera Leite,
18 de Outubro

Bernardo Brito e Cunha,
19 de Outubro
Cristina Coelho,
19 de Outubro
João Libano Monteiro,
19 de Outubro

José Pedro Camacho
Cansado Carvalho,
19 de Outubro
Maria Rita da Câmara
Correia de Sá
Castelbranco,
19 de Outubro
Miguel Cardoso Peres

Cansado Carvalho,
19 de Outubro
Ana Mafalda da Cunha
Castelo-Branco,
20 de Outubro

Maria Antónia Plácido
Torres Pereira,
20 de Outubro
Maria do Rosário de
Vasconcelos e Sousa
Lino,
20 de Outubro
Nuno Bettencourt Faria
Machado e Sampaio,
21 de Outubro

20 de Outubro
Inês Portela Camacho,
21 de Outubro
Leonardo Ralha
21 de Outubro

Maria Teresa Antunes
Enes Ferreira Góis,
21 de Outubro
Nuno Maria Melo e
Brito Sampaio Soares,
21 de Outubro
Nuno da Silveira Botelho
Vilhena da Cunha,
21 de Outubro

Cristina Guapo de
Almeida Faria de
Carvalho Penteado,
22 de Outubro
Filipe Serzedelo,
22 de Outubro

Maria Eugénia da Cunha
José de Mello Freire de
Andrade,
22 de Outubro
Miguel Almeida Fernandes,
23 de Outubro
Simonetta Carlucci,
23 de Outubro

José Luís Vieira de Castro,
24 de Outubro
Maria da Luz Pitta
Monteiro Brito Sousa
Macedo,
24 de Outubro

Pedro Pinto,
24 de Outubro
MORREM
António Pedro
de Oliveira Collares
Pereira,
9 de Outubro

18 de Outubro de 2002 41 INDEPENDENTE

obituário

Militante do telecomando

Mário Castrim morreu num dia em que Portugal queria saber quem sairia do "Big Brother Famosos". O crítico testemunhou a vitória do telelixo, tal como assistira à derrota dos ideais em que nunca deixou de acreditar



Por **Leonardo Ralha**

> Romana e Daniela foram expulsas da "casa mais vigiada" na noite de terça-feira, mas isso já nada importou para o mais famoso crítico televisivo português. Mário Castrim morrera pela manhã, vencido por uma pneumonia que o mantinha há três meses no Hospital dos Capuchos, em Lisboa. O homem baptizado com o nome Manuel Nunes da Fonseca combateu até julho contra o "telelixo", apesar de a luta ser desigual. Para os responsáveis pela programação, o que escrevia todas as semanas no "TalkQual" não passava de uma nota de rodapé quando comparado com os "shares" recolhidos, em tempo real, de algumas centenas de audímetros.

Nem sempre foi assim. Poucos anos antes do aparecimento dos canais privados, a audiência de um programa era algo tão subjectivo quanto a sua qualidade, analisada por homens que ajudavam a fazer e desfazer carreiras na RTP. O crítico supremo era Mário Castrim, sentado mais de uma dezena de horas por dia numa salinha da sua casa, onde tomava notas muitas vezes irónicas sobre aquilo que apaziguaria a solidão de uma imensa maioria. "Carregam no botão e assim ficam até à consumação da noite. O que vier, vem. Às vezes ficam a dormir em frente da televisão", disse a Laurinda Alves, numa entrevista publicada pelo Independente há uma década.

Nascido em 1920, em Lhavo, perto de Aveiro, a criança que mais tarde adoptou o nome Mário Castrim — ultrapassando o problema de já existir o romancista Manuel da Fonseca — enfrentou uma tuberculose óssea na infância e adolescência, "metido em gesso dos pés à cabeça". Nesses anos ganhou o gosto pela leitura e a fé em Deus, que o levaria ao comunismo, quando a acção católica o fez conhecer a classe operária. Foi conduzido ao PCP e não mais o abandonaria, chegando a recolher dois fugitivos de Caxias, aos quais ofereceu roupas e "carapazinhos fritos".

Começou por ser professor e, a partir de 1956, acumulou com o jornalismo, que lhe permitiu conhecer Alice Vieira, a mulher que o acompanhou até ao fim. Coordenou o suplemento juvenil do "Diário de Lisboa", mas a sua vocação tornou-se clara em 14 de Maio de 1965. O director-adjunto do vespertino, Mário Neves, colocou-lhe o desafio de uma crónica semanal sobre o fenómeno que destronava a telefonia. Foi arrojado. Queria escrever todos os dias. O superior hierárquico concordou, avisando que não aguentaria três meses. Estava enganado. Os textos assinados com as iniciais MC não pararam de ser entregues a horas — o nascimento do primogénito foi a desculpa para a única "falta" —, ainda que retalhados pela censura. Impedido de dissecar as "conversas em família" de Marcello Caetano, não hesitou em escrever sobre a mira técnica, tendo ainda tempo para reconhecer mérito a figuras como o ex-ministro de Salazar, José Hermano Saraiva. Após a queda do Estado Novo, não escapou aos "excessos revolucionários", ganhando o cognome de "sectário-geral". Arrependeu-se mais tarde de defender que os telejornais silenciassem notícias incómodas — "quando a bebedeira era geral, como podia eu ter a lucidez bastante para ser calculista", perguntou anos depois a Miguel Sousa Tavares —, mas recusou deslocar-se ao Sindicato dos Jornalistas, de que era presidente da assembleia geral, quando uma lista não-comunista venceu as eleições.

O tempo curou as feridas, mas não mais se livrou da acusação de proteger correligionários. Em entrevista a Pedro Correia, publicada no "DNA", lembrou a contragosto como havia "desancado" Oscar Lopes, membro do Comité Central do PCE. Justamente um dos poucos "alvos" com quem tinha familiaridade, sendo António Vitorino de Almeida outra rara excepção. Em 1985 publicou a última crítica no "Diário de Lisboa". Pensou reformar-se também do ensino, mas o Ministério da Educação obrigou-o a dar mais uma aula, pois tinha de interromper a licença ilimitada. Acabou por ficar dois anos lectivos a ensinar Jornalismo, sem abandonar a televisão. Foi nas páginas do "TalkQual" que se preparou para a "bomba atómica" chamada televisão privada.

Não ficou impressionado com a SIC e a TVI. Apesar de reconhecer alguns pontos positivos, assumiu-se inimigo da lógica empresarial na programação. "A boçalidade do povo português passou a ser um dado adquirido, oficializado", afirmou na entrevista ao "DNA".

Pouco tempo antes, assistia à queda do Bloco de Leste e a constantes deserções nas fileiras comunistas Vermelho até no benfiquismo, cortou relações com dissidentes, afirmando ter pena daqueles que "ruíram" juntamente com o Muro de Berlim. A essa lealdade respondeu o secretário-geral do PCE no dia da sua morte, com um telegrama a Alice Vieira e aos filhos do casal, André e Catarina da Fonseca. Carlos Carvalhas lembrou o "comunista com muitas décadas de acção", mas também o "homem boni, vertical e generoso", o "diálogo com uma relevante contribuição para a formação cívica e política de várias gerações", e o "artista e criador solidamente vinculado aos ideais humanistas".

Além de livros infantis, deixou poemas. Um deles, publicado no "Avante!" em 2000, foi o "Fado do Bem Instalado", onde Castrim afirmava que "o bem instalado/jamais adoece/jamais envelhece/jamais empolbrece/o bem instalado". Não foi o caso do crítico, que recolheu ao Cemitério de Benfica um dia após Romana e Daniela terem sido expulsas da "casa mais vigiada". (Ver opinião de Miguel Gaspar na página 62)

ANEXO 21

Homenagens oficiais efectuadas a Mário Castrim

Homenagem a Mário Castrim efectuada pela Câmara Municipal de Lisboa cinco anos após a sua morte



29 Setembro.2005
N.º 1661

Mário Castrim passou 70 mil horas à frente da televisão

Homenagem na passada quinta-feira

Mário Castrim dá nome a rua de Lisboa

Lisboa homenageou o jornalista e escritor Mário Castrim, dando o seu nome a uma rua no Lumiar na quinta-feira, numa cerimónia que contou com a presença de familiares, amigos e camaradas.

Na manhã de quinta-feira foi descerrada a placa toponímica com o nome de Mário Castrim, na freguesia do Lumiar, em Lisboa, perto da Avenida Maria Helena Vieira da Silva. A capital presta assim homenagem ao jornalista, professor, escritor, poeta, crítico de televisão e cronista, quase três anos depois da sua morte. Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, nasceu em 1920 em Ílhavo. Em 1956 criou e coordenou o *Juvenil*, suplemento do *Diário de Lisboa* que publicava trabalhos de jovens, organizava visitas e exposições e promovia debates e concursos. Ao fim do primeiro ano de edições, o *Juvenil* contava já com a inscrição de 500 amigos e colaboradores. Em 1964, Castrim iniciou a sua actividade como crítico de televisão, tendo passado 70 mil horas à frente do aparelho.

Militante do PCP e colaborador regular do *Avante!* nos «Pontos Naturais» e crítica televisiva, Mário Castrim afirmou em 1992 que «o comunista é aquele que deixou de acreditar na eternidade para acreditar no futuro». Apesar da sua vasta obra literária e dos prémios Gulbenkian que recebeu, Mário Castrim é conhecido do grande público principalmente pelos seus trabalhos como crítico televisivo. Recentemente, em entrevista, afirmou que a televisão pode ser perigosa

«quando semeia a ignorância; quando acarinha a mediocridade; quando mente, deturpa, esconde; quando faz fretes políticos; quando agride (todos os dias, a toda a hora) a língua portuguesa; quando degrada a informação com a propaganda; quando dá mais hambúrgueres do que cozido à portuguesa; quando escolhe os piores programas para o horário nobre; quando desorienta os espectadores desnorteando os horários; quando educa as crianças para o culto da violência e da irracionalidade; quando transmite filmes de terror, sobre a madrugada, atingindo assim públicos mais frágeis; quando promove a grosseria, a imbecilidade, a degradação, a agressão de que o *Big Brother* não é senão o último elo da cadeia. Esta é a caixa que mudou o mundo, chegou a hora do mundo mudar a caixa. Porque a verdade é que já não podemos viver sem ela.»

Documento 1 | Homenagem da Câmara Municipal de Lisboa a Mário Castrim, dando o seu nome a uma rua de Lisboa.

Documento cedido gentilmente do acervo do Partido Comunista Português (PCP).

**Programa da Homenagem da Câmara Municipal de Lisboa ao escritor,
crítico e jornalista Mário Castrim no São Luiz no dia 30/05/2017**

O jornalista, escritor e crítico de televisão Mário Castrim vai ser homenageado na terça-feira, no Teatro Municipal S. Luiz, em Lisboa, numa cerimónia "privada e por convite", que contará com a presença do ministro da Cultura.

Segundo um dos promotores da iniciativa e apresentador da sessão, Miguel Leite, a homenagem vai decorrer no Jardim de Inverno daquele teatro municipal e contar com as participações do maestro António Vitorino d'Almeida, e da escritora Alice Vieira, viúva de Mário Castrim, além da presença do titular da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes.

Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, jornalista e escritor, significou, durante décadas, a crítica de televisão em Portugal, sobretudo com o trabalho no vespertino Diário de Lisboa, onde assinou o "Canal da Crítica", nas décadas de 1960 e 1970, em plena ditadura, sob a censura do Estado Novo.

Castrim destacou-se também pela obra para teatro ("Com os Fantasmas Não se Brinca", "Contar e Cardar"), poesia ("Viagens", "Nome de Flor", "Do Livro dos Salmos"), pelo ensaio ("Televisão e Censura", "Histórias da Televisão"), mas sobretudo pelas obras para crianças, como "Histórias Com Juízo", "Estas São as Letras", "A Girafa Gira-Gira" ou "O Lugar do Televisor", em que reuniu as crónicas que publicou na revista juvenil Audácia. O espectáculo de terça-feira contará com depoimentos de Manuel Luís Goucha, que falará do papel de Mário Castrim como crítico de televisão, enquanto o jornalista e escritor Mário Zambujal falará de Mário Castrim como jornalista, disse Miguel Leite à agência Lusa.

O Grupo de Teatro Intervalo, de Oeiras, fará uma breve encenação de "Histórias com juízo", de Mário Castrim, com encenação de Armando Caldas.

O encenador João Lourenço, do Teatro Aberto, fará uma intervenção sobre a ligação de Mário Castrim ao teatro e à Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e a escritora e economista Helena Sacadura Cabral falará sobre a sua relação pessoal com o jornalista e escritor.

O actor Vítor de Sousa, acompanhado ao piano pelo maestro António Vitorino d'Almeida, dirá dois poemas de Mário Castrim e João Malheiro falará sobre o lado benfiquista de Mário Castrim.

O espectáculo contará ainda com um apontamento musical a cargo de um trio composto por Nádía Sousa (voz), Paulo Jorge Ferreira (acordeão) e António Vitorino d'Almeida (piano) que interpretará três canções: uma de Edith Piaf, outra de Jacques Brel e outra de Charles Aznavour.

O fadista João Braga, que era amigo do jornalista e escritor, cantará dois fados de que Mário Castrim gostava muito, enquanto o jornalista e escritor Correia da Fonseca falará sobre o percurso cívico, a vida e obra de Mário Castrim.

A homenagem conta ainda com a presença de um representante da Câmara Municipal de Lisboa e do secretário-geral do Partido Comunista Português (PCP), de que Mário Castrim era militante. A organização da sessão disse esperar a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

O espectáculo termina com um improviso ao piano pelo maestro António Vitorino d'Almeida, sobre um tema de Mário Castrim.

Documento 2 | Documento gentilmente cedido por Correia da Fonseca, amigo de longa data de Mário Castrim.

Mário Castrim Homenageado no São Luiz pela Câmara Municipal de Lisboa no dia 30 de Maio de 2017



Uma homenagem de amigos, foi assim entendida a cerimónia que juntou caras conhecidas da vida cultural e televisiva portuguesa, a escritora Alice Vieira (viúva de Mário Castrim), o Presidente da República, o ministro da Cultura, a vereadora da Cultura e o Secretário-Geral do PCP, entre outros.

O Jardim de Inverno do Teatro Municipal São Luiz acolheu em 30 de Maio uma emotiva sessão de homenagem ao conhecido crítico de televisão, escritor, poeta e jornalista Mário Castrim, falecido em 2002. Catarina Vaz Pinto, vereadora da Cultura, marcou presença no espectáculo, composto por vários depoimentos, momentos musicais e intervenções do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do ministro da Cultura, Luis Castro Mendes, e do Secretário Geral do PCP, Jerónimo de Sousa, partido em que Mário Castrim militou.

“Isto é realmente uma festa de amigos, são pessoas de quem o Mário gostava muito”, afirmou no início Alice Vieira, que com o maestro António Vitorino e Miguel Leite apresentou o espectáculo. E com emoção na voz, a escritora leu o último poema que o seu companheiro escreveu, oito dias antes de falecer:

*Lágrimas, não. Lágrimas, não. A sério.
Enfim, não digo que. É natural.
Mas pronto. Adeus, prazer em conhecer-vos.
Filhos, sejamos práticos, sadios.*

*Nada de flores. Rigorosamente.
Nem as velas, está bem? Se as acenderem,
sou homem para me levantar e vir
soprá-las, e cantar os "Parabéns".*

*Não falem baixo: é tarde para segredos.
Conversem, mas de modo que eu também
oiça, e melhor a grande noite passe.*

*Peço pouco na hora desprendida:
fique eu em vós apenas como se
tudo não fosse mais que um sonho bom.*

Combatente terno

“Um persistente lutador pela liberdade e pela democracia”, assim se referiu Miguel Leite ao homenageado, “ele foi o Fernão Lopes numa época da vida do nosso país”, disse Vitorino d’Almeida.

“Era uma espécie de norte, de bussola”, diz Manuel Luís Goucha sobre aquele que terá sido o mais influente crítico de televisão durante décadas, particularmente ainda no período da ditadura, nas décadas de 60 e 70 no vespertino Diário de Lisboa. “Mário continua a viver em mim e só morrerá quando o meu coração e a minha memória se apagarem”, afirma ainda, sentimento que fez unanimidade numa noite mágica, plena de emoção.

“Uma pessoa extraordinária para Mário Zambujal, que exalta a sua fibra de “combatente rijo”, mas ao mesmo tempo portador de “uma grande doçura”, qualidade que também é evocada por Correia da Fonseca. “Derramava fraternidade e ternura em torno de si, com uma fraternidade que se diria caudalosa”, sublinhou o escritor e jornalista, também ele crítico televisivo, que lembra as suas crónicas como “um mural de resistência” e sublinha em Mário Castrim “a coragem do seu trabalho de jornalista, a eficácia arrasadora da sua ironia e a firmeza do cidadão.”

Antes João Braga cantou fado, depois, o encenador João Lourenço, que trouxe o grupo de teatro Intervalo para uma breve encenação das “Histórias com Vida” de Mário Castrim, lembrou que o conheceu ainda como professor Manuel Nunes da Fonseca (o nome com que assinou as suas obras é, de facto, um pseudónimo).

Seguiram-se Helena Sacadura Cabral, Victor de Sousa com leitura de poesias do homenageado e João Malheiro, que não pode deixar de convocar a qualidade de benfiquista de Mário Castrim.

Já Miguel Leite tinha revelado a intenção de ser produzido um DVD sobre o espectáculo, para o qual o grupo de amigos conta com o apoio da Câmara de Lisboa e do PCP, e a vontade de ser preparado um documentário sobre a vida do Mário Castrim. “Uma vontade, um projecto para que a homenagem vá mais além deste momento”, disse.

António Vitorino d’Almeida, que acompanhou ao piano Victor de Sousa, juntou-se ainda a Paulo Jorge Ferreira no acordeão e à voz de Nádja Sousa para a interpretação de três famosos temas franceses, a música que, segundo Alice Vieira, mais encantava o seu marido.

Um exemplo

Para Jerónimo de Sousa Mário Castrim era “um homem comprometido com o seu povo pela liberdade” e será sempre “uma referência desse combate que assumiu e travou até aos últimos dias da sua vida”.

Um homem “raro e polémico”, mas também um “cidadão exemplaríssimo, disse Catarina Vaz Pinto, para quem Mário Castrim “foi a consciência de muito gente, de muitos cidadãos que sonhavam com uma televisão à altura das carências deste país.” A vereadora fez uma referência à sua vasta obra em diversas áreas e destaca a “figura da vida cívica e cultural do país e militante do Partido Comunista com muitas décadas de corajosa intervenção”, para afirmar que permanece como referência histórica na crítica de televisão, “exemplo a considerar pelas sucessivas gerações de críticos, mas também ficará na memória como homem culto, lúcido e fiel às suas convicções.

Catarina Vaz Pinto lembra ainda que foi homenageado pela cidade de Lisboa em Setembro de 2005, com a atribuição de um topónimo numa rua do Lumiar, perto da Avenina Maria Vieira da Silva.

Marcelo Rebelo de Sousa lembra-o na dupla qualidade de cidadão e de Presidente da República, fazendo a respectiva distinção. Enquanto cidadão recorda o homem que marcou a sua geração nos anos de 65 a 74, apesar de se situar “noutra parte do hemisfério da vida política”. Era, diz, “uma referência permanente, diária, constante, esperada, respeitada e poderosa, que sabia compreender uma realidade nova da vida portuguesa, a televisão.”

Já o Presidente da República considera-o “o precursor de uma nova realidade mediática em Portugal”, que, através da sua prosa, “abriu caminhos de liberdade e democracia, de

Abril.” Figura essencial para a cultura portuguesa, professor, “pedagogo com um poder de comunicação inultrapassável”, Marcelo afirma a tripla dimensão de alguém que “soube aperceber-se do tempo que estava a chegar e contribuir para a construção desse tempo, ao mesmo tempo lutando pelo que era essencial para o enraizamento democrático”. E isso justifica que o Presidente da República o homenageie e lhe agradeça, diz.

No final o maestro voltou ao piano para encantar a assistência com uma melodiosa e suave interpretação do Hino Nacional, que dedicou ao seu amigo Mário.

Para além da crítica televisiva, Mário Castrim destacou-se na escrita de literatura infanto-juvenil como como "Histórias Com Juízo", "Estas São as Letras", "A Girafa Gira-Gira" ou "O Lugar do Televisor", em obras para teatro como "Com os Fantasma Não se Brinca" ou "Contar e Cardar", na poesia com "Viagens", "Nome de Flor" ou "Do Livro dos Salmos") e no ensaio ("Televisão e Censura", "Histórias da Televisão").

Documento 3 | Documento gentilmente cedido pela Câmara Municipal de Lisboa

Homenagem a Mário Castrim efectuada pelo Partido Comunista Português dez anos após a sua morte



Mário Castrim – Dez anos

Mário Castrim, professor, escritor, jornalista e crítico televisivo

Trabalhou no jornal Diário de Lisboa, até ao encerramento do título, após o que passou a colaborar com o semanário Tal & Qual. Colaborava ainda regularmente com o Avante!, tendo enriquecido o jornal com os seus poemas praticamente até ao fim da vida.

Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, foi o primeiro crítico de televisão em Portugal.

Destacada figura da vida cívica e cultural do País, e militante comunista com muitas décadas de corajosa e coerente intervenção, Mário Castrim deu um valioso contributo, enquanto crítico de televisão, escritor e intelectual, para a formação democrática e humanista de muitas gerações. Por isso mesmo permanece como «referência histórica do género e exemplo a considerar por sucessivas gerações de críticos, mas também ficará na nossa memória como homem culto e lúcido, cidadão comprometido com o seu tempo e fiel às suas convicções», como na altura do seu desaparecimento sublinhou o Sindicato dos Jornalistas.

Passaram depressa, quase não dei por eles – Por estes dez anos. Não admira: na verdade, bem se pode dizer que durante estes anos, dia após dia, o Mário continuou comigo. Graças à televisão que era entre nós uma quotidiana preocupação comum? Sim, em certa medida, mas não muito.

Na verdade, o Mário foi para mim muito mais do que um camarada de trabalho, e bem se entenderá porquê se lembrarmos que o Mário Castrim foi muito mais que um crítico de televisão quotidianamente visitado por um toque de genialidade.

Lembro-o, é claro, sempre que a televisão me indigna, ou me desgosta, ou me inquieta, mas lembro-o em muitas mais ocasiões ao longo dos dias. Porque o Mário Castrim era um homem raro, possuído por uma generosidade sem limites, fraterno como nunca encontrei outro, sábio de uma sabedoria que se alimentava de inteligência, de cultura e de ternura. E cidadão exemplaríssimo: sabe-se, para além de qualquer dúvida, que renunciou à grande obra literária que bem poderia ter-nos deixado porque a sacrificou em favor da

tarefa cívica de denunciar, dia após dia, o crime político e cultural que era uma televisão ao serviço do fascismo. Bem nos lembramos de que as suas crónicas eram implacáveis, fulminantes, mobilizadoras, E, naturalmente, encorajantes.

O francês Louis Aragon escreveu um dia que «il est contagieux l'exemple du courage». Durante anos e anos, muitas vezes me lembrei deste verso ao ler crónicas do Mário Castrim.

Passaram depressa estes dez anos. Mas não passou o Mário Castrim. Continua em quantos tiveram a sorte de com ele privarem, de aprender com ele acerca das grandes, mas também das pequenas coisas. De o lerem, sendo certo que nunca mais puderam ler textos como os que o Mário escrevia. Na planificação do *Avante!* para este ano de 2012 desde sempre esteve inscrito o dever de este jornal assinalar o décimo aniversário da morte do Mário, nosso companheiro e nosso mestre. Porque ele não deixou de estar connosco, dia após dia. E aqui vai continuar.

Ser comunista, hoje

Esperança:
é a maneira
como o futuro fala
ao nosso ouvido.
Depois
há que saber
organizá-lo.
Então
Os comunistas entram em acção.

Versos muito pessoais

II

És livre?
Isto é:
quem amas?

IV

Realizo-me no acto de pagar
as quotas do Partido.
Não tem nada de heróico.
Nada mais natural
como beijar o filho
na hora de deitar.

V

Leio
o AVANTE!
devagar

e com toda a atenção
como se o escrevesse.

Documento 4 | Homenagem do Avante! a Mário Castrim, após 10 anos da sua morte.
Documento cedido gentilmente do acervo do Partido Comunista Português (PCP)

**Homenagem do Ilhavense ao Centenário de Mário Castrim com a
colaboração do autor**

[illegible]

Documento 5 | Homenagem do Ilhavense ao centenário de Mário Castrim, edição 1257
2ª série 05/07/2020, p.4.

ANEXO 22

Testemunhos de amigos sobre amizade com Mário Castrim

Correia da Fonseca

Palavras proferida por Correia da Fonseca na homenagem ao Mário Castrim realizada no cinema S. Luiz em 30 Maio 2017

MÁRIO

Conheci o Mário há muitos, muitos anos, num país cinzento, mas onde por vezes era possível encontrar preciosos espaços de luz. O Mário ainda não tinha trinta anos, eu ainda não tinha vinte, mas entre nós depressa se estabeleceu uma relação que se diria feita de vários fios entrelaçados, e foi uma relação tão forte, tão feita de tantos motivos e razões, que se alongou por muitas dezenas de anos até que, um dia, um de nós teve de partir. Durante todo esse tempo, o Mário foi o meu amigo e o meu mestre, o meu irmão e o meu cúmplice, dia após dia, num processo que ainda hoje sobrevive apesar dos anos de saudade entretanto transcorridos. Num certo sentido, alguma coisa do Mário sobrevive em mim como decerto em muitos outros porque o Mário derramava fraternidade e ternura em torno de si com uma naturalidade que quase se diria caudalosa. Alguma coisa do Mário sobrevive, pois, em mim, como se ele continuasse a explicar-me a cultura, o mundo, a vida, e eu tenho orgulho disso. Um dia, o Urbano Tavares Rodrigues escreveu que o seu irmão Miguel era a sua estrela polar. Bem posso dizer que o Mário Castrim, foi e continua ser em larga medida a minha estrela polar.

Sei que o acontece comigo sucede com muita outra gente, e alegro-me por isso: é a evidência de que o Mário sobrevive ao silêncio que lhe é imposto por aquilo que um seu amigo frequentemente designava por “a lei da vida”. Porque as gerações se sucedem, já nem todos podem recordar com nitidez a coragem do seu trabalho jornalístico, a eficácia arrasadora da sua ironia, a firmeza do cidadão. Como muitos de nós sabem, porque testemunharam o facto, e outros porventura ignoram porque chegaram mais tarde, a sua coluna de crítica de televisão foi, ao longo de anos e dia após dia, um lugar de evidente resistência pública ao regime que oprimia o país. Há anos, num tempo negro e difícil para a França, Louis Aragon disse que “il est contagieux l'exemple du courage”. Bem se pode dizer que a crítica diária do Mário Castrim no “*Diário de Lisboa*” era um contagioso

exemplo, tanto e de tal modo que sobre os seus textos a censura disparava os traços do seu ultravigilante lápis dito azul, tanto e de tal modo que a crítica do Mário chegou a estar totalmente suprimida durante semanas. Essa ausência foi de tal modo escandalosa e suscitou uma reacção tão viva por parte do público leitor que o chamado “Canal da Crítica” regressou como que em ombros: o talento e a coragem de um homem haviam sido mais fortes que o poderoso aparelho censório.

O Mário foi-se embora há catorze anos, despediu-se de nós com um poema belíssimo que em transparência é como que um seu auto-retrato, mas em verdade está comigo todos os dias e não apenas quando, ao computador, me esforço por em minúscula parte prosseguir a linha de desmascaramento das imposturas e da necessidade de continuar a resistir que foi uma das muitas lições que dele recebi. O Mário está, pois, ao meu lado como decerto está junto de muito mais gente. Acontece com homens como ele. Sirvo-me de uma frase alheia que se adequa rigorosamente ao Mário: nunca mais veremos um homem assim.

Correia da Fonseca

(Crítico de Televisão)

Documento 1 | Testemunho de Correia da Fonseca gentilmente cedido pelo próprio

Padre Arlindo Pinto

Amigo era o nosso nome

Até 1993, o Mário Castrim era, para mim, apenas um nome noto na área do jornalismo, da crítica televisiva, do mundo social e da política alternativa. O nome de uma pessoa de quem não conhecia nem o rosto nem a voz, como acontece com tantas outras pessoas, de quem se gosta, mas que permanece distante.

Cheguei ao encontro pessoal com o Mário, através de uma outra amiga jornalista, a Margarida Maria. Marcamos um encontro na Av. Luís Bivar, em Lisboa. Subimos juntos o elevador estreito do prédio até ao sexto andar. Chegamos. À nossa espera, estavam duas pessoas sorridentes, o Mário e a sua esposa Alice, que nos fizeram uma grande festa. À primeira vista excessiva, pois apenas acabávamos de nos conhecer pessoalmente. Mas pouco depois, já me apercebi de que aquele modo de acolher, naquele lar, era habitual. Era o ambiente natural daquela casa hospitaleira. Como se fôssemos já amigos de longa data, conversamos, rimo-nos, contamos as nossas histórias, demos umas boas gargalhadas, enquanto tomávamos um saboroso café. Quase sem me dar conta, tinha criado uma amizade, que parecia já ter décadas.

Neste contexto familiar, fui apresentado como o jovem missionário que, de 1984 a 1989, tinha vivido e experimentado os anos da guerra civil em Moçambique e que, desde há alguns meses, tinha assumido as funções de director das duas revistas combonianas “Além-Mar” e “Audácia”, em Lisboa.

Foi assim que nasceu e se alimentou uma amizade que perdura até hoje. Sim, até hoje, porque nem a morte consegue destruir uma verdadeira amizade. Com isto quero dizer que, mesmo depois do Mário ter partido para a Vida, a sua actual morada, este Amigo está comigo.

Então, desde essa bela tarde, o Mário passou a fazer parte da minha vida. E eu a fazer parte da vida dele. Gradualmente, o Mário entrou também na minha família, muito numerosa, os Missionários Combonianos. Passamos a encontrar-nos, com regularidade, ora em casa dele ora na minha comunidade de Lisboa, na Calçada Engenheiro Miguel Pais. Passamos a tratar-nos, simplesmente, por amigo. Passámos a ter ambos o mesmo nome: Amigo.

Nos nossos encontros falava-se de tudo, num clima sereno e jovial. Mas conversávamos com mais frequência sobre as assimetrias sociais e sobre as estruturas e os sistemas que

só geram pobreza e injustiças. Os países e as realidades iníquas dos povos com quem trabalham os Combonianos dominavam os nossos diálogos. Pedia-me, com frequência, que lhe contasse histórias reais da vida dos missionários. E pouco a pouco foi conhecendo outros Combonianos com quem acabou fazendo profunda amizade.

Um outro argumento recorrente, nos diálogos mais a sós, era o de Deus. Aquele Ser transcendente, que nos parecia, tantas vezes, ausente, distante da nossa história humana. O Mário falava-me muito das suas “lutas com Deus” mais do que das suas “lutas com os homens”. Incrível. Ambos os dois nos encontrávamos a navegar no mesmo barco agitado, mas sem nos deixarmos afundar.

Em 1997, a obediência e o dever missionário levaram-me, novamente, para terras moçambicanas. E, em Janeiro de 2011, para a Direcção Geral do Instituto Comboniano, em Roma, de onde agora estou a escrever.

A partir do dia 15 de Outubro de 2002, a minha amizade com o Mário passou a ter outra dimensão, mas igualmente forte, porque os amigos genuínos não morrem nem as verdadeiras amizades acabam. A amizade não conhece fronteiras e é bem maior do que o espaço e o tempo, pelo que continuei a sentir a amizade do Mário sempre muito vizinha. Os laços da amizade nunca se desamarraram.

Não queria concluir sem recordar que, de Setembro de 1993 a Novembro de 2002, o Mário Castrim era o autor da rubrica “O lugar do televisor”, publicada, mensalmente, na revista “Audácia”. Uma colaboração fiel e pontual, economicamente não remunerada, que agradava aos jovens e aos adultos.

A editorial “Além-Mar” publicou três obras com os textos do Mário, sempre intituladas “O lugar do televisor”, sucessivamente em: Junho de 1996, Fevereiro de 2000 e Julho de 2003.

Padre Arlindo Pinto

(Director das duas revistas Combonianas *Além-Mar* e *Audácia*, em Lisboa)

Documento 2 | Gentilmente cedido o testemunho do Padre Arlindo Pinto publicado na revista *Audácia*

Seixas da Costa

Blog de Seixas da Costa

Mário



Há pouco, numa troca de mensagens, lembrei-me de Mário Castrim. Castrim foi casado com a escritora Alice Vieira e morreu há 14 anos. Foi ele próprio escritor e jornalista. Autor de excelentes obras para crianças, escreveu teatro e editou livros de ensaios. É um nome que, nos dias de hoje, merecia ser mais conhecido do que é. E é pena, porque o país da Cultura deve bastante a Mário Castrim, pessoa com quem nunca me cruzei, mas que sempre admirei.

Mário Castrim, pseudónimo de Manuel Nunes da Fonseca, ficou talvez mais conhecido por fazer crítica de televisão, em especial no "Diário de Lisboa". Nos dias de hoje, com montanhas de canais acessíveis, os mais novos espantar-se-ão talvez que essa função tivesse alguma relevância entre nós. Mas tinha, e muita, nos tempos em que havia um único canal, a oficial e oficiosa RTP, fatora da imagem que o regime queria dar de si mesmo, que cuidava dela com um desvelo proporcional ao jeito que lhe dava como fator condicionante da opinião pública.

Todos os dias, o DL trazia-nos o "Canal da Crítica", onde Castrim, num português de lei, nos deliciava com "innuendos" e artimanhas estilísticas, com vista a dar a volta à censura, comentando programas, apreciando conteúdos, às vezes com notas bem à margem daquilo que comentava. Era um regalo conseguir ler por entre as linhas de Mário Castrim, mesmo que soubéssemos que, aqui ou ali, o "lápiz azul" dos coronéis da rua da Misericórdia tinha feito os seus estragos. Mas até algumas ausências pressentidas de texto chegavam a ter significado.

(Esses eram "bons tempos"? Uma ova! Eram tempos sinistros e o facto de, por vezes, os referirmos com leveza e ironia deve ser apenas visto como uma forma de exorcismo. Que isto fique muito claro!).

Mas Castrim era muito mais do que um mero crítico de televisão, sendo esse embora um terreno em que nunca teve um émulo à sua altura. Era um intelectual e um homem das letras, que orientou o magnífico DL Juvenil, um espaço do "Diário de Lisboa" que, num tempo em que não havia blogues nem facebook, permitia a publicação de textos de conteúdo literário a muitos jovens - alguns que foram e são hoje figuras consagradas da nossa Cultura.

Politicamente, Mário Castrim era, creio, militante comunista e, com a Revolução, o seu radicalismo, algo extremado, veio ao de cima. Alguma da unanimidade de que até então usufruía nos meios oposicionistas veio a reduzir-se nesses anos "da brasa", como aliás aconteceu com muito boa gente. A certo ponto, alguém, com graça, apodou-o mesmo de "sectário-geral"...

Castrim era magnífico na polémica, mesmo antes do 25 de Abril. Recordo-me bem de duas confrontações que teve. Uma com Artur Portela Filho, com uma das peças a ter o título genial de "Ó Artur! Ó Portela! Ó Filho!". Outra, bem pesada, com Luiz Francisco Rebello, que creio chegou a meter ameaça de bengalada. E Castrim usava uma!

Regresso ao ponto em que comecei. Provavelmente, muito poucos, nos dias de hoje, se recordarão já de Mário Castrim. Entre os outros, os mais antigos, alguns lembrá-lo-ão sob

um olhar bem diferente do meu, quiçá mesmo oposto. Mas esta é a "graça" da democracia da opinião, que Castrim, com a sua pena acerada na pele tosca da ditadura, também nos ajudou a construir.

Seixas da Costa

(Embaixador)

Documento 3 | COSTA, Seixas, Blog Duas ou três coisas, *Mário Castrim*, 2017, disponível, https://duas-ou-tres.blogspot.com/2017/01/mario-castrim_7.html, consultado em 15/01/2020.

Sérgio Ribeiro com Mário Castrim no *Diário de Lisboa*



Como Sérgio Ribeiro recorda Mário Castrim

Blog anónimo séc. XXI

Exemplos de censura...há 35 anos!

Comecei a mexer em papéis velhos (estou sempre a mexer em papéis velhos...), e saltaram-me algumas “provas de censura” muito oportunas para o que aqui queria trazer. E fiquei preso na leitura, particularmente nas crónicas do Mário Castrim, para o “Canal da Crítica” do *Diário de Lisboa*. Sinto um misto de saudade, admiração e... renovada irritação. É preciso que os jovens saibam como era!

Transcrevo a crónica de 10.04.1971, de que foram cortados, pelos Serviços de Censura, os trechos em *itálico*.

TELEVISOR FECHADO PALAVRAS (MAIS OU MENOS) ABERTAS

Não me peçam tolerância: tolerância é concordância. Não me peçam bem soar: bem soar é abençoar. Não me peçam compreensão: bem basta os que são. Não me peçam que perdoe: já basta o que me dói.

*

Eu sei que ninguém tem culpa. Então o que é que cada um tem?

*

Mãos nuas, peito a descoberto. Ainda por cima, estou sentado. Não nada mais indefeso que um homem sentado.

*

Acredito no futuro da televisão porque acredito na televisão do futuro.

*

O povo não me passou procuração para falar em seu nome. Mas na destruição das minhas noites e dos meus dias, existe um compromisso que desejo transparente. E pelo qual me destruindo, me construo.

*

Ando na palavra como o funâmbulo no seu arame. Uma vantagem para o funâmbulo: o seu arame não é farpado.

*

Então, contou a seguinte parábola:

Estava um homem a procurar, a procurar, no cesto das laranjas-palavras. Angustiado, porque nem todas as laranjas são possíveis. Quando rompeu a madrugada, tinha na palma da mão a laranja-silêncio.

- Senhor, que faz o homem que só encontrou a laranja-silêncio?

E o senhor respondeu:

- O homem que só encontrou a laranja-silêncio, meu filho, faz uma laranjada.

*

Os meus momentos de maior reflexão acontecem quando, no fim da emissão, desperta a imagem da bandeira portuguesa. Quando vier a bandeira a cores, será maravilhoso espectáculo.

*

Os perigos de uma televisão que, não se desejando comercial na essência, o seja por como modo de vida, consistem em não se apurar com a suficiente clareza se vive dos anúncios ou para os anúncios.

*

Televisão ao serviço dos grandes “trusts” não faz serviço nacional.

*

Na minha posição de crítico, só há uma coisa em que verdadeiramente acredito: nas limitações. Metem-se-me pelos olhos dentro. E levam-me os olhos.

*

Alego a legítima defesa.

*

*Diz-se que o mal do Teatro na Televisão Portuguesa consiste na procura de reportório para maiores de 12 anos.
Espanto-me! Pois ainda há em Portugal indivíduos maiores de 12 anos?*

*

Todos são políticos. Mas: só alguns o são por política.

*

Ser independente não é ser homem. Ser homem é escolher que dependência.

*

A Televisão é uma força de respeito; por esse motivo, há que permanentemente, perder respeito a essa força.

*

Lamentemos a sorte dos críticos sem Televisão. Lamentemos, poré, e emais ainda, uma Televisão sem críticos.

*

Um indivíduo critica para viver; oxalá a contrapartida seja a existência de um número cada vez maior de indivíduos que vivam para criticar.

*

O apelo à futilidade é a vocação de uma televisão sem vocação popular. Quer dizer: de uma televisão sem televisão.

*

Está dito: o infantilismo é uma arma de dois gumes, capaz de se voltar contra quem a usa. Julgando criar adesão de grande público, o que na verdade origina é a indiferença. A amizade, a solidariedade, fortalecem-se apenas no compromisso responsável.

*

O crítico tecnocrata é o pior dos críticos. É também o pior dos tecnocratas.

*

Não existe, no presente, uma única rubrica de produção nacional que disponha de grande audiência. A língua portuguesa, como instrumento vivo e quotidiano, é a grande exilada da televisão portuguesa.

Documento 4 | RIBEIRO, Sérgio, Blog anónimo séc. XXI, *censura...há 35 anos!* 2006, disponível, <http://anonimosecxxi.blogspot.com/2006/04/>, consultado em 15/01/2020.

Ribeiro Cardoso relembra Mário Castrim

Castrim nome mítico do jornalismo português

Há onze anos, a 15 de Outubro de 2002, Mário Castrim – jornalista, crítico de televisão, professor e poeta – partiu para a viagem sem regresso. Era, e permanece, um nome mítico do jornalismo português. A sua imagem e a sua memória continuam vivas – para os muitos que o amaram e para os muitos que o odiaram, pois a sua ironia e a sua pontaria certa, na forma de um português sem mácula, não deixaram ninguém indiferente. **(RC)** Dele falo com paixão e gratidão: conheci-o na redacção do *Diário de Lisboa* em 1971 e muito o admirei e muito com ele aprendi enquanto jornalista e cidadão. Uma redacção que recordo com saudade: foram anos a fio a conviver, a aprender e a crescer com homens e mulheres como Urbano Tavares Rodrigues, José Saramago, Maria Judite de Carvalho, Luís Sttau Monteiro, Raul Rego, Ernesto Sampaio, Pedro Alvim, Alberto Villaverde Cabral, Alice Nicolau, Manuel de Azevedo, Vítor Direito, Mário Zambujal ou Fernando Assis Pacheco, para só falar de alguns nomes mas sem esquecer José Cardoso Pires, que durante um ano foi subdirector daquele inesquecível vespertino lisboeta. Neste 11º aniversário do seu adeus silencioso, recordo Mário Castrim pensando na também jornalista e escritora Alice Vieira, sua paixão e mãe dos seus dois filhos.

(publicado no Jornal “Avante!”, onde o Mário militantemente colaborou ao longo de muitos anos)

Ribeiro Cardoso

(no Clube de Jornalistas)

Documento 5 | CARDOSO, Ribeiro, Blog anónimo séc. XXI, *censura...há 35 anos!* 217, disponível, <http://anonimosecxi.blogspot.com/2017/05/hoje-homenagem-mario-castrim-as-21.html>, consultado em 15/01/2020.

ANEXO 23

Umas das crónicas mais representativas da qualidade e imaginação literária publicada no livro *Televisão e Censura* que serviu de base ao presente trabalho, intitulada «*Eu não sei o que tenho em Évora ...*», de 15/04/74, de Mário Castrim

«EU NÃO SEI QUE TENHO EM ÉVORA...»

- Manuelinho – Posso entrar?
- Eu – Quem és tu?
- Man – Sou o Manuelinho.
- Eu – Tu és... O das insurreições que...
- Man – Perdão, eu sou o das alterações...
- Eu – Assim lhes chamaram, de facto.
- Man – Pois. Questão de palavras...
- Eu – Parece que os castelhanos não gostaram nada de ti.
- Man – Por mim não fiz nada. Foi tudo sem querer. Eu era um tontinho, percebes. Mas agora sinto-me muito feliz por ter dado nem que fosse o nome.
- Eu – Bom. Mas não vieste com certeza aqui para me falares dessas coisas.
- Man – Então hoje não é o programa dedicado a Évora?
- Eu – Livra, que ainda tens uma pronúncia alentejana cerrada!
- Man – E olha que já lá vão... Manuelinho, Manuelinho, já lá vão, deixa-me fazer as contas... Isto foi em 1637, portanto já lá vão...
- Eu – Deixa, não fatigues a ciência.
- Man – Já lá vão 337 anos. Hem, que tal? O meu forte sempre foram as matemáticas. Dou-te a minha palavra que não usei a máquina de calcular. Isso é para os pexotes de agora...
- Eu – Vens assistir ao programa, é isso?
- Man – Se me deixares entrar...
- Eu – Homem!
- Man – É que naquele tempo não me deixavam entrar nas casas. A minha casa era a rua.

Eu – Podes entrar à vontade.

Man – Obrigado, compadre. Estou com saudades de ver a minha terra, *ouvi dizer que eles agora emigram muito.*

Eu – *Ai não! Cavam que é um caso sério.*

Man – *Antigamente os alentejanos só emigravam quando morriam. Lá ia um ou outro para a cidade...*

Eu – Drincas? Um uísque?

Man – Não conheço. Manda a comadre trazer um copo de água fresquinha. Sempre tenho a ilusão que é Julho e estou vivo, debaixo de uma azinheira.

Eu – Vai começar. Atenção.

Man – Ih, ca grande barafunda! Então aquilo agora por lá é assim?

Eu – Isto é só o genérico. Agora ouve a Lurdes Norberto ler um soneto da Florbela Espanca.

Man – Ouvi dizer, lá donde venho, que é uma sujeita de muita cabeça. Agora dizem-lhe os versos, mas lá no Alentejo, no tempo em que foi viva, moeram-lhe o juízo. Como vocês costumam dizer: coisas da vida...

Eu – Agora vão tocar uns moços.

Man – Que bom! Há quanto tempo não oiço cantigas do Alentejo! Lá onde agora estou fizemos um grupo valente. Santa Cecília, que percebe da poda, mete-nos em quase todos os serões, para os outros aprenderem como se canta com a terra na boca. Mas não aprendem nada. São uns anjinhos... Ó compadrel, mas aquilo que eles tocam é da nossa terra?

Eu – É uma serenata do Schubert.

Man – Não conheço. Se calhar é de Elvas.

Eu – Não, daí é o Paco Bandeira.

Man – Esta moda agora?

Eu – Agora esta chama-se «Folhas Verdes».

Man – Almas do Diabo!, com tanta cortiça, trigo do melhor, e andam a cantar ervinhas?

Eu – Ervinhas inglesas...

Man – Inglesas ainda por cima! Deu alguma doença lá por baixo?

Eu – Deu. Deu uma doença de pouco amor ao povo a que pertencem.

Man – Gente nova há lá muita. Eles que dizem?

Eu – Acho o meu curso muito interessante... de muitas possibilidades... Estou realmente muito interessado... Estou muito satisfeito...

Man – Cortam-lhes o pio...

Eu – Questão de montagem. A montagem dinâmica divulgada na televisão pela margarina Planta. A moda está a pegar...

Man – Entre tanta gente há-de vir por certo o Sesinando Rodrigues, borracheiro de profissão, e o compadre Barradas, cauteleiro.

Eu – Conheceste-os?

Man – Atão não conheci! Gente de grande falar. Os castelhanos, ou homem por eles, mandaram aumentar os impostos e encarregaram-nos disso.

Eu – E eles?

Man – Disseram que não faziam sem ouvir o povo. Eram dois homens de grande coração. Com certeza que não deixam de aparecer por aí.

Eu – A ti não te convidaram para o programa?

Man – Não. Sou um tontinho.

Eu – Pois mais uma razão. Olha, vem aí mais gente para cantar. Pertence ao colégio da N.ª Senhora do Carmo. São os «Five Fingers».

Man – Que é isso?

Eu – Um nome inglês.

Man – Não pode ser. Já entraram esses costumes no celeiro da Nação?

Eu – Que queres? A Rádio, a Televisão...

Man – Tá visto. O celeiro dá o trigo e recebe o joio. Que cantiga cantam eles?

Eu – Ouve.

Ele é uma signorina
menina que sabe sentir...
De noite toca concertina
para quem gosta de ouvir...

Man – Está bonita a feira...
E agora estes?

Eu – São da Escola Comercial e Industrial.

Man – Que cantam?

Eu – Uma espécie de pot-pourri, e bem pourri, por sinal.
Coisa do Cid...

Man – Deu nisto o meu Alentejo, todos o esqueceram, todos fogem dele, de uma maneira ou outra. Ó malta noval, então não há gente viva, coisas que contar e que viver, por aí? É preciso andar a macaquear os outros? Que nada tem a ver connosco? Por estas e por outras é que me recordo daqueles tempos... O Sesinando a chegar à janela e a gritar cá para baixo que lhe acudissem, que o queriam matar... E eu vi. De dentro da minha loucura, eu vi. Vi o povo a entrar no palácio, assaltá-lo, saqueá-lo, incendiá-lo e o governador vendido a fugir pelos telhados... Esses não vêm ao programa?

Eu – Não te sei dizer. Quem vem agora é o Paço Bandeira.

Man – O tal de Elvas.

Eu – Uma das glórias de Elvas. Descoberto no «Curto-Circuito», nunca mais nos desamparou a loja. Lá vem saltando de programa em programa.

Man – A propósito de Elvas: não me arranhas aí umas azeitoninhas?

Eu – Vou buscar.

Man – Não, não são para mim, fazem-me mal às hemorroidas. Tenho lá uns camaradas que se pelam por isso. Já agora deixa cá ver estes...

Eu – São do rancho da Casa do Povo de S. Geraldo de Ciburro.

Man – Nunca vi dançar assim...

Eu – Parece que é contágio do Ribatejo...

Man – Deixa ouvir...

Tu és a rosa mimosa
um botão de rosa
que estás em flor...

É só prò que lhe dão: rosas prà esquerda, flores prà direita...
Esta gente não tem mais nada em que pensar?

Eu – Passar tempo...

Man – Ai rapaz, rapaz, naqueles dias! Era o povo miúdo alterado e era a nobreza e o clero reunidos na Igreja de Santo Antão e depois a oferecerem-se ao povo para servirem de medianeiros com os compartes.

Eu – *Os alterados que responderam?*

Man – *Queixavam-se e diziam que os senhores e poderosos de Évora não sentiam desumanamente a exclusão do povo da sua pátria porque não eram do povo; que para os grandes nunca havia novas leis que não fossem interpretadas em seu cómodo: que procuraram mercar com o príncipe, à custa das ruínas da Pátria, e agora se congraçavam com o povo, para se justificarem depois com El-Rei oferecendo por vítima ao sacrifício de sua fidelidade o inocente e simples vulgo cujo sangue derramasse como de animais obedientes costumava a bárbara gentilidade; finalmente, que ou reagissem com os populares ou entre si se dividissem – ou procederiam contra eles, como contra inimigos do bem público...*

Eu – Safa!, que memória!

Man – É sempre grande a memória dos loucos e o Francisco Manuel de Melo também ajuda um bocado. Que diz aquela dama?

Eu – Aquela dama diz que História se impõe no cunhal de cada rua...

Man – Eu não te dizia, homem de pouca fé? Agora é que vem aí o Sesinando.

Eu – Enganas-te, quem vem é o antigo presidente da Câmara de Évora.

Man – Já não é do meu tempo.

Eu – Não. Os tempos são outros. Serafim Silveira Júnior depois foi presidente em Almada e agora é-o de Setúbal. O Henrique.

Man – Não me fales nesse nome!

Eu – Homem, eu não disse Cardeal D. Henrique, é o Henrique Mendes a entrevistar, diz que o senhor é pessoa muito bondosa, que se calhar vai ferir a sua modéstia. O entrevistado responde que Évora está muito bem entregue aos seus responsáveis e que Deus os inspire.

Man – Mais quê?

Eu – Conta que o Presidente Salazar lhe disse certa ocasião: Defende intransigentemente a cidade de Évora. Ela é, no seu género, a cidade mais bonita do País.

Man – Pelo-me por frases históricas.

Eu – Com certeza hás-de gostar de ouvir Túlio Espanca, crítico de arte antiga, que vai falar dos monumentos de Évora.

Man – Olha a Sé... olha a igreja de S. Francisco... olha o templo de Diana, com mil demónios, está mais minguido, então deixam assim levar-lhe as pedras?

Eu – Gostaste?

Man – Sim, senhor. Vê-se que sabe o que diz. Só que ele recorda que a conquista de Évora pelo Geraldo foi em 1166 e a mim parecia ser em 1165. Mas também um ano a mais ou a menos... Quem são estes?

Eu – São do Seminário.

Man – E que querem?

Eu – Cantar.

Man – Ora até que enfim! Venham de lá as modas da minha terra! Não os entendo...

Eu – É latim.

Man – A Marianita não canta latim... E agora?

Eu – Em castelhano, parece.

Man – O ovelheiro não canta em castelhano...

Eu – Agora canta em italiano...

Man – Com mil picaretas! Então o Vaticano Segundo? Cantam missa em português e o resto não? Talvez a seguir...

Eu – Mais latim. Chama-se «A venerável barba dos capuchinhos.»

Man – Já me destei! Com que então a barba dos capuchinhos... E então a barba dos camponeses, quem na canta? ***Ó seminaristas, vocês estão dentro ou fora do povo? Vocês estão em Évora ou no país das nuvens? Vocês estão com os homens ou com os fantasmas?***

Eu – Escusas de gritar. Eles não te ouvem.

Man – Desculpa. Agora vou ficar caladinho.

Eu – Vais-te mas é embora. O programa acabou.

Man – Não pode ser. Tu não disseste que era o programa dedicado a Évora?

Eu – Pois era.

Man – Mas onde é que Évora esteve?

Eu — Sei lá!

Man – Nem ao menos um bocadinho do teatro da Sociedade Joaquim António de Aguiar? Lá onde estou, a Florbela Espanca disse-me que uma das coisas mais importantes que aconteceram este ano no país foi o festival de teatro que a Sociedade organizou. E o meu amigo Alves Redol até me contou que tinham lá estreado uma peça dele. Vais ver que ainda vão falar nisso.

Eu – Não vão. Perde a esperança, Maluquinho.

Man – Maluquinho, tens razão. Maluquinho é o que eu sou. Mas sempre te digo que a minha loucura foi uma hora de grande juízo português na cidade de Évora.

Eu – Estás triste porque se esqueceram de falar de ti?

Man – Eu? Não. Sou suficientemente louco para não conhecer a tristeza. E depois não tenho tempo para isso. Vou...

Eu – Já sei: vais protestar na televisão portuguesa...

Man – Livra! Isso é contigo. Por mim, vou por aí fora à procura

de Sesinando e do Barradas. Sabes que fugiram aos ocupantes, meteram-se por esse Alentejo a dentro, e nunca mais os encontraram?

Eu — Que é que tu lhes vais dizer?

Man — Vou agradecer-lhes terem escrito aquelas coisas todas com o meu nome. Valeu a pena. *Isto amigo, sem um grãozinho de loucura não se entra na História. É assim ou não é?*

15-4-1974

EU — Já sei: vais protestar na televisão portuguesa...

MAN — Livra! Isso é contigo. Por mim, vou por aí fora à procura de Sesinando e do Barradas. Sabes que fugiram aos ocupantes, meteram-se por esse Alentejo a dentro, e nunca mais os encontraram?

EU — Que é que tu lhes vais dizer?

MAN — Vou agradecer-lhes terem escrito aquelas coisas todas com o meu nome. Valeu a pena. *Isto, amigo, sem um grãozinho de loucura não se entra na História. É assim ou não é?*

MÁRIO CASTRIM